



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUIZ AMÉRICO ARAÚJO VARGAS

**POR UMA PEDAGOGIA DA LUTA E DA RESISTÊNCIA:
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO MST**

Rio de Janeiro
2012

LUIZ AMÉRICO ARAÚJO VARGAS

POR UMA PEDAGOGIA DA LUTA E DA RESISTÊNCIA:
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO
MST.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro
2012

Ficha catalográfica

LUIZ AMÉRICO ARAÚJO VARGAS

**POR UMA PEDAGOGIA DA LUTA E DA RESISTÊNCIA:
A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA NO
MST.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Educação.

Aprovada em:

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher – UFRJ

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro – UFRJ

Prof. Dr. Mauro Luís Iasi – UFRJ

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – UFF

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano – UENF

Rio de Janeiro
2012

Ao operário Américo Dantas Vargas (*in memoriam*),
meu pai.

Agradecimentos

À minha amada mãe Annita pelo carinho, pela sábia força e energia positiva sempre e, sobretudo, nos momentos difíceis de conclusão desta tese. Às irmãs e irmãos sempre ao meu lado. Aos sobrinhos e sobrinha amados. Obrigado por todo apoio nessa caminhada e solidária compreensão na longa ausência de tão amada companhia.

Ao Prof. Dr. Roberto Leher, pela incansável paciência, infinita gentileza, imensa solidariedade e inspiradora vivacidade política e rigor científico à serviço da educação pública e da formação política de militantes, educandos e educadores.

Às amigas e amigos do Projeto Outro Brasil, Alice Coutinho, Jane Barros, Luiza Leite, Jaqueline Botelho, Anderson Andrade, Mariana, Taisa, Peter, pelo inesquecível aprendizado coletivo, amizade, solidariedade, poesia, respeito, alegria e confiança. Obrigado pelas muitas horas que passamos juntos vivendo esse ambiente de permanente formação.

Ao Setor de Educação do MST-RJ, especialmente, Fernanda Matheus, Elisângela das Dores e Beatriz Carvalho, que me deram todo o suporte para participar das ações do Movimento, aprender com as mediações geradas em suas lutas e sentir o calor de marchar em suas fileiras. Ao Setor de Formação do MST-RJ, Marcelo Durão, Nívea, Juliana, Leo, Cosme, pelas conversas, reuniões e cursos em que pudemos aprender com esses e outros companheiros.

Aos colegas e amigos do LIEAS, cujas discussões, pesquisas, estudos, trabalhos e militância, me atualizaram, me instruíram e me instigaram, mesmo estando distante das reuniões presenciais com o grupo.

Falar do LIEAS é falar no Prof. Dr. Carlos Frederico Loureiro, a quem tenho enorme gratidão, entre outras razões, por ter feito minha aproximação com a teoria marxista, apoiando a organização dos meus primeiros passos e reflexões no estudo e pesquisa em Educação.

Aos professores e professoras do PPGE/FE/UFRJ pelas contribuições que deram à minha formação. Aos funcionários da Secretaria do PPGE, em especial, Solange Rosa, extremamente atenciosa, competente e carinhosa, que muito nos ajudaram ao longo desses anos.

Às professoras Dra. Sara Granemann e Dra. Maria Lúcia, ambas da Escola de Serviço Social da UFRJ, pela oportunidade de participar do Curso Teorias Sociais, promovido pela Escola Nacional Florestan Fernandes e a ESS/CFCH/UFRJ e ter vivenciado junto com seus educandos e educandas, além da vibração e alegria revolucionárias, o estudo tão árduo quanto inadiável da teoria marxista.

Aos professores Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF) e Dra. Sara Granemann (UFRJ) que durante o exame de qualificação da tese fizeram generosos esclarecimentos e trouxeram contribuições valiosas ao meu entendimento sobre o tema, ainda que por limitações próprias, não tenha conseguido incorporá-las plenamente nesta tese.

À todos/as os/as militantes dos movimentos sociais e organizações populares, estudantis e sindicais participantes do Curso Emancipações, com um carinho muito especial por Dorinha e Fernando, professores-educadores-militantes incansáveis e exemplares. Mas lembro-me com enorme gratidão e especial saudade aqui também de Urca, Gas-Pa, Marcos, Jardsom, Deinha, Almir, Margareth e tantos outros cujas experiências, sonhos, ideias e aprendizados de luta mantêm viva nossa utopia de uma sociedade socialista e emancipada.

À Lanna Mara e João Emílio, amigos queridos, pela enorme ajuda no abstract e aos amigos Rodrigo Manoel, Tatiana, Cristina Lima, Márcio Marcelino, Amaro e Chrisna junto aos quais lutei em defesa da educação pública na greve da rede estadual de 2011 e que se tornaram amigos queridos e companheiros de lutas.

Se interditam o caminho
Faço uma outra via
O que hoje é supremo secará
Com os mil sóis que implantarei

Num ato primavera
A ti que amas
Entregarei meu bosque de ideias
E coisas sãs!
(Alegria – Charles Trocate)

RESUMO

VARGAS, Luiz Américo Araújo. *Por uma pedagogia da luta e da resistência: a educação como estratégia política no MST*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

A presente tese examina os processos educacionais e formativos presentes nas lutas do MST no Brasil, identifica seus referenciais político-pedagógicos e metodológicos, objetivando analisar as perspectivas epistemológica, epistêmica, educacional e política praticadas nessas lutas e práticas educativas. A tese pretende contribuir com a produção de conhecimentos sistemáticos que possibilitem compreender as mediações educativas subjacentes às práticas políticas do movimento, examinando seus nexos com a superação das relações sociais capitalistas. Examina a hipótese de que esse sistema de produção e as relações sociais que o movem provocaram e continuam provocando o que Foster (2005) denominou, a partir de Marx, de *falhas no metabolismo* entre sociedade e natureza fundadas na contradição fundamental entre capital e trabalho. As especificidades do *desenvolvimento capitalista dependente* (FERNANDES, F, 1972,1975) no Brasil, ainda que reconfiguradas pela divisão internacional do trabalho sob a finança mundializada (CHESNAIS, 2005), tendem a intensificar agudamente estas falhas em virtude dos fundamentos do capitalismo dependente, a saber: a *superexploração*, a *superexpropriação* e a *heteronomia*. A tese tem como referência metodológica o materialismo histórico dialético, apoiando-nos, sobretudo, em textos de Miriam L. Cardoso (1971, 1990), Ernest Mandel (1977) e J. P. Netto (s/d). As técnicas de pesquisa utilizadas foram análise bibliográfica e documental, observação participante, instrumentos quantitativos e entrevistas. A investigação tem como base empírica documentos sobre educação elaborados pelo MST e as Cronologias dos Conflitos Sociais Seção-Brasil, publicadas no Observatório Social da América Latina e, ainda, os relatórios da Comissão Pastoral da Terra sobre os conflitos no campo. Da análise dos processos de luta do MST foi possível concluir que as *mediações* gestadas e criadas nas/pelas lutas sociais intervêm na *formação da consciência* dos sujeitos envolvidos, conformando *práticas pedagógicas* no interior das próprias lutas. Tais práticas interagem dialeticamente com a concepção de educação do Movimento e ao mostrarem que os sujeitos sociais se formam e educam na luta e pela luta, abrem espaço para a construção de uma *pedagogia da luta e da resistência*. Os limites e possibilidades de transformação desta pedagogia da luta e da resistência em um instrumento de construção da hegemonia dos trabalhadores do campo e da cidade situam-se nas próprias lutas de classes e na correlação de forças correspondente.

PALAVRAS-CHAVE: MST; educação como estratégia política; práticas pedagógicas; lutas sociais; mediações; educação do campo, falha metabólica, capitalismo dependente.

SUMMARY

VARGAS, Luiz Américo Araújo. *By a pedagogy of struggle and resistance: education as a political strategy in the MST*. Thesis (doctorate in education). Faculty of education. Federal University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

This thesis examines the educational and formative processes present in the struggles of the MST in Brazil, identifies their political-pedagogical and methodological references, aiming to analyze the epistemological perspectives, educational and political practiced epistemic in these struggles and educational practices. The thesis aims to contribute to the production of systematic knowledge that allow to understand the underlying educational mediations through movement policies practices, examining their nexus with the overcoming of capitalist social relations. Examines the hypothesis that this system of production and social relations and still causes that Foster (2005) named, from Marx, *failures in the metabolism* between nature and society based on the fundamental contradiction between capital and labor. The specifics of the *dependent capitalist development* (FERNANDES, 1972,1975) in Brazil, even if rewritten by the international division of labour under the global finance (CHESNAIS, 2005), tend to intensify sharply these flaws because of the fundamentals of dependent capitalism, namely: *overgrazing*, the *super expropriation* and the *heteronomy*. The thesis has methodological reference historical materialism dialectic, relying mainly on texts by Miriam L. Cardoso (1971, 1990), Ernest Mandel (1977) and J. P. Netto (s/d). The research techniques used were bibliographical and documentary analysis, participant observation, quantitative tools and interviews. Empirical research is based on documents about education drawn up by MST and the Chronologies Social Conflicts Section-Brazil, published in the Social Observatory of Latin America and also the Pastoral Land Commission reports on the conflicts in the field. Analysis of processes of struggle of the MST was possible to conclude that the *mediations* operate and created in/by the social struggles involved in *formation of the consciousness* of the subjects involved, conforming *pedagogical practices* within their own struggles. Such practices interact dialectically with the conception of Education Movement and to show that the social subjects form and educate in the fight and the fight, open space for the construction of a *pedagogy of struggle and resistance*. The limits and possibilities of transformation of pedagogy of struggle and resistance in an instrument of construction of the hegemony of field workers and the city are in their own class struggles and the correlation of forces.

KEYWORDS: MST; education as a political strategy; pedagogical practices; social struggles; mediations; field education, metabolic failure; dependent capitalism.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caracterização das lutas do MST – Julho/2007

Tabela 2 – Participação de capitais estrangeiro

Tabela 3 – Fusões e aquisições por setor (no mundo), 1995

Tabela 4 – Bancos estaduais privatizados

Tabela 5 – Estrutura Societária Fibria

Tabela 6 – Confronto dos resultados dos dados estruturais dos senso agropecuários – Brasil – 1970-2006

Tabela 7 – Comparativo entre registros do OSAL e DATALUTA por Estado

Quadro 1 – Similaridades na sistematização das lutas no OSAL e DATALUTA

Lista de abreviaturas

ABAG – Associação Brasileira do Abronegócio
 ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
 APN – Agência Petroleira de Notícias
 BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
 BM – Banco Mundial
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
 CMI – Centro de Mídia Independente
 CNBB – Confederação Nacional de Bispos do Brasil
 CNE - Conselho Nacional de Educação
 CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
 CPT – Comissão Pastoral da Terra
 CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
 DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
 EJA – Educação de Jovens e Adultos
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 ENERA – Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária
 ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
 FAO – Food and Agriculture Organization
 FGV – Fundação Getúlio Vargas
 FMI – Fundo Monetário Internacional
 GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
 GBM – Grupo Banco Mundial
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
 IIRSA – Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul
 IED – Investimento Estrangeiro Direto
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 LPP – Laboratório de Políticas Públicas
 LSN – Lei de Segurança Nacional
 MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
 MEC – Ministério da Educação
 MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
 MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
 MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 NERA – Núcleo de Estudos da Reforma Agrária
 OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
 OGM – Organismo Geneticamente Modificado
 OLC – Organização da Luta no Campo
 OMC – Organização Mundial do Comércio
 ONG – Organização Não Governamental
 OSAL – Observatório Social da América Latina
 OS – Organização Social
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
 PPP – Parceria Público Privado

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Sindipetro – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Petróleo (
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP – Universidade de São Paulo
VCP – Votorantim Celulose e Papel

Sumário

Introdução geral	1
Capítulo 1 – Sobre a pesquisa: percursos, problemática e estratégias	10
1.1 Introdução	10
1.2 Objetivos	16
1.3 Trajetória de construção da problemática da pesquisa	18
1.4 Estratégias e empiria da pesquisa	26
1.4.1 A análise das lutas sociais: o OSAL	26
1.4.1.1 O trabalho no OSAL	30
1.4.1.2 A metodologia adotada no OSAL/Brasil	31
1.4.1.3 Sobre as fontes	34
1.4.1.4 Relevância e alguns resultados	38
1.4.2 Notas metodológicas sobre a sistematização das lutas do MST no OSAL	40
Capítulo 2 – Padrão de acumulação do capital e a ideologia do desenvolvimento sustentável	47
2.1 Introdução	47
2.2 Sobre a hipertrofia do capital financeiro: considerações sobre a economia do Brasil contemporâneo	58
2.2.1 Introdução	58
2.2.2 Concentração monopolista a partir da década de 1980: Adeus Lênin?	63
2.2.3 Avanços do capital financeiro no Brasil	67
2.3 Comodificação da vida, divisão social do trabalho e crise ambiental: delimitações para o estudo do conceito de falha metabólica	74
2.4 Capitalismo dependente e autocracia burguesa: e o “agro” com isso?	88
2.5 Trabalho e educação em tempos de “fim da história”: a hegemonia da pedagogia do capital	102
2.6 Apontamentos sobre o conceito de relações de força em Gramsci para a análise das lutas sociais	121
Capítulo 3 – Educação como estratégia política	130
3.1 O MST como sujeito pedagógico.	134
3.2 Resistências e enfrentamentos: a luta pela educação.	144
3.3 Apontamentos sobre a pedagogia da luta e da resistência.	154
3.4 Interlocutores da educação pela luta.	160
3.5 Equilíbrio de compromissos: pode a Educação do Campo subsistir em um campo de negócios?	180
Capítulo 4 – Por uma pedagogia da luta e da resistência	204
4.1 Introdução	204
4.2 Práticas por uma pedagogia da luta e da resistência	213
4.2.1 Criminalização da luta pela terra e do MST	213
4.2.2 Violência	218
4.2.3 Lutas Unificadas	220
4.2.4 Ocupações de terra	228
4.2.5 Acampamentos	232
4.2.6 Atos Públicos	237
4.2.7 Bloqueio de Vias	240
4.2.8 Divulgação de Documento	242
4.2.9 Marchas	246
4.2.10 Ocupações de Prédios	250
4.2.11 Reuniões e Audiências	252
4.3 Atividades de formação inscritas nos processos de formação política	255

4.3.1 O curso Emancipações	258
Considerações finais	270
Referências Bibliográficas	281
Apêndice	291

INTRODUÇÃO GERAL

A concepção de educação posta em movimento pelo MST em suas *ações de lutas* para transformar a realidade, tal como expressa no documento *Por uma Educação do Campo*, fornecem aos processos formativos mais amplos mediações que possibilitam aos sujeitos que deles participam questionamentos sobre sua condição de *indivíduo encapsulado*, tomando a expressão de Mauro Iasi (2006).

Sendo obra das classes trabalhadoras do campo, organizadas em luta pela garantia de seus direitos e práticas culturais e políticas, tais processos formativos possibilitam afirmar a perspectiva gramsciana de que todos os homens são intelectuais e, portanto, organizadores da cultura, protagonistas, por conseguinte, da organização da cultura dos subalternos em oposição à cultura difundida pelos setores dominantes. A conquista desta condição política, contudo, não é passiva, natural e espontânea, mas fruto das condições concretas sob as quais os sujeitos se movem. As ideologias dominantes criam disposições de pensamento afins às concepções de vida hegemônicas pelas concepções liberais e burguesas, difundidas como senso comum. Como nos lembra Miriam Limoeiro Cardoso (1997), citando Florestan Fernandes, a história é obra dos homens, mas ela não se determina automaticamente, ela não *se faz*, mas *é feita* pelos homens coletivamente e, sob o capitalismo, pelos conflitos de classes de alcance amplo, nos termos dos fundadores do materialismo histórico: “*A história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes*”. (MARX & ENGELS, 1986, p. 81).

Nestas lutas, os homens apropriam-se, nos mais variados níveis em sua consciência e por meio da intervenção de inúmeras mediações, de sua condição de sujeito histórico em transformação em um mundo igualmente em movimento, cujas determinações culturais, econômicas, sociais e políticas foram herdadas, mas não como determinações naturais, fixas ou eternas. “*Os modos de produção sucedem-se. Inclusive antes de desaparecerem, estão*

submetidos a constantes mudanças”, foi o que nos disse Ernest Mandel¹. A apreensão das contradições que ensejam estas mudanças não pode ser de domínio dos que desejam “mudar as coisas deixando-as como estão”, por isso, é fundamental conhecer os meios através dos quais pode-se planejar e construir processos de formação que restitua a indissociabilidade entre teoria e prática, sem a qual não pode haver elevação da consciência das massas, tomando, para si, a sua condição de sujeito histórico, agente propositor de mudanças, consciente de suas tarefas coletivas e históricas.

Para Iasi (2009) a educação popular e a formação política assumiram características particulares ao longo dos diferentes momentos históricos em que foram desenvolvidas no Brasil. Segundo o autor, a ideia de que há a necessidade de um processo educativo voltado especificamente aos trabalhadores com vista à socialização de um determinado conhecimento essencial em sua tarefa transformadora, implicaria em alguns pressupostos que dão sentido à formação política, *“a formação implica na apropriação do legado marxiano pela classe trabalhadora”* (IASI, 2009, p. 28). Entretanto, cabe lembrar a crítica de Gramsci às universidades populares que esterilizavam o marxismo com uma pedagogia jesuítica. Não se trata, portanto, de veicular o marxismo de modo livresco, mas como práxis, com base em uma pedagogia socialista. Referenciando-nos em Zibechi (2005), podemos sustentar que os principais movimentos antissistêmicos compreendem que a educação e a formação política são parte da estratégia política e, por conseguinte, que a educação não está desvinculada dos conflitos e lutas de classes.

Podemos circunscrever o problema central desta tese do seguinte modo: as lutas sociais travadas pelo MST produzem conhecimentos, saberes, práticas e uma determinada pedagogia. A questão axial que orienta a tese é: Como as mediações aí geradas podem nutrir e

¹ MANDEL, Ernest. O materialismo dialético. Extraído do livro Introdução ao Marxismo. Traduzido por Gustavo Henrique Lopes Machado, a partir do texto em espanhol disponível em: <http://www.ernestmandel.org> Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/06/o-materialismo-dialtico-ernest-mandel.html> Acesso em: 17/02/2010 17h52

fertilizar a *práxis* dos educadores e educadoras, de educandos e educandas, na formulação e condução de um projeto educacional e de formação humana que aponte *para além do capital*, em outras palavras, no enfrentamento e superação das contradições da sociedade de classes capitalista?

Trabalhamos com a hipótese de que as ações de luta do MST constituem práticas pedagógicas, se objetivando como atividade sistemática (teórica e filosófica) e intencional (política e pedagógica) de intervenção na realidade, gerando processos educacionais em sentido amplo. Procuraremos compreender como as diferentes mediações prático-teóricas e ético-filosóficas geradas nestas ações intervêm na consciência dos sujeitos sociais que nelas se engajam, conformando sua *práxis*. Porém, para apreender as mediações produzidas nessas lutas e como elas podem intervir na formação da consciência, consideramos que é necessário examinar o modo como essas ações interagem mutuamente entre si e com as determinações mais particulares e mais gerais que conformam a luta pela terra.

Educação para a transformação social. Este é o horizonte que define o caráter da educação do MST: um processo pedagógico que se assume político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas. (MST, *Princípios filosóficos*. Cadernos de Educação nº 8, p. 6).

Diante do exposto, cabe-nos a pergunta: como isso se manifesta concretamente nas ações do Movimento? Este princípio filosófico encontra materialidade nas práticas dos sujeitos em luta? Como os sujeitos sociais se tornam capazes de compreendê-lo e transformá-lo em ações práticas? Em outras palavras: a escola sob a autocracia burguesa consegue criar mediações para dentro de suas cercas que as desprendam da heteronomia cultural? Cabe investigar como os sujeitos que protagonizam a luta pela educação pública de qualidade (gratuita, laica, unitária, socialmente referenciada e emancipatória) empreendem as lutas

sociais para o interior das escolas, rompendo assim suas cercas epistemológicas, teóricas e metodológicas. Na formulação do MST, estes objetivos estão na raiz de sua proposta educativa sintetizada em alguns de seus documentos e na construção da concepção de Educação do Campo. A partir desta referencia o movimento está buscando caminhos para formar na luta os sujeitos capazes de levar adiante a luta contra o latifúndio do conhecimento, da produção e da sociabilidade sob o jugo alienante da sociedade de classes. Interessa conhecer essas mediações e nelas os seus limites e possibilidades de intervenção nas lutas de classes.

A garantia da existência e de um *devenir*, para usar uma expressão de Gramsci (1982), pleno de relações humanas de novo tipo, livres da exploração, dependerá de relações sociais capazes de engendrar um modelo de produção que não inviabilize a vida na sua particularidade, na sua diversidade e na sua unidade, isto é, na sua totalidade, encerrando ao invés de ampliar as contradições que levam às falhas ou rupturas no metabolismo entre sociedade e natureza, conforme conceito de Marx, resgatado por Foster (2005). Pressupomos que o trabalho “define” ontologicamente o homem, “*é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente*” (GRAMSCI, 1982, p. 131). Na concepção materialista e histórica de natureza e de homem, não podemos assumir que “o homem”, genérico e abstrato, é o grande responsável pela degradação do planeta. No sistema de produção capitalista, que vigora há pouco mais de 200 anos, não existe “o homem” abstrato ou genérico, existem homens e mulheres inscritos em uma sociedade em cujo seio se dinamizam relações de classe. Historicamente, estes homens se fazem, em coletividade, portadores das condições que destravam ou obstruem as mudanças sociais. O que os coloca nessa posição e, portanto, atuando de forma desigual na natureza, é sua relação com o trabalho, pois este se tornou alienado nesta sociedade, modificando sua mediação ontológica, transformando seus sujeitos

em objetos, em compradores ou vendedores de força de trabalho, impedindo-os de reconhecer no trabalho uma forma concreta de se reconhecer como sujeito.

As especificidades do *desenvolvimento capitalista dependente* no Brasil, ainda que reconfiguradas pela divisão internacional do trabalho sob a hegemonia da finança mundializada que assumiu a forma de “globalização”, tendem a intensificar agudamente estas falhas metabólicas, tendo em vista que a *superexploração*, a *superexpropriação* e a *heteronomia* representam a raiz e o fruto desta condição. Como hipótese complementar, este estudo procura sustentar que nos rearranjos capitalistas decorrentes das mudanças no processo de acumulação do capital impulsionadas pelo atual estágio do imperialismo, se por um lado, amplia e intensifica as contradições no mundo do trabalho, gerando perdas e misérias às massas de trabalhadores, por outro, enseja lutas cujas formas e conteúdos, como atestam determinadas lutas antissistêmicas na América Latina, apontam, polissemicamente, para utopias e projetos de um novo mundo e de uma nova sociabilidade.

A partir da análise concreta dos movimentos das classes sociais, cujas dinâmicas motrizes estão inextricavelmente aferroadas aos meios e modos de produção da existência e reprodução da vida e às relações sociais neles impressas, sob as contradições geradas pela exploração do trabalho e pela propriedade privada dos meios de produção, que procuraremos compreender como as lutas sociais no presente ensejam alternativas de luta e resistência a este sistema.

Estamos cara a cara com a incerteza. É muito fácil Ilya Prigogine dizer-nos que a incerteza é a realidade central do universo, e não apenas da nossa atual situação histórica. Apesar disso, não gostamos dela, e temos muitas dificuldades em lidar com ela – psicológica e politicamente. Contudo, temos de o fazer. Encontramo-nos na fase terminal de um sistema histórico, em uma “era de transição”. Em uma era assim, temos de nos voltar para os nossos deveres intelectuais, morais e políticos. O primeiro desses deveres é a busca de lucidez sobre aquilo que somos. Rosa Luxemburgo já disse, no início do século XX, que “a coisa mais revolucionária que podemos fazer é sempre proclamar bem alto o que está acontecendo”. (WALLERSTEIN, 2004, p. 51-52).

Não temos clareza suficiente dos movimentos que materializarão esta fase de aprofundamento das falhas metabólicas e de exacerbação da barbárie, pois uma era de transição “mal aproveitada” pode apenas significar um sopro renovador do atual sistema histórico dominante. A necessária lucidez sobre aquilo que somos enquanto classe, passa pela apropriação das contradições originadas das relações sociais nas experiências em que as classes se confrontam e, não menos importante, pela apreensão das mediações forjadas por seus protagonistas em seus enfrentamentos. O debate que acompanhará este estudo, e que tentará proclamar bem alto o que julgamos contribuir para a compreensão do que está acontecendo, é se a *ideologia do desenvolvimento sustentável* é capaz de propiciar um novo horizonte para o metabolismo entre sociedade e natureza ou se ela requalifica o consenso-ideário que reproduz e amplifica a lógica do capital, aprofundando e criando novas falhas neste metabolismo, em todas as suas dimensões (cultural, ambiental, econômica, social, energética, alimentar, moral, etc.). Com isto, adiam-se os projetos educacionais da classe trabalhadora, muitos dos quais ensejam práticas e concepções que apontam para uma *praxis* criadora de mediações que elevem o nível da consciência quanto ao sentido e os caminhos possíveis de emancipação humana, o fim da exploração da natureza e do homem pelo homem, no rumo da construção de uma sociedade de transição, uma sociedade socialista.

Se estivermos corretos em nossa interpretação de que o modo de produção e as relações sociais sob o capitalismo provocaram e provocam deletérias falhas ou rupturas no metabolismo sociedade-natureza, podemos supor que a expansão progressiva desse sistema em níveis quantitativa e qualitativamente cada vez mais elevados, quaisquer que sejam esses níveis, tendem a ampliar ainda mais tais falhas.

Para os povos em geral, e, particularmente, para os trabalhadores que vivem sob a *heteronomia* imposta pelo capitalismo dependente, cuja lógica espoliadora do trabalho e, portanto, da natureza, é super potencializada, tais falhas e rupturas são agravadas

cronicamente. A destruição dos ambientes físico-naturais, com a desfiguração de ecossistemas e ecótonos com funções e papéis ecológicos e culturais insubstituíveis, por desmatamento e/ou envenenamento, ameaçando permanentemente a integridade dos grandes biomas, frutos da “Mãe Terra” (“*Vendo-a, vejo-me. Contra o que ela faço, está feito contra mim*”)², onde vivem homens, mulheres e crianças, com dramática redução e perda irreversível de biodiversidade, de seres que coevoluíram conosco e são parte mesma do que nos constitui enquanto totalidade natural, não são “mal entendidos”, externalidades, imperfeições, descuidos ou desastres deste sistema. Ao contrário, são expressões históricas, inerentes, intrínsecas e coerentes com ele. O capital se autovaloriza ao criar a partir do que destrói: precisa destruir para se manter criativo, porém, quanto mais ele cria, mais destruição causa. Com isso, contraditoriamente, acaba destruindo seu próprio poder de criação, abrindo a possibilidade de ser superado por relações que não sejam autodestrutíveis, numa palavra, relações antimerchantis.

Para o imperialismo, assim como as guerras trazem as mortes de civis como meros “efeitos colaterais”, a produção capitalista gera “externalidades”, isto é, processos que se encontram aparentemente fora das relações de produção, mas que são decorrentes dela. O desmatamento é resultado “natural”, consequência do aumento da demanda mundial por alimentos; e a poluição atmosférica é decorrente do crescimento “natural” do uso de automóveis individuais cuja produção luxuosa, desenfreada e asfixiante naturalmente “gera empregos”. A transnacionalização de plantas industriais intensivas em energia fóssil, hídrica e humana agora vem camuflada por medidas “ambientalmente responsáveis” para atender às exigências de sustentabilidade do... mercado.

² Mensagem à Cúpula da Mãe Terra, enviada por Eduardo Galeano, à *Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, convocada pelo presidente boliviano Evo Morales e realizada em abril de 2010, em Cochabamba, Bolívia. Publicado no jornal Página 12 em 19 de abril de 2010. Disponível em: <http://massote.pro.br/2010/04/mensagem-a-cupula-da-mae-terra-eduardo-galeano/>. Acesso em: 26/08/2012 13h07*

A perspectiva aqui defendida é de que qualquer concessão que seja feita a fim de minimizar os efeitos deste sistema, sem tocar na sua lógica expansiva e acumulativa, fundadas na propriedade privada e no sobrevalor arrancado pela exploração do trabalho, será desastrosamente inútil e apenas prorrogará dolorosamente a ruínosa vida das maiorias despossuídas. Mantidas tais condições, estes sujeitos jamais poderão compartilhar qualquer projeto emancipatório. Isso não significa que as lutas sociais não devam priorizar certas reformas, mas, em virtude do caráter antirreformista do bloco histórico, o sentido virtuoso das reformas somente pode ser assegurado no escopo de lutas antimerchantis, em prol do público em uma perspectiva universal, mas não do falso universalismo liberal, que toma a liberdade da propriedade privada como ato supremo do indivíduo, mas de um universalismo em que caibam todos os povos, soberanias, culturas e saberes construídos pela coletividade humana.

A luta pela educação, na concepção ampla de formação humana que temos interpretado nas lutas do MST, está inscrita numa perspectiva que aponta para movimentos de luta e resistência contra o sistema do capital. Entretanto, a pedagogia do capital não permanece inerte frente às iniciativas dos trabalhadores e, permanentemente, busca meios para institucionalizar a pedagogia dos subalternos objetivando enquadrá-la nos marcos das ideologias dominantes. Assim, conforme a investigação realizada na tese, as lutas engendram contradições que carregam as possibilidades de conferir ao trabalhador, do campo e da cidade, consciência de classe. No caso do MST, ao assumir a luta contra um de seus inimigos reconhecidos, o agronegócio, o movimento engendra condições para produzir uma cultura renovada e, com ela, um processo educativo que pensa a emancipação de toda a humanidade, para além das particularidades que o geraram e que não mais pode lhes sustentar, haja vista que a luta pela terra deixou de ser há algum tempo apenas uma luta contra o velho latifúndio.

Não tem sido secundário o papel do MST nesta construção, socializando os aprendizados da luta pela terra, suas lições históricas, suas mediações pedagógicas e a práxis

política (VÁSQUÉZ, 2007) de seus militantes, quadros e dirigentes, trazendo significativas contribuições aos processos de formação política dos trabalhadores e suas organizações, do campo e da cidade. Muitas das reflexões e, seguramente, as referências teóricas e políticas que orientam a elaboração desta tese advém dos aprendizados coletivos dos cinco anos (2006 a 2010) vívidos e pulsantes em alguns destes processos, contraditórios e potencialmente fecundos para pensarmos a dialética teoria e prática dentro e fora das escolas. De fato, a experiência vivenciada e os estudos teóricos têm me levado a pensar o lugar da educação e da formação política na estratégia política dos movimentos. É a partir desta nervura axial que este estudo se desenvolve.

CAPÍTULO 1 – SOBRE A PESQUISA: PERCURSOS, PROBLEMÁTICA E ESTRATÉGIAS

1.1 Introdução

Esta seção visa uma apresentação da presente tese, cujo texto foi organizado em quatro capítulos, a saber: Capítulo 1 – Sobre a pesquisa: percursos, problemática e estratégias; Capítulo 2 – Padrão de acumulação do capital e a ideologia do desenvolvimento sustentável; Capítulo 3 – Educação como estratégia política e Capítulo 4 – Por uma pedagogia da luta e da resistência.

O **Capítulo 1** objetiva apresentar uma visão geral da pesquisa e ao mesmo tempo esboçar uma introdução às categorias chave que estamos trabalhando, buscando algumas de suas relações e nexos, dentre as quais: *processos de formação da consciência, lutas sociais, mediações, educação como estratégia política*. O capítulo foi organizado em quatro seções.

Após a *Introdução* e a apresentação dos *Objetivos*, a seção seguinte traça uma trajetória, em tom mais memorialístico, mas intencionando um primeira aproximação com as categorias apontadas e a contextualização de minha participação em processos formativos que viabilizaram a experiência de mediações constitutivas da minha própria práxis política, fundamentais para a (re)construção da minha subjetividade enquanto ser social imerso nas contradições da sociedade de classes capitalista. Este processo de formação coletiva foi em grande medida o que despertou a necessidade de compreender algumas questões teóricas e práticas abordadas nesta tese. Uma seção que pretende introduzir o debate, que se dará, sobretudo, a partir do Capítulo 3, sobre o MST como sujeito pedagógico, sobre o sentido disto para as práticas formativas do Movimento, sobre a correlação de forças que impõe as circunstâncias limitadoras na sua organização e na formação de seus dirigentes, quadros e militantes, mas também para o conjunto da classe trabalhadora.

A seção nomeada *Estratégias e empiria da pesquisa* foi pensada com vistas à apresentação e análise do processo de sistematização das Cronologias dos Conflitos Sociais, publicadas no Observatório Social da América Latina (OSAL), o que foi feito nas duas subseções denominadas *Análise das lutas sociais: o OSAL* e *Notas metodológicas sobre a sistematização das lutas do MST no OSAL*. A primeira está, por sua vez, organizada em quatro seções secundárias, a fim de detalhar o trabalho realizado no OSAL/Brasil pela equipe do Projeto Ouro Brasil, envolvendo aspectos metodológicos de produção das cronologias dos conflitos sociais. Já a segunda subseção trata de aspectos da sistematização dos dados do OSAL feitos para esta tese.

Analisando as lutas sociais concretas pretendemos dispor de elementos indispensáveis ao exame de categorias históricas que estamos utilizando, como *falha metabólica* e *capitalismo dependente*. Trabalhamos com a hipótese que romper com as relações que revigoram essas categorias é um dos sentidos das lutas que estamos investigando e em cuja estratégia gesta uma pedagogia socialista. Deste modo, consideramos fundamental investigar a natureza e o sentido pedagógico das lutas do MST registradas nas Cronologias dos Conflitos Sociais – Seção Brasil.

O Capítulo 2 – Padrão de acumulação do capital e a ideologia do desenvolvimento sustentável, propõe produzir uma crítica ao conceito de *desenvolvimento* hegemônico pelo neoliberalismo, problematizando-o por meio de análises empíricas da narrativa que envolve os conceitos de *desenvolvimento sustentável* e *responsabilidade socioambiental*. Objetivando analisar a ideologia do “capitalismo ecológico”, pretendemos sustentar que o papel das *commodities*, principalmente agrícolas, é um objeto crucial para esta crítica, o mesmo sendo verdade sobre o papel do capital financeiro. O capital financeiro opera por meio de poderoso complexo de aparelhos privados de hegemonia da burguesia imperialista, como as organizações que integram o Grupo Banco Mundial (GBM) (FONTES, 2010, p. 162-163;

PEREIRA, 2009) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ditam as normas macroeconômicas mais amplas, sobretudo, aquelas capazes de promover relativamente rápidas respostas institucionais pró-sistêmicas às crises do capital. Após a crise da hegemonia do primeiro neoliberalismo, a ideologia que sustenta esse complexo de organizações não é outra que a do desenvolvimento, sob a lógica do capital, embora, atualmente, ressignificadas pelo prefixo “neo”. Criticando Adam Müller por ignorar o tempo na determinação do preço das coisas, Marx nos alerta:

O tempo de produção e o tempo de circulação concorrem para determinar o preço das mercadorias; que, por essa razão, a taxa de lucro é determinada para dado tempo de rotação do capital e que essa determinação do lucro segundo um tempo dado acarreta a determinação do juro. (MARX, 2008, p. 474).

Não é possível ignorar que sob o modo de produção capitalista, a agroindústria ou, precisamente, o agronegócio, assim como outras forças e relações de produção por ele integrados, pressupõe uma concepção de tempo universal em que produção, circulação, distribuição e consumo de *commodities*, lastreada pela hipertrofia do capital financeiro, concretizam tal concepção. Neste debate, como assinalado na Introdução, o conceito central que guiará nossa abordagem é o de *falha metabólica* entre sociedade e natureza recuperado da obra de Marx por John Bellamy Foster (2005) e a concepção de *tempo* que lhe constitui e é inerente, atentando para seus “elementos (categorias) estáveis e permanentes” (GRAMSCI, 1978, p. 95), a fim de estruturar nossa crítica à apropriação capitalista do conceito de *sustentabilidade*.

Este capítulo está organizado em quatro seções. A *Introdução* objetiva formular um panorama mais amplo e geral das interpretações que tratam da atual etapa do desenvolvimento capitalista. A seção intitulada *Sobre a hipertrofia do capital financeiro: considerações sobre a economia do Brasil contemporâneo* visa uma compreensão do conceito de imperialismo tendo como principal referência a obra seminal de Lenin (2008) sobre o tema, mas apoiando-

nos também na leitura de outros autores clássicos como Rudolf Hilferding (1985) e no próprio Karl Marx (1974, 2008), aportes indispensáveis para compreender os arranjos e movimentos do capital financeiro, notadamente nas últimas três décadas. Trabalhamos com a hipótese de que as multinacionais que atuam no setor do agronegócio materializam estes arranjos e movimentos em várias dimensões, engendram novas e velhas formas de expropriações e formas de exploração, atualizam as condições de reprodução ampliada e autovalorização do capital, formando com seus parceiros subordinados um seleto grupo de senhores cuja fortuna enlaça o poder de classe da burguesia mundial.

Para nos apoiarmos empiricamente, faremos um estudo introdutório que nos permita compreender as principais transformações no sistema financeiro brasileiro, sua “modernização”, concomitantes as transformações do sistema financeiro internacional e que permitiram a adequação do primeiro as forças e relações de produção requeridas pela nova etapa de acumulação com base na exportação de *commodities*. A monopolização e internacionalização deste sistema, decorrentes das reformas neoliberais enquanto parte do movimento global do imperialismo, determinam um conjunto de mudanças, que irão dar novo ânimo ao agronegócio, sobretudo, na qualidade e quantidade dos movimentos dos capitais nele investidos pelo seu complexo industrial associado nas bolsas de valores. Para iniciarmos este debate sistematizamos dois estudos introdutórios, organizados nas subseções intituladas *Concentração monopolista a partir da década de 1980: Adeus Lênin?* e *Avanços do capital financeiro no Brasil*.

A terceira seção *Comodificação da vida, divisão social do trabalho e crise ambiental: delimitações para o estudo do conceito de falha metabólica* objetiva correlacionar o padrão de acumulação discutido nas seções anteriores ao debate sobre a legitimidade do conceito de *sustentabilidade*, apropriado pelos movimentos chamados ambientalistas das mais diversas matizes e ressignificado pelo capital, tornando-o funcional ao desenvolvimento de negócios.

Analisaremos mais detidamente o conceito de *falha metabólica* entre sociedade natureza, supracitado, objetivando examinar seus constituintes políticos e epistemológicos para pensarmos sobre a concepção de relação homem-natureza presente na pedagogia gerada nas lutas travadas contra as multinacionais.

Conforme a campanha “Fechar escola é crime”, lançada pelo MST em 2011, nos últimos oito anos, mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas. Este exemplo é pertinente para a abordagem que segue, pois ele atualiza a forma da democracia vigente sob o capitalismo dependente e as contradições que envolvem sua superação. Na quarta seção, *Capitalismo dependente e autocracia burguesa: e o agro com isso?* Refletiremos sobre a teorização do desenvolvimento capitalista dependente, de Florestan Fernandes, visando compreender os movimentos da luta de classe que conforma o tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil e os elementos teóricos para pensarmos os nexos entre a *ideologia do desenvolvimento* e a *heteronomia cultural* a ela conjugada, visando refletir sobre o conceito de *hegemonia* e, principalmente, tentando compreender as *iniciativas históricas* que engendram processos e ações de luta e resistência contra-hegemônicos.

A penúltima seção, intitulada *Trabalho e educação em tempos de “fim da história”*: a *hegemonia da pedagogia do capital*, tem como objetivo iniciar um debate com autores/as críticos às “teorias” educacionais que ganharam maior impulso com as teses do fim da história. Neste sentido, entendemos ser preciso uma breve discussão sobre alguns dos elementos constitutivos do quadro teórico, político e ideológico que sustenta o fim da classe, do trabalho, das utopias. Sobre o trabalho como princípio educativo, iniciando algumas reflexões sobre a centralidade da categoria *classe* para a análise social no contexto da globalização, conceito aglutinador de um ideário poderosamente disseminado por seus apologetas, mas que para além disso lograram perdas concretas e consequências desmobilizadoras para o mundo do trabalho.

A seção que finaliza o capítulo foi intitulada *Apontamentos sobre o conceito de relações de força em Gramsci para a análise das lutas sociais*. Julgamos pertinente nos determos brevemente sobre este conceito de relações de força, certamente como uma aproximação, se estamos considerando que as lutas travadas pelo MST são dinamizadas em sua totalidade por relações de forças históricas e que é necessária tal aproximação em um esforço mínimo de compreensão de como se movem tais forças, a fim de realizar o exame o mais concreto possível das ações de lutas e de uma pedagogia da luta e da resistência que elas possam comportar.

No **Capítulo 3 – Educação como estratégia política** propomos uma análise das concepções, propostas e ações educacionais do MST. Há uma luta sendo travada pelo Movimento, cuja expressão *Por uma Educação do Campo*, sintetiza uma dimensão específica da luta pela educação pública, uma luta praticamente nascida junto ao próprio movimento, nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. Esta luta produz teorias e práticas educacionais concebidas, como a temos compreendido referenciando-nos também em outros autores (CALDART, 2004; SOUZA, M, 2006) desde uma perspectiva dúplice que o Movimento educa as pessoas e as pessoas se educam em movimento. Se “*tudo muda, tudo está em perpétuo movimento*”, como nos ensina Mandel (1977), consideramos pertinente o estudo dos processos formativos que assumam este princípio como parte de sua concepção e de suas práticas pedagógicas. Este debate, por outro lado, pretende reforçar o entendimento de que a luta pela terra no Brasil deixou de ser, já há algum tempo, apenas uma luta contra o latifúndio improdutivo, tornando-se também uma luta contra o latifúndio do conhecimento, para usar uma expressão cara ao MST, embora aquele não tenha deixado em momento algum de ser parte desta luta. A luta pela educação travada pelo MST, em sua especificidade, desafia a autocracia burguesa, na medida em que coloca os sujeitos sociais como ativos construtores de seus próprios processos de formação educacional, cultural e política. As frações burguesas

dominantes já compreenderam isso, como comprova a indubitável eficiência do agronegócio em expropriar e se apropriar de vastos territórios e reprimir com violência as organizações dos trabalhadores nas mais diversas instâncias em que seus agentes estejam implantados, notadamente, no Estado. É uma luta repleta de contradições intrínsecas aos movimentos de classe desenhados pela hegemonia neoliberal dos últimos trinta anos e carrega a marca da heteronomia vigente numa sociedade capitalista dependente. Nesta, prevalece uma autocracia burguesa que estrangula os direitos das massas, como o direito à educação pública de qualidade e com referenciais emancipatórios, fechando escolas com potencial rebelde e mantendo as que restam abertas sob um relativo, porém crescente, controle instrumental à lógica do capital, ou seja, que fecha as mentes e os corações na heteronomia, no encapsulamento individualista e alienante, ampliando a falha metabólica entre sociedade e natureza, pois nestas condições a natureza e o trabalho não superam a condição de mercadorias superexpropriadas e superexploradas.

As reflexões que finalizam a tese foram organizadas no **Capítulo 4 – Por uma pedagogia da luta e da resistência**, resultante da análise e interpretação das ações de luta pela terra travadas pelo MST a partir dos registros das Cronologias dos Conflitos Sociais – Seção Brasil, publicadas no OSAL. Nosso objetivo aqui é analisar a partir de diferentes tipos de ações de lutas travadas pelo MST as práticas de lutas que vão se constituindo como práticas pedagógicas, promotoras de intervenções na consciência dos sujeitos sociais que delas participam, gestando e gerando mediações com potencial de pôr em movimento e desenvolver valores, sentidos, ideias e teorias que fortaleçam a construção de um projeto educacional e de sociedade que unifique os interesses da classe trabalhadora.

1.2 Objetivos

O objetivo central da presente tese é examinar os processos educacionais e formativos presentes na luta pela terra protagonizada pelo MST no Brasil³, seus referenciais político-pedagógicos e metodológicos, objetivando identificar a perspectiva epistemológica, epistêmica, educacional e política praticada nessas lutas. A fim de elaborar um quadro de reflexão para este exame, faremos a crítica à categoria *desenvolvimento*⁴, mediada a partir da investigação e interlocução com os sujeitos das lutas sociais e da problemática dos tempos históricos no desenvolvimento desigual do capitalismo.

“*Somente sob determinadas condições históricas é possível produzir determinados conceitos*”, nos diz Cardoso (1990), sendo assim, propomos investigar como a categoria de *desenvolvimento* adjetivada com o termo *sustentável* e seus correlatos e toda narrativa que os acompanha, são coerentes com uma *ideologia* que reproduz a ordem societária do capital.

Neste sentido, propomos abaixo os objetivos específicos que nos dão apoio no alcance de nosso objetivo principal, são eles:

- Analisar a prática e a teoria das ações educativas – *formação política e educação popular* – do MST, objetivando identificar e caracterizar o lugar da categoria *trabalho* na sua proposta educacional e como esta categoria se articula com as lutas do movimento, no bojo da estratégia política.
- Problematizar o conceito de *desenvolvimento*, por meio de análises empíricas da narrativa que envolve os conceitos de *desenvolvimento sustentável* e

³ A análise abrange o período dos governos de Cardoso (1995) a Lula (2010), particularizando o exame dos conflitos entre 2007 e 2010.

⁴ A problemática do desenvolvimento sustentável é indispensável para discutir “contra que modelo agrícola” se bate o MST. Para o capital, as críticas ao agronegócio feitas pelo MST são anacrônicas, pois, com o modelo do desenvolvimento sustentável, é possível corrigir os problemas apontados pelo movimento. Porém, como as lutas do MST e o quadro teórico que esboçamos para este estudo nos indicam, a sustentabilidade deste modelo assenta-se sob uma ideologia que, apoiada no tecnicismo mitificador, promete fundir produção capitalista e “preservação ecológica”, sem, contudo, mexer nos fundamentos do capitalismo, a saber, exploração do trabalho para geração de mais valia, propriedade privada dos meios de produção, gerando concentração de capital, renda e riqueza, expulsão dos trabalhadores do campo e produção agrícola com alto consumo de substâncias químicas venenosas e de origem fóssil, expressões concretas das relações que geram as *falhas no metabolismo* entre sociedade e natureza. As construções que visam criar alternativas a este modelo de desenvolvimento, mantido por guerras permanentes, precisam ser estudadas, sistematizadas e socializadas com os trabalhadores e suas organizações se se deseja formular uma proposta que seja sustentável para a vida e não para o capital.

responsabilidade socioambiental, objetivando analisar a ideologia do capitalismo ecológico.

- Identificar os elementos da episteme que estão em interação com as lutas dos povos oprimidos e explorados e como isto se vincula a seus processos de *auto educação* e *auto organização*, a fim de subsidiar proposições que apontem para a superação das relações de superexploração e das expropriações que engendram as atuais rupturas do *metabolismo sociedade-natureza*.

1.3 Trajetória de construção da problemática da pesquisa

Farei aqui um breve histórico pessoal para tentar organizar e tornar apreensíveis os nexos existentes entre as categorias que são centrais em nossas análises, quais sejam, *lutas de classes, trabalho, mediação e educação como estratégia política*. Meu objetivo é destacar tanto os contornos de processos intrínsecos à construção da minha subjetividade enquanto estudante-pesquisador-trabalhador em particular, quanto o sentido de *construção coletiva* das mediações que convergem na apropriação e apreensão de elementos teóricos e práticos da *formação da consciência* e da práxis política de educandos/as e educadores/as em geral.

Em meados de 2005, quando entrei em contato pela primeira vez com o Setor de Educação do Movimento Sem Terra no Rio de Janeiro, não me era possível compreender claramente o significado de sua atuação nos conflitos de classes no Brasil contemporâneo. Mal pude perceber que estava diante de um sujeito histórico coletivo e a minha noção de lutas de classes estava na penumbra do senso comum. De fato, estavam em gestação em minha consciência muitas dúvidas que permanentemente me interrogavam sobre as raízes das “injustiças sociais”, cujas explicações correntes, com frequência, já não me convenciam. Certamente, faltavam-me acúmulos teóricos e políticos e categorias conceituais históricas,

que fariam a mediação entre os nexos e elementos que auxiliam a compreensão da realidade. Fundamentos filosóficos, sociológicos e econômicos mínimos, em sua interação dialética, ou seja, à luz do materialismo histórico, faltavam-me para compreender a complexidade e todo o engendramento histórico que conforma a totalidade concreta, que eu observava de forma fragmentada e superficial, como a sociabilidade, a ciência e a escola subordinadas à lógica do capital tão bem sabem ensinar. De fato, pude perceber mais tarde que isso não é o suficiente, pois sem a prática a teoria não parece funcionar. Hoje posso compreender que não se tratava de deméritos de um indivíduo isolado em dúvidas e dilemas existenciais. Ao contrário, tratava-se de tensões que se davam entre minha consciência em formação com a realidade alienada em que eu vivia em coletividade, fruto de contradições históricas que geram esta realidade mesma, baseadas em relações sociais que criam um movimento que vela e turva a compreensão de suas determinações fundantes.

Até então, moviam minha investigação problematizações acerca das possíveis interfaces educacionais entre a proposta e as práticas pedagógicas do MST e as formulações teóricas da Educação Ambiental na perspectiva crítica que adotei como referencial teórico-metodológico e político e enquanto membro do Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade, grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, do PPGE/FE/UFRJ. O envolvimento e intensa troca com outros pesquisadores deste grupo também contribuíram para a elaboração da minha dissertação de mestrado em Educação, defendida em 2007⁵ neste programa. Um trabalho que vejo hoje como sendo cientificamente frágil e politicamente imaturo, mas que considero basilar por dois motivos: 1) por ter me permitido uma primeira aproximação que considero fecunda com a teoria marxista e o materialismo histórico dialético e 2) por ter me permitido a participação em processos de

⁵ Como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

formação política com o MST e com vários coletivos de educadores e movimentos sociais populares do Rio de Janeiro. A prática sem a qual a teoria não anda.

Voltando àquela tarde de 2005 na Secretaria Estadual do MST, em um prédio antigo no centro do Rio de Janeiro, a coordenadora do Setor de Educação, após ouvir atentamente minhas intenções em “contribuir para que a sociedade conhecesse a proposta de educação do MST”, deu-me um punhado de materiais sobre a concepção de educação do movimento, entre cartilhas de campanhas, informativos e cadernos com as suas propostas pedagógicas. Solicitou gentilmente que eu fizesse a leitura daqueles documentos e em seguida retornasse, para “continuarmos nossa conversa”. Eu retornaria muitas vezes desde então. Fiz a leitura dos documentos e de outros e fui convidado a frequentar algumas reuniões do Setor de Educação, passando a participar também de seminários em universidades com a participação de militantes do MST, encontros formativos e atos públicos do movimento no Rio de Janeiro.

Em 2006, duas experiências marcariam ética e politicamente os rumos das minhas pesquisas: a primeira delas foi a aprovação de um projeto em um processo de seleção pública de projetos de pesquisa sobre políticas públicas de educação, com foco na rede pública de ensino (Edital nº 2 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED em convênio com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC), desenvolvido de julho/2006 a maio/2007⁶, no Assentamento Zumbi dos Palmares, no município de Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense. Foi uma pesquisa em que pude conhecer um pouco mais concretamente aspectos da realidade e do contexto que envolve a política de reforma agrária vigente. Ali, materializaram-se algumas das contradições que eu verificava teoricamente, caracterizadas pelas tensões entre a agricultura capitalista (setor sucroalcooleiro, ponta de lança do

⁶ Sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, da Faculdade de Educação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ. Esta pesquisa resultou no trabalho “*Contribuições para a construção de uma educação ambiental transformadora: a educação e o trabalho em um assentamento de reforma agrária*”, publicado em **Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais**. Regina Vinhaes Gracindo (org.) [et al]. Brasília : Liber Livro Ed., 2007.

agronegócio no estado) e a *agricultura familiar*, os latifúndios (que moveram as lutas dos sem terra na região, com diversos acampamentos e a conquista de assentamentos) e as lutas por políticas públicas (crédito, assistência técnica e educação, dentre outras). Os resultados desta pesquisa trazem alguns subsídios para as reflexões desta tese, não tanto em termos empíricos, mas muito mais em termos de reconhecimento das lutas pela Educação do Campo como parte das lutas pela escola pública, no contexto marcado pela *autocracia burguesa*, característica do capitalismo dependente no Brasil.

O termo *agricultura familiar* não é isento de contradições. Remete-nos em um primeiro momento a uma correlação com o termo agricultura camponesa, sobretudo, ao referirmo-nos à centralidade dos membros da família na divisão do trabalho e ao geralmente pequeno tamanho das propriedades. Contudo, sua utilização nos últimos anos está cercada pelo ambiente escorregadio da liberalização econômica e financeira que “modernizou” a “comodificação” da agricultura e de sua expansão sob o domínio do capital financeiro. Assim, hoje, há “agricultores familiares” comprando força de trabalho de trabalhadores rurais, inclusive de assentados da reforma agrária, utilizando o pacote tecnológico hegemônico e comercializando sua produção ou parte dela com empresas do agronegócio. No caso específico do Assentamento Zumbi dos Palmares, o que sabemos não ser o único, muitos assentados à época da pesquisa viam-se obrigados a plantar e comercializar a cana-de-açúcar com as usinas locais, a fim de garantirem o pagamento das dívidas do financiamento contratado junto aos programas de crédito oficiais. Por um lado, os assentados, incentivados pelo Setor de Produção do MST, desenvolviam técnicas agroecológicas de produção nos cultivos de subsistência e para o abastecimento do mercado local em pequenas feiras-livres, de outro, aplicavam o velho pacote de agrotóxicos, sem o qual a baixa produtividade da cana em solo há muito exaurido por esses próprios métodos não lhes permitiria acessar as micro-fatias do mercado dominado por velhos e novos senhores usineiros.

Uma outra experiência, embora mais curta, porém, não pontual dentro do movimento que se dava na minha consciência, refere-se à participação no coletivo organizador do Encontro dos Sem Terrinha do Rio de Janeiro, em outubro de 2006. Durante algumas semanas foram realizadas reuniões organizativas que culminaram em um encontro de três dias com crianças e pré-adolescentes acampadas e assentadas de diversas regiões do estado. Os elementos para o debate se confundem com os elementos da pesquisa, pois o que estava em evidência era a luta dos Sem Terrinha, a luta pela escola pública e por uma Educação do Campo que passaram a acompanhar a dura luta pela terra de trabalho. Traduzir pedagogicamente esta luta é uma das tarefas das quais o MST não tem se omitido, o que não significa que para realizá-la o movimento não tenha que lidar com inúmeras contradições. Este, contudo, não é o lugar para nos determos nelas.

A pedagogia da luta pela terra no Encontro dos Sem Terrinha se materializou desde o trabalho coletivo realizado pelas inúmeras equipes e as chamadas “brigadas” do movimento (cultura, saúde, alojamento, transporte, alimentação, etc.), envolvendo militantes de diferentes territórios e setores, passando pela socialização da proposta pedagógica do MST com os educadores que realizariam as atividades durante o Encontro, até os embates políticos travados com o Estado para garantir que o Encontro se realizasse. Participei novamente do coletivo de organização do Encontro dos Sem Terrinha em 2007 e ele viria a confirmar que um dos desafios de construção de uma proposta educacional coerente com a formação de sujeitos históricos em luta pela emancipação de sua classe, a *educação* tomada neste sentido como *estratégia política* para a formação da consciência e da subjetividade da classe trabalhadora, é materializar as *mediações* originadas das próprias lutas dos trabalhadores, como os Sem Terrinha fazem nas lutas por Educação do Campo.

Entre 11 e 15 de junho de 2007 realizou-se o 5º Congresso Nacional do MST, em Brasília, Distrito Federal. Neste Congresso, o MST organizou pela primeira vez uma escola

itinerante para um evento de grande porte, a Escola Itinerante Paulo Freire (EIPF). Durante os dias do congresso, a EIPF acolheu mais de 600 crianças, pré-adolescentes e adolescentes de 24 estados. Foram mobilizados educadores de todo o MST e alguns educadores de fora do movimento foram convidados à contribuir. Tive a honra de participar deste momento e ainda são muito vivos em minha memória os sons, cheiros, cores, cantos, sabores, sotaques, marchas, místicas e ensinamentos daqueles dias que resultariam em um movimento de complexa descrição para a formação da minha consciência. No dia 14 de junho, uma quinta-feira véspera do encerramento do Congresso, me uno às centenas de Sem Terrinhas e a outros 15.000 mil trabalhadores rurais do MST e de outros movimentos sociais em marcha pelas avenidas de Brasília, rumo à Praça dos Três Poderes. A “onda vermelha” ainda arpeja a nuca e acelera meu coração, me fazendo pensar o quanto dramática e bela pode ser uma revolução.

Outro registro que cumpre mencionar, pois reforça o papel da formação política na práxis do/a educador/a, e o que tentaremos demonstrar como indispensável à concepção da educação tomada como estratégia política foi a participação em novembro de 2009 no *Seminário Rosa Vermelha – Socialismo e Revolução na Atualidade*, promovido pela Fundação Rosa Luxemburgo em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes⁷, em Guararema, São Paulo. Foram cinco dias de atividades de formação política que reuniu cerca de 150 militantes de aproximadamente 35 movimentos sociais de Cuba, Chile, Argentina, Honduras, Uruguai, México, Bolívia, Brasil, Venezuela, Panamá, Haiti, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Colômbia, Paraguai e Equador. Para sintetizar o que lá se viu, me aproprio de uma referência da socialista polaca inscrita em uma dos *banners* expostos na plenária da ENFF: “*O proletariado precisa de um alto grau de educação política, de*

⁷ Sobre a ENFF ver LEHER, Roberto. *Escola Nacional Florestan Fernandes: um grande acontecimento para a educação e para as lutas sociais no Brasil*. Disponível em: http://cabiouel.files.wordpress.com/2010/04/leher_escolaflorestan.pdf Acessado em: 30/11/2011. Será pertinente aos nossos objetivos, não por meio de uma abordagem particularizada, mas articulada ao conjunto das mediações que interagem nos processos de formação da consciência que propomos investigar, analisarmos as concepções e práticas de educação popular e formação política desenvolvidas na ENFF, o que pretendemos realizar com o desenvolvimento da tese, a partir da análise da Cronologia dos Conflitos Sociais e de seus nexos com os processos educacionais tomados como estratégia política pelo MST.

consciência de classe e de organização. Não se pode aprender tudo isso em folhetos ou panfletos, mas essa educação deve ser adquirida na escola política viva, na luta e pela luta, no curso da revolução em marcha”.

Neste momento, eu retrocedo um pouco, até 2008, quando assumi o cargo de Coordenador de Projetos Socioambientais da Superintendência de Educação Ambiental (SEAM), da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ). Minha função era planejar, coordenar e executar os projetos em Educação Ambiental que tivessem interfaces com movimentos sociais, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, “terceiro setor” e unidades de conservação estaduais. Não me estenderei em detalhes desta experiência – que trouxe significativos aportes na minha formação, sobretudo, no entendimento do papel do Estado na legitimação e (des)regulação da reprodução do capital, cujo executivo “*não é mais que uma comissão para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa*”, nos termos de Marx e Engels (1986, p. 84), ainda que ali também sua hegemonia esteja em ainda mais tímida disputa – mas, pontualmente, em um fato que guarda relação estreita com algumas reflexões que estamos fazendo aqui. Após alguns meses de trabalho fui convocado para participar de uma reunião com uma missão do Banco Mundial. A missão tinha como objetivo, basicamente, a pactuação (termo utilizado pelas “partes”) do apoio da SEA-RJ às próximas etapas de desenvolvimento do “Rio Rural” ou *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Rio Rural/BIRD*. Como o projeto possuía um componente de ações em Educação Ambiental, fui representar a superintendente que estava em outra agenda. A missão era composta por Alvaro Soler, gerente do projeto Rio Rural no BM, uma socióloga da FAO cujo nome não me recorde e o subsecretário Antonio da Hora. Se pudséssemos fazer uma analogia deste encontro com as estratégias por vezes utilizadas pela pedagogia da hegemonia, como os 3R’s (Reduzir, Reutilizar, Reciclar), lema enfadonhamente massificado por uma prática educacional ambiental a-histórica e tecnicista, comporíamos uma

versão com os 3S's (Subordinação, Subserviência, Servilismo). Estas são marcas do Estado burguês, que sob o capitalismo dependente desembocam de forma selvagem na superexploração e superexpropriação da classe trabalhadora.

O *Curso Emancipações* amalgamou todas estas experiências políticas neste estágio de formação da minha consciência. Mas sobre ele nos deteremos no último capítulo da tese, visto que é uma das referências empíricas mais importantes para dialogarmos com a concepção da *pedagogia da luta e da resistência*, ideia chave às pretensões desta investigação e que reivindicamos a partir tanto das análises preliminares que temos das lutas sociais na América Latina quanto de trabalhos e textos publicados pela Equipe de Educação Popular Pañuelos em Rebeldia⁸, que tem na educadora-militante Claudia Korol uma de nossas referências principais, no que se refere às lutas dos movimentos sociais na América Latina e o germe emancipador que elas carregam em seus atos de rebeldia.

Esta vivência, de formação e intenso aprendizado, a troca com militantes de diversos movimentos populares rurais e urbanos do Brasil e América Latina, em um ambiente construído por sujeitos portadores de sonhos, utopias e projetos de classe, essa pedagogia em movimento, me apontou entre tantas outras coisas o significado daquilo que mais tarde passei a buscar compreender mais cientificamente como expressão da luta pela *educação como estratégia política*.

Se por um lado mostrou que esta luta não pode prescindir das contribuições das teorias que subsidiam nossa *práxis*, por outro, mostrou a imprescindível prática experimentada pelos/as educadores/as em seus espaços originais concretos de lutas, de atuação e formação e a exigência de socialização e coletivização do ato educativo, dos saberes, conhecimentos e riquezas da complexidade das relações e mediações que constituem e definem a natureza da

⁸ Ver <http://www.panuelosenrebeldia.com.ar/>

formação humana, a natureza histórica e social do ser humano, no fazer-se humano nas interações sociais que o constitui e que são constituídas por ele.

1.4 Estratégias e empiria da pesquisa

1.4.1 A análise das lutas sociais: O Observatório Social da América Latina (OSAL)

Em estudos anteriores, buscando compreender os nexos existentes entre as categorias trabalho e educação, utilizamos como principal referência epistemológica e metodológica o trabalho da Professora Miriam Limoeiro Cardoso, *Para uma leitura do método em Karl Marx: anotações sobre a “Introdução de 1857”*⁹. Para esclarecimentos e cotejamento, utilizamos a 1ª edição brasileira de 1977¹⁰ da *Contribuição à crítica da economia política*, em particular seu Prefácio e a Introdução à crítica da economia política. Nos apoiamos também nos textos reproduzidos do *Prefácio* e *O método da Economia Política*, traduzidos pelo Professor Florestan Fernandes¹¹.

Orientamos nossos estudos, epistemológica e metodologicamente, a partir das categorias do materialismo histórico e da dialética. Não por gosto, abstratamente, como se, por si sós, ou pelos vínculos históricos com o marxismo, elas fossem capazes de explicar a realidade e se contrapor *a priori* à sociedade capitalista. Pretendemos nos orientar pelo materialismo histórico e pela dialética interagindo a teoria, o método e a empiria, guiado pela problemática e pelos objetivos da pesquisa, tal como nos ensinaram os fundadores da filosofia da práxis, para usarmos termos gramscianos.

⁹ Publicado no Número 30, de setembro de 1990, no Caderno do ICHF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo uma 1ª versão formulada como parte do texto *A Periodização e a Ciência da História, Observações Preliminares*, apresentado ao Seminário Internacional sobre a História da Agricultura Brasileira, CPDA/FGV-RJ, 1977. Neste texto, citaremos como Cardoso (1990).

¹⁰ Tradução de Maria Helena Barreiro Alves e revisão de Carlos Roberto F. Nogueira.

¹¹ Publicados em 1946, sendo republicados em 1983 na antologia *K. Marx, F. Engels: história*, da Coleção Grandes Cientistas Sociais, organizada por Florestan Fernandes. Editora Ática.

O conceito de metabolismo sociedade-natureza, por exemplo, só pode ser compreendido a partir do conhecimento das relações que são estabelecidas em sociedade, notadamente, na sociedade capitalista, já que foi neste tipo de sociedade e a partir dela, ou a partir de suas contradições, que ele pôde ser criado. Com isto queremos sustentar que compreender o caráter histórico dessas relações é reconhecer que nem elas nem seus efeitos são imutáveis, ou naturais, ou finitos; ao contrário, marcam e movem as estruturas e dinamismos de uma sociedade de classes.

Em conformidade com o materialismo histórico, serão os sujeitos das lutas sociais que merecerão centralidade em nossa investigação, notadamente, os que protagonizam as lutas pela terra no Brasil. Neste sentido, nos deteremos nos estudos de autores que conferem centralidade à classe social e às contradições geradas por sua existência, como categoria definidora de tempos históricos das sociedades em estágios de desenvolvimento diferenciados, desiguais e combinados, como: Karl Marx (1974, 1977), Marx e Engels (1983¹², 1986) Vladimir I. Lênin (1978¹³, 1982, 2008) Antonio Gramsci (1978, 1980, 2011), Marcelo B. Mattos (2009) e Ricardo Antunes (2004).

Partiremos de uma concepção teórica, formada a partir de em um plano ideal e concreto, mas fundamentalmente abstrata: o modelo de agricultura capitalista, conhecido como agronegócio, sob o capitalismo dependente no Brasil, ao maximizar os fundamentos de onde emerge a falha metabólica sociedade-natureza, isto é, a superexpropriação e superexploração do trabalho, conforma um desenvolvimento das relações sociais e das forças produtivas que não é capaz de garantir as classes trabalhadoras, notadamente, daquelas que vivem e trabalham no campo, à realização de suas necessidades e capacidades.

Para esta crítica utilizamos a representação que temos da *questão agrária brasileira*, compreendida como uma totalidade concreta, composta de questões que vão desde a

¹² FERNANDES, Florestan. (org.) [da coletânea] *Marx e Engels: história*. São Paulo : Ática, 1983.

¹³ FERNANDES, Florestan. (org.). [da coletânea] *V. I. Lênin: política*. São Paulo : Ática, 1978.

propriedade da terra e sua organização produtiva e às relações sociais aí engendradas, passando necessariamente pelo trabalho como categoria geral, em suas diversas formas, a cultura, a religiosidade e a espiritualidade, os símbolos e os sentidos dados à natureza. Toda esta representação feita no pensamento e, portanto, concreta, posto que alimentada pelo real, é ainda apenas reprodução do pensamento e não precisamente o próprio real.

Os homens, ao estabelecer as relações sociais de acordo com o desenvolvimento de sua produção material, criam também, os princípios, as ideias e as categorias, conformidade com suas relações sociais. Portanto, essas ideias, essas categorias, são tão pouco eternas como as relações às quais servem de expressão. *São produtos históricos e transitórios.* (MARX, 1976, p. 105, grifos do autor).

Em nossa representação do real, chegamos a um conjunto de relações sociais que são condicionadas por determinações históricas vinculadas diretamente à produção econômica, não sendo esta, contudo, sua única definidora. Estas relações, fundadas na relação capital e trabalho são, em seu conjunto, alienadas (MÉSZÁROS, 2006; KONDER, 2009; RANIERI, 2001). O modo como o sistema produtivo na sociedade de classes capitalista – e as relações sociais que o sustenta e reproduz especificamente sob a condição capitalista dependente encontrada no Brasil – encontra-se organizado no estágio atual, exige que, para as tarefas de transformação social, nos perguntemos: que modos de produção social, econômica, cultural, educacional, afetiva, moral nos trazem sentidos e caminhos emancipatórios? Em que medida esses sentidos e caminhos podem ser apreendidos e contribuir para suscitar novos processos de transformação da consciência? Isto é útil para nos ajudar a pensar as estratégias e os movimentos das classes nas lutas sociais? Pensando nas relações sociais estabelecidas e os movimentos das classes por elas ensejados, vemos que os sujeitos sociais em luta e algumas de suas práticas plasmam outros sentidos e outros caminhos, cuja potência de emancipação é difícil de prever, mas de cujo desenvolvimento gesta uma práxis que se refaz na luta e na disputa por hegemonia.

Deste modo, nossa crítica à categoria desenvolvimento será mediada a partir da investigação e interlocução com os sujeitos das lutas sociais e da problemática dos tempos históricos no desenvolvimento desigual do capitalismo. Assim, abordaremos a expansão e hegemonia do modelo do chamado agronegócio no Brasil, pensando-o como o modelo coerente com o desenvolvimento capitalista dependente. No caso específico do agronegócio, discutiremos mais adiante como a narrativa do desenvolvimento sustentável e de seu conceito correlato, o de responsabilidade social da empresa, são utilizadas com o propósito de tornar seus produtos mais aceitos no mercado, “agregar valor a marca”, conquistar corações e mentes através da fetichização ecológizante aliada ao capitalismo de rosto humano. Em nossos diálogos e experiências formativas com dirigentes e militantes dos setores de Educação e Formação do MST no estado do Rio de Janeiro, obtivemos informalmente depoimentos e informações ressaltando que durante os últimos anos, maiores esforços têm sido dirigidos à compreensão da temática do desenvolvimento sustentável ou, como também é conhecida nas diversas instâncias organizativas do MST, a questão ambiental.

Quais as leituras que os movimentos sociais têm feito dos impactos socioambientais do agronegócio? Como estes impactos socioambientais e políticos aparecem nas lutas empreendidas pelos movimentos? O que está no centro deste debate? Como os movimentos identificam as relações entre o Estado e as corporações multinacionais?

As referências que nos permitem compreender as mediações com potencial formativo de intervenção na consciência dos sujeitos em luta são as próprias lutas. Um das questões que julgamos essenciais para nossa hipótese central de trabalho é como a educação e a formação política se inserem e dialogam neste contexto de lutas. Faremos uma análise dos dados da Cronologia dos Conflitos Sociais – Seção Brasil, publicados na Revista do Observatório Social da América Latina (OSAL), no período de 2000 a 2010 e sistematizados no Banco de

Dados do OSAL, organizado pelo Projeto Outro Brasil, do Laboratório de Políticas Públicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ).

1.4.1.1 O trabalho no OSAL

As próximas seis páginas foram elaboradas a partir de trechos modificados do documento elaborado para o encontro entre as equipes de trabalho das Cronologias ocorrido em Medellín – Colômbia, entre 27 e 29 de julho de 2009. Este texto foi originalmente produzido por Alice Coutinho da Trindade, Jacqueline Aline Botelho Lima e Roberto Leher. Consideramos sua reprodução, parcial e com algumas modificações, pertinente à compreensão de algumas características referentes às metodologias de estudo e pesquisa das ações dos movimentos e organizações populares no Brasil. Por outro lado, ela nos mostra como os dados publicados nas Cronologias foram sistematizados, esclarecendo aspectos metodológicos e políticos relevantes dos dados empíricos em análise. Além disso, ela sistematiza os acúmulos e discussões teóricas e políticas que envolveram o trabalho de elaboração e análise da cronologia das lutas sociais no Brasil pela equipe do projeto, acúmulos esses enriquecidos nos próprios processos formativos e articulações dos movimentos e organizações populares com os quais a equipe do Projeto Outro Brasil manteve-se envolvida.

O projeto OSAL do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) tem como objetivo fazer uma cronologia e um mapeamento dos conflitos sociais na América Latina e Caribe identificando:

- Os protagonistas e seus aliados (movimentos, sindicatos, partidos, ONGs que apoiam a luta.

- As motivações (campanha salarial, melhores condições de trabalho, reforma agrária, expropriações, etc.).
- Formas de apresentação do conflito (greve, passeata, ocupação).
- Reação do governo/ setor privado.
- Uso do aparato Jurídico e repressivo.
- Desfecho.

A equipe do Projeto Outro Brasil que compôs a equipe OSAL Brasil era formada por graduandos e pós-graduandos de universidades públicas, bolsistas da Fundação Rosa Luxemburgo¹⁴ ou da UERJ, funcionários da UERJ e o coordenador do projeto prof. Dr. Roberto Leher, da UFRJ. Além das atividades ligadas ao OSAL, a equipe atuava ainda no curso *Emancipações*, tanto na dimensão organizativa e “institucional”, pelo vínculo indireto com a UERJ via LPP, como constituindo com outros estudantes de universidades públicas um coletivo de educadores, reivindicado pelos próprios educandos-cursistas, que vivenciou virtuosas tensões e questionamentos sobre o papel dos intelectuais na formação da classe, sobre a autonomia dos coletivos educadores e pela experiência formativa de participar de processos de formação política junto às bases dos movimentos sociais em seus territórios de atuação.

1.4.1.2 A Metodologia adotada no OSAL/Brasil

¹⁴ A Fundação Rosa Luxemburg (Rosa Luxemburg Stiftung – RLS) foi fundada em 1990 e é desde 1996 uma fundação política próxima ao antigo Partido do Socialismo Democrático (PDS). Promove basicamente educação política, atividades culturais e análises sociais. Disponível em: <http://www.rls.org.br/instituto.asp> acessado em: 12/07/2009 19:51h. À Julie Pfeiffer e Kathrin Bhul, coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburg e representante do RLS no Brasil, respectivamente, que foram sempre muito gentis e generosas, apoiando e acompanhando atentamente os passos do Projeto Outro Brasil, estendemos nossos agradecimentos e saudações internacionalistas.

A metodologia do trabalho com as cronologias envolve a seleção das mídias a ser utilizadas para o levantamento, a filtragem das notícias e a produção do registro a partir de alguns aspectos das metodologias apresentados a seguir. O trabalho com as mídias foi feito por uma equipe de seis pessoas. Uma destas além de fazer o trabalho de filtragem das mídias ainda coordenava e recebia as notícias enviadas pela equipe e produzia o documento final a ser enviado para Buenos Aires, onde as cronologias eram centralizadas e publicadas. Todos os membros da equipe trabalhavam ainda na produção de relatórios de conjuntura. Duas pessoas se encontravam mais diretamente ligadas ao Banco de Dados do Brasil, garantindo a alimentação e ajustes na estrutura e um membro da equipe pesquisa e produz a lista de referência bibliográficas do período.

É importante destacar que no ano de 2008 foi feita uma ampla discussão pela equipe do OSAL Brasil, sinalizada pelo CLACSO sobre a definição mais precisa das fontes. Com isso, o trabalho de pesquisa parte da leitura e análise de fontes impressas e virtuais como:

- a) Jornais de circulação nacional e de grande tiragem: O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo;
- b) Jornais ligados aos movimentos sociais e não associados a grandes empresas jornalísticas, como: Brasil de Fato, Centro de Mídia Independente (CMI), Agência Brasil, Agência Chasque de Notícias, Boletim Dataluta;
- d) Publicações virtuais ligadas estritamente a movimentos sociais e sindicais, como Letra Viva (MST).

Como apontamentos iniciais é fato que estas mídias (corporativas ou comerciais) não dão grande visibilidade aos movimentos sociais, divulgando suas ações em pequenas notas ou simplesmente não divulgando-as. Salvo quando a oportunidade de criminalização não pode ser ignorada, e normalmente não são, pois a isto se somam às demais mediações internalizáveis por meio da pedagogia da ordem, que visam, sobretudo, à desqualificação e

deslegitimação daqueles que lutam contra o capital ou a ele fazem críticas mais consistentes. Devido a este fato, utilizamos mídias independentes e foram consultados como fontes, os meios de comunicação dos próprios movimentos. Comparando as informações divulgadas por estes meios, encontramos frequentemente grandes disparidades entre os dados veiculados nos jornais vinculados à grande mídia e aqueles veiculados pelos movimentos, por isso, procuramos utilizar mais de duas mídias para cada notícia computada.

A partir da leitura diária das fontes, selecionamos os conflitos, buscando identificar: protagonista, motivo, antagonista, resultados e desdobramentos, caracterizando o conflito em termos territoriais e temporais. A metodologia pode ser representada da seguinte forma:

- 1) QUEM? A/as organização/ões, instituição/ões, movimento/s que protagonizam e organizam o conflito.
- 2) COMO? Como se manifesta o conflito (greve, passeata, mobilização, abaixo assinado, rebelião), como se configura a luta, como se articula e quantas pessoas mobiliza.
- 3) PARA QUE? A reivindicação da mobilização, os objetivos.
- 4) CONTRA QUEM? Para que sujeito/s, instituição/ões se projeta as reivindicações (Ex: setor privado, governo).
- 5) COM QUEM? No caso de o conflito ter o apoio de outras organizações, instituições, movimentos.
- 6) ONDE? Região, estado, território onde se localiza o conflito.
- 7) RESULTADO. A resposta estatal-privada ao conflito, a resolução da luta (seja na forma de negociação, repressão, indiferença).

Desde 2005, o trabalho ainda incluiu o registro dos conflitos em um Banco de Dados do Brasil. O banco armazena os registros referentes aos conflitos sociais brasileiros

registrados desde a primeira edição do programa OSAL no ano 2000. Por meio de categorias é possível classificar, agrupar as movimentações, os conflitos facilitando assim a busca e a consulta das informações geradas.

1.4.1.3 Sobre as fontes

As fontes no OSAL Brasil sofreram mudanças ao longo do trabalho. Este diagnóstico pode ser feito a partir da análise das cronologias e foi acompanhado pela equipe que se encontrava à época no mapeamento. É importante recordar que inicialmente o trabalho era feito quadrimestralmente, com um número máximo de caracteres para entrar na publicação (Revista del OSAL), com isso, apenas conflitos com maior repercussão nacional eram incluídos nesta versão resumida.

Em 2000 o trabalho era feito com os três principais jornais impressos do país, Jornal O Globo / RJ, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo. Em setembro deste ano, são incorporadas mais três jornais de grande circulação: Jornal do Brasil, Jornal O Dia, Jornal Extra, sendo este último parte do império das organizações Globo que no Brasil, controla diversos meios de comunicação como jornais, rádios além da maior emissora de televisão do país. Neste período inicial do programa, se começava a pensar de forma mais sistemática a questão das fontes e as proposições metodológicas com o trabalho desta.

Em 2001, o trabalho foi consolidado em um único documento de todo o período anual e voltou a ter como fontes os três primeiros meios já citados. Em 2002, novas mídias agregam novas possibilidades de informações na cronologia. Mídias mais independentes e não ligadas a grandes grupos empresariais começam a fazer parte da metodologia. Neste ano entram em cena: Agência de Notícias Carta Maior, Diário Popular, Jornal Nossa Terra, Jornal USP e também Jornal Gazeta Mercantil. Destaque para a Agência Carta Maior que se configura até o

momento como uma mídia combativa e crítica que acompanha e dá visibilidade aos principais conflitos no país. Contudo, há que se destacar também os vínculos ideológicos de muitos de seus intelectuais com o governo Lula/Dilma.

Em janeiro de 2003 outra importante fonte é somada aos estudos e as configurações do atual momento começam a aparecer: o informativo e o *web site* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nos meses que se seguiram aquele ano essa mídia desaparece, mas já em 2004 ela volta com outros meios de comunicação alternativos sob o título de “outras fontes”: Imprensa-CUT, Letra Viva-MST, MST na Imprensa, Resenha Federal.

Neste período, se insere também na metodologia a mídia da Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicato que historicamente havia se configurado como um movimento combativo com foco no trabalho, mas que paulatinamente passa a se aliar a políticas de acordos coletivos sem avanços para os trabalhadores e flexibilização das leis trabalhistas de acordo com a demanda do capital.

Esta seleção de mídias neste momento contempla: Imprensa-CUT, Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, Informe Letra Viva-MST, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST.

No entanto, em agosto de 2005, há um retrocesso e apenas 4 mídias voltam a fornecer informações para o documento: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo.

Ao analisar este retrocesso, é possível concluir que a discussão sobre as mídias, as fontes, não estava consolidada abrindo possibilidades de fuga da metodologia tanto por uma falta de clareza dos elementos que norteiam a metodologia, seus critérios e especificidades

quanto pela omissão das grandes mídias para se obter determinadas informações sobre as lutas sociais.

Mas, em 2006, outro avanço, é incorporada uma mídia que se destaca na divulgação de ações de sem-tetos e do movimento pelo Passe Livre em todo país, o Centro de Mídia Independente (CMI).

Em setembro deste mesmo ano o site Agência de Notícias do Planalto também entra em cena. Esta mídia foi muito importante durante um longo período de OSAL, no entanto, foi retirada do trabalho por apresentar em seu *web site* uma indicação para que as notícias vinculadas sejam utilizadas na íntegra com citação da fonte. Como não eram utilizadas notícias na íntegra, pois era preciso adaptar as notícias para a metodologia do trabalho, optou-se por suprimir esta fonte de informações. Tentou-se entrar em contato com o *web site* da Agência, na tentativa de buscar uma autorização neste sentido, mas não houve retorno.

A partir de abril de 2007, uma mudança estrutural, as cronologias deixam de ser trimestrais para serem mensais, o número máximo de caracteres é abolido e com isso amplia-se as possibilidades de divulgação e o trabalho com as fontes de estudo. Neste ano, as mídias empregadas foram as seguintes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato, Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST, CMI.

A partir de então, atendendo as demandas e acúmulo dos Centros Membros, o Comitê Central do OSAL indica uma sistematização e uma seleção mais fixa das fontes. Com isso, após reuniões e discussões da equipe OSAL Brasil, são selecionadas as seguintes mídias: Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo (assinaturas), Agência Chasque de Notícias, site oficial do MST, Jornal Brasil de Fato, CMI, Agência Brasil, Boletim Dataluta.

Como mídia flutuante não sistemática - que aparecem periodicamente por serem as únicas a divulgar determinado conflito, no mapeamento tem-se a Agência Petroleira de

Notícias (APN), ligada ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Petróleo (Sindipetro). Neste ano de 2008, a agência foi a única a fornecer informações sobre o primeiro de Maio na Zona Oeste do Rio de Janeiro, quando pescadores, moradores, trabalhadores protestaram contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA/Thyssen-Krupp/Vale, gigantesco empreendimento do capital que tem causado graves problemas sociometabólicos. Por suas notícias exclusivas de atos esta agência tem se configurado como uma fonte de informações essencial.

O que se pôde perceber ao longo do trabalho no projeto é que as mídias de grande circulação no Brasil fornecem pouco ou nenhum espaço para os conflitos travados entre o capital e o trabalho. Com isso, parte-se destas pequenas notas, fotos com descrições ínfimas para a busca de informações mais precisas nas mídias alternativas vinculadas aos movimentos sociais, sindicatos e outras organizações. Com isso agregou-se o trabalho com o site do MST e o Jornal Brasil de Fato, também vinculado ao movimento, que é uma importante fonte de informação sobre as ações do maior e mais orgânico movimento social do país.

Outras mídias que foram sendo incorporadas ao trabalho a partir deste período é Agência Chasque de Notícias e Agência Brasil. A Agência Chasque surge no trabalho por sua frequente cobertura das ações de todos os tipos de conflitos na região Sul do Brasil. Local de atuação de ações importantes do MST, a região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) tem sido palco de muitos conflitos históricos na luta pela terra e que são de forma bastante satisfatória cobertos pela Agência.

O Boletim Dataluta, nos fornece importantes levantamentos de dados sobre a luta pela terra, sobre conflitos e mortes em conflitos sociais no Brasil. Já a Agência Brasil, vinculada ao governo federal, aparece como uma importante fonte de informações de todo o território nacional com ênfase nos conflitos indígenas, dados sobre desemprego, libertação de trabalhadores em trabalho análogo à escravidão e outros.

As mídias de maior circulação do país nos mostram com clareza o compromisso destes meios de comunicação com o modo de produção capitalista dependente que o Brasil desempenha no cenário mundial. É importante destacar que, apesar de não apresentar a real situação dos conflitos e por muitas vezes suprimi-lo, este também é um dado que deve ser analisado. No entanto, em pequenas notas, colunas, encontramos os conflitos nas entrelinhas e buscamos ampliá-lo com informações feitas pelas organizações, movimentos sociais, mídias independentes etc.

1.4.1.4 Relevância e alguns resultados

As cronologias colocam em destaques as lutas sociais como elementos cruciais para o entendimento de questões como as contradições dos padrões de acumulação existente na América Latina e Caribe, como a reforma agrária, questões trabalhistas, direitos sociais, saúde, educação, recursos energéticos, etc. Os dados das cronologias subsidiaram estudos analíticos elaborados pela equipe do OSAL.

Podemos observar nos estudos analíticos que, os protagonistas dessas lutas ganham novos rostos, como os dos camponeses, povos originários e trabalhadores precários. Entre os trabalhadores do setor público, sobressaem as mobilizações no setor educacional. Como a educação foi um dos setores mais atingidos pelas reformas de ajuste estrutural, a insatisfação de professores, funcionários e estudantes têm sido uma constante, conforme é possível depreender da análise das cronologias de todas as partes da América Latina: Cone Sul, Região Meso-Amazônica, Andina, América Central, México e Caribe.

Ademais, a compreensão dos conflitos educacionais fornece importantes subsídios para o entendimento da natureza e do caráter das “reformas” educacionais da região. Examinando as reivindicações é possível relacioná-las com as políticas neoliberais que estão

em curso na maior parte dos países da região. A universidade tem um papel fundamental na discussão e reflexão desses conflitos e, nessa perspectiva, não pode deixar de dialogar com os sujeitos e os seus saberes.

O quadro abaixo, um recorte temporal deliberada e necessariamente limitado, que vai um pouco além da primeira quinzena do mês analisado, e representa cerca de um terço das ações daquele mês, nos aponta exemplos de alguns elementos e dados que serão examinados em nossa análise das lutas pela terra no Brasil.

Tabela 1 – Caracterização das lutas do MST – Julho/2007

Data	Quantidade pessoas	Região	Interlocutor	Motivo/reivindicação	Forma de luta
02	2.000	PR	Estado (INCRA), proprietários	Créditos para lavoura e infraestrutura em assentamentos.	Acampamento em frente à prefeitura.
05	-	SP	Diversos (Encontro de Áreas Protegidas)	Participação no evento.	Ato Público no local do evento.
06	250 famílias	SP	Estado, usinas de açúcar	Denúncia de grilagem de terras públicas	Ocupação de terra.
07	150	PR	Sociedade	Anulação do leilão da Vale	Ato Público em praça (lançamento de Campanha Nacional)
09	400	RS	Estado (COAB e governo estadual)	Regularização do fornecimento de cestas básicas nos acampamentos	Bloqueio de rodovias, 2 federais e 2 estaduais
09	-	PR	Estado (executivo, judiciário), transnacional agro, famílias Sem Terra.	Ação contra transnacional Syngenta Seeds	Agravo de instrumento no Tribunal de Justiça do Paraná por pessoa física (Roberto Requião).
10	150 famílias	MG	Estado, proprietários.	Morosidade dos órgãos federais e estaduais em fazer	Ocupação de terra.

13	100 famílias	SP	estado	reforma agrária em área declarada improdutiva. Morosidade dos órgãos federais em fazer reforma agrária em área declarada improdutiva.	Ocupação de terra.
18	5.000	PR	Estado (governo estadual)	Políticas públicas para a agroecologia na agricultura brasileira.	Ato Público durante 6ª Jornada de Agroecologia

Fonte: Cronologia dos Conflitos Sociais – Seção Brasil.

1.4.2 Notas metodológicas sobre a sistematização das lutas do MST nas Cronologias dos Conflitos Sociais

Nesta seção, objetivamos fazer breves pontuações metodológicas, considerando, neste primeiro momento, que o curto período de tempo analisado não nos permite apontar tendências. Uma tarefa teórico-política essencial que, contudo, está para além das pretensões deste estudo. Não enquanto tendências abstratas, mas somente conforme os elementos empíricos ganhem historicidade expressando-se na realidade concreta, como sínteses de muitas determinações.

Foram analisados 1.390 registros de ações de luta do MST sistematizados entre 2000 e 2010, nas 2057 páginas de cronologias publicadas pelo OSAL. Entre 2000 e 2005 foram sistematizados 12,3% dos registros, 7,7% em 2006 e entre 2007 e 2010 foram sistematizados 80% dos registros. Entre 2000 e 2006 as cronologias foram publicadas quadrimestralmente, exceto em 2001, quando foi publicada uma única cronologia anual, como referido anteriormente na seção inicial sobre as estratégias e empiria da pesquisa. Em 2007 foi publicada uma primeira cronologia quadrimestral (janeiro a abril) e daí em diante as cronologias passaram a ser publicadas mensalmente. Optamos por desenvolver nossas análises a partir de 2007, pois, como se verifica, as cronologias diversificaram e ampliaram o escopo das mesmas, pois passaram a ter maior sistematicidade e regularidade, quantitativa e

qualitativamente, nos possibilitando uma aproximação mais precisa das ações de luta do MST, considerando-se os limites e possibilidades destes registros a partir das informações publicadas em apenas alguns aparelhos privados da mídia burguesa, publicações com sonoras reverberações políticas e culturais engajadas vigorosamente com os partidos da ordem e em algumas mídias “alternativas” e de movimentos sociais.

Comparando o quantitativo de registros do OSAL, da CPT e do DATALUTA, percebemos que a imprensa e a mídia da burguesia autocrática comportam-se, quando lhes interessa, como os três famosos macaquinhos: não fala, não vê e não ouve nada, ou quase nada. O objetivo é não permitir, ou o mínimo possível, dentre de estreitos limites conservadores ou reacionários, que as formas de organização e de lutas dos trabalhadores, sua rebeldia e os projetos e utopias de outros mundos possíveis que eles incorporam, não contaminem às massas.

Como resultado das análises, classificamos os tipos de lutas em nove categorias principais e pudemos identificar alguns tipos de ações mais pontuais e específicas, mas que não por isso deixam de ser portadoras de mediações com potencial formativo. As categorias serão apresentadas no Capítulo 4.

Embora durante a sistematização dos dados, a quantidade de pessoas ou famílias participantes da ação tenha sido consolidada na maior parte dos registros, em outros este dado não estava disponível. É uma informação importante, pois traz indicativos que nos permitem analisar os movimentos de ascenso e descenso das lutas, a capacidade de mobilização das massas pelas organizações dos trabalhadores, em suma, os avanços e recuos das estratégias e do movimento de constituição/formação da classe. Optei, contudo, por não incluir essa variável na análise das ações de lutas, considerando que para as análises que se pretendesse realizar no sentido referido acima, os dados da CPT e do DATALUTA seriam suficientes.

Foi incluída na sistematização a categoria “acampamento”, considerando os pressupostos intrínsecos a este tipo de ação, luta e resistência. Este tipo de acampamento, porém, apresenta características distintivas dos acampamentos de luta pela terra, como veremos mais adiante, em uma tentativa de conceituação mais sistemática, por ocorrerem não em terras improdutivas que não cumprem sua função social, mas em outros espaços de lutas, como prédios e praças públicos, canteiros de obras, estradas de ferro, áreas de empresas privadas ou públicas e outras que normalmente absorvem e aglutinam uma maior variedade de grupos de intelectuais do que em um acampamento de luta pela terra.

As vigílias aparecem pela primeira vez em 11/04/2000 nos registros. Optamos por inseri-las na categoria “acampamentos”, constituindo-se como um tipo de ação de luta não contínua, na medida em que se encerram com o desdobramento da luta, assim como os acampamentos. Em nossa interpretação, vigílias são pensadas e organizadas como um acampamento de curtíssimo prazo. Não obstante, são espaços-tempo que se configuram como de formação política, pois reforçam o papel da organização coletiva dos sujeitos em luta, ao mesmo tempo em que permitem a estes se apropriarem de mediações próprias das lutas sociais e dos papéis dos agentes envolvidos, além de tornar públicas à outros sujeitos sociais, com maior ou menor alcance e profundidade, algumas das contradições das lutas de classes.

As “desocupações de terra”, assim registradas no OSAL, embora vinculadas aos processos de judicialização e criminalização do conflito (ações de despejo, ameaças, violência), constituem desdobramentos da ação de luta e resistência, sendo incluídas na categoria “ocupações de terras”, sem julgarmos os méritos de seus desenlaces positivos e negativos. Em suma, não há desocupação sem ocupação anterior, portanto, para efeito qualificador do registro vale a inserção na categoria “ocupação de terra”.

As “denúncias”, como a registrada em 13/08/07 à órgãos ou instituições ditas públicas, como, neste caso, à Ouvidoria do Estado, contra a violência da Brigada Militar no Rio Grande

do Sul, foram sistematizadas na categoria “atos públicos”, pelo seu sentido de afirmação e defesa de direitos coletivos e socialização de cenários políticos com o a sociedade, que podem encontrar maior ou menor eco e reação, ao sabor do grau de conflito e das forças em jogo.

A categoria “violência” não se refere apenas às reações coercitivas ou repressivas às lutas do MST no campo, pois não ocorre apenas em ações de ocupação/desocupação de terras, prédios, marchas, mas também em ações nas periferias das cidades, espaços públicos urbanos, instituições, rodovias, universidades, como no registro de 22/08/07 sobre a ocupação da Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, quando cerca de 30 pessoas ficaram feridas, entre estudantes e militantes do MST. Neste registro, abrimos um breve parêntese para destacar que tratava-se de uma atividade da Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública e alguns estudantes foram levados para ao Departamento Policial (DP) “apenas para identificação”. Para justificar a transferência ao DP, o coronel Álvaro Batista Camilo¹⁵, que comandou a operação, afirmou que o procedimento estava sendo adotado para “evitar que militantes do MST se auto lesionassem com o objetivo de alegar que houve violência policial”. Ele acrescentou que os manifestantes foram retirados como “precaução para a própria sociedade”. Não são raras nas análises dos registros a associação permanente entre a violência e os processos de judicialização e criminalização da luta pela terra, em especial, mas dos movimentos e lutas sociais em sua totalidade, como parte da realidade da luta de classes no Brasil e na América Latina.

Estamos considerando que uma marcha configura-se como um ato público, porém, nem todo ato público configura-se como uma marcha. Por isto, dentre outros motivos que

¹⁵ O coronel entregou o comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo no dia 02 de abril de 2012. Ele foi nomeado para comandar a polícia em abril de 2009, pelo então governador José Serra. Sob o comando de Camilo a Polícia Militar fechou convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para o policiamento do campus; empreendeu a reintegração de posse da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos, que gerou um relatório elaborado pelo Condepe (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo) com mais de 1.800 denúncias de violações de direitos humanos que teriam ocorrido durante a operação e realizou a “Operação Sufoco”, para retirar usuários de drogas da área conhecida como “Cracolândia” no centro de São Paulo. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo recebeu 32 denúncias de ações irregulares da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana na ação. Disponível em: <http://www.spressosp.com.br/2012/04/coronel-alvaro-batista-camilo-deixa-o-comando-da-pm-paulista/> acessado 23/07/2012 22h57

serão analisados adiante, as marchas foram incluídas em categoria à parte. As “caravanas”, como registrado em 09/12/2000, foram incluídas na categoria “marcha”, pois apresentam características organizativas e simbólicas similares às marchas.

A categoria “Ocupação de Prédios” inclui prédios públicos e privados (12,8% do total), que podem ser também plantas agroindustriais, laboratórios de pesquisas, campos experimentais, etc. Ao analisar o registro de 11/08/04, consideramos que “ocupação de pedágio”, um tipo de ação mais pontual e específica, não se configura como “ocupação de prédio privado”, como a incluimos anteriormente, pois, a rigor, trata-se de uma parceria público-privada (PPP), engenhosa artimanha neoliberal para turvar ainda mais as fronteiras entre o público e o privado, essencial na estratégia político-ideológica dos dominantes visando apropriarem-se dos fundos públicos. As inserções foram reanalisadas e passei a incluí-lo como “Ocupação de Prédio Público”. Esta diferenciação entre público e privado não é casual, foi feita intencionalmente para buscar identificar as mediações que podem ser geradas na relação do Movimento com o Estado e os agentes privados.

Todos os registros de ações de luta pela terra do MST vinculado à José Rainha Jr. não foram computados para efeito de sistematização, em consideração à posição da direção nacional do movimento que não legitima sua atuação em nome do mesmo.

Com relação a categoria “Lutas Unificadas”, apontamos uma especificidade com relação as Jornadas de Lutas das Mulheres que possuem particularidades classistas, luta por soberania alimentar, uma consigna universal, que interessa a toda a classe trabalhadora mundial. Em outros termos, tem um objetivo universal e, para alcança-lo, compreende que tem de fazer uma luta anticapitalista, a luta contra o agronegócio. Nesse sentido, é uma luta classista. Entretanto, ao fazer a luta convocando apenas entidades que organizam a luta do campo, temos uma convocatória que acentua o caráter econômico-corporativo, por convocar sujeitos que estão envolvidos em lutas particulares. Em suma, é uma luta unificada, mas ainda

não protagonizada pelo conjunto da classe. Classificamos como lutas unificadas, mas ressaltamos que, neste caso, com um acento econômico-corporativo e, por isso, ainda não plenamente classista.

A sistematização dos dados nos permitiu igualmente classificar as reivindicações em nove categorias principais e que chamamos “Motivos das Lutas” e que serão igualmente discutidos no Capítulo 4.

Para esta classificação foram reunidas categorias que originalmente foram sistematizadas separadamente, a saber: a) Lutas unificadas: incluem pautas com níveis diferenciados e variáveis de conformação classista, conjuntas com outros movimentos e organizações, o apoio à lutas indígenas e as lutas internacionalistas; b) Agronegócio: incluem expressões gerais de críticas contra o agronegócio (incluindo trabalho escravo) ou especificamente contra transgênicos, monocultivos e transnacionais do setor; c) Contra-hegemônica: lutas com reivindicações explícitas de sentidos antineoliberal e/ou anticapitalista; d) Socioambiental: incluem denúncias, críticas ou reivindicações sobre a expropriação e apropriação da natureza pelo capital, o papel do Estado nessa relação e e) Nacionalização/Estatização: lutas relacionadas ao papel da Vale (anulação do leilão, contra a exploração dos trabalhadores da empresa no Brasil e no mundo) e da Petrobras (suspensão dos leilões dos campos, estatização da produção e recursos do pré-sal para direitos sociais) no projeto de desenvolvimento do capital e dos trabalhadores. É preciso registrar que a uma ação pode haver mais de um motivo de reivindicação, daí o número total de registros de motivos ser superior ao total do número de ações.

Os registros que fizerem menção a situações em que a legislação ambiental esteja sendo desrespeitada, sendo observada como parte da luta do MST, serão incluídos na categoria “socioambiental”. Também serão incluídos registros (como de 22/01/07) que se

refiram a denúncias de destruição de ecossistemas por ação do capital, do Estado ou de ambos que, de fato, indissociáveis na prática. Atos contra a transposição do Rio São Francisco também foram incluídos nesta categoria (07/03/07 primeiro registro); contra a liberação de aterro sanitário (10/09/07); questões referentes à mercantilização/privatização e uso inadequado da água que não estejam relacionadas à construção de hidrelétricas, denúncias de crimes ambientais, alterações de leis ambientais em favorecimento do capital (Código Ambiental) e lutas contra os agrotóxicos, dentre outras. Também foram incluídos nesta categoria ações do MST, muitas vezes associadas às lutas do MAB, que tiveram como objetivo central à crítica ao modelo de produção de energia hidrelétrica potenciado pelo PAC e seus efeitos para os camponeses, trabalhadores rurais e outros povos do campo e à natureza.

Consideramos essa caracterização das categorias de análise necessárias, pois conferem expressões concretas da dinâmica entre as forças em confluência e divergência. O movimento de ação dos homens que desprende, desata e desenrola o momento histórico e que dá continuidade temporal às lutas de classes na especificidade de desenvolvimento capitalista dependente. Aprender algumas das mediações político-pedagógicas tributárias aos aprendizados da classe trabalhadora em luta é a grande pretensão do presente estudo.

CAPÍTULO 2 – PADRÃO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“Para apoiar o produtor, o ministério elabora projetos e programas direcionados para a assistência técnica, financiamento e normatização das práticas rurais sustentáveis. É dessa forma que se pretende superar o grande desafio de manter o Brasil como provedor mundial de matérias-primas e alimentos aliado à necessidade da conservação do meio ambiente.”
(Ministério da Agricultura – Brasil)¹⁶

“A educação é reconhecida virtualmente por todos os formuladores de políticas como central em quase todos os aspectos do desenvolvimento, do crescimento econômico à proteção ambiental. Desempenha também uma função essencial no aumento do capital social e no estímulo à inclusão da população pobre na sociedade.” (Banco Mundial. Brasil: Justo, competitivo, sustentável: Contribuições para debate. 2002. p. 97).

2.1 Introdução

As epígrafes acima, nos impelem a refletir sobre os movimentos das classes em luta no atual estágio do modo de produção capitalista no Brasil. Esta primeira aproximação ampla e genérica do problema é, contudo, nosso primeiro passo na análise das relações sociais geradas por este modo de produção e inscritas nessas lutas e que em sua dinâmica histórica encerram contradições que põem em movimento os processos políticos, ideológicos e culturais de formação da consciência das massas, dentre os quais, a Educação.

As contradições postas em movimento pela hegemonia neoliberal, no Brasil e América Latina, poderiam gerar, parir e nutrir projetos societários dos oprimidos e subalternos, dos “de baixo”, como dizia Florestan Fernandes? Quais são os limites históricos que sufocam e tentam abortar esses projetos? Em que medida eles podem contribuir para a construção da hegemonia da classe trabalhadora? O que vem sendo feito nessa direção? Buscar compreender cientificamente os movimentos concretos que anunciam essa possibilidade histórica é um desafio que nos propomos enfrentar e cuja tese em vista pode ser um bom primeiro passo.

¹⁶ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel> Acessado em: 09/03/2011 13h16

Para este primeiro passo, constitui-se imperativo epistemológico e metodológico não perder de vista a concepção dialética de história e da concretude da construção da subjetividade exposta no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859, qual seja, “*não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*”. (MARX, [1859] 1977, p. 24).

Trabalhamos com a hipótese de que as epígrafes supracitadas articulam ideologicamente os pressupostos neoliberais, porém “oxigenados” pelo chamado neodesenvolvimentismo. Incorporado na agenda no primeiro governo de Lula da Silva (2003-2006) e, marcadamente, acentuado no segundo (2007-2010), sustentamos que o modo de gestão do momento de acumulação global do capital, realoca países como o Brasil em novos níveis de relações de exploração mundial do trabalho. O que se chama, portanto, “neodesenvolvimentismo”, é coetâneo a estratégia classista das frações proprietárias e dos quadros e aparelhos políticos e ideológicos, privados e estatais, postos a serviço da consolidação e aprofundamento do padrão de acumulação estabelecido no Consenso de Washington I e II, invertendo regras aqui ou ali, mas que, em essência, resumem-se em: i) saquear os fundos públicos para *reparação*¹⁷ da crise do capital; ii) controlar fundos dos trabalhadores e pô-los a serviço do *capital financeiro*; iii) retirar direitos sociais universais conquistados em *lutas sociais*; iv) precarizar o *trabalho* e v) renovar a acumulação capitalista por meio de um novo ciclo de expropriações de territórios estratégicos aos interesses do imperialismo. A preocupação com o alívio à pobreza e a governabilidade, demandando ações do Estado nas políticas sociais, embora preferencialmente, por meio de parcerias público-

¹⁷ Crise estrutural, sistêmica, em todas as suas dimensões, envolvendo a totalidade das relações sociais. Por isso essa *reparação* se dá em um movimento contínuo e contraditório, isto é, não apenas em épocas de depressão econômica.

privadas, aparece mais claramente na segunda versão do Consenso de Washington, sintetizada também por J. Williamson¹⁸.

Este ataque gerou enfrentamentos ásperos em todo o mundo, substantivamente, na América Latina (SEOANE, TADDEI E ALGRANATI, 2006)¹⁹. Em resposta aos abalos sofridos pelo neoliberalismo na década de 1990 (MOTTA, 2009; SANTOS, 2011), foram necessárias estratégias diferenciadas das classes dominantes para nublar e justificar a intensificação da exploração e a alavancagem da acumulação capitalista. Tanto pelo aumento da precarização do trabalho, quanto pelo saqueio/privatização dos fundos/recursos/bens públicos, em momentos de “crise evidente” ou não. Desconhecendo categoria mais adequada, improvisamos “crise evidente”, pois trabalhamos com a hipótese de que o sistema capitalista está em crise permanente, portanto, uma crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009; LEHER, 1998), contudo, por vezes, em momentos e lugares diferentes, as quedas se tornam mais evidentes, como a chamada Crise do Petróleo de 1973, marco singular das crises do século XX, a qual sucederam a Crise da Dívida e o Consenso de Washington (LEHER, 1998), quando se realinham frações conservadoras e mais avançadas do capital, em forte ataque ao mundo do trabalho, sob a consigna: “Não há alternativa”. Mais à frente faremos uma análise a partir de um estudo complementar, sobretudo, de Lênin, a fim de nos auxiliar na compreensão dos engendramentos que conformam os mecanismos atuais da “Lei do Desenvolvimento Desigual do Capitalismo” (idem).

Embora não seja algo inédito na história política das esquerdas, o caso brasileiro é pleno de nuances, pois, em um movimento de mão dupla, partindo do PT e de Lula da Silva

¹⁸ Williamson, John, 1990, “What Washington Means by Policy Reform”, en *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, edición a cargo de J. Williamson (Washington: Instituto de Economía Internacional). WILLIAMSON, J. (2002), “Did the Washington Consensus Fail?”, Remarks at CSIS, 6 de noviembre.

¹⁹ Seoane, José; Taddei, Emilio; Algranati, Clara. **Las nuevas configuraciones de los movimientos populares en América Latina**. En publicación: *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*. Boron, Atilio A.; Lechini, Gladys. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julio 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/politica/PIICuno.pdf> acessado em: 21/11/2011 21h25

(Carta aos Brasileiros)²⁰ e, simultaneamente, do setor rentista, em especial dos bancos, um novo ponto de interseção foi definido: Lula da Silva, principal liderança dos trabalhadores²¹, teria o apoio dos setores dominantes mais internacionalizados, mas, ao mesmo tempo, teria de redefinir a agenda do PT e da CUT, no sentido historicamente definido como transformismo ou “*absorção progressiva dos dirigentes das classes antagônicas*”, como na síntese de Buciu-Gluksmann (1980, p. 37) sempre associado ao conceito de revolução passiva e que nos remete a uma linha de continuidade entre Lenin e Florestan, pelo que podemos entender mais detidamente, mas também entre estes e Trotsky, Rui Mauro Marini e Teotônio dos Santos: todos pensam o imperialismo, compreendendo que este produz e resulta do desenvolvimento desigual do capitalismo e de que o eixo da análise passa pelas classes sociais e não pela nação. A análise florestaniana das classes no Brasil postula que as suas frações burguesas mais relevantes não podem protagonizar uma revolução burguesa clássica, em que os direitos sociais sejam uma dimensão forte do modo de operar a hegemonia. Resulta disso que a estratégia socialista não passa pela etapa nacional desenvolvimentista (em que os socialistas se aliam a frações burguesas locais supostamente anti-imperialistas), mas, antes, pela estratégia revolucionária diretamente socialista, sintetizada, ainda conforme Florestan, com base no par dialético revolução dentro da ordem e revolução fora da ordem. Conclusão: a formação política, a pedagogia da luta, envolve toda a complexidade de assegurar formas de auto-formação da classe, em espaços próprios, articulado a movimentos de tomar a escola

²⁰ Roberto Leher, analisando a eleição de 2002 e os movimentos de coalizão das classes dominantes, entende que a composição da aliança de forças sob a candidatura de Lula foi não apenas ampliada com relação às candidaturas anteriores, mas substancialmente redefinida, contando com a inclusão de setores do grande capital internacionalizado. Os setores da chamada “burguesia nacional”, menos internacionalizada, que aderiram à coalizão após a “Carta aos Brasileiros”, em junho de 2002, teve o reforço definitivo dos representantes de grandes grupos econômicos – dos setores financeiro, industrial, do agronegócio e das comunicações – que migraram para a candidatura Lula. (LEHER, 2003, p. 82).

²¹ Ainda que esta liderança personificada em um sindicalista, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, fruto legítimo de avanços organizativos resultantes das lutas populares concretas durante o desfecho da ditadura empresarial-militar, tenha sido muito positiva para o êxito desta estratégia no Brasil, não nos deteremos em particular neste ponto, mas nos movimentos que expressam concretamente as lutas de classes onde o governo Lula é apenas uma passagem, um momento. Inscritas nessas lutas, visamos compreender as configurações ideológicas que imprimem o sentido dominante do *desenvolvimento*, suas consequências para o mundo do trabalho e o sentido da educação como estratégia política para a construção de outros sentidos para o *desenvolvimento*.

pública como *locus* civilizatório (cultura, ciência desinteressadas) que possibilite formar as bases da mulher e do homem socialistas.

É, contudo, nesse novo escopo que é possível ao capital conduzir a “retomada” do Estado como *provedor* do desenvolvimento e da distribuição (por efeito derrame) da riqueza social. A retomada do Estado e das políticas sociais, agora redefinidas como de alívio a pobreza, é apresentada como em oposição ao neoliberalismo e ao mercado, como propagado pelos defensores mais ortodoxos, sobretudo, à época dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Por isso, tais governos se autodenominam (ou seus intelectuais assim o fazem) como pós-neoliberais. O apoio das frações burguesas mais internacionalizadas e poderosas a Luiz Inácio foi ascendente. As presenças de Henrique Meirelles²², de Roberto Rodrigues²³ e de Luiz Fernando Furlan²⁴, e o “sucesso” das políticas focalizadas de massa já no primeiro

²² Henrique Meireles foi presidente do Banco Central durante os dois mandatos de Lula da Silva e é considerado representante legítimo do capital financeiro no interior do Estado brasileiro. Tornou-se Presidente do Banco de Boston Brasil em 1984. Em 1996, foi nomeado Presidente e COO do BankBoston Corporation, em Boston, nos Estados Unidos. Assumiu a presidência do Global Banking do FleetBoston Financial em outubro de 1999, logo após a fusão das duas instituições nos EUA. Foi membro dos conselhos de administração da Raytheon Corporation, Bestfoods e Champion International. Foi fundador da “Associação Viva o Centro”, que trabalha pela revitalização da região central de São Paulo, e Presidente fundador da Federação Latino Americana de Leasing. Presidiu a Fundação Travessia, entidade que busca reintegrar crianças de rua à sociedade. Integrou o Conselho da Escola de Administração Pública da Universidade de Harvard, da Escola de Administração do MIT (Massachusetts Institute of Technology), da Escola de Administração do Boston College, bem como compôs o conselho do Conservatório de Música da Nova Inglaterra e do Instituto de Arte Contemporânea de Boston. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/quemequem/port/henriqueMeirelles.asp?idpai=diretoria> acessado em: 18/10/2011 16h13

²³ Atual Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV-EESP, Presidente do Conselho do Agronegócio da FIESP. Professor Titular do Departamento de Economia da UNESP - Jaboticabal. Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/professores/roberto-rodrigues> Acessado em: 30/11/2011 19h17

²⁴ A insistência com estas pragmáticas biografias, embora formalmente talvez inapropriada neste formato, provisoriamente nos auxiliam a refletir sobre as relações das frações burguesas internacionais e nacionais e de seus intelectuais orgânicos com o Estado. Sobre isto, as relações do ex-ministro Furlan são particularmente emblemáticas e reveladoras, já que esta biografia foi extraída do sítio da revista *Forbes*. Luiz Fernando Furlan is 64 years old and he is Co-Chairman of the Board of BRF Brasil Foods S.A., Chairman of the Board of Directors of Sadia S.A. and of the Amazonas Sustainable Foundation, and Director on the Boards of Redecard S.A., Amil Participações S.A., Telecomunicações de São Paulo S.A - Telesp and Telefônica S.A. and Telefônica Internacional (Spain), and member of the International Advisory Boards of Panasonic (Japan) and McLarty Associates (USA). From 2003 until 2007, he was Minister of Development, Industry and Foreign Trade of Brazil. Previously, he was Chairman of the Board of Directors of Sadia S.A and served on the boards of international corporations as Panamco (Pan American Beverages, Inc. - USA). He also joined the advisory councils of IBM - Latin America, Embraco S.A. (Brasmotor - Brazil), ABN Amro Bank (Brazil), Maersk Group (Denmark) and was President of ABEF (Brazilian Chicken Exporters Association), ABIOVE (Vegetal Oil Industries Association), ABRASCA (Brazilian Association of Public Owned Companies), Co-President of the MEBF (Mercosur-European Union Business Forum), Vice President of FIESP (São Paulo Entrepreneurs Association) and board member of Bovespa (São Paulo State Stock Exchange). He holds a degree in Chemical Engineering from FEI (Industrial Engineering Faculty) and in Business Administration from University of

mandato, garantiram o equilíbrio do “ambiente de investimentos” e os resultados esperados pelas missões do Banco Mundial. Inclusive, assegurando um segundo mandato, ainda que afogado em denúncias de corrupção e, em última análise, um “terceiro”, por meio da eleição de Dilma Rousseff .

Perry Anderson procura nos chamar atenção de que o neoliberalismo foi ideologicamente muito bem sucedido em muitos países, tendo se constituído “*um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional*” (ANDERSON, 1995, p. 22), o que nos faz refletir exatamente sobre os enfrentamentos e lutas sociais de resistência que foram organizadas contra as imposições deste modelo e o aprofundamento da heteronomia que ele representa.

As atuais estratégias de dominação, articuladas pela aliança entre frações burguesas internacionais e locais, estas subordinadas aquelas, porém, fortemente representadas no Estado e detentoras de poder econômico, ideológico e policial quase irrestrito sobre as massas populares, nos remete, como salienta Cardoso (2006) ao conceito e a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. As categorias *sobreapropriação* e *sobreexpropriação* conformam o que é específico no capitalismo dependente. Exploração e expropriação são inerentes ao capitalismo. O que define, para Florestan, no Brasil e na América Latina, os níveis selvagens de *sobreapropriação* e *sobreexploração* é a parceria subordinada das frações burguesas locais com frações burguesas internacionais, exigindo uma maior extração de excedente, de mais-valia, para seu compartilhamento desigual (a menor para as parcerias subordinadas locais) aprofundando as contradições do imperialismo e

impondo as massas trabalhadoras a heteronomia cultural, a autocracia burguesa²⁵ e as miseráveis condições de existência que as impedem de realizar minimamente sua reprodução social.

O agronegócio sustenta através da produção de *commodities* e de um “moderno” e complexo processo de monopolização via multinacionais o atual padrão dominante de acumulação do capital, mantido, necessariamente, às custas da superexploração do trabalho e de cada vez mais deletérias rupturas no metabolismo sociedade e natureza. Conforme Fernandes & Welch (2008), foram Davis e Goldberg que, em 1957, formularam o conceito de agronegócio (*agribusiness*) pela primeira vez como um complexo de sistemas que compreende a agricultura, indústria, mercado e finanças. Segundo os autores:

O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo”. (Fernandes & Welch, 2008, p. 48).

A formulação original é importante, pois concebe os movimentos estratégicos do capital em diferentes esferas, conferindo a complexidade que o expande em diferentes sistemas de poder, contudo, destacaríamos, para efeito das discussões que propomos aqui, a dimensão da produção dos conhecimentos – quer seja nas universidades e organizações sociais, quer seja aqueles produzidos pelos agricultores e transmitidos tradicionalmente – e expropriados, privatizados e mercantilizados, passando ao controle do capital e servindo a sua reprodução.

²⁵ Baseando-nos em CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. Publicado *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*, Instituto de Estudos Avançados / USP (Coleção Documentos – Série Histórica Cultural nº 6), julho de 1996; republicado “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes”, Ideias (Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp). Campinas, 4 (1 / 2): 99-114, jan./dez., 1997.

As formas de apropriação e exploração da natureza e do trabalho, presentes no eufemisticamente denominado “moderno agronegócio brasileiro”, guardam as marcas de cinco séculos de exploração: extrema concentração de terras e riquezas, monocultivos para exportação e trabalho escravo²⁶. O mapeamento das denúncias e dos trabalhadores liberados indica a ocorrência do crime em quase todas as unidades da federação, porém, como as demais violências, o leste do Pará concentra o maior número de casos. Os principais estados com a prática do trabalho escravo são Pará, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e Rondônia. As informações dos cadernos Conflitos no Campo da CPT desde 1986 indicam que o trabalho escravo é utilizado principalmente em: companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas (para o desflorestamento e formação de pastagens), empresas de “reflorestamento”/celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas de citros, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais. Parte significativa dessas atividades é característica da fronteira agropecuária, o que explica a concentração territorial no Centro-Oeste e Norte do país.

O agronegócio representa a predatória agricultura capitalista em tempos de primazia das *commodities*, conceito que engendra, enquanto mercadoria – dialética valor de uso e valor de troca²⁷ –, uma série de mecanismos econômico-financeiros e ideológico-jurídicos formulados a partir de um determinado momento do desenvolvimento capitalista (notavelmente, Breton Woods) e da fase de finança mundializada (CHESNAIS, 2005), isto é, da hipertrofia da esfera financeira e do seu impacto nos lucros do capital portador de juros e na totalidades das relações capitalistas. Objetivamente, criaram-se mecanismos que, conforme

²⁶ Atlas da Questão Agrária Brasileira – A violência no campo. Eduardo Paulon Girardi. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm> Acesso em: 25/04/2011 18h32.

²⁷ Estamos nos referenciando no estudo de CARCANHOLO, Reinaldo. A dialética da mercadoria: guia de leitura. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/biblioteca/Outros/Artigos/Dialetica%20da%20Mercadoria%20-%20Reinaldo%20Carcanholo.pdf> Acessado em: 30/11/2011

“explicam” seus intelectuais e ideólogos, contribuem decisivamente, em países “em desenvolvimento” como o Brasil, para: 1) fechar a balança de pagamentos, sendo a (única) melhor opção fortalecer o setor exportador de *commodities* e 2) economizar para pagar os serviços da dívida (superávit²⁸), mantendo a credibilidade²⁹ e a competitividade que atrai os “investidores”.

Quanto ao “brasileiro” do moderno agronegócio, pode-se dizer que há uma contradição, pois parte massiva dos investimentos no agronegócio advém dos fundos públicos (BNDES, Banco do Brasil, principalmente), sobretudo, a partir de 2002, pois durante toda a década de 1990 os recursos “minguaram” para o setor³⁰. Vale destacar, o saldo da balança comercial do agronegócio em 1989 era em torno de U\$ 11 bilhões, em 1999 o saldo era de cerca de U\$15 bilhões e, em 2009, saltou para cerca de U\$ 55 bilhões³¹, nos marcos, portanto, do aprofundamento da liberalização financeira neoliberal. Contudo, a condução política (OMC, BM, FMI, OCDE etc.) e a supremacia técnico-científica deste modelo são fruto da *heteronomia* capitalista dependente, pois submete o conjunto da sociedade, e não apenas os trabalhadores rurais, aos pressupostos e práticas da chamada “Revolução Verde”, isto é, aos interesses dos monopólios privados agroindustriais dos EUA e União Europeia, principalmente, mas com reflexos na acumulação capitalista global. Contudo, isto não significa que o agronegócio não tenha profundas raízes com as oligarquias latifundiárias

²⁸ No tocante à sustentabilidade da dívida, a principal variável controlada pelo governo é o superávit primário, e, por isso, a melhor maneira de construir a credibilidade fiscal é tratar essa variável como meta, que será ajustada quando for necessário, *de acordo com eventos e com o propósito de atingi-la*. (BM, 2002, Brasil: justo competitivo, sustentável. p. 75 grifos meus).

²⁹ A credibilidade pode ser definida de modo abrangente como a confiança dos credores na disposição e na capacidade das autoridades de administrar a economia, nesse caso específico, *a capacidade do governo para pagar os credores que compram seus títulos*. A credibilidade ou sua falta se expressa nos *spreads* das taxas de juros, nas taxas de câmbio, nas expectativas de inflação e, finalmente, nos índices de crescimento da economia. (BM, 2002, Brasil: justo competitivo, sustentável. p. 75 grifos meus).

³⁰ Evolução do crédito rural. Banco Central do Brasil - Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação – DESIG; Divisão de Gestão de Informações Cadastrais – DICAD; Registro Comum de Operações Rurais – RECOR. Não conseguimos obter o *link* atual deste documento que está em arquivo pessoal.

³¹ Balança comercial brasileira e balança comercial do agronegócio: 1989-2010. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI; Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio – DPI; Coordenação Geral de Organização Para Exportação – CGOE. Não conseguimos obter o *link* atual deste documento que está em arquivo pessoal.

locais, violentas e retrógradas, e que mantêm vínculos políticos e econômicos mais ou menos estreitos com os complexos agroindustriais e ideológicos à frente do atual estágio da modernização conservadora no Brasil.

Retomar brevemente o conceito de “Revolução Verde” acima implica, inicialmente, mais em decorrência de seus desdobramentos políticos do que em relação à sua definição teórica, refletir sobre os elementos que dinamizaram continuidades e descontinuidades desta “revolução” a partir dos anos de 1990. Pereira (2009) em sua análise da relação do BM com a agricultura, destaca que a rede constituída pela tríade ciência-empresas-Estados ajudou a expandir os ramos industriais ligados à Revolução Verde “*retroalimentando a capacidade do BM de atrair o interesse dos mercados de capital para o investimento na produção agropecuária*” (PEREIRA, 2009, p. 122), no contexto da criação em 1971 do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional, promovido, conforme sustenta o autor, pelas fundações Ford e Rockefeller.

A ênfase no setor rural, por sua vez, foi usada pelo Banco para diversificar a sua carteira de empréstimos em diversas direções: crédito agrícola (repassado aos produtores por intermédio de bancos nacionais de desenvolvimento), construção de grandes barragens para eletricidade e irrigação, mineração, transporte, empresas de maquinário agrícola, desenvolvimento urbano e educação e saúde básicas no interior. De longe, irrigação, drenagem e administração de água foi o principal subsetor dentro da agropecuária financiado pelo Banco nos anos cinquenta e sessenta, e continuou assim nos setenta, principalmente na Ásia, no Oriente Médio e na América Latina. (idem).

O desenvolvimento das tecnologias sob a lógica do complexo de sistemas industrial-agrícola capitalista, para citar alguns: a) a utilização massiva de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; b) a manipulação genética instrumentalizada para gerar lucros (patentes sobre transgênicos); c) o intensivo e crescente consumo, desperdício, contaminação e privatização das águas, terras e biodiversidade e d) a inviabilidade de reconversão energética, posto que umbilicalmente ligado à indústria do petróleo e, em última análise, à indústria militar, fazem

do agronegócio o modelo “orgânico” de agricultura às pretensões de expansão e expropriação imperialistas.

A necessidade do capital em exercer um preciso controle sobre condicionantes que impedem a reprodução de sua lógica admite e, de fato, obriga-o a uma permanente desconstrução de outros modos e relações de produção que a ele se antagonizem ou mesmo tensionem alguma resistência. Nos últimos trinta anos, simultaneamente a esta desconstrução, impõe-se um único modo de pensar, uma única alternativa. Alguns destes processos ideológicos (mas que não são apenas ideológicos), como a inexorabilidade do crescimento para se atingir o desenvolvimento, contribuíram para renovar os mecanismos expropriatórios de camponeses, trabalhadores rurais assalariados, povos indígenas, comunidades tradicionais (como quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, geraizeiros, faxinalenses, quebradoras de coco, etc.) e outros trabalhadores portadores de uma certa *subjetividade camponesa*, isto é, um conjunto de ideias, valores, visões de mundo ligadas à vida e ao trabalho no campo. A expropriação de conhecimentos e de recursos biogeoestratégicos submete estes sujeitos em especial, e ao mundo do trabalho em sua totalidade, a uma condição de permanente subordinação e heteronomia.

Contudo, as lutas sociais indicam que está em marcha um enfrentamento ao pensamento dominante, à imposição de um único padrão de desenvolvimento possível, no qual as relações sociais de produção, as visões de mundo, as formas de ser-relacionar na natureza advém de concepções sobre um “processo civilizatório” que requer, para sua existência e expansão, a exploração, a dominação e a heteronomia de vários povos. É contra esta visão de mundo, contra essa concepção de relação do homem na natureza, contra um único modo de produzir, que movimentos sociais e organizações populares fazem lutas em toda a América Latina e, nessas lutas, produzem conhecimentos e reafirmam modos de ser e viver que deflagram consignas, formulações e práticas anticapitalistas. Ainda que

continuemos a sonhar e a marchar, não têm sido desorganizados os avanços do capital para que *Nuestra America* nunca se levante dos seus 500 anos de solidão, de seu longo sono partido.

2.2 Sobre a hipertrofia do capital financeiro: considerações sobre a economia do Brasil contemporâneo.

Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra.

V.I. Lenin (2008, p. 47)

2.2.1 Introdução

Pretendemos nesta seção iniciar um estudo preliminar que nos permita a apreensão dos arranjos e movimentos do capital financeiro nas últimas três décadas, visando compreender como esse processo pode ter se estendido para a agricultura, engendrando e consolidando o agronegócio como modelo dominante de produção e sociabilidade para o campo. Não estamos com isto supondo qualquer dissociação entre agricultura e indústria, pois entendemos que os setores estão historicamente imbricados³², notadamente, para os efeitos dos objetivos desta tese, a partir da denominada Revolução Verde, conceito histórico que agrega um pacote

³² As transformações estruturais que caracterizam as relações entre a agricultura e a indústria, em particular a especialização internacional entre países agrícolas e países industrializados, devem ser novamente situadas neste quadro de ajuste das relações de produção ao desenvolvimento das forças produtivas. As formas embrionárias do capitalismo aparecem em primeiro lugar na agricultura, cuja revolução precede a da indústria. A antiga renda feudal assume novo caráter: ela se torna renda capitalista, mas este primeiro capitalismo agrário mantém-se deficiente devido à persistência das antigas relações sociais. O modo capitalista só assume, pois, sua forma definitiva quando seu centro de gravidade se desloca para a nova indústria, submetendo a agricultura à sua dominação. Assim, durante um século, o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura revela um retardamento com relação à indústria. Só muito mais tarde, após a I Guerra Mundial, é que a agricultura passa por uma segunda onda de modernização, renovando e aprofundando suas formas de dominação através do capital industrial. Na medida em que a periferia do sistema mundial continua limitada à especialização agrícola, seu atraso e sua dependência devem ser analisados em termos de dominação do modo capitalista sobre formas de vida rural de origem pré-capitalista. (AMIN, 1977, p. 10-11).

econômico-ideológico-tecnológico, expressão da modernização conservadora imposta pelos monopólios emergentes e/ou consolidados do pós Segunda Guerra.

O objetivo do novo modelo agrícola era, ao mesmo tempo, consolidar o moderno setor de agronegócios – produção de commodities – em latifúndios, por meio de intensa mecanização, do uso de sementes melhoradas e do emprego intensivo de energia (adubos e defensivos) e, também, “aprofundar o capitalismo no campo”, pois os camponeses eram vistos como um potencial foco insurgente. (LEHER, 2005, p. 218).

Buscaremos verificar em que medida foi possível ao agronegócio expandir suas atividades, coerente com o crescentemente portentoso fluxo mundial de capitais, determinantes na reconfiguração do imperialismo – fase monopolista do capitalismo, na definição o “mais breve possível” de Lenin (2008, p. 89) – no domínio geoestratégico dos territórios, em especial no Brasil.

Examinaremos preliminarmente as formulações teóricas de autores que explicam, sob a luz da teoria marxista, os movimentos do capital que conformam a expansão dos monopólios capitalistas. Nosso objetivo é apreender a lógica destes movimentos e verificar suas manifestações no capitalismo contemporâneo, visando a compreensão de seus efeitos nas lutas de classe e em que medida sua expansão e as modificações quantitativas e qualitativas delas resultante fragmentam as lutas e por outro lado colocam novos desafios às organizações dos trabalhadores e da construção de sua hegemonia. Neste sentido, uma das hipóteses que orienta este estudo sustenta que: nos rearranjos capitalistas decorrentes das mudanças qualitativas no processo de acumulação do capital impulsionadas por uma hipertrofia do capital financeiro, se por um lado, amplia e intensifica as contradições no mundo do trabalho, gerando tensões e dificuldades no interior das organizações dos trabalhadores, por outro, pode ensejar acúmulos e novas expressões, alianças e formas organizativas de luta e resistência.

Consideramos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ao longo de seus 27 anos de história de lutas, foi se apropriando do significado dessas mudanças,

ao considerar o agronegócio e não mais o latifúndio improdutivo como principal inimigo da reforma agrária e de alternativas de produção e sociabilidade no campo, engendrando com isso novos sentidos à luta pela terra no campo e na cidade. Por outro lado, o MST é considerado pelas frações burguesas dominantes, não apenas empresários do agronegócio e latifundiários, o inimigo-mor, nas palavras de Regina Bruno, “*pela capacidade de mobilização em torno de algumas bandeiras concretas e porque desvenda a atualidade de uma questão agrária no país*”. (BRUNO, 2008, p. 97). Se esta hipótese estiver correta, como pretendemos demonstrar, poderíamos nos orientar por algumas abstrações mais gerais dela decorrentes e que iremos caracterizar e detalhar oportunamente, a saber: há nessas lutas uma pedagogia? O que ela têm nos ensinado? No que ela contribui para a organização da classe trabalhadora? Há nelas um germe antissistêmico?

Não pretendemos nesta tese esgotar qualquer assunto, muito menos sobre os atuais movimentos do capital enquanto parte de seu processo permanente de mudança a fim de manter sua própria existência. Temos uma leitura ainda incipiente de autores importantes para a compreensão destes movimentos contemporâneos como François Chesnais, Gérard Duménil, Dominique Lévy, Michel Husson, Reinaldo Gonçalves, José Luis Fiori, Reinaldo A. Carcanholo, Virgínia Fontes, Paulo Nakatani, Leda Maria Paulani, Claudio Katz, dentre outros. Serão necessários estudos de aprofundamento da obra destes e de outros autores, visando elevar nossa compreensão destes movimentos, buscando as diferenciações dentre os que, embora críticos ao capitalismo, sustentam proposições de cariz desenvolvimentista e aqueles que, distintamente, sustentam a necessidade de romper com todas as malhas que nos prendem ao desenvolvimentismo. Ademais, estamos cientes que esta se tornará uma lacuna metodológica importante para uma sistematização mais elaborada do tema e conseqüente fragilidades na capacidade explicativa das categorias históricas por nós aqui utilizadas. Por isso mesmo e, sobretudo, devido as consideráveis insuficiências de formação nas Ciências

Humanas e Sociais, optamos por realizar esta etapa de nossa pesquisa nutrindo-nos teoricamente de Karl Marx e Vladimir Ilitch, a fim de compreendermos minimamente alguns dos fundamentos teóricos essenciais à estruturação de categorias históricas desenvolvidas por eles, ainda que apoiando-nos numa porção muito pequena de suas vastas obras, sobretudo, do primeiro. Evidente, não há aqui nenhuma pretensa neutralidade científica travestida de objetividade.

É evidente que um fenômeno como o do imperialismo atual – sua estrutura, sua lógica de funcionamento, suas conseqüências e suas contradições – não pode ser adequadamente compreendido através de uma releitura talmúdica³³ dos textos clássicos de Hilferding, Lenin, Bukharin e Rosa Luxemburg. Não porque eles estavam equivocados, como a direita gosta de dizer, mas porque o capitalismo é um sistema cambiante e altamente dinâmico que, como escreveram Marx e Engels em O Manifesto Comunista, “se revoluciona incessantemente a si mesmo”. Por conseguinte, não se pode entender o imperialismo do começo do século XXI lendo *somente* estes autores. Mas tampouco pode-se compreendê-lo *sem* eles. (BORON, 2002, p. 12 grifos do autor)

Portanto, ainda que muito modestamente, nossos esforços serão dirigidos no sentido de nos apropriarmos de conhecimentos que ampliem nossa capacidade de interpretar as atuais mediações que alimentam o imperialismo, e, para além, contribuir, nos limites estreitos das possibilidades deste estudo, com sua transformação, como nos foi ensinado por Marx em sua segunda tese sobre Feuerbach e colocado por Gramsci a respeito de Maquiavel “*pois não se pode esperar que um indivíduo ou um livro modifiquem a realidade, mas só que a interpretem e indiquem a linha possível de ação*”. (GRAMSCI, 2011, CC3, p. 35).

A opção pelo estudo dos autores supracitados reflete a preocupação de compreender o capital financeiro não como uma condição natural ou uma abstração conceitual economicista, independente das relações sociais em sua totalidade, mas como expressão e forma concreta da acumulação e expansão do sistema capitalista de produção. Isto implica termos sempre em

³³ Talmude, s. m. Livro que contém a lei e tradições judaicas, compiladas pelos doutores hebreus. Talmudista seria uma pessoa aferrada às opiniões do *Talmude*.

mente a contradição fundamental que gera o trabalho alienado, na perspectiva de que a condição elementar de construção de uma humanidade nova, emancipada, reside na ruptura com esta relação que conforma o trabalhador, sua força de trabalho, como uma mercadoria, pois “*no movimento real, o capital é capital não no processo de circulação, mas no processo de produção, o da exploração da força de trabalho*”. (MARX, 2008, p. 459).

Com isto, nossa hipótese de trabalho para esta seção pode ser formulada nos seguintes termos: o modelo de agricultura capitalista designado *agronegócio* é parte de uma totalidade que amplia e aprofunda a excisão metabólica entre sociedade e natureza, pois está apoiado na ampliação e aprofundamento das contradições do sistema de produção do capital, sobretudo, na contradição entre capital e trabalho. Estas contradições são exacerbadas ao longo do desenvolvimento da fase superior do capitalismo, isto é, do imperialismo e a etapa atual deste desenvolvimento carrega como uma de suas marcas definidoras uma *super* hipertrofia do capital financeiro, que se capilariza ou interpenetra pelo conjunto da vida social, monopolizando-a em sua totalidade. Particularidades próprias da condição capitalista dependente, cuja expressão “neodesenvolvimentista” atual (re)insere o Brasil no sistema imperialista da divisão internacional do trabalho, impõem mecanismos de super exploração e super expropriação coetâneos com esta “nova” condição. Aprofundam-se, assim, as contradições que submetem as classes trabalhadoras à condição de *heteronomia cultural*, ampliando supostas ambiguidades – do tipo moderno x arcaico, que pode ser resolvido pela tríade liberal “modernização”, “crescimento” e “desenvolvimento” – o que exige um esforço das classes dominantes em forjar um consenso/consentimento ideológico, cultural e político visando o “salvamento e contenção” de alguns pobres, a “qualidade de vida” das classes médias e ao silenciamento das resistências.

2.2.2 Concentração monopolista a partir da década de 1980: Adeus Lenin?

“O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo”. Assim começa o primeiro capítulo “A concentração da produção e os monopólios” de Lênin (2008) em sua brochura intitulada *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*, obra que nos apoiará inicialmente no exame preliminar dos movimentos do capital financeiro no Brasil em seus nexos com a dominação capitalista em geral e na agricultura em particular.

Com aparência de obviedade para os dias atuais, na primavera de 1916 demarcava uma conceituação revolucionária que iria convergir numa série histórica de revoluções e rebeliões socialistas em todo o mundo durante o século XX e até os dias atuais. Não há nenhuma obviedade na afirmação de Lenin, embora os efeitos decorrentes desta realidade sejam dos mais perversos e percebidos de forma imediata. As contradições dela decorrentes são das mais graves para a classe trabalhadora mundial e para a humanidade como um todo e, sua magnitude crescente nos anos que se seguiram à brochura do líder bolchevique, à medida que esta condição se intensifica, ou seja, o aumento da concentração da produção em empresas cada vez maiores, aponta-se para uma coexistência desumanizadora e suicida com a barbárie.

Lenin sublinha que Marx analisara em *O Capital* que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau de seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. (LENIN, 2008, p. 21). Para Lenin, o capitalismo conclui sua transformação para o imperialismo, após a culminância do desenvolvimento da livre concorrência entre 1860 e 1870, transitando por um período de desenvolvimento dos cartéis após a crise de 1873 e ascendendo ao final do século XIX, quando os cartéis passam a

ser uma das bases de toda a vida econômica. Após examinar o avanço nos números dos cartéis e *trusts* na Alemanha e Estados Unidos, Lenin constata a transformação da concorrência em monopólio, o que resulta em grande progresso na socialização da produção em geral e, em particular, o processo de inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Todavia, ele faz uma ressalva:

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável. (LENIN, 2008, p. 26).

Lenin observa que para eliminar a concorrência, mantendo-a formalmente, os monopolistas valem-se, inclusive, de diversas artimanhas como fazer “*circular boatos sobre a má situação da indústria; publicam nos jornais anúncios anônimos*” etc. (2008, p. 28-29) o que 70 anos mais tarde o cineasta estadunidense Oliver Stone iria transpor brilhantemente para o cinema em “Wall Street: poder e cobiça” que retrata essas estratégias, com uma velocidade talvez não imaginada por Lenin, com destaque para os “ensinamentos” de um experiente e ambicioso *corporate raider* (especulador que articula o controle acionário) chamado Gordon Gekko, interpretado por Michael Douglas a um corretor novato Buddy Fox (Charlie Sheen) de Wall Street, desesperado pela fortuna e pelo sucesso. À época, segunda metade da década de 1980, difundiam-se as estratégias de dominação neoliberal via ajustes estruturais forjadas pelo chamado Consenso de Washington e o capitalismo atingira um estágio de desenvolvimento das forças produtivas notável, ancorado por uma nova partilha interimperialista do mundo, a 2ª Guerra Mundial, e por sucessivas disputas e conflitos localizados pelo domínio geopolítico que marcariam o período da Guerra Fria, agindo os Estados Unidos, principalmente, como novo *hegemon*³⁴. Dentre outros marcos históricos

³⁴ O termo *hegemonia* deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”; ou também do verbo *eghemoneuo* que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. Por *eghemonia*, o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na

significativos do período que precede a famosa frase de Gekko (Douglas) “a cobiça é boa”, citemos, p. ex., a crise do petróleo de 1973 e a da dívida de 1982 (LEHER, 1998), mas a que possui destacado significado é o surgimento ainda em 1944 das instituições que João Márcio Mendes Pereira (2009) chama de “as gêmeas de Bretton Woods”³⁵, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com sua “irmã caçula” a Organização Mundial do Comércio³⁶ surgindo bem mais tarde, em 1995, objetivando impulsionar a liberalização dos países capitalistas dependentes e das periferias.

Instituições erigidas pelas exigências de realocação do capital excedente, principalmente estadunidense, e por isso mesmo sendo apresentadas como instituições “multilaterais”, sendo, de fato, controladas por seus países membros acionistas, dos quais o maior cotista (financeiro-político-ideológico) sempre foi e ainda são os EUA, e que deveriam assumir papel destacado, como de fato assumiram, na reorganização do capitalismo mundial não apenas em sua dimensão financeiro-econômica, mas também política e ideológica. Não supomos com isso que os EUA sejam a única nação que desfrutou e desfruta das vantagens de sua posição como acionista, outras nações capitalistas avançadas também o fazem e até mesmo nações periféricas ou capitalistas dependentes, mas num grau muito inferior de influência se considerada a capacidade de intervenção de Washington e de lobby dos senhores de Wall Street. Cabe ressaltar que a centralidade de nossas investigações (e das categorias em exame) se dará, sobretudo, sobre os movimentos das frações de classe burguesa e a correlação de forças que estabelecem no domínio do Estado e de seus aparelhos, visando colocá-los a

época das guerras do Peloponeso, falou-se de cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si. (GRUPPI, 1978, p. 1).

³⁵ A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas ocorrida na cidade de Bretton Woods (New Hampshire, EUA), realizou-se em julho de 1944 e foi constituída com vistas a reconfigurar o sistema financeiro mundial, dela surgem o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. (PEREIRA, 2009, p. 52).

³⁶ A OMC foi fundada em 1995, em substituição ao Acordo Geral das Tarifas e Comércio – GATT, no contexto atual das mudanças das relações sociais capitalistas, com objetivo de promover e regular políticas relativas ao comércio entre as nações. A OMC incluiu, na sua pauta de serviços comercializáveis, a educação escolar. (NEVES & PRONKO, 2008, p. 92).

serviço da reprodução do capital e não propriamente na atuação de um estado-nação ou de um conjunto de estados-nações. (FERNANDES, 1972).

A tese de Pereira é valiosa, pois além de reunir inúmeros documentos do Banco Mundial e estudos científicos sobre o tema escritos em língua inglesa e, portanto, inacessíveis para uma enorme massa de trabalhadores, suas organizações e intelectuais orgânicos que não dominam a língua, ela traz contribuições de fundo à compreensão do funcionamento destes poderosos aparelhos de hegemonia do capital e ainda devemos muito a ela e a outros estudos os esclarecimentos necessários à formulação dos nexos entre os monopólios no modelo de agricultura propagado pelo agronegócio, inclusive os financeiros, mas também, e fundamentalmente, na relação entre o papel do BM como atuante “sujeito pedagógico” na conformação de uma ideologia de “desenvolvimento sustentável” para o campo.

Em 2010 foi lançado “Wall Street: o dinheiro nunca dorme” também dirigida por Stone, o argumento do filme é o mesmo, os ardis do capital financeiro em busca desenfreada por maiores lucros possíveis e o ambicioso e idolatrado Gekko, agora ex-presidiário preso por crimes ao sistema financeiro, retorna ao “jogo”. Oportunamente, o filme sugere que a próxima bolha especulativa financeira pronta para explodir é a dos investimentos em “energia limpa”.

Retornemos a Lenin, mas trazendo, mais adiante, alguns dados para a verificação dos movimentos do capital financeiro no Brasil nos últimos anos. Para Lenin, é insuficiente considerar a força efetiva e o significado dos monopólios, isto é, desta nova fase do desenvolvimento do capitalismo, sem compreender o papel dos bancos neste novo cenário. Há uma mudança qualitativa, no sentido de que um agente do capital aciona uma forma de expansão, o comércio de capital-dinheiro, que se reinsere no sistema gerando lucros e juros. Tomemos nota: “*A parte do lucro paga ao cedente chama-se juro, que nada mais é que nome, designação especial da parte do lucro, a qual o capitalista em ação, em vez de embolsar, entrega ao dono do capital*”. (MARX, 2008, p. 454).

Lenin afirma que os bancos deixam de ser fundamentalmente os intermediários nos pagamentos. Ele explica que a função de converter o capital-dinheiro inativo em capital ativo, ou seja, fazer este capital render lucro é intermediada pelos bancos, que “*reúnem toda espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista*”. (LENIN, 2008, p. 31). Aumentando as operações bancárias e estas concentradas em um número cada vez menor de estabelecimentos fazem com que os bancos transformem-se em grandes monopolistas que têm em mãos quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, da maior parte dos meios de produção (pois amalgamam-se com a indústria) e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países, pois exportam seus capitais em massa, a fim de que se reproduzam seus lucros.

Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os incorporam, subordinam, incluem-nos no seu grupo, no seu consórcio por meio da participação no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos etc. (LENIN, 2008, p. 32).

2.2.3 Avanços do capital financeiro no Brasil

Esta seção tem como objetivo iniciar um estudo que nos apoie na apreensão dos movimentos concretos do capital financeiro no Brasil, através da análise de dados e estratégias do setor financeiro, buscando evidenciar seus efeitos nas lutas de classes, mas tentando evitar tomar esta empiria como *a* realidade. Não se trata de uma investigação que pretenda exaurir ou abarcar a produção científica sobre o tema, mas dispor de elementos que explicitem o processo de liberalização financeira³⁷ neoliberal e readequação do setor aos

³⁷ “A liberalização (ou abertura) financeira diz respeito à facilidade com que os residentes podem adquirir ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e ao acesso de não-residentes ao mercado financeiro doméstico. Desse modo, ela envolve tanto a liberalização dos movimentos de capitais internacionais quanto a permissão de transações monetárias e financeiras em moeda estrangeira no território nacional”. (GHINIS, 2006). Consideramos esta definição “técnica” insuficiente para a apreensão da complexidade inerente a este movimento, e não nos parece que tenha sido esta a intenção do autor do artigo, contudo, ela é pertinente do ponto de vista dos objetivos do estudo nesta seção.

padrões de acumulação global do setor a partir da década de 1990, particularmente evidente a partir de 1995, como afirma Gonçalves (2006a, 2006b).

No Brasil, o número crescente de transações e a magnitude dos recursos envolvidos, nos chamados predominantemente Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) e os processos de fusão e aquisição de empresas, sobretudo do setor bancário, guardam relativa convergência com o cenário de rearranjo do capital financeiro internacional inaugurado pelo neoliberalismo. A ampliação do investimento estrangeiro direto e das fusões e aquisições encontraram a partir do Plano Real um grande impulso.

Segundo Ribeiro e Sambatti³⁸ a década de 1980 foi marcada pela crise da dívida externa e elevadas taxas de inflação. Desse modo, os volumes de IEDs se reduziram, significativamente, em relação à década de 1970 passando de US\$ 2,3 bilhões no período 1971-81 para apenas US\$ 357 milhões entre 1982 e 1991. A partir de então os planos de “ajustes estruturais” impostos pelos governos neoliberais iriam reconfigurar o padrão de acumulação conforme a ortodoxia apregoada por seus ideólogos: liberalização do “mercado” (visando atingir a totalidade do sistema, mas com ênfase na liberalização financeira), flexibilização do trabalho (desemprego, subemprego e precarização) e privatizações, pressupostos centrais da ideologia da globalização. Conforme Fontes (2010) “*o termo globalização foi amplamente utilizado para descrever de maneira supostamente neutra a crescente mobilidade e fluidez dos capitais, ainda potencializada após o término da Guerra Fria*”. (FONTES, 2010, p. 153). Em suma, visava sepultar o conceito de imperialismo, segundo Fontes, dissolvê-lo, no contexto das teorizações sobre o “fim da História”. Em um mundo supostamente “multipolar”, a ideia de fronteiras entre nações foi sendo ideologicamente revista com vistas à expropriação de novos territórios, expansão dos

³⁸ RIBEIRO, Michele Roberta e SAMBATTI, Andréia Poliseli. Uma análise sobre os fluxos de investimentos externos diretos e sua distribuição setorial no Brasil a partir da década de 1990. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminarario/IVSeminarario/Artigos/16.pdf> acessado em: 15/07/2011 15h31

mercados e reconfiguração da divisão internacional do trabalho, e o conceito de imperialismo implica em sua prática concreta, como uma de suas dimensões indissociáveis, domínio e subordinação militar, que precisavam ser desarticulado idealmente para que tais fins fossem alcançados plenamente.

Atílio Boron (2002) faz uma conhecida leitura crítica de Michael Hardt e Toni Negri (*Empire*, 2000), surpreende-se que estes autores em seu livro que turva ainda mais as lutas de classes no início do século XXI, ainda que, conforme Boron, não tenha sido esta a intenção declarada dos autores no próprio livro, tenham desconsiderado os comentários de quem ele afirma ser um “*genuíno liberal norte-americano, de sólidas convicções socialdemocratas*”, ao referir-se a John K. Galbraith que sustenta “*a globalização não é um conceito sério. Nós, os norte-americanos, o inventamos para ocultar nossa política de penetração econômica no exterior*”. (Boron, 2002, p. 141). Concretamente, o que se observou, como veremos, foi um expressivo aumento de fluxo de capitais mundialmente e uma concentração monopolística em diversos setores, notadamente, no financeiro.

Tabela 2 – Participação de capitais estrangeiro

	1995	2000	2005
Ativos totais (R\$ mil)	272.646.996	914.050.325	1.528.983.730
Nº de empresas com participação estrangeira	6.322	11.404	17.605
Nº de empresas com participação majoritária estrangeira	4.902	9.712	9.673

Fonte: Censo de Capitais Estrangeiros - Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação – DESIG - Diretoria de Fiscalização – Difis - Banco Central do Brasil – Elaboração própria.

Por meio de Notas Técnicas, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico – DIEESE sistematizou um conjunto de dados e informações sobre o setor bancário que, em parte, reproduziremos abaixo, trazendo elementos concretos para nossa análise. Esta é apenas uma compilação de dados que deverá receber um tratamento mais

adequado, a fim de evidenciarmos a intensificação dos monopólios no setor financeiro, mas que por hora atenderá nossos objetivos.

Dados de 2001 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) informam que 76% de todo investimento direto estrangeiro mundial daquele período foram provenientes das fusões e aquisições. (DIEESE, 2007, p. 1). Na década de 90, o capital estrangeiro, em fusões e aquisições, aumentou mais de 44%. O *boom* desse processo no Brasil ocorreu em 1997, com o registro de 372 negócios realizados em vários setores da economia³⁹. Destaca-se, entre eles, o setor financeiro, que registrou 176 negócios no período, dos quais 56% com participação de capital estrangeiro. (DIEESE, 2007, p. 1).

Tabela 3 - Fusões e aquisições por setor (no mundo), 1995

Setor de atividade de empresa comprada	Valor das transações	
	US\$ milhões	% s/ total
Bancos comerciais e holdings bancárias	154.866	17,8
Emissoras de rádio e TV	61.486	7,1
Distribuidoras de gás, água e eletricidade	54.264	6,2
Consultoria e auditoria	49.102	5,6
Farmacêutica	37.207	4,3
Telecomunicações	35.097	4,0
Seguradoras	33.474	3,8
Papel e celulose	30.627	3,5
Corretoras de títulos, commodities, etc.	30.625	3,5
Alimentos e bebidas	28.811	3,3
Subtotal dos 10 maiores setores	515.562	59,1
Total	515.562	100,0

Fonte: Comin, 1996 *apud* Bastos e Brito, 2004, p. 4.

No ano 2000 registra-se a maior aquisição de um banco público no Brasil, com a venda do Banco do Estado de São Paulo – Banespa, para o banco espanhol Santander. Em 2007, o banco holandês ABN Amro foi adquirido pelo consórcio entre os bancos Royal Bank of Scotland, Fortis e Santander por pouco mais de 71 bilhões de euros, representando a maior aquisição da história do setor bancário mundial. No negócio, o Santander ficou com as unidades italiana e brasileira do ABN. (DIEESE, 2007, p. 1). A privatização do Banespa é um

³⁹ “Fusões e Aquisições no Brasil – Análise dos Anos 90”, pesquisa desenvolvida pela KPMG Corporate Finance.

caso emblemático, em que o banco passou por dois processos de enxugamento de postos de trabalho. O primeiro é anterior à venda, correspondendo ao período de 1992 a 1999, que resultou na eliminação de 17.052 empregos. No ano seguinte à compra do Banespa (2001), o Santander lança um programa de demissão voluntária que contou com a adesão de 8.300 funcionários. (DIEESE, 2007, p. 3).

Outros exemplos com impacto negativo no emprego foram as fusões do Banco Nacional com o Unibanco, em 1995, e a do Bamerindus com o HSBC, em 1997. No primeiro, entre 1994 e 1995 (ano da aquisição do Nacional), o quadro de funcionários do Unibanco aumentou de 17.034 para 28.543. Nos anos seguintes, esse número começa a cair até alcançar o mínimo de 17.390 funcionários, uma redução de 39,1% em 1999. (DIEESE, 2007, p. 3).

O Bamerindus experimentou um processo semelhante ao Banespa. Nesse caso, o enxugamento antecedeu a venda para o HSBC, em 1997. Entre 1994 e 1996, o quadro de pessoal do Bamerindus caiu de 30.434 funcionários para 22.950. No ano da compra, o HSBC, que contava com apenas 474 funcionários, chega ao final do ano com 23.756 funcionários. Nos anos seguintes, inicia-se um processo de enxugamento que alcança o mínimo de 18.845 funcionários em 1999. (DIEESE, 2007, p. 3-4).

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais-MTE), havia cerca de 750 mil bancários no Brasil em 1990. Ao final de 1994, este número caiu para 571 mil bancários, representando uma queda de 24,2%, no período. (DIEESE, NT 72, ago/2008, p. 5). Em dezembro de 2006, o estoque de emprego nos bancos era de 422 mil, o que correspondeu a um enxugamento de 44% em relação ao início da década anterior⁴⁰. (DIEESE, NT 72, ago/2008, p. 5).

A recente aquisição do Santander intensifica o grau de concentração bancária no Brasil, com o banco espanhol ocupando a terceira posição entre os maiores bancos por ativo.

⁴⁰ Estudo Emprego Bancário, da Rede Bancários DIEESE, elaborado em 2007.

Os três maiores seriam, pela ordem, o Banco do Brasil – banco público federal, seguido pelo Bradesco⁴¹ – banco privado de capital nacional e o Santander – banco estrangeiro. (DIEESE, 2007, p. 4).

Com isso, haverá um aumento da participação dos cinco maiores bancos para 58,7% do ativo total do setor bancário, que se mantém acima dos 50,0% desde 2002. Nesse cenário, o Santander passa a ser o segundo banco privado com a maior carteira de crédito, equivalente a 12,5% do mercado, e o primeiro em depósitos com 11,0% de participação⁴². (DIEESE, 2007, p. 5).

Os estudos do DIEESE informam que após o impacto inicial do Plano Real com o fim da receita inflacionária, os bancos passaram a acumular sucessivos recordes de lucratividade com aumentos expressivos de receitas e redução de custos. Entre 1994 e 2006, a receita de prestação de serviço global dos onze maiores bancos registrou um aumento real (acima da inflação) de 222% em relação ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). No mesmo período, a despesa de pessoal total desses bancos caiu 34,6%, o que resultou num aumento real de 611,3% do lucro líquido global. (DIEESE, 2007, p. 7).

Entre 1994 e 2005, o lucro conjunto dos onze maiores⁴³ bancos do Brasil registrou um aumento nominal de 1.797,13%, diante de uma inflação acumulada de 151,07%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE). (DIEESE, NT 35, jun/2006, p. 8). Em junho de 2006 os cinco maiores bancos

⁴¹ Conforme ranking da Revista “Valor Financeiro” nº 6 – Junho/2007. Ao contrário do ranking do BC, a revista considera o critério do mercado, para quem o Bradesco é o segundo maior banco do Brasil, em dezembro de 2006. A diferença reside no fato de o mercado considerar os segmentos de administração de cartões de crédito, seguro e previdência, que no caso do Bradesco têm um peso grande. Já a autoridade monetária considera apenas as operações restritamente bancárias e, por isso, atribui ao banco Itaú a 2ª posição no ranking, ficando o Bradesco com a terceira.

⁴² Cf. *Caderno Finanças do Jornal Valor Econômico* – 01/10/07.

⁴³ Ranking por Ativo Total do Banco Central em 2005, com exclusão do Banco Votorantim, que entra nesse ranking só em 2004 e 2005. Os 11 maiores são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Banespa, Unibanco, ABN Amro Real, Santander, Safra, Nossa Caixa; HSBC Bank Brasil.

eram responsáveis por mais da metade (55,1%) dos ativos totais do setor, formado por 134 bancos. (DIEESE, NT 35, OUT/2006)⁴⁴.

De acordo com os dados divulgados no Relatório Social da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a riqueza gerada pelo setor bancário em 2007 foi de R\$ 136,9 bilhões⁴⁵, contra R\$ 92,5 bilhões em 2006. Desse total, os trabalhadores viram a participação de sua renda reduzida de 39,6% para 33,2% da riqueza. Por outro lado, os donos do capital ampliaram sua participação de 34,4% para 42,5%. O governo, por sua vez, também viu sua fatia sendo reduzida de 25,9% para 24,3% da riqueza do setor bancário. Não existe mágica, em qualquer divisão, o aumento da participação de um grupo só é possível com a redução da participação de um outro grupo. (DIEESE, NT 75, SET/2008, p. 4).

As privatizações de bancos estaduais também contribuíram para a concentração do setor. Na verdade estão intimamente associadas a ela, gerando receitas de privatização⁴⁶ no valor de R\$ 11.668,15 bilhões.

Tabela 4 – Bancos estaduais privatizados

BANCO	DATA DO LEILÃO	ADQUIRINTE
BEM – Banco do Estado do Maranhão S.A.	10.02.2004	BRADERSCO
BEA – Banco do Estado do Amazonas S.A.	24.01.2002	BRADERSCO
BEG – Banco do Estado de Goiás S.A.	04.12.2001	ITAÚ
PARAIBAN - Banco do Estado da Paraíba S.A.	08.11.2001	ABN AMRO Bank Real
Banco do Estado São Paulo S.A. – BANESPA	20.11.2000	SANTANDER
Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO	17.10.2000	ITAÚ
Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBA	22.06.1999	BRADERSCO
Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE	17.11.98	ABN/AMRO
Banco do Estado de Minas	14.09.98	ITAÚ

⁴⁴ Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec35bancos.pdf> acessado em: 17/07/2011 12h09

⁴⁵ Esse valor representa 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, contra 4,0% em 2006.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/lid/gedes/receitasPrivatizacaoReal.ASP?id=RECPRIV> acessado em: 13/07/2011 11h26

Gerais S.A. – BEMGE		
Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL	07.08.97	BCN/BRADESCO
Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ	26.06.1997	ITAÚ
Banco Meridional do Brasil S.A.	04.12.1997	Banco Bozano Simonsen
Fonte: Banco Central do Brasil ⁴⁷ – Elaboração própria		

2.3 Comodificação da vida, divisão social do trabalho e crise ambiental: delimitações para o estudo do conceito de *metabolismo sociedade-natureza*.

O Brasil, líder de conhecimento na agricultura tropical, detentor de grandes reservas de terras agricultáveis, água e sol, é apontado pelas mais renomadas instituições internacionais como um dos principais supridores de alimentos, fibras e biomassa para um mundo em crescente demanda e aumento populacional. (...) Temos então de nos esforçar e olhar o agronegócio além daquilo que estamos preparados para ver. A visão dos seus negócios ganhou amplitude global. Mas, para sermos universais, temos de começar a pintar a nossa aldeia, nas palavras de Tolstói. (...) O Brasil cresce, gera empregos e renda, distribuída como nunca antes, e seus resultados como relações de troca com o mundo estão absolutamente assentados nas commodities agrominerais. (...) O Brasil é, aos olhos do mundo, fascinante e misterioso. Um verdadeiro continente que fala uma só língua, que desfila alegria e é, hoje, força econômica internacional. Um país que busca a inovação, mas que ainda precisa de um ambiente favorável aos investimentos privados; que clama, assim, por medidas de governo na linha da estabilidade..... estabilidade é meta, é a única via que permite planejamento, que realimenta investimentos, que fortalece o público e o privado.(...) O Brasil é agro. O Mundo, por sua vez, é dependente do agro e da energia, fatores absolutamente essenciais para qualidade de vida, inovações e equilíbrio geopolítico. (...) Mas a vida é tão persistente quanto as socas de cana, que mesmo duramente pisadas rebrotam; quanto aos pastos que mesmo queimados esverdeiam; quanto aos pássaros que migram fugindo do frio, voltando à sua origem quando volta o calor..... sem barreiras, sem limitações..... enquanto os homens seguem em sua luta pela preservação. enta⁴⁸

Carlo Lovatelli – Presidente da Abag

⁴⁷ Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/lid/gedes/instituicoesPrivatizadas.pdf> acessado em: 18/07/2011 16h48

⁴⁸ Trechos do discurso de abertura do 10º Congresso Brasileiro do Agronegócio, realizado no dia 08 de agosto de 2011, no Sheraton São Paulo WTC Hotel, em São Paulo/SP. Discurso completo disponível em: <http://www.abag.com.br/index.php?mpg=02.97.00&npr=40> acessado em: 23/09/2011 17h46 Carlo Lovatelli é formado em Física, pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas. O Presidente da ABAG, também preside a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES). É Vice-Presidente da Fundação Bunge, da FIESP/CIESP e da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA).

Um Brasil sustentável poderia se apoiar na vantagem comparativa de seus recursos naturais, integrando-os a níveis mais altos de capital humano, comércio e inovação, para construir uma economia com base tanto nos recursos naturais como no conhecimento. Um maior crescimento poderia ser sustentado por aumentos de produtividade, em vez de por esgotamento de recursos. (Banco Mundial, 2002, p. 19).

A narrativa⁴⁹ presente nestes discursos reúne as dimensões objetivas e subjetivas que expressam uma materialidade instrumental à lógica do que estamos compreendendo como sendo “novos” arranjos do capitalismo monopolista, supridos por “velhas” doses de desenvolvimento capitalista dependente. De novo mesmo, o capitalismo nos apresenta apenas sua aparência, sob a qual se mostra a velha e surrada exploração do homem pelo homem e com ela seu estranhamento de si, de outros homens, de toda a sociedade e da natureza. Esta é uma das muitas vestes interpretativas do capitalismo, despido por Marx e Engels e pelo marxismo de Lenin, Gramsci e de outros que continuaram, cada qual a seu tempo e lugar, estudos que costumam chegar às raízes das exuberantes e frondosas aparências, demonstrando os frutos que se colhe quando se semeia a propriedade privada dos meios e instrumentos de produção e a exploração de trabalho excedente. Estes estudos, se nos ajudam a compreender esta totalidade, como as lutas de classes nos permitem constatar, não foram suficientes e nem poderiam sê-lo, para a superação deste sistema de produção e das relações sociais que ele engendra. Isto não significa, contudo, que eles não tenham nos legado um consistente referencial teórico e prático para a realização desta tarefa histórica. Assumimos, portanto, uma perspectiva teórica contrária àquela que afirma que o capitalismo “cava sua cova”, que seus dias estão contados e que a união do proletariado de todo o mundo é inexorável.

⁴⁹ **Narrativa.** Presença da história ou da memória coletiva na construção também coletiva de uma nova história. Serve para registrar e interpretar as experiências anteriores que podem determinar condutas e comportamentos atuais e futuros de coletividades e organizações. Além disso, é útil para analisar como os acontecimentos locais influem nos globais e na criação de novas formações e organizações em níveis mais altos ou mais amplos. A narrativa é empregada como forma de retroalimentação positiva ou negativa que acelera ou freia as novas ações com base na experiência de ações anteriores. (CASANOVA, 2006. p. 330).

O ato de ocupação da planta da então Aracruz Celulose por cerca de duas mil mulheres da Via Campesina em 8 de março de 2006, no município de Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul, condensa uma referência de luta e resistência, portanto, conforme a tese que defendemos, porta uma pedagogia própria, que humaniza e cria mediações que vão em direção oposta, não apenas negando, mas superando as relações sociais dominantes, em várias de suas dimensões. Este ato materializa e simboliza o enorme desafio posto aos movimentos sociais, partidos, organizações populares e sindicatos que procuram caminhos *para além do capital*, como nos convoca Istvan Mészáros. O desafio de agir organizadamente para educar e elevar a consciência das massas com relação às origens da miséria que se abateu sobre o espírito humano, que se estende em todas as direções, mas em intensidades muito desiguais, em favor da direção dos capitalistas e da sua materialização mais poderosa e sinistra em nossos tempos, as empresas multinacionais. Poderosas devido à sua pujança econômica e sua capacidade de conjunção de interesses intra-classe, sinistras porque não precisam (sempre) de exércitos para exercer uma enorme dominação.

Naquele dia, em que se celebrava o Dia Internacional das Mulheres, qual não foi a surpresa quando algumas delas decidiram comemorá-lo destruindo mudas e sementes de eucalipto transgênico. Como de costume, os meios de comunicação burgueses não poderiam silenciar diante de tamanha afronta. Não nos deteremos em recuperá-los no momento, pois é emblemática e basta-nos, para efeito deste estudo, a declaração do ministro do desenvolvimento agrário, Miguel Rosseto em nota para a imprensa⁵⁰ em 11 de julho de 2006: *“Ações dessa natureza nada têm a ver com o programa de reforma agrária e, portanto, este é um assunto que deve ser tratado pelo poder judiciário”*. Veremos.

Desde 1967, com o início das plantações de eucalipto da Aracruz Florestal no Espírito Santo, sudeste brasileiro, esta empresa acompanhou os movimentos de reprodução do capital

⁵⁰

Disponível

em:

http://incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=270:0&catid=1:ultimas&Itemid=278 Acessado em: 19/10/2011 16h39

que estamos aqui buscando compreender como inscritos no capitalismo monopolista. Na própria página da empresa encontramos um histórico institucional⁵¹ simplificado, que julgamos suficiente para nossa análise. Pontuarei apenas alguns eventos que considero traduzirem bem nossos próximos passos.

Em 1968 ocorre a Fundação da Aracruz Celulose. Vinte anos mais tarde, o Grupo Votorantim adquire um projeto no segmento de papel e celulose em São Paulo e funda a VCP (Votorantim Celulose e Papel). Em 1992 a VCP adquire a Papel Simão. Em 2000, ações da VCP começam a ser negociadas na bolsa de Nova York e a Aracruz ingressa no controle acionário da Veracel. Em 2001 a VCP adquire 28% do capital da Aracruz Celulose. Em 2005, a Aracruz figura no Índice Dow Jones de Sustentabilidade e os papéis da VCP passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. Em 2006, a VCP anuncia troca de ativos com a International Paper. Em 2008, a VCP assina o Pacto Global⁵² da ONU e figura novamente no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, criando junto com a Suzano a Compacel (Consórcio Paulista de Papel e Celulose).

La noción de responsabilidad social empresarial (RSE) es un concepto reciente, de resonancias globales, que apunta a combinar la filantropía empresarial con una idea más general acerca de la responsabilidad de las empresas respecto del impacto social y ambiental que generan sus actividades. La importancia de tal concepto debe ser entendida en el marco de la nueva matriz neoliberal, en la que se consolida el rol metarregulador del Estado y las empresas pasan a ser consideradas el actor central y dinámico por excelencia. (SVAMPA, BOTTATO & ÁLVAREZ, 2009, p. 46-47).

Em janeiro de 2009, o grupo Votorantim anunciou a compra de 28% da Aracruz Celulose, através de um aporte de R\$ 2,7 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (MENDONÇA, 2009, p. 177). A VCP, resultado da fusão com a Aracruz, como diz Mendonça (2009) “patrocinada pelo Estado brasileiro”, além do que

⁵¹ Disponível em: <http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/historico.htm> acessado em: 19/10/2011 17h09

⁵² La RSE (responsabilidad social empresarial) adquirirá rango institucional a través Del Pacto Global, em 2000, el cual es definido como “um Programa Interagencial, liderado por el PNUD, la CEPAL y la OIT, tendiente a aumentar la responsabilidad social empresaria em los campos de los derechos humanos, los estándares laborales y el medio ambiente”. (SVAMPA, BOTTATO & ÁLVAREZ, 2009, p. 46-47).

se promulga ser um ícone do capitalismo brasileiro corporificado na figura de Antonio Ermírio de Moraes, é hoje uma das expressões mais complexas da imbricação do capital financeiro e industrial na agricultura, numa palavra, do imperialismo.

Trata-se de uma corporação que obteve financiamentos significativos nos últimos anos do governo de Lula da Silva (NOVOA, 2009). Somente do BNDES, em 2006, a Aracruz recebeu R\$ 595,9 milhões para investimentos no Espírito Santo; em 2008, a VCP recebeu R\$ 100,1 milhões para investimentos em São Paulo e no Rio Grande do Sul e, em 2009, a mesma VCP recebeu R\$ 2,4 bilhões para investimentos no Brasil e no exterior. (NOVOA, 2009, p. 194). Nesta empresa, a narrativa do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental vêm ganhando cada vez maior protagonismo e destaque em sua política geral. A Aracruz integra o índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI World) 2008, que destaca as melhores práticas em sustentabilidade corporativa no mundo e no seu Relatório Anual de Sustentabilidade 2008⁵³ destaca:

Adequar-se ao novo ambiente de negócios, que incorpora novos e eficientes atores como consumidores, comunidades, ONGS, organismos multilaterais e universidades, é o maior desafio para as empresas que entenderam o desenvolvimento sustentável como a *única resposta* viável para o *seu* futuro. E, assim como grande número de empresas no mundo, estamos em meio de um *processo de intenso aprendizado* para adequar-nos aos novos tempos. (Grifos nossos).

O “novo ambiente de negócios” necessita renovação e alargamento das bases de sua relação com a moderna sociedade civil globalizada. O desenvolvimento sustentável é assumidamente a *única resposta* viável ao futuro *da empresa*. Não há alternativas. Interessante é que o artigo de Maria Luiza Mendonça (op. Cit.) afirma exatamente o contrário, pelo menos ao analisar os desastres ambientais e humanos em Minas Gerais, ora contaminando com metais peixes, homens e água no São Francisco, ora poluindo águas, rachando casas e destruindo o patrimônio espeleológico.

⁵³ Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/minisites/ra2008/section/home/> acessado em: 10/12/2009 15:36h

Em razão disto, a empresa precisa acelerar os passos em direção ao capitalismo humanizado e de rosto verde, pois ela se encontra “em meio a um processo de intenso aprendizado”. Nada contraditório, ao contrário, coerção e consenso são utilizados conforme as circunstâncias, sempre medindo suas doses, almejando evitar desgastes políticos e, não menos importante, perdas econômicas. O “novo ambiente de negócios” exige que a eficiência (aumento de produtividade somado à redução de custos) ande lado a lado com a boa governança, para que os conflitos sejam resolvidos (conciliatoriamente, muitas vezes em comissões e conselhos “participativos”) de modo que os interesses antagônicos de classes não possam sequer emergir, quanto mais nitidamente, mas caso isso ocorra, sejam arbitrariamente conduzidos de modo que o econômico e o político fiquem em esferas distintas. Não nos causa estranhamento, portanto, que as empresas estejam em meio a um “processo de intenso aprendizado”, orientado no sentido de elaborar e difundir consensos geradores de um ideário de um capitalismo responsável e ecológico, cujos consumidores-cidadãos “socioambientalmente conscientes” são o “público-alvo” da nova pedagogia da hegemonia, conferindo legitimidade às ações da empresa junto à sociedade.

Em 2009, com a incorporação da Aracruz pela VCP, surge a *Fibria*, com 15 mil funcionários e capacidade de produção de 5,4 milhões de toneladas de celulose e mais de 300 mil toneladas de papel por ano. No ranking das 500 maiores empresas do agronegócio no Brasil, de acordo com o Anuário Globo Rural 2010, a Fibria aparece em 11º lugar, com R\$ 558 milhões de lucros líquidos. Dos nove membros do conselho de administração da empresa, cinco são indicados pela VID (Votorantim Industrial S.A.), dois pelo BNDESPar e dois são membros “independentes”. A missão da empresa é “*desenvolver o negócio florestal renovável como fonte sustentável da vida*” e para isso afirma “*buscamos o lucro reconhecido e*

*admirado, que gere benefícios para todos a partir de recursos utilizados de forma sustentável*⁵⁴. É como dizem, seria cômico se não fosse trágico.

Tabela 5 – Estrutura Societária Fibria⁵⁵

	Ações ordinárias	%
Grupo Votorantim	137.269.118	29,34
BNDESPAR ⁵⁶	142.360.457	30,42
Ações em tesouraria / Fibria	342.822	0,07
Outros (<i>Free float</i>)	187.955.303	40,17
Conselho de administração, conselho fiscal e diretoria	6.946	0,00
TOTAL	467.934.646	100,00

Fonte: Fibria

Segundo a empresa, suas atividades têm por base uma área florestal de 875 mil hectares, dos quais 323 mil são dedicados à conservação de ecossistemas nativos, em sete estados brasileiros. São quatro fábricas em operação com capacidade para produzir um total de 5,25 milhões de toneladas de celulose por ano. O transporte de madeira, celulose e papel é realizado por modais rodoviário, ferroviário e marítimo. A empresa possui escritórios comerciais e de representação, além de São Paulo, nos EUA, Suíça, Hungria e China e centros de distribuição no Golfo do México, sudeste e nordeste dos EUA, norte da Europa, Mediterrâneo, costa da China e sudeste asiático.

A região denominada Sapê do Norte, (Conceição da Barra e São Mateus), há cerca de 40 anos, época da chegada da Aracruz no Espírito Santo, era habitada por 2 mil comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos, com 10 mil famílias. Hoje restaram 35 comunidades, com cerca de 1.300 famílias⁵⁷. Ana Esther Ceceña (2009) ao abordar a rede de interesses em torno da Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, a IIRSA,

⁵⁴ Disponível em: <http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional/missao.htm> acessado em: 19/10/2011 18h22.

⁵⁵ Disponível em: http://fibria.infoinvest.com.br/static/ptb/estrutura_societaria.asp?idioma=ptb Acessado em: 19/10/2011 18h04

⁵⁶ BNDESPAR tem uma participação de 21% vinculada a um acorde de acionistas com a VID durante os primeiros 3 anos, e 10,9% nos dois anos seguintes.

⁵⁷ Dossiê Deserto Verde – O latifúndio do eucalipto. Compilado pelo gabinete do Frei Sérgio PT/RS, março 2006. Disponível em: http://www.natbrasil.org.br/Docs/Monoculturas/dossie_deserto_verde.pdf acessado em: 19/10/2011 19h28

aponta que a apropriação de bosques, naturais ou gerados artificialmente, ocorre em pontos muito específicos do território sul-americano. Seu desdobramento territorial é muito menos expandido do que atividades de extração de petróleo e gás e de extrativismo mineral, mas que se trata também de capitais de grande valor vinculados à produção de celulose e papel.

Este modelo está presente no Brasil, mas também na Argentina, Peru, Chile, Paraguai e Uruguai como destacado pelos estudos dos pesquisadores-militantes do Centro de Investigación y Formación de los Movimientos Sociales Latinoamericanos (CIFMSL). (AGOSTO, 2008; KOROL, 2008). Roxana Longo em um destes estudos, “*Las pasteras mirando hacia el Cono Sur*” (KOROL, 2008), destaca que segundo Rainier Häggblom, CEO da Jaakko Pöyry, uma das consultorias da indústria florestal mais importantes do mundo, “América del Sur es uno de los mejores lugares del mundo para instalar pasteras” e o mundo hoje “necesita más productoras de pasta para alcanzar la producción proyectada a 2015”. (LONGO, 2008, p. 54).

Hoje a América Latina está a despertar de novo para o espírito revolucionário de Bolívar e Che – um espírito que, na verdade, nunca pereceu. Mas nós agora sabemos – o que raramente foi compreendido antes – que uma transformação revolucionária da sociedade deve também ser uma restauração revolucionária da nossa relação metabólica com a natureza: a igualdade e a sustentabilidade devem congraçar-se, se qualquer uma delas quiser emergir triunfante. E se quisermos sobreviver. (FOSTER, 2007).

Na obra *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, John Bellamy Foster (2005) resgata o conceito de Marx de “falha metabólica” na relação do homem com a natureza, fazendo a releitura de autores como Epicuro e Darwin, argumentando a necessidade de compreender as visões da natureza que surgiram do século XVII ao século XIX com o desenvolvimento do materialismo e da ciência a fim de entender as origens da ecologia.

O autor ressalta que a crítica da agricultura capitalista de Marx e as suas contribuições ao pensamento ecológico nessa área devem ser entendidas no contexto do

período que vai de 1830 a 1880, a “segunda revolução agrícola”, caracterizada pelo crescimento de uma indústria de fertilizantes e pelo desenvolvimento da química de solos associado à publicação da obra *Agricultural Chemistry*, em 1862, do químico agrícola alemão Justus von Liebig.

Conforme Foster, ao escrever *O capital* no início da década de 1860, Marx teria sido profundamente influenciado pela análise de Liebig sobre os processos de utilização do solo que terminavam por roubar-lhe os nutrientes e diminuir sua produtividade. Na verdade, “*um dos méritos imortais de Liebig*”, observou Marx no volume 1 do *Capital*, “*é ter desenvolvido, do ponto de vista da ciência natural, o lado negativo, isto é, destrutivo, da agricultura moderna*”. (MARX e ENGELS, *Collected works*; MARX, *Capital apud FOSTER*, 2005, p. 218).

Em uma das muitas reconstruções dos debates teóricos sobre a degradação do solo que emergiram em meados do século XIX, Foster destaca o papel de um jovem agrônomo, George Waring (1833-1898) ao fazer uma conferência à Sociedade Geográfica do Estado de Nova York, na qual ele tentou demonstrar empiricamente que o solo estava sendo sistematicamente roubado dos seus nutrientes através do transporte de longa distância de alimentos e fibras num movimento unilateral do campo para a cidade. Waring, afirma que “*a questão da economia deveria ser, não quanto nós produzimos anualmente, mas quanto da nossa produção anual é poupado ao solo*” para mais a frente declarar “*o homem não passa de um inquilino do solo e é culpado de um crime quando reduz o seu valor para outros inquilinos que venham depois dele*”. (FOSTER, 2005, p. 216).

Foster empreende um esforço meticuloso de análise do desenvolvimento do pensamento de Marx na direção de uma concepção materialista da relação sociedade-natureza, assentada em seu metabolismo, seu intercâmbio material essencial, natural e histórico, indicando movimentos deste pensamento marxiano que se delineiam como a

essência teórica de um ambientalismo revolucionário, mesmo que, por razões históricas e conjunturais concretas, esta não fosse sua intenção. Foster destaca:

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, a propriedade privada da terra por determinados indivíduos vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outros homens. Nem mesmo uma sociedade inteira, ou uma nação, ou o conjunto simultâneo de todas as sociedades existentes é dono da terra. Eles são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como *boni patres familias* [bons pais de família]. (MARX, *Capital* apud FOSTER, 2005, p. 231).

Sendo uma obra rica e original, que tem auxiliado muito em nossos estudos, não a desmembraremos de forma reducionista e fragmentada, mas optamos por reproduzir trechos destacadamente coerentes para este estudo, ainda que sob risco metodológico, para sublinhar os nexos históricos do conceito de falha metabólica e assim trazer à tona a “rocha matriz” teórica de nossa crítica à agricultura capitalista em sua especificidade dependente, buscando blindar nosso estudo de qualquer tipo de “neutralidade”, isto é, objetividade mascarada de submissão teórico-política. Esta crítica é, portanto, o ponto de partida de nossa análise sobre as estratégias dominantes que materializam a ideologia do desenvolvimento sustentável e, principalmente, de seus desdobramentos nas práticas educacionais, escolares ou não.

Foster demonstrou como o conceito de metabolismo – *Stoffwechsel* – tornou-se fundamental na análise teórica de Marx. A palavra alemã “*Stoffwechsel*” implicaria diretamente uma noção de “troca material”, subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos englobados pelo termo “metabolismo”. (FOSTER, 2005). Na definição do processo de trabalho, Marx tornou o conceito de metabolismo central a todo o seu sistema de análise, enraizando nele a sua compreensão do processo de trabalho (FOSTER, 2005; LÖWY, 2005).

O trabalho é, antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele

encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e assim simultaneamente altera a sua própria natureza... Ele [o processo do trabalho] é a condição universal da interação metabólica (*Stoffwechsel*) entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza. (MARX, *Capital apud FOSTER*, 2005, p. 221).

Foster compreende que Marx já demonstrara como a indústria e a agricultura de larga escala concorreram para destruir o solo e empobrecer o trabalhador, grande parte desta crítica presente em um trecho de “A Gênese da Renda Fundiária Capitalista”, no Volume 3 do *Capital* e na discussão sobre “A Indústria e a Agricultura em Larga Escala” no volume 1 do *Capital*.

Assumiremos o risco de efetuar esta reprodução, mas conquanto seja compreendida como construção original e insubstituível em seus termos e significados, preterimos o rigor metodológico em benefício do enriquecimento explicativo desta seção, mais importante ainda, cumpre observar sua vigorosa e dramática atualidade:

A grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo sempre declinante e a confronto com uma sempre crescente população industrial amontoada nas grandes cidades; deste modo, ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida. Isto resulta num esbulho da vitalidade do solo, que o comércio transporta muitíssimo além das fronteiras de um único país. (Liebig)... A indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente têm o mesmo efeito. Se originalmente elas se distinguem pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho e portanto o poder natural do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita ali os trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e o comércio oferecem à agricultura os meios para exaurir o solo. (MARX, *Capital apud FOSTER*, 2005, p. 219).

A produção capitalista congrega a população em grandes centros e faz com que a população urbana tenha uma preponderância sempre crescente. Isto tem duas consequências. Por um lado, ela concentra a força-motivo histórica da sociedade; por outro, ela perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelo homem sob a forma do

alimento e do vestuário; portanto, ela prejudica a operação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo... Mas, ao destruir as circunstâncias em torno desse metabolismo... ela impele a sua restauração sistemática como uma lei reguladora da produção social, e uma forma adequada ao pleno desenvolvimento da raça humana... [T]odo progresso na agricultura capitalista é um progresso da arte de roubar, não só do trabalhador, mas do solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um determinado tempo é um progresso em direção à ruína das fontes mais duradouras dessa fertilidade... A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador. (MARX, *Capital* apud FOSTER, 2005, p. 219-20).

A importância destes trechos se deve ao fato de neles estarem contidos o conceito teórico central de “falha” na interação metabólica⁵⁸ entre o ser humano e a terra, isto é, o “metabolismo social prescrito pelas leis naturais da vida”, através do “roubo” ao solo dos seus elementos constitutivos, exigindo a sua “restauração sistemática”. (FOSTER, 2005, p. 220). Para Foster, o conceito de metabolismo deu a Marx um modo concreto de expressar a noção da alienação da natureza (e da sua relação com a alienação do trabalho) que desde os seus primeiros escritos foi central à sua crítica. Como ele explicou nos *Grundrisse*,

Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, da sua troca metabólica com a natureza, e daí a sua apropriação da natureza, que requer explicação, ou é o resultado de um processo histórico, mas a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que é integralmente postulada apenas na relação do trabalho assalariado com o capital. (MARX, *Grundrisse* apud FOSTER, 2005, p. 223).

Para transformar as relações metabólicas entre sociedade-natureza, é fundamental examinarmos num movimento entre a teoria e a prática como o modo como esse metabolismo é rompido, quebrado, ou seja, sua falha ou excisão metabólica. Deste modo, perguntamos: sendo válida a proposição de que é através do trabalho que o homem *medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza*, o que desregula ou descontrola esse metabolismo? Seria o crescimento excessivo da população e o desequilíbrio causado pela

⁵⁸ Cf. Löwy, *Riss des Stoffwechsels*, ruptura ou distensão do metabolismo ou das trocas materiais. (LÖWY, 2005, p. 27).

“separação” cidade e campo? Talvez o desenvolvimento e utilização de tecnologias ineficientes ou obsoletas, poluentes ou insustentáveis? Ou como se afirma a insuficiência ou inexistência de um manejo adequado dos recursos naturais? A falta de “consciência ambiental” de políticos, governantes e população em geral? Ou, conforme certa racionalidade, um somatório de todas essas questões? Pelos caminhos que estão nos orientando, entendemos que não.

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho *externo* ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é *trabalho forçado*. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa. . (MARX, *Manuscritos de 1844*. In: FROMM, 1975, p. 93.).

Vale lembrar que na terceira tese sobre Feuerbach, Marx critica a doutrina materialista que afirma que os homens são fruto das circunstâncias e da educação, e homens transformados são frutos de circunstâncias e educação mudadas, se esquecem que as circunstâncias são criadas pelos mesmos homens e que o educador deve ser educado, pode ser reinterpretada para buscarmos compreender que: quando o “capitalismo ecológico” afirma que podemos desenvolver nossas sociedades de modo sustentável e esta sustentabilidade poderá promover mudanças na forma como os homens se relacionam entre si e com a natureza, não devemos nos esquecer que esta mesma sustentabilidade vincula-se ao modo como os homens transformam a natureza e são por ela transformados, o que na tradição marxista conceitua-se como trabalho, interação metabólica que na sociedade produtora de

mercadorias é estranhado assim como é a relação do homem com outros homens e do homem com a natureza, numa dinâmica que se retroalimenta. Isto é, concepções, ideias, projetos e estratégias de sustentabilidade estão radicalmente determinados pela materialidade dos processos de transformação da natureza, trabalho, como interação metabólica entre sociedade-natureza e, deste modo, devem ser considerados na sua totalidade. Se estivermos corretos em nossa interpretação, as falhas ou rupturas nessa interação tem sido recrudescidas e levadas à extremos pela contradição fundamental entre capital e trabalho e para ser superada requer, deste modo, a superação das relações sociais que engendram a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho para produção de mais valor, para auto valorização e reprodução ampliada do capital, em suma, a superação da sociedade de classes capitalista.

Retomando a primeira epígrafe desta seção, podemos questionar: as socas de cana são duramente pisadas pelos heróis usineiros de Lula? Os pastos são queimados pelos acionistas da JBS-Friboi? Ao retornarem de suas migrações (fugindo apenas do frio?), os pássaros do discurso de Lovatelli encontram as mesmas condições ambientais de outrora, mesmo após a intervenção do agronegócio nos territórios e ecossistemas em que habitavam? Quais homens seguem em luta pela preservação? Preservação exatamente de qual estado de coisas?

A naturalização deste discurso vai ao encontro a uma concepção de Educação Ambiental fragmentada e biologizante que, embora não seja objeto de nossas análises nesta tese, mostra-se muito apropriada a uma determinada concepção da relação sociedade-natureza coerente com a mistificação proporcionada pelos esforços que as frações burguesas desenvolvem para que se *“olhe para o agronegócio para além daquilo que estamos preparados para ver”*, considerando, ademais, o que estamos efetivamente *“preparados”* para ver. Não por acaso, os esforços político-pedagógicos das frações burguesas investidas em financiar este modelo são cada vez mais vultosos e abrangentes. Neste caso, cabe destacar, como nos ensina Carlos Frederico B. Loureiro que:

A Educação Ambiental emancipatória e transformadora parte da compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que descolam o comportamental do histórico-cultural e do modo como a sociedade está estruturada. O cenário no qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, de individualismo exacerbado e de dicotomização do humano como ser descolado da natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam a justiça social, ao equilíbrio ecossistêmico e à indissociabilidade entre humanidade-natureza. (LOUREIRO, 2004, p. 94).

2.4 Capitalismo dependente e autocracia burguesa: e o agro com isso?

Manter o conceito de *falha metabólica* entre sociedade e natureza como conceito histórico, isto é, que comporte em sua concepção a dinâmica das relações sociais de produção da existência em um determinado momento e lugar, requer tomar um percurso de investigação onde os movimentos e as disputas de classes possam ser apreendidos. Daí a referência do sociólogo e professor Florestan Fernandes neste estudo, sabendo da necessidade de nos mantermos alertas e fazermos um enorme esforço para não cair na “tentação” dos caminhos metodológicos mais curtos, que encaixam ou tentam encaixar a teoria na realidade, muito menos forçar esta realidade a assumir um corpo teórico sem expressão concreta no real. Entendemos que a teorização do capitalismo dependente de Florestan nos impele, os povos latino-americanos em luta contra o capital, desafios teóricos e políticos inadiáveis, por estarmos vivendo sob uma terra cujas riquezas, entre elas homens e mulheres, não passam de mercadorias superexploráveis, na ótica que mercantiliza todas as dimensões da vida. Em outras palavras, desde as cordilheiras andinas, selva amazônica e Patagônia, localizamo-nos em um “posto de observação” tristemente “privilegiado” na apreensão dos movimentos mais agudos do capital.

Pode-se acrescentar que, se no capitalismo dependente se encontram sob forma ampliada os traços constituintes de toda formação capitalista, é possível retirar da análise dessa forma de capitalismo indicações metodológicas importantes, porque o estudo dessa especificidade pode, a partir daí, passar a ter interesse teórico muito mais amplo do que apenas ou exclusivamente para os povos submetidos à heteronomia capitalista. Se a análise que aponta a exacerbação da exploração do trabalho sob o capitalismo dependente estiver correta, o estudo dessa especificidade – porque contém de maneira exacerbada características capitalistas em geral – talvez permita um acesso privilegiado para a identificação dessas características, o que pode conferir à investigação do capitalismo dependente um grande e inesperado alcance teórico. (CARDOSO, 2005, p. 23).

Em nosso entendimento, uma das potências do pensamento de Florestan está exatamente no fato dele afirmar que não estamos apenas “observando” e os movimentos de resistência e luta o confirma, ainda que distantes de unificarem alianças em torno de um projeto societário que configure um bloco histórico capaz de desafiar a hegemonia do capital. É esta tarefa que se impõe diante da necessidade de compreendermos e transformarmos a realidade de *superexploração* e *superexpropriação* e com isso a *heteronomia* que degenera o conjunto das relações sociais e que se manifesta, dentre outras formas e dimensões, na destruição dos recursos naturais e conseqüente alargamento da falha metabólica entre sociedade e natureza.

A ideia disseminada no Brasil para toda a população, rural e urbana, que “*o moderno, eficiente e competitivo agronegócio é uma atividade próspera, segura e rentável*”⁵⁹, articulada pelas frações burguesas dominantes locais e estrangeiras, reforça os pressupostos da ideologia do desenvolvimento. Produz o silenciamento sobre as contradições e conflitos, como atestam as centenas de milhares de famílias de trabalhadores/as rurais sem-terra acampadas e assentadas, outras centenas de milhares expulsas para compor o proletariado urbano, já na quarta ou quinta geração, além dos milhões sendo cotidianamente contaminados por alimentos que deveriam trazer a vida, mas que saturados por agrotóxicos e fertilizantes

⁵⁹ Ver: “*Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos*”. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33.968707&_dad=portal&_schema=PORTAL. Acessado em 31/01/2009 16:31h

sintéticos trazem doenças e morte, simultaneamente, morrem centenas de milhares de hectares de florestas e cerrados expropriados e destruídos, além de solos, águas e a cultura camponesa impressa nas sementes que vão sendo privatizadas no rico e diverso território brasileiro.

Compreendemos que o chamado agronegócio representa atualmente a parceria histórica, explicada por Florestan, materializada por uma aliança entre frações de classes dominantes, onde as frações burguesas locais superdominam e superexploram a fim de repartir o excedente com frações burguesas internacionais hegemônicas e que ditam o ritmo real da expropriação. Este processo de reprodução do capital traz como uma de suas marcas um *aparente* paradoxo que mantém condições arcaicas e modernas convivendo lado a lado, recriadas ao longo dos sucessivos períodos de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil e sem as quais esse modelo ainda hoje não se desapegou por pura necessidade. Este *aparente* paradoxo se expressa quando nas lutas de classes os trabalhadores conseguem fazer *mediações* que negam e tentam superar o *novo que já nasce velho* criando junto uma pedagogia que lhes é própria, pois lhes ensina como insubordinar-se ao projeto de desenvolvimento burguês que mantém o atraso e o aprofunda modernizando-o. Como nos diz Miriam L. Cardoso “*mesclando profundamente teoria e ideologia, a modernização elabora, justifica e ela mesma legitima a própria elaboração*”. (CARDOSO, 2006, p. 31).

Os movimentos globais do capital que engendram o desenvolvimento do agronegócio nos permite refletir sobre como se expressa, no presente, aquilo que Florestan Fernandes (1975) caracterizou como um padrão de dominação externa, surgido recentemente “*em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino americanos*” (FERNANDES, F, 1975, p. 18). Tal padrão representaria o capitalismo monopolista ou corporativo, implicando um imperialismo total, cujo traço específico

consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 1975, p. 18).

É possível pensarmos este conjunto de mecanismos e relações de dominação, esta totalidade entre infra e superestrutura, tendo como base empírica um setor específico, no caso o agronegócio, sem reduzirmos ou simplificarmos o esforço teórico crítico e a sistematicidade sociológica de Florestan? Pensamos que sim pelo fato do agronegócio ser apenas o modo como se organiza a agricultura capitalista no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista e que a análise desta particularidade não toma como prioritária a dimensão econômica restrita, mas o conjunto das dimensões que compõem o imperialismo contemporâneo.

Esta ressalva não significa que devamos ignorar que tais mecanismos e relações de dominação sustentam-se em uma base econômica de produção, ou seja, na exploração do trabalho, na apropriação privada do excedente produzido pelo trabalho, e, portanto, são dinamizados pelas contradições intrínsecas aos antagonismos de classe. Importa, pois, examinarmos as *mediações* que conduzem os movimentos das classes e a apreensão de suas possibilidades históricas, isto é, como elas “armam” as classes para defender ou combater as condições que geram a dominação de classe, no sentido de robustecê-la ou quebrá-la. Os estudos de Miriam Limoeiro Cardoso são essenciais neste sentido, pois nos ajudam a compreender a complexidade do pensamento de Florestan e a perceber por meio dele que o conceito de capitalismo dependente inclui necessariamente as classes sociais.

Cardoso⁶⁰ nos explica que Florestan não formula uma teoria da dependência “*sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista*”. (CARDOSO, 1997, p. 1). Isto porque quando Florestan pensa na dependência (ou heteronomia) ele o faz desenvolvendo o conceito de capitalismo dependente, definido segundo Cardoso como “*parte de um determinado sistema de produção (o capitalismo); como parte deste sistema num determinado momento do seu desenvolvimento na história (capitalismo monopolista)*”, e o que condiciona e reforça os vínculos imperialistas de dominação de classes, isto é, “*como parte que é uma de suas especificidades nesta fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista)*” (CARDOSO, 1997, p. 2).

Portanto, buscando dialogar com os estudos de Florestan, tendo como “lanterna” trabalhos de Cardoso, nosso objetivo com este referencial é compreender a especificidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil contemporâneo, pensando com Florestan, já que sua generalidade é compor o sistema de produção capitalista. A conceituação que estabelece a especificidade do capitalismo no Brasil como sendo engendrado de *dentro para fora* e de *fora para dentro*, numa dupla dominação, interna e externa, “*a externa é realizada por meio da interna e esta se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sim sobre o trabalho e a massa da população*” (CARDOSO, 2005, p. 20) encontra materialidade empírica e interpretativa no presente. Trabalhamos com esta hipótese porque as contradições específicas do desenvolvimento capitalista dependente, tomam forma nas lutas de classes em ações concretas que passam desde a luta pela escola pública (Educação do Campo) e por um outro modelo de produção e sociabilidade no campo (Agroecologia), como as que fazem o

⁶⁰ O texto de Cardoso que utilizamos como referência foi preparado pela autora para o curso *Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Emancipações*, promovido pelo Programa Outro Brasil, do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, em 2007. A numeração de suas páginas não corresponde necessariamente à do texto original publicado *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*, Instituto de Estudos Avançados/USP (Coleção Documentos – Série História Cultural nº 6), julho de 1996; republicado “Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes”, *Idéias* (Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp), Campinas, 4 (1 / 2): 99-114, jan./dez., 1997. Consideraremos a data de sua segunda publicação em nossas citações.

MST na luta pela reforma agrária e contra o agronegócio, atualizando categorias que são próprias da construção teórica do capitalismo dependente em Florestan.

Florestan estabelece uma relação entre a forma do campo econômico e a do campo político no capitalismo dependente. À superexploração e à superexpropriação econômica corresponde uma drástica redução da democracia. Na sociedade ainda mais desigual do capitalismo dependente, a democracia se torna uma democracia restrita, apenas uma democracia de iguais. Desse modo, o capitalismo dependente é caracterizado como sobreexploração/sobreexpropriação e como autocracia. (CARDOSO, 2006, p. 35).

As categorias *sobreapropriação* e *sobreexpropriação* conformam o que é específico no capitalismo dependente. Exploração e expropriação são inerentes ao capitalismo. O que define no Brasil e na América Latina os níveis selvagens de *sobreapropriação/superexpropriação* e *sobreexploração/superexploração* seria a parceria subordinada das frações burguesas locais com frações burguesas internacionais, aprofundando as contradições do capitalismo monopolista e ao mesmo tempo impondo as classes trabalhadoras condições de vida que as impedem de realizar sua reprodução social.

Florestan aponta dois aspectos decisivos para o funcionamento e continuidade do capitalismo dependente: 1) a importância da burguesia local, que é parceira do grande capital internacional, ainda que seja como sócia menor e subordinada e 2) a exasperação das relações de classe, relações caracterizadas pela sobreexploração e pela sobreexpropriação capitalistas do trabalho e da massa da população, parte da qual não consegue nem mesmo acesso ao mercado ou sua permanência nele”. (CARDOSO, 2005, p. 20-21).

Ainda nos apoiando em Cardoso (1997), a economia capitalista dependente sofre intensa espoliação e apropriação de suas riquezas pelas burguesias interna e hegemônica e isso é feito “à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas”. (FERNANDES, 1972 *apud* CARDOSO, 1997, p. 3). Assim, para dar conta dos lucros das burguesias local e internacional, a economia dos países capitalistas dependentes, sob controle

desses agentes, precisa produzir super-exploração e super-expropriação capitalistas e, objetivamente, este “esforço” recai, diretamente, sobre o trabalho e, evidentemente, sobre as massas trabalhadoras e, indiretamente, ao reduzir-lhes os direitos conquistados ou através de mecanismos político-econômicos como o superávit primário.

A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente super-exploram e, conseqüentemente, super-dominam a massa da população (trabalhadora e excluída) para garantir seus próprios privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas. (CARDOSO, 1997, p. 4).

Acima, a autora nos chama atenção duplamente sobre os aspectos indissociáveis das relações de dominação sob o capitalismo dependente, o que permite uma melhor compreensão da totalidade em oposição a permanente e necessária fragmentação nos discursos sobre o agronegócio. Para que a investigação possa ser congruente com a teoria adotada, é preciso examinar a configuração das relações sociais que permeia o agronegócio, enfocando as contradições entre as frações de classe fundamentais e entre as classes antagônicas. Os homens nas sociedades de classes, para Cardoso *“fazem a história nas condições concretas que encontram e aí o seu agir é um agir de classe. (...) Portanto, a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais”*. (CARDOSO, 1997, p. 2).

As formas de apropriação e exploração da natureza e do trabalho humano, presente no modelo do agronegócio brasileiro, organizam-se conforme o capital almeje reconfigurar as articulações entre as forças que o movem a fim de se expandir, mantendo sua reprodução. E o agronegócio é o conceito que sintetiza tanto a aliança entre as frações das classes burguesas quanto o padrão de acumulação em curso no presente, no Brasil, sob a consolidação e implantação das políticas neoliberais. Novamente amparada por pesados investimentos científico-tecnológicos, tanto por recursos públicos quanto privados, a agricultura capitalista também se sustenta pela ideologia que repõe em novos trajes a modernização conservadora

iniciada na década de 1950 e que veio revigorar e assentar em novas bases políticas e tecnológicas os processos predatórios de saqueio dos nutrientes do solo.

Essa dominância da modernização não se exerceu unicamente como ideologia, no mundo social, no econômico e no político. Ela alcançou em cheio as ciências sociais e o mundo acadêmico, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, oferecendo suporte ‘teórico’ para as políticas desenvolvimentistas. Tanto no plano das teorias quanto no das políticas, o desenvolvimento é sempre tratado em termos nacionais, referido em cada caso a um determinado Estado-nação. O desenvolvimento é sempre desenvolvimento nacional. A teoria da modernização chega a prever a necessidade de uma ideologia para dar sustentação e legitimidade social à promoção acelerada da modernização ou desenvolvimento. (CARDOSO, 2006, p. 32).

A modernização de tecnologias sob a lógica da cadeia industrial-agrícola capitalista parece decorrer da necessidade do capital em exercer um preciso controle sobre condicionantes que impedem a reprodução da sua lógica, controle que pressupõe uma desconstrução de outros modos de tecnologias simultaneamente a imposição de um único modo de pensar. Esta hegemonia sobre os processos produtivos e ideológicos tem levado a uma cada vez maior expropriação dos saberes e práticas de camponeses e povos originários, bem como outros povos e comunidades tradicionais. A apropriação privada de conhecimentos e recursos biogeoestratégicos submete estes grupos em especial, mas a sociedade de forma geral, a uma condição de *heteronomia*, cuja materialização bastante evidente se dá pela atual expansão das empresas transnacionais do agronegócio.

Para dar conta de verificarmos empiricamente como decorrem as relações sociais subordinadas a *heteronomia* acima referida, propomos uma breve contextualização sobre a entidade que reúne um pool de empresas do setor ou a ele vinculadas, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). A ABAG, segundo consta em sua página virtual⁶¹, foi criada em 1993, com a missão de “*sensibilizar os segmentos decisórios do país para a importância do setor e de todas as suas cadeias produtivas para o desenvolvimento econômico e social do*

⁶¹ Disponível em: <http://www.abag.com.br/index.php?mpg=01.00.00> acessado em: 20/10/2011 18h37

Brasil". Foi criada, portanto, durante o processo de "abertura econômica", isto é, em meio aos avanços das políticas neoliberais conduzidas pelos Estados burgueses para criar um ambiente "favorável aos investimentos", ou seja, à expansão capitalista. Neste momento da pesquisa a entidade é composta por 62 associadas mantenedoras, dos quais destacaremos apenas alguns para evidenciarmos nossos interlocutores mais diretos, mas que expressam materialmente a parceria entre as burguesias locais e internacionais na apropriação e repartição do excedente econômico conforme a compreendemos até este momento.

No setor diretamente responsável pela sobreexpropriação e sobreapropriação, ou os capitalistas funcionantes "*cuja atividade destina-se a extrair mais valor*" (FONTES, 2005, p. 11), temos: Monsanto, Bunge, Agrocere, ADM Brasil, Syngenta, Sadia, Cargill, Du Pont, Basf, Bayer, Arborgen e União das Indústrias de Cana de Açúcar, dentre outras. Estas corporações (ou associações de empresas) atuam diretamente na super exploração do trabalho e da natureza, mas também *produzindo e expropriando conhecimentos*. Produzem conforme as necessidades de expansão e acumulação do capital, na lógica de sua reprodução, e expropriam conforme outras formas de conhecimentos, não forjadas nesta lógica dominante, sirvam também aos seus interesses de acumulação ou, principalmente, constituam obstáculos à sua reprodução.

São também associados da ABAG os setores industriais parceiros da cadeia produtiva do agronegócio, dentre os quais destacamos: Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA, COTEMINAS, Companhia Vale (ex Vale do Rio Doce), Goodyear, Pirelli e Petrobrás. Este complexo industrial complexifica a dominação atuando tanto no apoio ao agronegócio por meio de investimentos em infraestrutura quanto nas interfaces institucionais no Estado, não esquecendo-nos, evidentemente, da sua própria capacidade de extração de excedentes, sobreapropriação e sobreexpropriação.

Evidentemente as empresas de comunicação e sustentação ideológica do agronegócio conformam monopólios, como a Agência Estado e Globo Comunicação e Participações S.A.. Há ainda instituições de pesquisa científica como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, entidade privada que apoia programas de desenvolvimento científico, econômico e social da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Centro de Energia Nuclear na Agricultura e outras unidades da Universidade de São Paulo e de instituições públicas e privadas⁶².

Por fim, mas muito longe de serem menos importantes, estão as instituições financeiras: o Banco Cooperativo Scredí, o Banco Santander S.A., o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil, representando o capital portador de juros, vale lembrar, termo utilizado por Marx para designar os capitalistas proprietários do capital, que o vendiam aos capitalistas funcionantes para que cumprissem seu papel de extrair mais-valor, cuja parte, os juros, não seriam apropriados pelos capitalistas funcionantes, mas retornariam aos portadores do capital. O capital portador de juros dá de comer e se alimenta do capital industrial ou funcionante. Na análise da formação e expansão dos atuais complexos agroindustriais capitalistas o papel do capital portador de juros é essencial, juntamente com o papel do Estado que desregula e opera institucionalmente sua irradiação acumulativa. A política macroeconômica do superávit primário que tornam seus ganhos exorbitantes, praticada nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso e, até o momento de maneira exemplar, nos dois governos de Lula da Silva.

Assim, como se propôs Florestan Fernandes (1972, p. 12), poderemos repensar “*como enfrentar o imperialismo na época das grandes empresas corporativas*”, cujas dinâmicas internas e externas de dominação, em épocas de capitalismo monopolista, impõem um imperialismo total. Buscando compreender como os países capitalistas dependentes da

⁶² Disponível em: www.fealq.org.br Acessado em: 03/06/2009 23:19h.

América Latina se movem nessas dinâmicas, Florestan explica o capitalismo monopolista a partir de três pontos principais:

Imperialismo total – “moderno mercado capitalista, de tecnologia avançada e da dominação externa compartilhada por diversas nações”; 2) Ausência de desenvolvimento autônomo, mesmo nos países mais avançados da América Latina, e 3) Ausência de “condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia o subdesenvolvimento e suas consequências”. (FERNANDES, 1972, p. 18-19).

Para a sustentabilidade do capital são operados mecanismos político-econômicos, como os ataques aos direitos sociais dos trabalhadores, materializados nas contrarreformas educacional, da previdência e trabalhista em curso, e a imposição de um eterno pagamento de juros da “dívida pública” que, enquanto opção política soberana e não um indicador de estabilidade jurídica para atuação do mercado, deveria ser imediatamente suspensa em função de sua ilegalidade e de sua ilegitimidade (MILLET; TOUSSAINT, 2002), disponibilizando recursos para a universalização dos direitos sociais fundamentais e para contribuir para a edificação de outras bases materiais para a vida econômico-social do conjunto da classe trabalhadora.

As burguesias locais tomam parte importante nessa dominação. É por meio delas que a parceria, termo utilizado por Florestan, se realiza. Portanto, não se trata de uma dominação unilateral, como nas relações coloniais dos séculos XVI ao XIX, mas alianças entre as burguesias hegemônicas locais e estrangeiras, com aquelas sendo dominadas por estas, numa condição de dependência, mas objetivamente capaz de impor uma ostensiva e violenta dominação local, tanto por meio da construção de consensos quanto por meio da coerção e violência aberta.

Podemos pensar em uma definição para o agronegócio em termos de suas práticas e estas não são outras que não as da agricultura capitalista – com a moderna biotecnologia e o

arcaico modelo de monocultivos para exportação –, portanto, com a marca da condição capitalista dependente, apoiada e mantida por um Estado forte, ao contrário do que preconiza a ideologia neoliberal do Estado mínimo, habilmente manipulada quando o capital se envolve em apuros mais severos, como a atual crise e os bilhões de recursos públicos para tentar contorná-la, como previstos, por exemplo, no Programa de Aceleração do Crescimento do governo de Lula da Silva.

Quando o assim chamado estágio de “decolagem” parecia aproximar-se, a expansão iniciava-se como um processo impulsionado pelos interesses mais poderosos e, portanto, controlado a partir de fora. A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. Agora, uma nova imagem do capitalismo (um neocapitalismo?), da “burguesia nacional” e da “interdependência internacional” das economias capitalistas está sendo reconstruída, para justificar a transição atual e para criar a nova espécie de ideologia e de utopia burguesas dependentes”. (FERNANDES, 1972, p. 19).

Leher (2007) aponta que há evidências estratégicas de que o controle dos recursos naturais é indispensável para assegurar o atual padrão de acumulação do capital. Neste estudo, o autor sustenta que “*o padrão de acumulação em curso no Brasil e na América Latina requer uma macro reestruturação da geografia econômica da região a partir de um desenho esboçado pelo imperialismo*” (LEHER, 2007).

Para ilustrarmos esta formulação, podemos refletir sobre a Floresta Amazônica, atual menina dos olhos de frações burguesas locais e internacionais. O interesse sobre a Amazônia não é recente, como o chamado ciclo da borracha o atesta, porém, tempos de crise mais brutais se anunciam e, para o capital, nessas épocas, é historicamente indispensável “acelerar o crescimento”, leia-se a expropriação dos meios de trabalho e dos recursos naturais. A narrativa ideológica do desenvolvimento sustentável tenta fazer crer que para protegermos a Floresta Amazônica bastaria criar um “banco do planeta”, ou “fundos” de proteção e recuperação ou, ainda, “valorizar a floresta de pé, dando créditos a quem assim a manter”,

como a lógica dos créditos de carbono, isto é, manter a lógica mercantil sobre a floresta, “ganhar” com ela, lucrar com ela, empreendendo negócios em zoneamentos “cientificamente” delimitados para a expansão do rebanho, para a mineração, para a extração de madeiras, para apropriação privada de biodiversidade, para a expropriação de conhecimentos, etc. Entretanto, na lógica mercantil, embora os custos sejam socializados, os lucros são particularizados. As impetuosas ações dessas corporações para desregulamentar e flexibilizar a legislação ambiental e os próprios órgãos de proteção ao meio ambiente fazem parte dessa lógica destrutiva.

São bastante conhecidas as consequências predatórias do avanço do capital sobre a floresta amazônica (PICOLI, 2006; BUCLET, 2008), sobre os seus seres e, sobretudo, para os seres humanos. A ampliação do chamado “arco do desmatamento” e a expansão do monocultivo da soja possuem estreita relação. E a eles se soma um sem número de irregularidades e ilegalidades, normalmente, com o Estado desempenhando o papel chave de operador das políticas do capital. Almeida (2009) nos mostra evidências da atuação do capital, as quais ele chama em conjunto de agroestratégias. As agroestratégias funcionam por meio de mecanismos e estratégias de apropriação de terras e de direitos territoriais, contando para isso com a “aprovação” de agências “multilaterais” como BIRD, FMI e OMC e de conglomerados financeiros, mas sendo executados fundamentalmente por meio de recursos como “*Medidas Provisórias (MP), portarias e ordens de serviço, anteprojetos de lei (APL) e de propostas de emenda constitucional (PEC) e de ações de inconstitucionalidade (ADIN)*”. (ALMEIDA, 2009, p. 78). Subterfúgios “legais” que ao fim e ao cabo privatizam os recursos naturais, expropriando povos e comunidades locais. Por exemplo, o projeto de lei redefinindo, para baixo, a área da Amazônia Legal, e muitos outros mecanismos que em síntese, segundo o autor, promoverão: a redução da reserva legal dos imóveis rurais, a liberação de crédito para quem pratica crime ambiental, a privatização de terras públicas sem licitação na Amazônia, a

redução da faixa de fronteira internacional, a ação empresarial em terras indígenas e impedimentos sobre a titulação definitiva das comunidades remanescentes de quilombos. (ALMEIDA, 2009).

Articuladas, estas ações acionam a economia de rapina sobre a floresta e irrompem os processos que ampliam as falhas no metabolismo sociedade-natureza. A mata é derrubada, as árvores mais valiosas são comercializadas, outras são queimadas para produzir carvão para a siderurgia, normalmente em fornos altamente poluentes e cujas condições de trabalho são as mais degradantes, sendo comum o trabalho infantil. Segue-se a monocultura da soja e as centenas de milhares de cabeças de gado bovino, transformando brutalmente a paisagem da floresta, numa deformação ecossistêmica de consequências a médio e longo prazos ainda muito pouco conhecidas. Estas intervenções reproduzem no presente um modelo extremamente concentrador, mantendo os elevados níveis de desigualdade social da região. No rastro da destruição da floresta e sua substituição por soja, ancoram-se as transnacionais de fertilizantes e agrotóxicos, igualmente concentradoras, pois conjugam a utilização destes com as sementes patenteadas que monopolizam, mantendo assim sob controle a cadeia de produção dos alimentos. A grilagem de terras é parte intrínseca ao processo, e traz em seu bojo toda forma de violência, incluindo o trabalho escravo, a corrupção e a blindagem jurídica e militar de agentes privilegiados das economias locais.

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “*economia*” da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição* e pelo *envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MÉSZÁROS, 2009, p. 73. grifos do autor).

Este cenário de destruição e desesperança, resultado do avanço do capital sobre o trabalho, a vida e os direitos sociais, torna obrigatória a construção de outros projetos de desenvolvimento para o campo. Importantes experiências de educação popular e formação política vêm ganhando espaço, sendo postas em prática em muitos territórios, do campo e da cidade. Formas diversas de enfrentamentos à super expropriação e à super exploração têm sido experimentadas, no Brasil e na América Latina, comprovando a existência de outros modos de sociabilidade, criados pelos sujeitos imersos nas contradições e lutas sociais concretas, muitas delas antagônicas ao sistema de produção que gera as relações alienadas e fetichizadas na sociedade capitalista.

Setores mais críticos da universidade pública que vêm acompanhando mais de perto esses processos, têm tido a oportunidade de participar e refletir sobre propostas de educação e formação humanas ampliadas e elaboradas com os protagonistas das lutas sociais, os movimentos e organizações populares, materializando-as em articulações potencialmente (trans)formadoras dos tempos e espaços de produção e socialização do conhecimento produzido na universidade. Por outro lado, nos leva a refletir que a problemática socioambiental e a educação a ela associada, precisam construir caminhos para além do capital, o que requer uma pedagogia socialista.

2.5 Trabalho e educação em tempos de “fim da história”: a hegemonia da pedagogia do capital.

*Se o bicho-da-seda tencesse para suprir sua exigência de lagarta,
seria um perfeito assalariado.
(MARX, 2004, p. 27).*

A história não é fechada ao tempo. As ideologias que sustentam o êxito do capitalismo triunfante ocultam a tragédia e barbárie capitalistas, neste início de século XXI. Isto significa

sustentar a centralidade do imperialismo no capitalismo de hoje, lastreado pelo poder militar e corporativo-financeiro.

O período gestado desde o fim da Segunda Guerra, sob relativamente⁶³ generoso período de acumulação foi denominado por Hobsbawn (1995) como os 30 Gloriosos Anos do Capitalismo. Contudo, no rastro da crise dos anos 1970 o sistema político dos setores dominantes organiza o que o mesmo historiador denominou de “vingança do capital contra o trabalho,”: as eleições de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan foram os grandes marcos dessa conjuntura mundial. O desafio dos setores dominantes liderados pelas frações rentistas passou pela reorganização das frações burguesas mundialmente, repondo em novas bases o poder político, militar, ideológico e, evidente, econômico, de convencimento do liberalismo, ora pela força, ora pelo consenso. O fim do socialismo “realmente existente” coroara seu triunfo. Bastava agora exorcizar de uma vez por todas o que restara do espectro circundante.

Durante este período palavras-categorias como classes, lutas de classes, trabalho, ideologias, emancipação e socialismo, muito difundidas, pouco apreendidas e muito combatidas foram, como disse Fredric Jameson (1996) “jogadas ao precipício”. Palavras tiradas, como diriam, “do fundo do baú”. Os mais exaltados afirmaram: velharia antiquada de socialistas caquéticos, sem sentido para a era globalizada e pós-moderna. Não se chuta cachorro morto, sentenciaram os mais convictos (bem pagos), bradando triunfantes a vitória e proclamando para que todos repetissem em unísono: não há alternativas! Não foram poucos os que acreditaram e repetiram. Inclusive socialistas, caquéticos e não caquéticos.

A era da globalização, os tempos pós-modernos, a sociedade do conhecimento requerem novos sentidos para velhas palavras como parceria, participação, solidariedade e, ao mesmo tempo, à criação de novas palavras com velhos sentidos como flexibilização, desregulamentação e privatização. Não será mais necessário lutar pelo poder do Estado, não

⁶³ “Durante vários anos, depois de 1945, houve fome em todas as outras regiões antes economicamente avançadas, e, em todos os casos, seguiu-se um difícil processo de reconstrução dessas zonas.” (WALLERSTEIN, 2004. p. 41).

será mais necessário lutar por qualquer direito, muito menos por outro projeto societário, pois agora o poder estará em nossas mãos, a vitoriosa sociedade civil organizada, corresponsável pelo florescimento da cidadania e de uma cultura de paz. Basta para isto aceitarmos complacentes alguns ajustes a fim de retomarmos os rumos do desenvolvimento sustentável com justiça social e o eficiente mercado globalizará a riqueza e a prosperidade, estendendo seus prazeres e facilidades a todos. Na nova sociedade informatizada, basta fazer as escolhas educacionais corretas, agregando valor às habilidades e competências individuais para conquistar seu espaço e, em breve, como nos milionários *sci-fi* de Hollywood⁶⁴ e no melhor estilo *Os Jetsons*, divertido desenho animado da geração dos anos 1980, o homem-trabalho será substituído pelas máquinas. E fim da história.

Intencionalmente, optamos por não sublinhar conceitos ou categorias históricas da síntese acima que, embora caricatural e com certa ironia, não é irrefletida. Sua aparência “natural” teve e continua tendo desastrosos efeitos no mundo do trabalho e no conjunto das relações sociais, capilarizando-se e capitalizando-se – no sentido de autovalorização do capital – nos mais diversos setores sociais nas últimas três décadas. Aliás, estudioso de Lenin, Florestan Fernandes⁶⁵ já nos alertara "*sem teoria contra-revolucionária não há contra-revolução*". Uma das estratégias mais utilizadas, e por muitos já conhecida, trata-se de esconder-se sobre o manto da modernização que tenta abolir as classes sociais, as fazer desaparecer, não pela revolução, outra palavra obsoleta, mas via a superação do trabalho conferida pela evolução científico-tecnológica, cuja tarefa objetiva é redimir a humanidade (ou seria o capitalismo?) de suas falhas.

⁶⁴ “Realizando o inventário da realidade mediante seus grandes planos, sublinhando os detalhes ocultos em acessórios familiares, explorando meios vulgares sob a genial direção da câmera, o cinema, se por um lado nos faz melhor perceber as necessidades que dominam nossa vida, conduz por outro a abrir um campo de ação imenso e de que não suspeitávamos.” (BENJAMIN, 2000, p. 246).

⁶⁵ Entrevista concedida a Renato de Moraes e João Marcos Coelho. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/052/52fernandes3.htm> Acesso em: 09/02/2011 20h50

Esta seção foi preparada com o objetivo de iniciar um debate com autores/as críticos às “teorias” educacionais que ganharam maior impulso com as teses do fim da história, sobretudo, com Gaudêncio Frigotto (2010a, 2010b). Neste sentido, entendemos ser preciso uma breve discussão sobre alguns dos elementos constitutivos do quadro teórico, político e ideológico que sustenta o fim da classe, do trabalho, das utopias. Justificamos este caminho teórico por considerarmos que através dele possamos compreender alguns valores, sentidos, conceitos e ideias que engendram relações sociais e nelas uma cultura inerente à construção da hegemonia da dominação e da exploração. Em suas lutas e resistências contra-hegemônicas os sujeitos sociais organizados podem recriar os nexos decorrentes da contradição fundamental entre capital e trabalho. Este caminho, portanto, torna-se fundamental se desejamos compreender as mediações ativadas nas lutas sociais e como elas acionam processos de formação da consciência que concebam o trabalho como princípio educativo, abrindo possibilidades de reinterpretação da relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato e estabelecendo com a pedagogia da luta social uma práxis de novo tipo. Faremos assim um esforço de compreensão e sistematização das categorias e concepções que fazem parte da exigência teórica e política de se contrapor a tais “teorias” educacionais, desde um projeto de construção da hegemonia dos trabalhadores, onde a educação, tomada como estratégia política, possa contribuir no processo de emancipação dos sujeitos em luta pela transformação da sociedade de classes capitalista.

Já nos ensinaram que o capitalismo se renova, enceta novos trajes, camufla-se, esverdeia-se e assume as cores do arco-íris. Contudo, suas constantes renovações quantitativas e qualitativas, não o transformam, não o afastam de sua essência, quando muito o “mimetiza”, para usar uma expressão das Ciências Biológicas, fazendo-o parecer aquilo que ele não é. Certamente, não se trata de um aspecto característico do processo evolutivo biológico, mas de uma construção histórica determinada por lutas de classes. Não poderia fazer diferente, sob a

pena, aí sim, de sua “extinção”. Nosso desafio é apreender, das mediações das lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores, aquelas que poderão nos fornecer os instrumentos político-pedagógicos necessários à ação e formação de educadores e coletivos de educadores de luta anticapitalista. Isto porque quando falamos em capitalismo, não falamos em abstrato, nos referimos, numa definição *a mais breve possível*, a um sistema de relações sociais dominado por uma classe proprietária que explora o trabalho. Evidente, não será esta classe que irá se mobilizar para promover mudanças que comprometam seu domínio. Não serão as classes dominantes que disponibilizarão instrumentos para a educação e formação libertadora das classes oprimidas.

Há uma dialética “manutenção-mudança” intrínseca às relações de produção capitalistas, em que o capitalismo se mantém mudando e, portanto, uma das tarefas daqueles que desejamos alternativas a este sistema é traduzir com o máximo rigor possível suas transformações, evidenciando suas contradições e ao mesmo tempo os projetos populares que apontam para sua superação. Das últimas *mudanças* do capital, visando sua renovação, parece-nos singular o conjunto de ajustes institucionais e jurídicos que atestam uma hipertrofia do capital financeiro, com o capital portador de juros expandindo em intensidades agudas, infiltrando-se em todos os poros das relações sociais, como verificado por diversos autores que desenvolveram interpretações sobre esta *nova* dinâmica capitalista⁶⁶. Análises que apontam mudanças qualitativas e quantitativas dos arranjos dos movimentos desiguais dos capitais mundiais, enredados sob a ideologia da globalização, que desregulamentando, flexibilizando e privatizando, encerra definitivamente os trinta gloriosos anos de Hobsbawn, para canalizarem os vultosos fundos públicos sob administração do estado burguês, em diferentes grados em toda a América Latina, quase exclusivamente para a nova fase de acumulação capitalista, mais intransigente e voraz, onde o capital fictício “brilha” nas bolsas

⁶⁶ Dentre os quais François Chesnais (2005), Francisco de Oliveira (2009), David Harvey (2009), Gerard Duménil e Dominique Lévy (2005, 2007), Virgínia Fontes (2010), Reinaldo A. Carcanholo e Paulo Nakatani (2007), Reinaldo A. Carcanholo e Mauricio de S. Sabadini (2009) e Victor H. Klagsbrunn (2008).

de valores. Nesta fase, parece haver uma convulsão e uma compulsão mercantilizadora de *todas* as dimensões da vida.

Este é o pano de fundo para nosso debate central. A ideologia globalizante, que teve como cavalo de batalha ideológico os preceitos pós-modernos de fim da história e proclamaram a derrota do socialismo “realmente existente”, enquanto as esquerdas e movimentos sociais recuavam, buscando defender-se e reorganizar-se, acossados pela nova ordem mundial do capitalismo “realmente existente”, silenciados não apenas pelas tentaculares ideias neoliberais, mas também violentamente reprimidos em quaisquer partes onde se manifestassem. Apesar disso, muitos resistiram, novos palcos de lutas foram armados, pois intensificaram-se as expropriações em todo o planeta e sujeitos históricos emergiram, em flutuações de avanços e retrocessos, esparsas vitórias e amargas derrotas, pois as contradições não foram menores e nem se dissiparam tanto a ponto de exorcizarem definitivamente o velho espectro rondante.

Inaugura-se a *sociedade do conhecimento* em nome de um mundo globalizado, na qual determinadas barreiras jurídico-institucionais e ideológicas ultrapassadas, arraigadas no Estado inchado e ineficiente deveriam ser removidas, facilitando o acesso aos bens culturais e riquezas produzidas *por todos*, e que estariam disponíveis a um *click*, bastando para isso pôr em prática um conjunto de ideias que materializassem a consigna neoliberal de que não havia alternativas. De fato, muitas barreiras foram removidas, contudo, ao contrário do canto da sereia, o que se viu e se vê, é a facilidade com que *o capital* tem acesso, ou melhor, otimizou, tornou mais eficiente, potencializou a capacidade do Estado em repartir através de (contra)reformas os fundos públicos entre os capitalistas, ou entre frações de capitalistas, empresas inseridas em diversos níveis de exploração no processo autovalorização do capital, dentre as quais as transnacionais com maior capacidade de reordenamento da divisão internacional do trabalho e de expansão da “rede” de articulações e intercâmbios que sustenta

a reprodução ampliada do capital. Com isto, o que se tem são as riquezas produzidas, quaisquer que sejam, não *por todos*, mas sim pelos trabalhadores e que até então estavam sendo frouxamente utilizados pelo Estado, garantindo autocraticamente direitos mínimos, resguardadas as condições e pressupostos que estamos utilizando para compreender o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro, e agora estão sendo canalizados para *os capitalistas*, que aprenderam corretamente sobre as tendências cíclicas do sistema de produção que corporificam, preparando-se para sua chegada e, invariavelmente, sendo os primeiros a afirmar que serão necessários “sacrifícios” para tais ocasiões, sacrifícios aos quais eles se auto-imunizam.

Isto porque se temos a pretensão de fazer uma análise da realidade sob à luz do método de Marx, esta não pode se resumir a uma análise contemplativa abstrata, mas que deve convergir para a elaboração de ferramentas teóricas para a transformação desta realidade social. Daí considerarmos que o debate sobre a centralidade da categoria trabalho, a fim de investigar concretamente sua caducidade, isto é, a perda de sua validade teórica como preconizado pelo pensamento dominante pós-moderno e mesmo o de autores críticos e marxistas, em formulações unilateralizadas onde “*qualquer esforço de emancipação humana e societal somente poderia ser vivenciada a partir da negação do trabalho.*” (ANTUNES, 2010, p. 09) precisa ser feito no plano das lutas concretas, diante das quais se materializam as contradições do mundo do trabalho e sob as quais podem atuar os sujeitos sociais concretos e a partir daí passarem a se inserir em processos capazes de intervir na formação de suas consciências na direção de rupturas com a sociabilidade dominante.

Uma das formas do capitalismo se recriar é inventar imagens de si mesmo que o mantenham em permanente modernização. Mesmo que para isso tenha que ensaiar seu próprio fim, dando cabo da história, uma vez que a ideia de classe social e, portanto, a luta de classes perde sua validade com o fim do trabalho e com a edificação de uma sociedade cujos

possíveis interesses conflitantes possam ser debelados numa rodada conciliatória entre os participantes e seus diferentes interesses.

De fato, é sabido que o capital requer que o ignorem ou que o recusem em sua expressão de sistema de relações sociais determinantes e determinadas historicamente, fazendo crer que ele não condensa em seu movimento uma força material incontornável nas relações sociais, sobretudo, a dimensão econômica nestas relações seja tratada de forma aparentemente técnica. Este consenso, forjado pelas classes dominantes e seus intelectuais, foi assumido mecanicamente, inclusive nos espaços científico-universitários. A ideologia da globalização recompôs o verniz necessário à modernização do capitalismo sob a hegemonia neoliberal, necessário para justificar a onda de ataques, a *vingança* do capital contra o mundo do trabalho. (FRIGOTTO, s/d)⁶⁷.

Dois estudos em especial orientam nossas reflexões e análises. A tese de doutorado de Gaudêncio Frigotto (2010a) desenvolvida no início dos anos 1980, publicada com o título *A produtividade da escola improdutiva* e o estudo publicado em 1995 (2010b), intitulado *Educação e a crise do capitalismo real*. Gaudêncio aponta, analisa e critica em ambos os estudos a farta produção teórica sobre a teoria do capital humano e seus desdobramentos para as concepções, políticas e teóricas da educação brasileira. Salienta que nos anos 1980, debates entre educadores em espaços e publicações acadêmicas sinalizavam “*que a crítica, para ser efetiva, não basta engendrar a denúncia e a resistência, mas necessita abrir perspectivas para as alternativas.*” (FRIGOTTO, 2010b, p. 48).

Ambos nos fornecem subsídios metodológicos, epistemológicos e políticos para a análise e interpretação das ações político-pedagógicas do MST que, não sem contradições e conflitos, se antagonizam a *pedagogia da hegemonia*. Nesta, a formação humana é, ou pretende ser, totalmente desencarnada das contradições sociais e a educação ou, o

⁶⁷ FRIGOTTO, Gaudêncio. *Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional*. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/252/boltec252c.htm> Acesso em: 03/12/2011 11h49

conhecimento e, de fato, a relação entre ambos, é tida como produtora ou potenciadora de capacidade de trabalho, mas que se volta para a reprodução ampliada do capital, trabalho abstrato, portanto, como esclarece Antunes (2010).

Nesta atual etapa de desenvolvimento das forças e relações sociais hegemonicamente subordinadas ao capital, os progressos e avanços culturais e tecnocientíficos acumulados historicamente pela humanidade pouco ou nada têm servido à emancipação humana. Ao contrário, as relações sociais dominantes interpõem-se a um intercâmbio cultural desinteressado, criador de mediações ampliadas e multidimensionais, que integrem as experiências humanizadoras criadas nos processos históricos de construção da dialética indivíduo e sociedade, nos diferentes povos e culturas. Em sentido análogo ao dado por Gramsci (1985), ao referir-se a uma educação desinteressada, a uma cultura desinteressada, a uma escola desinteressada.

Na escola atual, graças à crise profunda da tradição cultural e da concepção de vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas do tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada”. (GRAMSCI, 1985, p. 136).

Ou seja, uma escola não instrumental, no sentido reducionista com finalidades unilateralizantes, livre de interesses imediatos e muito menos particulares, cujos esforços estejam voltados à constituição de um ser social capaz de interpretar, intervir e transformar a história. Gramsci está pensando o seu tempo e refere-se a escolas do tipo profissional, mas nos ajuda a pensar como a escola pública hoje mal está aparelhada para satisfazer interesses práticos imediatos dos trabalhadores, ao contrário, vem atendendo, não sem lutas e resistência, aos interesses práticos imediatos da burguesia, transformando-se em um “balcão de negócios” como denunciam as greves do setor contra a imposição de um modelo economicista e tecnicista implantadas por governos umbilical e subservientemente dependentes do capital.

A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 2011, p. 33-34).

Supomos que estas relações dominantes se fazem presentes também nas escolas, quando estas são orientadas à assumir e irradiar uma uniformização padronizadora e rebaixada da cultura, funcionando como um entrave ao desenvolvimento da capacidade crítica e criativa dos estudantes e do corpo docente. É quando mais a escola lembra uma fábrica com metas e tempos abstratos descarnados da vida daqueles que dela compartilham parte de suas vidas. A escola pública sob a mercantilização da educação, da cultura e do conhecimento, tão característicos da “sociedade do conhecimento” e da “globalização” não pode gerar novas formas de sociabilidades e subjetividades capazes de romper com as expressões culturais, ideológicas e políticas funcionais à alienação. As escolas, para além da deformação ideológica que reproduzem, passaram a ser lócus importante de autovalorização do capital, e para isso precisam promover o cerceamento e o silenciamento das utopias como manifestações concretas do devir humano. Não se desenvolvem nestes espaços uma práxis política ampliada de possibilidades de criação autônoma, de envolvimento nos rumos e decisões educacionais, de movimentos por transformação da realidade, mas a primazia da educação bancária, renovada pelos apelos incessantes à educação como alavanca do desenvolvimento econômico e, portanto, interessada diretamente em qualificar os seres sociais, mas delimitada esta qualificação à estreiteza dos pressupostos da divisão do trabalho voltada exclusivamente a

produção de sobrevalor. As escolas hoje são forçadas a trabalharem sob três princípios: a) os professores devem ensinar para produzir um IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) elevado, sem efetivamente melhorar as suas condições de trabalho e a qualidade da educação; b) tornar mais eficiente o custo da educação, isto é, atua-se duplamente investindo o mínimo de recursos e barateando ao máximo os gastos e c) adotando medidas e procedimentos institucionais que reforçam a ideia de que são os profissionais da educação os responsáveis pelos graves problemas educacionais.

A educação gera capital humano e social. Os investimentos em educação podem transmitir mensagens culturais e construir a coesão social, mas podem também elevar a capacidade de geração de renda dos indivíduos e a produtividade da economia. (Banco Mundial, 2002, p. 38).

Gaudêncio Frigotto (2010) nos explica que os processos de acumulação, concentração e centralização, embora distintos em sua manifestação, constituem-se em elementos que não podem ser separados e pertencem a um mesmo movimento – o movimento de autovalorização do capital. A *acumulação do capital*, condição do surgimento e da expansão capitalista, deriva dos métodos de expropriação da mais valia. A *concentração do capital* resultaria, inevitavelmente, do processo de acumulação, determinada pela própria concorrência entre os capitalistas. A *centralização*, que não se confunde com acumulação e concentração, mas que delas resulta, define-se pela apropriação de capitalistas por capitalistas – a transformação de muitos capitais pequenos em alguns poucos grandes (FRIGOTTO, 2010a, p. 100-101), o que nos parece ser uma interpretação coerente de Lênin. A explicação de Gaudêncio Frigotto é valiosa, principalmente, levando-se em conta não apenas este trecho tomado isoladamente, excepcionalmente didático, mas o conjunto de sua análise sobre as condições (históricas) que demandaram e produziram a teoria do capital humano no desenvolvimento do modo capitalista de produção, e que a concepção econômica de educação veiculada por esta teoria não se trata de uma orquestração maquiavélica dos gabinetes dos donos do mundo ou uma

“invenção da mente humana”, mas “*um produto histórico determinado, decorrente da evolução das relações sociais capitalistas*”. (Op. Cit., p. 83).

A concentração e a centralização do capital se agudiza com o expansionismo das multinacionais, com a chancela do capital portador de juros e com a institucionalidade e legitimidade deste modelo de exploração do trabalho e subordinação da vida ao lucro conferida pelo Estado burguês. As estratégias de gestão compartilhada dos agentes do capital com o Estado burguês, encerram na atual fase de desenvolvimento do capitalismo monopolista da finança mundializada, para usar a expressão de François Chesnais, novas frentes de expropriação e acumulação que incidem sob os territórios e o trabalho dos povos-nações, e as lutas na América Latina, como já dissemos, o atesta. Se esta nova fase traduz uma forte hegemonia burguesa, não nos enganemos que esta não deixa de decorrer da crise estrutural do sistema e das relações sociais de produção capitalistas que acabam gerando também o seu contrário, seu antagonista. O esplêndido desenvolvimento das forças produtivas, o incremento da robótica, dos sistemas informatizados e cibernéticos, da biotecnologia, marcas desta nova fase, não aboliu o trabalho, sobretudo, se o analisarmos na perspectiva da crítica à unilateralização do trabalho de Antunes (2010), apenas o reajustou e o adequou segundo as necessidades de autovalorização ou reprodução ampliada do capital.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso. (MARX, 1983, *apud* ANTUNES, 2010, p. 10).

O trabalho concreto, que define no plano ontológico a especificidade humana na relação metabólica com a natureza, a autotransformação do homem decorrente da transformação que ele move na natureza, e que produz, portanto, o próprio homem, sua cultura e suas necessidades, não sucumbiu às idealizações do trabalho abstrato, produtor de

mercadorias, valores de troca, que concebem, na atualidade, uma sociedade do conhecimento “pura”, num retorno kantiano, como nos explica Vásquez (2007), da superação hegeliana da relação sujeito objeto.

Apreender os movimentos de autovalorização do capital, que abrangem a totalidade das relações sociais, direta e indiretamente vinculadas à produção capitalista global, implica, no sentido de sua superação, em especial para a Educação, reconhecer os caminhos traçados pela lógica do capital, interpretar seus limites históricos e desumanizadores e apontar outros caminhos em construção pelas próprias lutas de classes. Em sua especificidade no desenvolvimento capitalista dependente, implica ainda romper com as mediações que as agudas contradições infra e superestruturais que dinamizam. Constituem-se, na contradição fundamental erguida na relação entre capital e trabalho, as classes sociais fundamentais: proprietários e compradores dos meios e instrumentos de produção e assalariados ou vendedores de força de trabalho, não limitando-nos à definições dogmáticas da categoria *classe social* que amarrem o entendimento dos movimentos das classes no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e obstaculizem a ação, enquanto prática social organizada de enfrentamento e superação das contradições históricas.

A percepção da complexidade do conceito de classe pelo materialismo histórico deve levar a que não nos contentemos com uma dimensão da classe para entendê-la, pois que suas dimensões econômicas possuem um sentido ampliado (na produção, na circulação das mercadorias e na divisão desigual do produto do trabalho, ou seja, na reprodução ampliada do capital) e Marx nunca restringiu sua definição de classe a uma dimensão econômica, ao contrário, valorizou seu papel político, algo que só conseguia definir a partir da ideia de uma consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes. (MATOS, 2010a, p. 64).

Para analisarmos a sociedade e suas transformações e os indivíduos, grupos e classes sociais que desencadeiam os movimentos da história, um dos desafios postos é compreender como determinadas relações sociais de produção da existência criam e recriam mediações que

objetivam as necessidades humanas. Essas necessidades admitem variações sob determinado *modo de produção da existência*, cuja capacidade de produção se expressa nas relações sociais de produção dominantes. A produção da existência compreendida como meio-fim de um processo histórico, resulta relações sociais determinadas no tempo e no espaço de um território concreto, a terra-natureza, “a única condição original de produção”⁶⁸.

Jameson, ao expressar sua tese da luta ideológica pela legitimação ou deslegitimação do que ele chama de discurso esquerdista, quando da contrarrevolução cultural do thatcherismo, afirma que a retórica do mercado foi um componente fundamental e central dessa luta ideológica. Para ele “o nível fundamental em que é travada a luta política é o da legitimidade de conceitos como *planejamento* ou *mercado*”, pelo menos “*neste momento* e em nossa situação atual”. (JAMESON, 1996, p. 282, grifos do autor).

Classe-que-vive-do-trabalho como a formula Ricardo Antunes (1999), compreendida em sua dúplici dimensão, da dialética entre trabalho concreto e trabalho abstrato, enquanto uma classe trabalhadora ampliada pela criação de novas formas de exploração do trabalho pelo capital (MATTOS, 2009, 2010), aliadas ao aprofundamento e ampliação de formas já conhecidas e que se inscrevem num plano ideológico propício à dominação intelectual e moral necessária à hegemonia do capitalismo. Referindo-se a análise de Daniel Bensaïd sobre esse caráter de ampliação da concepção de classe, Mattos explica:

Não há porque procurar pela classe trabalhadora apenas no processo de produção capitalista, mas há que se entender que sua formação se completa na dimensão ampla da reprodução geral do capital, em todos os espaços – no trabalho, nas condições de reprodução de sua vida, nos seus espaços mais amplos de sociabilidade – em que os interesses e visão de mundo dos trabalhadores confrontam-se com os do capital (MATTOS, 2010, p. 24).

⁶⁸ Antes de mais nada, se a terra estivesse à livre disposição de todo mundo de maneira imediata, faltaria um elemento primordial *para se formar o capital*. Uma condição de produção da maior essencialidade e – excluído o homem e seu próprio trabalho – *a única condição original de produção* não poderia ser alienada nem ser objeto de apropriação e assim não poderia contrapor-se ao trabalhador como propriedade alheia e fazer dele trabalhador assalariado. A produtividade do trabalho no sentido ricardiano, isto é, capitalista, a “produção” de trabalho alheio não pago seria por conseguinte impossível. Com isso, a produção capitalista em geral teria um fim. (MARX, 1980, p. 476-477). O primeiro grifo é de Marx e o segundo é nosso.

O conhecimento, sua produção, reprodução e socialização, são expropriados e privatizados, assumindo uma forma complexa nesta sociedade, uma forma mercantil penetrante que se conjuga à valores que hipertrofiaram o individualismo e ao mesmo tempo conforma uma sociabilidade inóspita, pois de “alta competitividade”, estreiteza moral e ética subjugada por imperativos mercantis. Não se expressa e expande apenas na esfera das ideias, estas servem para consolidar o mundo de necessidades materiais imposto pela sociedade de classes. Devido a isso, se transforma em uma muralha de difícil transposição à compreensão dos nexos indissociáveis entre economia e política, filosofia e trabalho, práxis constitutiva e totalizadora destas dimensões. Exerce, pois, como uma expressão cultural fragmentada, pretensamente neutra e a-histórica, uma função reprodutora da lógica mistificadora e fetichizante do capital.

Para apreender os vínculos ou desvínculos entre a prática educativa escolar ou não escolar, com o mundo da produção, do trabalho, implica apreender concretamente a especificidade do modo de produção onde essa prática se efetiva. Implica, de outra forma, apreender o movimento concreto, as formas que historicamente assume este modo de produção em contextos e épocas diversas. (FRIGOTTO, 2010a, p. 88).

Tomada em um sentido mais amplo como prática social historicamente determinada-determinante pela/da totalidade e complexidade das relações sociais, ou como fenômeno social mediador da formação da consciência dos indivíduos em coletividade, em que medida a educação pode elaborar, sistematizar, organizar e tornar apreensíveis os conhecimentos acumulados socialmente, convergindo teoria e prática na construção de ações e valores emancipatórios, visando a ruptura com a alienação a que estão submetidos os oprimidos?

Refletir sobre trabalho e educação implica também questionarmo-nos sobre os limites e desafios da prática educacional enquanto prática social, que se move concretamente sobre um conjunto de outras práticas e relações sociais marcadas por desigualdades oriundas da

exploração do trabalho e por um conjunto de opressões igualmente históricas (de “raça”⁶⁹, de gênero, de credo) funcionais às relações sociais e à formação de subjetividades que reforcem a divisão de classes.

As práticas educacionais vigentes e impostas à maioria dos trabalhadores, às suas filhas e seus filhos, não pode explicar, salvo em idealizações escolásticas imediatas, as razões da existência de um abismo de desigualdades que os separam dos patrões, dos proprietários de terras, dos “empresários” e, nos discursos apologéticos do capital humano, os que reúnem as habilidades e competências para alçarem novos estratos sociais como “empreendedores”. São assim apresentadas limitadas e limitantes alternativas culturais e de “capacitação”, almejadas para compor um padrão de sociabilidade que requer imprimir um novo sentido de ser humano, o sentido de capacidades adquiridas para sobreviver em um mundo naturalmente excludente e sem alternativas. Muito menos organizar uma contrarreação. Ao contrário, esta educação, como é hegemonicamente (des)organizada em sua forma e conteúdo, responde por naturalizar a propriedade privada e as relações sociais por ela engendradas, supondo que aqueles que não são patrões, proprietários ou empresários ou podem vir a sê-lo ou devem lhes servir, colaborativamente, como culpados que são pela própria condição subalterna.

A produtividade relativamente baixa dos trabalhadores e a desigualdade decorrem do sistema de ensino brasileiro, que permanece em plano inferior a outros países, apesar dos rápidos avanços nos últimos anos. O investimento em pessoas significa melhorar a qualidade da educação, o planejamento e a oferta de serviços públicos, além das transferências sociais. (BM, 2002, p. 25).

A pedagogia que o capital requer, pratica o adoçamento dos antagonismos sociais, o abafamento e mesmo o silenciamento das vozes destoantes e a secundarização das relações de poder. Isto ajuda a forjar uma subjetividade submissa e conciliadora, amigável e colaboradora para os interesses do capital. A teoria do capital humano, renovada e amplificada pelo

⁶⁹ Para uma interpretação crítica do conceito de raça e de sua fecundidade para compreendermos a colonialidade do poder na América Latina nos baseamos em texto de Aníbal Quijano (2005).

consenso em torno de uma suposta inequívoca eficiência redistributiva do mercado, é uma das expressões que evidencia a estreiteza do projeto formativo da pedagogia burguesa, a diferenciação individualizante que resguarda e reforça a divisão social, a divisão entre a teoria e a prática, entre dirigentes e dirigidos, a divisão entre os que pensam e os que fazem.

A concepção burguesa de trabalho vai-se construindo, historicamente, mediante um processo que o reduz a uma coisa, a um objeto, a uma mercadoria que aparece como trabalho abstrato em geral, força de trabalho. Essa interiorização vai estruturando uma percepção ou representação de trabalho que se iguala à ocupação, emprego, função, tarefa, dentro de um mercado (de trabalho). Dessa forma, perde-se a compreensão, de um lado, de que o trabalho é uma relação social e que esta relação, na sociedade capitalista, é uma relação de força, de poder e violência; e, de outro, de que o trabalho é a relação social fundamental que define o modo humano de existência, e que, enquanto tal, não se reduz à atividade de produção material para responder à reprodução físico-biológica (mundo da necessidade), mas envolve as dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer etc. (mundo da liberdade). (FRIGOTTO, 1987, p. 14).

A pedagogia da hegemonia mantém e reforça as relações sociais guardiãs do racionalismo reducionista do capital, ao limitar a produção e a socialização do conhecimento na estreiteza formativa das habilidades e competências individualizantes, voltadas a constituição de uma personalidade quando muito empreendedora, funcional à naturalização de uma subjetividade mercantilizada e deslocada das disputas e críticas sociais. A pedagogia da dominação celebra meritocraticamente os “vencedores”, e, em sociedades como a brasileira, que detém como uma das principais marcas de sua formação social, senão a principal, uma desigualdade violenta e desumanizante, relega aos “perdedores” e “excluídos” algumas alternativas, desconsiderando os “tradicionalistas” desemprego-subemprego, pois estruturais, dentre as quais: i) inclusão subordinada em atividades diversas que em diferentes graus afluem para a reprodução ampliada do capital; ii) prisão, aos considerados demasiado perigosos à sociabilidade dominante; iii) desumanização e brutalização, numa palavra, a barbárie sob a qual vivem os atuais 1 bilhão de seres humanos.

Sob o capitalismo contemporâneo, as forças produtivas avançam degenerando as relações sociais de produção. Embora estas relações se movam por acúmulos e práticas sociais de sucessivas gerações, elas encontram-se hegemonicamente subordinadas ao jugo do capital, portanto, a lógica da mercantilização que circunscreve as dimensões da vida ao lucro e não à emancipação humana. Isto se deve a relação histórica entre capital e trabalho. Esta relação encerra uma contradição fundamental, pois imprime em sua processualidade uma positividade e uma negatividade em um só tempo: o capital necessita do trabalho, pois enquanto uma relação social ele não é uma abstração, mas uma realização material e concreta que se dá entre classes sociais distintas, pondo em movimento as forças produtivas; porém o capital nega o trabalho, ao alienar o trabalhador em sua totalidade, enquanto mercadoria singular, produtora de mais-valia, condição que provoca um “entrate” das relações de produção, ameaçando a reprodução do próprio capital.

O aspecto mais fundamental, porém, para a análise efetivada aqui, é que à medida que se explicitam as relações propriamente capitalistas, as relações de produção se revelam como relações sociais e, enquanto tais, nas sociedades capitalistas, como relações de classe. O capital, então, se configura não como sendo uma coisa, mas uma relação social e uma relação de classe. Isso, por sua vez, nos leva a apreender o erro economicista de considerar as relações econômicas – determinantes em última instância – como relações técnicas, e não como relações sociais e relações de classe. (FRIGOTTO, 2010a, p. 169).

No sistema de relações sociais capitalistas a relação que expressa a contradição fundamental é a relação entre capital e trabalho, manifestando-se concretamente em um conjunto de contradições que se irradiam sobre todas as dimensões da própria vida. Contudo, a pedagogia do capital camufla, vela e tenta apagar as mediações que permitem a compreensão das contradições que materializam os conflitos na sociedade que realmente existe e que a todo custo as classes dominantes se esforçam em despistar, a sociedade de classes. Ainda que tais estratagemas alcancem inegável sustentação no real, por outro lado,

não foram suficientes para pôr um fim à história e dar cabo das lutas de classes, ao contrário, apenas agudizaram as condições para sua deflagração permanente e ininterrupta.

Buscar a renovação do conhecimento produzido na universidade é incompatível com a prática de assumir intelectualmente métodos, definições e conceitos e forçá-los a tomar parte da realidade, ou pensar que todo conhecimento ou teoria acumulados possam explicar, *per si*, os fenômenos, sem jamais ir além de sua superfície. A fim de sustentar o sentido que propomos da renovação do conhecimento produzido na universidade, tentando nos apropriarmos de categorias e conceitos que nos auxiliem compreender a realidade em seus movimentos, os mecanismos que mantém em movimento determinadas relações sociais; relações que são produtoras de conhecimentos na sua interação com a totalidade concreta “*síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade*” (MARX, 1977, p. 218), conhecimentos que são expressões e expressam as relações de poder estabelecidas nessas relações sociais.

O sentido da renovação do conhecimento que perseguiremos compreender é aquele dado pela sua produção e socialização nas lutas e práticas sociais, sobretudo, nas práticas educacionais, tornando-se uma renovação concreta, expressão das contradições sociais, fundamentalmente quando esta renovação e os conhecimentos nela produzidos estão sendo feitos “nas ruas” ou “nos campos” ou, como de fato ocorre, “em ambos”. Dito de outro modo, a renovação do conhecimento está sendo feita, pois a luta de classes está sendo feita, e nela conhecimentos incessantemente vão sendo produzidos e socializados. Porém, renovação pode apenas significar “mais do mesmo” ou “*é preciso que as coisas mudem de lugar para que permaneçam onde estão*” como diria Tancredi Falconeri (Alain Delon), no filme “O Leopardo”⁷⁰, de Luchino Visconti, evidenciando ao aristocrata Don Fabrizio Salinas (Burt Lancaster) os novos tempos (decadência da nobreza e ascensão da burguesia) que de fato se

⁷⁰ *Il Gattopardo*. Direção de Luchino Visconti. França/Itália, 1963.

anunciavam, e este que, estrategicamente, neste instante, percebeu que não necessariamente isto representava um fim, mas a permanência da sua situação de classe. Portanto, renovação do conhecimento apenas pode significar que os tempos de sua produção são outros, mas as relações sociais sobre as quais estes conhecimentos são produzidos podem muito bem permanecer as mesmas, renovadas, mas essencialmente as mesmas. Buscamos uma renovação do conhecimento que assuma como princípio que se a produção do conhecimento científico distancia-se do desafio de fazer a crítica permanente da História, contribuindo para o agir humano em direção à sua emancipação, ela poderá servir à qualquer fim, menos a este e, sobretudo, daqueles que vivem do próprio trabalho e são, especificamente sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 1972, 1975), super explorados e super expropriados.

Estamos tentando enfatizar que homens e mulheres movem a história. É certo que se o socialismo não agrada a todos, principalmente aos capitalistas, o capitalismo não agrada a muitos, principalmente aos cerca de um bilhão de seres humanos que já nascem famintos, aos outros incontáveis milhões que foram e são vítimas de bombas imperialistas, não raro lançadas por “fogo amigo”, ao menos nos últimos cento e poucos anos, financiadas pelos interesses imperialistas, ora em nome da *liberdade*, ora em nome da *democracia*, mas quase sempre empunhando as bandeiras de ambas.

Nossas democracias são, no fundo, ditaduras que, para não aparecerem como tais, expõem em suas vitrines as conquistas jurídico-políticas só admitidas após serem arrancadas pela força por meio das lutas dos trabalhadores. Nossas democracias são ditaduras de classe. Só respeitam os valores e direitos que sacralizam em função das raras situações em que eles não lhes são desfavoráveis. (LABICA, 2009, p. 57, grifos do autor).

2.6 Apontamentos sobre o conceito de relações de força em Gramsci para a análise das lutas sociais.

Cabe esclarecer que trazemos uma interpretação do conceito de *relações de força* a partir de um estudo exploratório dos Cadernos do Cárcere, especificamente do Caderno 13 (1932-1934) – *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, que julgamos pertinente nos determos, certamente como uma aproximação, se estamos considerando que as lutas travadas pelo MST são dinamizadas em sua totalidade por relações de forças históricas e que é necessária tal aproximação em um esforço mínimo de compreensão de como se movem tais forças, a fim de realizar o exame o mais concreto possível das ações de lutas e de uma pedagogia da luta e da resistência que elas possam comportar.

Na nota § 2, “As notas escritas a propósito do estudo das situações e do que se deve entender por ‘relação de força’”, nos chama atenção quando Gramsci nos indica o que para nós pareceu um método “*para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas mais rigorosas e vigorosas*” (2011, CC3, p. 19), em outras palavras e dialogando com a problemática que envolve nosso estudo, entendemos tratar-se de um método que orienta um processo cuja dinâmica é expressão dos próprios movimentos das forças e projetos em disputa e que é acionada, requalificada e posta em movimento – recriando mediações nos processos de formação da consciência – pelos sujeitos que em determinadas condições se inserem ativamente nas lutas.

Gramsci considera que “*o estudo sobre como se devem analisar as ‘situações’, isto é, sobre como se devem estabelecer os diversos níveis de relações de forças*” (idem), o que pode ser e é feito a partir de atividades de formação e nos espaços organizativos do MST, onde as análises de conjuntura conformam-se como exercícios político-filosóficos de interpretação da realidade e servem de base na qual se fundamentam, nas mais variadas instâncias organizativas, as ações de luta. Esta é uma das formas pelas quais o Movimento pode desafiar permanentemente sua condição de sujeito pedagógico, buscando compreender as contradições de seu tempo para contribuir para alterá-las, “*pode servir para uma exposição elementar da*

ciência e da arte política, entendida como um conjunto de regras práticas de pesquisa e de observações particulares úteis” (ibdem) visando à formação de seus quadros e dirigentes na realização do despertar o interesse pela realidade efetiva a que Gramsci se refere e que julgamos ser um dos elementos constitutivos das práticas pedagógicas que se encerram nas ações de lutas do Movimento.

Gramsci prossegue nos explicando que, ao mesmo tempo, “*é preciso expor o que se deve entender em política por estratégia e tática, por ‘plano’ estratégico, por propaganda e agitação, por ‘orgânica’ ou ciência da organização e da administração em política*” o que nos remete ao modo como o MST ao longo de sua história notabilizou-se como movimento de massa e como sua dinâmica está imbricada com o desenvolvimento do capitalismo dependente que requer níveis elevados de exploração e de heteronomia cultural, tornando ainda maior e mais complexo, no sentido de multiplicidade de determinações, o desafio tanto de organização interna quanto da capacidade de mobilização com outras frações da classe trabalhadora.

A organicidade é a forma eficiente de ir eliminando os aspectos espontâneos e ingênuos da consciência dos camponeses; estes, através do tempo, passam a perceber como se dá o controle da sociedade e onde se localizam os interesses antagônicos das classes organizadas. (...) A organicidade, embora seja o oposto da espontaneidade, no movimento de massas convive com ela sem dificuldades; pois é através da luta espontânea e desqualificada, que as pessoas entram para o Movimento, que aos poucos vai lhes apresentando a estrutura orgânica, onde cada família tem seu lugar e procurará evoluir em sua participação, na medida em que compreender e assimilar os objetivos que a coletividade estabelece para serem alcançados. (BOGO, 1999, p. 135).

Acrescentamos na referência de Bogo que “através do tempo” não significa que seja um processo inexorável de aproximação da *verdade* pelos camponeses, mas confere sentido processual, lento e gradual, uma forma através da qual as famílias se aproximavam do Movimento e que a partir daí começava um cotidiano, contraditório, demorado e que nem

sempre alcançava os objetivos esperados, trabalho de formação da consciência, dinamizada pelas ações de lutas do Movimento e pelas contradições das lutas de classes.

Desde a organização da família no acampamento até a organização de lutas de natureza internacionalista, isto é, lutas que se travam em meio às contradições das relações de forças internacionais, as quais nos chama atenção Gramsci e que nos fazem refletir sobre o papel do PT como o atual “partido do estrangeiro” que *“mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas”*. (GRAMSCI, 2011, p. 20), mesmo que na esfera estritamente diplomática os governos petistas estejam assumindo posições regionais consideradas não completamente subordinadas aos ditames das nações capitalistas centrais e dos Estados Unidos em particular. A soberania⁷¹, contudo, é trancafiada subalternamente à divisão internacional do trabalho, servindo às nações de capitalismo mais avançado como “parceiro” exportador de matérias-primas.

A problemática das “relações de força” é tratada novamente na nota § 16, na qual, referindo-se a Maquiavel, Gramsci salienta que o mesmo não é um mero cientista, mas um *“homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o “dever ser”, não entendido evidentemente em sentido moralista”*. (Idem, p. 35). O “dever ser” para Gramsci requer que o homem de Estado tenha perspectivas *“para além do tamanho de seu nariz”* (p. 34) e, sobretudo, é preciso saber se este “dever ser” *“é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem”* (p. 35) o que nos faz refletir sobre a conformação das ações de lutas do MST como práticas pedagógicas, enquanto parte da estratégia de construção de projetos políticos do Movimento e como estes se inserem na conformação das

⁷¹ Para Coutinho (2009) a vontade coletiva em Gramsci aparece identificada com o tradicional conceito de soberania, mais exatamente como base da ação do legislador. Ainda conforme o autor o conceito de vontade coletiva em Gramsci está estritamente ligado ao de “reforma intelectual e moral”, ou seja, a questão da hegemonia.

lutas universais, em suas possibilidades de forjar alianças e relações de força entre as frações da classe trabalhadora, como um *ato necessário*, construindo uma organicidade que se materialize na *vontade concreta* de pôr em xeque o poder dominante.

Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. (GRAMSCI, 2011, p. 35).

Se tomarmos a educação como uma prática social movida por um “dever ser” em que os processos de formação da consciência movem-se em meio a uma sociabilidade a qual não se deva permitir ou tolerar qualquer forma de exploração, lutar para pôr um fim às formas de exploração que a sociedade de classes capitalista cria, requer práticas pedagógicas que encerrem em suas mediações a *práxis* constitutiva da formação de sujeitos sociais críticos às relações sociais que geram tal sociedade. As práticas pedagógicas inscritas nas lutas sociais podem, assim, gerar “filosofias em ato”, cujas mediações que geram as intervenções na consciência dos sujeitos sociais podem colocá-los em contradição com sua condição de cápsulas, pondo-os em interação com sujeitos sociais envolvidos em processos e construções, tentativas de criação de uma nova sociabilidade e de organização social. Abrem-se novos processos, com limites estabelecidos pelas relações de força que se estabelecem nas lutas de classes e que se correlacionam à capacidade de organização e direção política de sujeitos e grupos sociais.

Contudo, aqui entramos em uma questão que Gramsci trata na nota § 17, demasiado denso para nossa discussão, mas que nos parece inevitável abordar mesmo que tangencialmente, pois nos remete ao debate sobre as alternativas concretas de interrupção de certas falhas que provocam rupturas no metabolismo sociedade e natureza. Referimo-nos

especificamente as relações de força que engendram o agronegócio como modelo dominante de produção agrícola e de sociabilidade para o campo. Gramsci nos diz:

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. (GRAMSCI, 2011, p. 36).

Refletindo sobre as relações que se podem criar entre o trabalho concreto que se pensa quando o MST proclama “Terra para quem nela trabalha!”, mas superando este movimento essencial, mobiliza-se com seus militantes e outros grupos e sujeitos sociais ainda que circunscritos em um arco limitado de forças (Via Campesina, grupos de pesquisas e de professores das universidades públicas, organizações de trabalhadores superexplorados por governos neoliberais) para fortalecer a agroecologia, defender as sementes e a biodiversidade, combater os transgênicos e as formas de exploração do trabalho como a que é imposta aos assentados que plantam cana-de-açúcar com agrotóxicos para vender às usinas privadas, a fim de saldar suas dívidas adquiridas junto aos bancos públicos.

Gramsci nos ajuda a entender este movimento quando, citando o Prefácio à *Crítica da economia política* de Marx, coloca ser necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) O de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) E o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícita em suas relações. (idem). Para Gramsci, no estudo da estrutura, é preciso distinguir os movimentos orgânicos dos movimentos que ele diz poderem ser chamados conjunturais. Os primeiros sendo permanentes, os segundos ocasionais, imediatos, quase acidentais, em suas palavras. Sua análise aqui vai pelos caminhos que traçara na nota § 5, sobre a grande e a pequena política, dizendo com isso que ambas se interfluem, mas que os movimentos orgânicos são aqueles que

se movem para além dos obstáculos imediatamente colocados e que por isso requerem ações imediatas. Estão para além do que se quer como solução parcial e que seja limitada e limitante em seu tempo. São, contudo, os obstáculos oferecidos pelos *“fenômenos orgânicos que dão lugar à crítica histórico-social”* (p. 37) e que transcende demandas e consignas específicas. Para Gramsci, é quando se estuda um período histórico que se revela a grande importância dessa distinção.

Nos últimos 40 anos vêm sendo imposto um modelo de produção no campo que reafirma, ano após ano, seu potencial destrutivo e devastador do metabolismo entre sociedade e natureza. Criações como os transgênicos são, como nos explicou Gramsci, esforços das forças políticas que atuam para conservar e defender a própria estrutura, no sentido de sanar, dentro de certos limites, contradições insanáveis, visando superá-las. (idem). Contudo, o agronegócio não pode explicar porque tanta produtividade e competitividade são incapazes de saciar a fome de um bilhão de seres humanos.

Deste modo, *“já que nenhuma forma social jamais confessará que foi superada”* (idem), as forças antagonistas buscam se organizar, e temos visto que mesmo com as contradições insanáveis esta organização tem sido brutalmente reprimida, para demonstrar (e Gramsci nos explica que esta demonstração se torna uma nova realidade a partir de transformações profundas das forças sociais) *“que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente (devam, já que a não-realização do dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves)”*. (GRAMSCI, 2011, p. 37).

No início deste breve ensaio, empolgamo-nos ao afirmar que o MST se notabilizara por ser um movimento de massas. Pouco ou nada poderemos nos aprofundar neste conceito no presente estudo. Mas consideramos que as ações do Movimento mobilizaram nas últimas quase três décadas uma quantidade significativa de pessoas. Tão importante quanto estudar os

desdobramentos políticos amplos da organização e das ações do MST, protagonizadas por milhares de militantes com diferentes e variadas histórias de vida em suas fileiras e colunas é compreender como se produzem os processos de formação da consciência da classe trabalhadora em suas ações de luta. Ações que são testemunhos vivos de uma luta de classes viva, cujos exemplos na América Latina merecem sempre ser recordados.

Em viagem pela África, Che Guevara termina suas notas do texto conhecido como *O Socialismo e o Homem em Cuba*⁷² e o envia ao companheiro Carlos Quijano, do semanário *Marcha*, de Montevideú. Guevara inicia pontuando que não irá tentar refutar o argumento ideológico contra o socialismo de que este se caracteriza pela “abolição do indivíduo do altar do Estado”. E ele não o fará a partir de uma base meramente teórica, como diz, mas a partir dos fatos tal como acontecem em Cuba.

Che relata que durante o processo das ações revolucionárias que se estenderam de 1953 (tentativa de tomada do quartel Moncada em 26 de julho) ao 1º de janeiro de 1959 existiam apenas os germes do socialismo. Nesse ínterim, durante a guerrilha na Sierra Maestra, Che relata as relações entre o povo “*massa ainda adormecida*” e sua vanguarda “*motor impulsador do movimento*”. Para Che, a vanguarda seria um “*agente catalisador*”, que acelera o movimento do processo e que teria criado “*as condições subjetivas para a vitória*”. Ao contrário do que reza o pensamento liberal contra o socialismo, para Che “*cada indivíduo por sua história notável*” tinha uma importância fundamental durante esse processo de mudança revolucionária do pensamento que se dava na vanguarda e se ampliava nas ações cotidianas de educação revolucionária. Porém, nos diz Che, a partir de um momento com características bem nítidas (Fidel assume como primeiro-ministro em fevereiro de 1959 e o presidente Urrutia renuncia em julho do mesmo ano sobre pressão das massas) um personagem passa a atuar sistematicamente: a massa. A relação da massa cubana, que Che nos

⁷² Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm Acesso em: 23/07/2011 16h50

adverte “*não é, como se pretende, a soma de elementos de uma mesma categoria (reduzidos, aliás, a uma mesma categoria por imposição do sistema), que atua como um manso rebanho*”, com a vanguarda e com seu líder Fidel Castro é explicada por Che como expressão dos interesses das massas expressos com firmeza e legitimidade por um de seus líderes. A reflexão sobre o processo cubano é importante para abordarmos o papel pedagógico das ações luta pela terra organizadas pelo MST, suas lições formativas e organizativas. Não nos importa tanto o debate polêmico sobre a relação entre “vanguarda” e “massa” dissociada de uma análise concreta. A Revolução Cubana é um referencial para toda a América Latina: as referências educacionais e políticas, as experiências de organização e de construção de novas sociabilidades *para além do capital* e o legado dessas experiências para as organizações dos trabalhadores, são lições da luta a serem consideradas nas lutas para alterar as relações de força nos embates do presente.

CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

A nossa escola continuará e trará os frutos que lhe for possível: está aberta a todos os acontecimentos, qualquer caso poderá afastar e dispensar amanhã todos nós que hoje nos agrupamos à volta dela, comunicando e recebendo dela um pouco de calor, da fé que nos é necessária para viver e para lutar; o balanço fá-lo-emos depois, mas por agora assinalamos isto no ativo, assinalamos esta impressão de confiança que nos vem das primeiras lições, do primeiro contato. E com o espírito destas primeiras lições queremos continuar.
Antonio Gramsci⁷³

Tomar a educação como parte das lutas por transformação social, portanto, tomá-la como contida na estratégia política para se alcançar tal fim, implica pensá-la enquanto prática social inserida na história da sociedade e que “*a história da sociedade é a história de lutas de classes*” (MARX & ENGELS, 1986, p. 81). Com efeito, tal desafio requer inserir a luta de classes no centro dos processos educacionais, cujas mediações, que predominantemente não só as desconsideram, como as deslegitimam, favorecendo aos opressores, colocam em prática à (com)formação da subjetividade da classe trabalhadora, isto é, negando-a a compreensão das contradições da relação entre capital e trabalho. Advém desta contradição fundamental outras entremeadas em diferentes níveis nas práticas educativas, como: a superexploração do homem e da natureza, a mercantilização da vida, das (se)mentes e dos corpos, sobretudo, do feminino, a desumanização e a barbárie, aspectos marcantes e inequívocos do atual estágio de desenvolvimento do sistema e das relações capitalistas, acentuadas sob o capitalismo dependente e de outras periferias do sistema. Diante do atual cenário de hegemonia da pedagogia do capital, ainda que rupturas profundas estejam fora do horizonte imediato,

⁷³ Escritos políticos, v. 2, Editora Seara Nova, Lisboa, 1976, PP. 97-98. Não assinado, L’Ordine Nuovo, 20-12-1919, seção Cronache dell’Ordine Nuovo. In: MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Tradução: Paulo Nosella. Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. pp. 68-69. (Coleção Educadores – MEC).

devemos nos perguntar: quem são, o que dizem e o que fazem os sujeitos portadores da transformação social? O que esses sujeitos históricos têm para nos ensinar?

Um projeto de emancipação humana que sustenta a educação como uma dimensão da estratégia política de superação das relações sociais capitalistas, precisa superar as práticas educacionais reprodutoras da ideologia que naturaliza essas relações, tornando difusa sua compreensão ou mistificando suas determinações cruciais. Estrangulando o potencial humano de criação de sua própria humanidade sob os limites estreitos da cultura e racionalidade unilateral dominante, (de)formam-se as mediações que podem contribuir para uma compreensão mais totalizante e menos fragmentada, parcial e aparente da realidade. Nas últimas três décadas, as ideologias dominantes foram difundidas como se fossem “teorias” resultantes da melhor ciência e por meio de processos educacionais repletos de consensos conciliadores e harmoniosos, tais como o “caminho do meio”, a “cidadania do consumidor” e a participação tutelada. Cabe especial destaque, neste escopo, aos discursos pós-modernos que, a despeito da celebração das diferenças e das identidades, difundem que o principal terreno de lutas é uma sociedade civil desprovida de classes e em que prevalece o melhor argumento para a solução dos conflitos, apagando a força determinativa do modo de produção capitalista.

Não se ultrapassa o ‘consenso’/consentimento/submissão, que é construído ideologicamente pelo poder, sem questionar os quadros de pensamento estabelecidos e permanentemente reiterados pelas ideologias dominantes – que atuam como filtro do conhecimento e mesmo das informações e da percepção da realidade – e sem abrir espaços críticos de reflexão, que supõem elevação cultural geral. (CARDOSO, 2006, p. 61).

Considerando a educação tomada como estratégia política, isto é, como parte contraditória, intrínseca e indissociável da luta da classe trabalhadora contra os determinantes da sociedade de classes, portanto, educação forjada na práxis da luta de classes, quais mediações daí originadas apontam para uma *educação para além do capital* (MÉSZÁROS,

2005)? Para materializá-la é preciso termos em mente a construção de práticas e processos educacionais e de uma subjetividade que compreenda as mediações produzidas sob as relações sociais capitalistas como inviabilizadoras da emancipação humana, sobretudo, devido à exploração do trabalho para produção de mais valor, para a autovalorização do capital e não para o desenvolvimento humano.

Estas lutas assumem a concretude das múltiplas determinações que as constituem ao plasmarem os conflitos entre as classes e frações de classes pelo domínio das condições de produção da existência. Estes conflitos geram movimentos contraditórios que (re)criam as práticas sociais, ensejando novas formas e conteúdos que tornam mais complexo o desafio de apreender as estratégias de atuação das classes em confronto. As disputas pelo comando da direção e do sentido da humanização, no que diz respeito a concepção dominante de homem e de história, sobretudo, mas não apenas, sob a autocracia burguesa, não podem prescindir da mistificação, da criminalização e da desqualificação das lutas dos trabalhadores como prática social de conquistas democráticas. Tomar a educação como estratégia política requer disputar os fins e os meios, e do ponto de vista do mundo do trabalho, significa disputar a concepção de homem e de natureza. Com efeito, tomar das mãos do capital a direção intelectual e moral que está sendo imposta às massas, visando sua subordinação cada vez mais dócil a um sistema que as ofende, humilha, envenena e mata e substituí-lo por um outro, criado a partir de suas necessidades de humanização e de uma interação metabólica “desinteressada” entre sociedade-natureza.

Deste modo, e frente a essa situação de heteronomia, consideramos um enorme desafio refletir sobre as lutas sociais em curso, sobre a pedagogia nelas inscrita e os processos educacionais delas decorrentes portadores de uma *práxis* vinculada a um projeto societário obra dos explorados e oprimidos, aqueles que poderão utilizar os conhecimentos produzidos nestas lutas para a superação da sociedade de classes. Mais do que apenas refletir, isto é,

compreender os limites e potencialidades destas lutas e processos e seus desdobramentos, cumpre estabelecer teoricamente as mediações originadas das lutas específicas que incorporam sínteses de uma concepção de educação *omnilateral*.

Pelo trabalho o educando produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo à medida que ajude as pessoas a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas posições políticas... Por isso a nossa escola precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar também para o trabalho e pelo trabalho. (Caderno de Educação nº 9 – Como fazemos a Escola de Educação Fundamental p. 9).

A educação tomada como estratégia política nas lutas dos explorados por sua emancipação reivindica a *práxis* de educandos e educadores. Forjada no campo fértil das lutas sociais, esta *práxis* mediatiza a formação da subjetividade e a identidade de classe, sendo indispensável à apreensão dos meios-mediações através dos quais se materializam possíveis (re)interpretações e internalizações críticas ou contrainternalizações, nos termos de István Mészáros, “*ao quadro de valores que legitima os interesses dominantes*” (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

O aumento tímido, mas consistente, de estudos e pesquisas em diversas universidades nos últimos dez anos, inerente à problemática deste nosso estudo, a saber, a luta *Por uma Educação do Campo* e a concepção de educação e escola dos povos do campo, estabelece ou cria contra internalizações às mediações subordinadas à lógica do capital e expressas na Educação Rural, que historicamente foi instrumento de internalização de um conjunto de visões de mundo estranhas à cultura do campo, reproduzindo relações constituídas pelo *trabalho abstrato* no campo, estranho e brutalizado, pois expressão da alienação do trabalhador do campo pelo capital, gerando uma materialidade que subtrai a criação e aborta a capacidade de realização humana pelo *trabalho concreto*, criador de valores de uso.

Tal problemática, surgida do solo fértil e manchado de vermelho das lutas pela terra no Brasil, permite-nos pensar as possibilidades, isto é, os germes emancipatórios desta construção, bem como tentar compreender seus limites, a fim de superá-los. Esta educação que se gesta nas lutas e que propõe-se pensar e fazer outras formas de trabalho e vida no campo, confronta-se e resiste, portanto, também de modo contraditório, às formas de organização e relações sociais desumanizadoras dominantes, objetivando tornar pensáveis as relações que conformam outras correspondências no real. Experiências de formação com movimentos sociais do campo e da cidade, tendo nelas o MST um destacado protagonismo, são cruciais para tornar pensáveis as estratégias de luta anticapitalista no Brasil de hoje.

3.1 O MST como sujeito pedagógico

O atual cenário no qual se travam as lutas dos movimentos sociais pela reforma agrária, exige uma profunda reflexão dos diferentes aspectos que constituem tais lutas e, obrigatoriamente, uma análise das múltiplas dimensões que caracterizam os sujeitos do campo na cena política e cultural do país. Uma das possíveis abordagens para esta análise nos leva a acompanhar os processos e práticas educacionais, escolares e não escolares, dos que em um primeiro momento chamaremos trabalhadores rurais ou do campo. A educação, que sempre foi um direito negado para esses trabalhadores, negado tanto pela inexistência de escolas estruturadas, como pelo seu radical esvaziamento, cujo exemplo mais notável é a proposição da educação rural, passou a ser palco de luta de classes, fazendo parte de uma estratégia tanto de garantia do direito à educação dos trabalhadores rurais historicamente negligenciados pelos sucessivos governos e políticas públicas, caracterizadas pelo descaso, abandono e marginalização nos marcos da “modernização” do campo no Brasil, como de um projeto de

transformação social a partir do momento em que entram em cena os trabalhadores do campo em luta contra o modelo agrícola do capital.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST é um dos muitos movimentos de trabalhadores rurais que renasceram e empolgaram o ascenso das lutas sociais pela redemocratização no final da década de 1970. Surgiu e cresceu em meio ao quadro histórico local de esgotamento do regime político militar-empresarial para as necessidades de acumulação do capital, e global em decorrência da crise estrutural dos anos 1970 e, portanto, da urgência na reconfiguração do sistema capitalista mundial, que culminaria na reunião dos interesses convergentes das frações burguesas na conversão/modernização rumo ao Estado neoliberal.

O fato de existirem limites concretos aos avanços das lutas sociais, tanto internos quanto externos às organizações populares, seus acúmulos, concepções e práticas, limites estes inerentes às relações e lutas de classes, não retira dos movimentos sociais um papel pedagógico estratégico na formação da consciência dos trabalhadores, no acúmulo de forças sociais e em sua disposição e organização na luta contra-hegemônica. Não por acaso a eles é reservado um tratamento singular pela burguesia, como atestam os *Cadernos Conflitos no Campo* publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e como pretendemos demonstrar através da análise empírica das ações do MST registradas nas Cronologias dos Conflitos Sociais – Seção Brasil.

Trabalhamos com a hipótese de que com sua forma de organização, suas lutas por direitos como educação e saúde, suas práticas de mobilização social, de produção material da existência e de produção do conhecimento, o MST redefiniu nos últimos anos o sentido do papel da reforma agrária brasileira (ou de sua não realização) na tarefa de construção da democracia brasileira. Daí advém o ódio, a violência, a criminalização e a desqualificação ao MST promovidos sem descanso pelas frações burguesas beneficiárias da *autocracia* e da

heteronomia. O MST, seus dirigentes e militantes, vêm pagando muito caro, com lágrimas, sofrimento e sangue, pela ousadia em extrapolar sua luta por reforma agrária, aprofundando-a e ampliando-a na luta contra o padrão de acumulação dominante ao denunciar e combater as multinacionais do agronegócio que materializam esse padrão, não apenas no campo, mas no conjunto das relações sociais as quais estão umbilicalmente imbricadas.

As ações do MST, principalmente nos últimos 10 anos, nos apontam que a luta pela reforma agrária no Brasil adquiriu uma complexidade e contornos distintos de tempos pretéritos, pois os coronéis que encarnavam o latifúndio, adversário a ser combatido, agora não mais arrastam suas panças à cavalo pelos confins intermináveis de suas terras ociosas ou por seus pátios de café ou cacau cercados de funcionários. O latifúndio continua a ser um adversário a ser batido, mas os novos coronéis quando ocasionalmente visitam as fazendas, ao descenderem dos jatinhos ou helicópteros, embarcam em *pick-ups* de 4,5 toneladas e após analisarem as cotações na Bolsa de Chicago em seus *palms*, autorizam o fechamento de novos contratos com compradores chineses, russos ou alemães. Ainda que sejam denunciados nas listas sujas de trabalho escravo, nas instâncias do poder judiciário, por movimentos sociais e pelas mais diversas organizações e entidades de direitos humanos, este têm sido apresentado como o novo e moderno fazendeiro do agronegócio, pois ele raramente é importunado pelo Estado. Ao contrário, por ele é financiado, lastreado e legitimado em quase todos os seus passos.

Em face de sua organização, dinâmica e formas de luta, desde muito cedo o MST preocupou-se com a formação de seus militantes e de suas famílias. Optamos por não traçar neste momento qualquer síntese da trajetória de luta do MST em torno da Educação, sobre isto importantes trabalhos já foram feitos, e alguns sustentam nossas formulações. Conforme pesquisa de Souza (2006), o movimento possui um Setor de Educação organizado para atender 1.800 escolas de ensino fundamental, frequentadas por 160.000 crianças e jovens dos

assentamentos e acampamentos rurais. Contava ainda com 3.900 professores/as, além de 250 que atuavam nas cirandas infantis, educação para crianças entre 0 e 6 anos de idade. Existiam, ainda, 3.000 educadores/as de jovens e adultos atuando nas áreas de assentamentos e acampamentos, com um total de 30.000 alfabetizando/as aproximadamente. (SOUZA, M, 2006, p. 40). Conforme levantamento elaborado pela autora, no período de 1991 a 2000 foram editadas 26 publicações pelo Setor de Educação do MST: duas *Séries Formação*, dez *Cadernos de Educação*, seis *Boletins da Educação* e oito *Coleções*.

Miguel Arroyo na apresentação do livro *Educação do Campo; propostas e práticas pedagógicas do MST* da professora Maria Antonia de Souza (2006), afirma que o MST se constituiu nas últimas décadas em sujeito político-educativo da nossa sociedade “questionando concepções e valores de propriedade, de função social da terra, do direito à vida, ao trabalho, à terra e à dignidade”. De fato, a própria Maria Antonia⁷⁴ localizou 165 pesquisas, somadas as teses e dissertações para o período de 1987 a 2007 que se interessaram pelo tema da Educação e MST, e conseqüentemente a reflexão sobre a realidade da educação do campo.

Há uma pedagogia na dinâmica cultural, social e política dos movimentos. O que temos a aprender dessa pedagogia? Isto é, como educadores(as) e educandos em formação, como apreendemos essa pedagogia e criamos mediações para lidar com elas, incorporá-las em nossa praxis? Em que medida as lutas do MST e esta *pedagogia da luta e da resistência* que pretendemos discutir nesta investigação, podem contribuir com a democratização da escola e da universidade públicas, na formação docente, no currículo, nas políticas públicas e qual o sentido desta contribuição? Quais são os limites concretos que obstaculizam esta pedagogia no seu percurso para alcançar as massas?

⁷⁴ Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4765--Int.pdf> Acesso em: 15/10/2011 15h28

Os movimentos sociais compreendem e perguntam-se pedagogicamente quais são as contradições da sociedade que precisam ser superadas e como fazê-lo. Compreendendo e perguntando, em meio à luta, os trabalhadores se repensam e reaprendem, mudando suas concepções e práticas. Neste movimento se reeducam e apreendem em diferentes níveis e de formas diversas as mediações que deflagram esse aprendizado. O que podemos aprender com as mulheres, homens, crianças e jovens ao assumirem seu protagonismo no fazer da história, ao participarem das lutas pela terra, pelo trabalho, pela vida e pela escola? Como incorporar o conhecimento vivo que aí é produzido em um projeto educacional do conjunto dos trabalhadores? Estas são interrogações que os movimentos sociais trazem para nosso pensar e fazer educativos, docentes. A escola, seus currículos e didáticas desconectados das tensões sociais perdem força educativa sem indagações deste tipo.

Neste sentido, é que nos propomos a investigar sobre os nexos “estratégia-educação” e, particularmente, qual educação está sendo forjada pelos trabalhadores rurais organizados pelo MST e que concepção de educação está presente nesta construção. Afirmar o movimento como princípio educativo da formação dos Sem Terra é considerar a hipótese de que seu processo educativo básico está no movimento mesmo, no transformar-se transformando, a terra, as pessoas, a história, a própria pedagogia, sendo esta a raiz e o formato fundamental da identidade pedagógica do próprio MST.

Enquanto sujeito pedagógico o MST não cria uma nova pedagogia, como discutido por Caldart (2004), mas incorpora e recontextualiza práticas pedagógicas já construídas na história da formação humana, reiventando-as e conferindo a elas um sentido de educação de classe. O MST, e a pedagogia que se alimenta das lutas pela terra e contra o agronegócio, ao pôr em movimento processos de formação humana, mescla e rearticula distintas mediações educativas, produzindo uma síntese pedagógica que certamente encontra limites de diversas ordens, mas constitui-se como referência de uma educação que se nega a pensar o homem

como ser passivo e unidimensional, exatamente porque a sua referência de sentido está no sentido do trabalho, trabalho concreto, que trans-forma e põe a história em movimento, contra o trabalho alienante, cujo sentido é de produção de mais valor, visando reprodução do capital.

A coletividade em movimento enraíza a participação dos trabalhadores organizados pelo MST em processos educativos centrados na luta pela terra, na luta pela escola, na luta por um outro modo de produzir e por uma outra relação com o trabalho que passa a constituir-se como referência pedagógica para o conjunto da classe trabalhadora. O movimento das lutas feitas pelo MST forja mediações que são apreendidas por educadores, muito mais de dentro, mas também de fora do movimento⁷⁵, conferindo à proposta pedagógica do Movimento vivacidade e concretude essencial aos processos de elevação do nível da consciência e de formação da subjetividade que confere identidade de classe em luta.

A categoria luta social possui centralidade para apreendermos corretamente a pedagogia que se realiza no MST. Constatamos este termo presente tanto nas publicações sobre Educação do MST quanto na fala dos sujeitos que tivemos contato ao longo deste trabalho e que o utilizam para dar objetividade às suas realizações e utopias. Para uma compreensão sociológica do termo podemos nos apoiar em Tischler quando afirma que “*A ênfase na luta como o nervo central do coletivo implica considerar que a força da resistência está no encontro entre explorados e dominados como uma libertação do reprimido pelo domínio do capital. Mas essa libertação é também um autoconhecimento das potencialidades do coletivo*”. (TISCHLER, 2005, p. 116).

Nossa proposta de educação está sendo posta em prática toda vez que nos organizamos para lutar por uma nova escola; toda vez que reunimos o assentamento para tratar sobre a educação que interessa desenvolver para nossos filhos e filhas; toda vez que um assentado ou assentada aprendem a ler e escrever; toda vez que mais um jovem descobre o valor de continuar estudando; toda vez que aumentamos o número de Sem Terra

⁷⁵ Isto permite educar tanto seus militantes e dirigentes quanto as frações da classe trabalhadora que a eles se associam, como trabalhadores urbanos, professores e estudantes de diferentes níveis de ensino, militantes de sindicatos, inúmeras organizações populares, ONGs, associações de moradores, pesquisadores, etc.

que se formam na perspectiva de continuar a luta... toda vez que tentamos concretizar estes princípios. (Caderno de Educação nº 8. p. 28).

Se a pedagogia da luta pela terra de trabalho, pela escola pública de qualidade para todos, pela segurança e soberania alimentar dos povos, pela agroecologia que cuida e abraça a vida, humaniza os sujeitos Sem Terra, esta pedagogia não traz referências e não cria mediações que humanizariam também o conjunto da classe trabalhadora?

Tornar consciente e reflexivo este processo é um dos grandes desafios pedagógicos do MST, e uma das razões de valorizar cada vez mais as atividades específicas de educação. Sem isto, os novos sujeitos sociais não conseguirão tornar-se sujeitos políticos, capazes de efetivamente fazer diferença no desenrolar da luta de classes, e na construção de um novo projeto de humanidade. Não há como ser um sujeito político sem saber-se um sujeito social, e não há como saber-se um sujeito social, coletivo, sem compreender-se no processo histórico da luta e da formação de seus sujeitos.

Quando nos acampamentos e assentamentos os Sem Terra dispõem-se construir novas relações sociais, de trabalho, e novos formatos para a vida em comunidades do campo, afirmam uma cultura centrada no bem-estar da coletividade, e se contrapõem, portanto, a uma cultura individualista, que é uma característica típica da sociedade capitalista. É neste sentido que a educação voltada para o trabalho e a cooperação e uma educação como um processo permanente de formação/transformação humana, na visão dos sujeitos do Movimento podem trazer soluções para os problemas do dia-a-dia dos acampamentos e assentamentos transformando o processo pedagógico em um processo vivo e em constante movimento, educando desta forma também para uma atuação dinâmica diante da sua realidade.

O trabalho na terra, que acompanha o dia a dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio que as coisas não nascem prontas, mas sim que precisam ser cultivadas; são as mãos do camponês, da camponesa, as que podem lavrar a terra para que chegue a produzir o pão. Este também é um jeito

de compreender que o mundo está *para ser feito* e que a realidade pode ser transformada, desde que se esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isto, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva. (MST, Caderno de Educação nº 9 – Como fazemos a Escola de Educação Fundamental, p. 8).

É compreensível, diante destas concepções educacionais e de formação humana, que entre 2002 e 2009 mais de 24 mil escolas do campo tenham sido fechadas, isto é, silenciadas. Se em tempos pretéritos a opção era por mantê-la quando muito sob precárias condições, o que se pretende agora é apagá-las da história e da memória das comunidades camponesas e de trabalhadores rurais. Erivan Hilário, do Setor de Educação do MST declara “*Os governos têm demonstrado cada vez mais a clara opção pela agricultura de negócio – o agronegócio – que tem em sua lógica de funcionamento pensar num campo sem gente e, por conseguinte, um campo sem cultura e sem escola*”⁷⁶.

Examinar a materialidade desta relação, suas contradições históricas e conjunturais, é fundamental para os objetivos desta tese. Trabalhamos com a hipótese de que as lutas sociais protagonizadas pelo MST geram mediações cuja intencionalidade pedagógica é forjar relações sociais que encarnem um homem de novo tipo, um homem com uma nova práxis. Mediações estas que têm nas contradições vividas pelo trabalho abstrato a mediação axial. Trabalho concreto, portanto, relação desinteressada na natureza, emancipada do jugo do capital, é o que define o tipo do novo homem e de sua nova *práxis*. Dito de outro modo: o que representa, em termos político-pedagógicos e culturais, a ocupação do campo experimental da empresa multinacional de sementes Syngenta Seeds, em Santa Teresa do Oeste (536 km de Curitiba), no Paraná, em março de 2006, por cerca de mil militantes da Via Campesina? Poucos dias antes, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) do Paraná

⁷⁶ “Fechar escolas do campo é retrocesso, afirma dirigente do MST”. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Fechamentos-de-escolas-do-campo-e-umretrocesso-afirma-erivan-hilario-mst> Acesso em: 17/11/2011 19h56

havia embargado 12 hectares de plantio de soja transgênica da Syngenta Seeds pela sua localização ilegal na “zona de amortecimento” do Parque Nacional do Iguaçu. Segundo o superintendente do IBAMA-PR, à época, Marino Gonçalves, a área de pesquisa da Syngenta Seeds localizava-se a 6 km do parque, quando a lei prevê uma distância mínima de 10 km para plantio de soja transgênica das áreas de unidade de conservação⁷⁷.

Casos como este, que já apresentam inúmeras determinações e grande complexidade, vistos isoladamente, podem não nos dizer tanto, mas o que dizer do conjunto das ações deste tipo nos últimos dez anos? O que elas representam em termos de construção de mediações ético-políticas forjadoras de subjetividades e da identidade dos sujeitos em luta? Em última análise, para a formação da consciência do conjunto dos trabalhadores? Como tornar essa mediações apreensíveis pedagógica e politicamente? Como os dominantes reagem a isso?

Deste modo, visamos compreender essas determinações que aprofundam as desigualdades e marcam a luta dos sujeitos do campo na construção de um modelo de Educação que comporte seus interesses e necessidades, afirme a identidade camponesa, de trabalhador que vive e trabalha no campo, e desenvolva mediações que recriem as relações com a terra e as relações de trabalho, para criar as bases de uma transformação radical das relações insustentáveis de produção e vida no campo e nas cidades. Processos e etapas que não se dão de modo uniforme e linear, ou progressivo, mas é dialético e não se sobrepõe ou destaca aos movimentos gerais de conformação das lutas de classes.

O MST em sua luta e resistência pela terra e por uma nova relação produtiva com a terra afirma em seus documentos a necessidade de um processo educativo e formador com base em suas raízes políticas e culturais e com o trabalho no campo. A Educação do Campo é fruto e semente desse processo porque é tempo-espço de luta permanente, que não se esgota no acesso a uma escola “diferenciada”, do mesmo modo que a luta pela reforma agrária não se

⁷⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76570.shtml> Acesso em: 19/10/2011 14h44

esgota no acesso a terra de trabalho, embora não possa dela prescindir. Por outro lado, ela é e pretende ser também espaço e tempo de criação do belo e das artes, do cuidado, da beleza, da fraternidade e da saúde.

A Educação do Campo que está sendo construída por seus sujeitos, além de pressupor o trabalho como princípio educativo, busca reconhecer os saberes, conhecimentos e práticas perdidos ao longo do processo de alienação de trabalhadores e trabalhadoras do campo, subordinados, quando muito, a herança latifundista e escravocrata das escolas rurais. Em consequência desta herança, há uma significação do campo em território de produção de mercadorias conformando seu estranhamento como espaço da produção da vida. A oposição entre as formas de produção e de vida no campo se tensionam. Trabalhamos com a hipótese de que dessas contraposições estejam emergindo processos formativos que conferem novos sentidos à formação da consciência dos direitos sociais, dentre os quais, o direito à educação.

Também neste aspecto diferenciam-se e se contrapõem a Educação do Campo e a Educação Rural. O que se quer, pela primeira, é o reconhecimento da educação dos povos do campo como direito e como conquista pela participação política dos sujeitos ao encontro de sua auto-formação, ainda que como um pequeno passo. Ao contrário do que pretendeu a segunda, com a domesticação e treinamento da mão-de-obra a reestruturação produtiva no campo, com a Revolução Verde que, mais tarde, com os afluxos da engenharia genética e genética molecular, estabeleceriam novos horizontes de lucros, com a expropriação dos saberes e conhecimentos dos trabalhadores e povos do campo e da floresta.

Miguel G. Arroyo nos lembra que “*sempre que a consciência dos direitos avança na história, as pressões sobre o público se radicalizam, pois é no terreno dos direitos onde as políticas públicas encontram sua função*”. (ARROYO, 2004, p. 103). Em que medida os movimentos sociais, notadamente, o MST podem, com os acúmulos históricos de suas lutas

específicas, contribuir com um projeto educacional que rompa com a *heteronomia* imposta pela condição capitalista dependente?

Os estudos sobre os processos educativos do campo, escolares ou não, compreendidos no conjunto dos saberes historicamente produzidos pelos sujeitos sociais em suas práticas produtivas e políticas podem nos ajudar a compreender as diferentes mediações originadas de suas formas de organização, visões de mundo, lutas e resistências. Tendo em vista que essas mediações possuem especificidades em virtude das contradições a partir das quais foram geradas, sua construção implicou na (re)criação de processos educativos particulares, mas que ao assumirem a luta contra o capital geraram tensões que estão colocadas ao conjunto da classe trabalhadora, fertilizando a práxis coletiva e promovendo acúmulos teóricos e políticos que traduzem a perspectiva em construção de uma *educação para além do capital*. É o que pretendemos demonstrar com o decorrer desta pesquisa.

3.2 Resistências e enfrentamentos: a luta pela educação.

Georges Labica (2009) nos ensina que o processo revolucionário não se decreta e seu programa só existe no seu ato. Dialogando com Lenin, escreve ele, “*podemos aprender a revolução, mas, como todo ato criador, é mais difícil ensiná-la, ainda que uma dialética seja possível*”. (LABICA, 2009, p. 54-55). Uma dura lição teórica e prático-política e uma tarefa histórica, tanto de se aprender quanto de se ensinar, para os trabalhadores organizados nos movimentos sociais, notadamente, para o MST. A questão estratégica para o MST é justo o sentido das lutas por reformas democratizadoras, como a reforma agrária. Estas são etapas que preparam as condições para a luta socialista ou, alternativamente, as lutas por reformas já são parte da luta socialista, portanto, luta que recusa a ordem estabelecida? Pensamos que o encaminhamento de Florestan Fernandes (dialética da revolução dentro da ordem e da

revolução fora da ordem, Fernandes, 1975, 1976, 1979, 1981, 2008) esta na base desse dilema estratégico vivido pelo MST. Na perspectiva florestaniana, os trabalhadores devem preparar o terreno para a transformação das condições impostas pelo sistema de produção capitalista, ou seja, instaurar uma transição socialista, há que se criar uma nova cultura, empolgando uma vontade coletiva, conforme Gramsci (2011, CC3), frequentemente requalificada como vontade coletiva nacional popular, conforme Coutinho (2009). São as contradições geradas no campo dos conflitos, embates e disputas que as gestam e as fazem brotar.

No presente, à dialética que conforma tal situação, não prescinde de uma brevíssima pontuação das condições que impeliram o processo transformista (COELHO, 2005) ou de inflexão moderada (IASI, 2006) pelo qual o Partido dos Trabalhadores (PT) subjugou-se, visto que durante o período de ascensão de lutas sociais do final da década de 1970 e toda a década seguinte, o mesmo logrou reunir aspirações consideradas estratégicas para o mundo do trabalho⁷⁸. Sob a hegemonia do ideário neoliberal e da finança mundializada, que reorganizava quantitativa e qualitativamente a divisão internacional do trabalho e uma nova sociabilidade com foco na ideologia da “sociedade do conhecimento” como marco societal de base da pedagogia da hegemonia, o partido criado pelas forças mais combativas e organizadas dos trabalhadores e de seus aliados, na última década amalgamou sua estratégia de “diálogo” e de um “governo para todos”, apostando, em um contexto expansivo do capital, na ideologia de aumentar o bolo para depois reparti-lo. No percurso de fermentação do bolo, distintamente do apogeu dessa tese, o governo Lula da Silva empreendeu bem estruturadas políticas focalizadas de alívio a pobreza que, coercitivamente, mantém a adesão dos segmentos mais expropriados ao bloco de poder. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi suficientemente privatista e repressor, para sermos breves, e agora era preciso acelerar o

⁷⁸ Para as mudanças que ocorreram no projeto político do PT ver: COELHO, Eurelino. Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2005.

crescimento em busca de justiça social. A esquerda e inúmeras organizações dos trabalhadores, expressavam em diferentes níveis suas expectativas por mudanças e por avanços no programa do partido. Atestou essa confiança ao eleger um governo de coalizões que indicavam um arco de forças que incorporava importantes frações dominantes, situação que adquire maior dimensão com a Carta aos Brasileiros, mas que seriam manejadas pelo partido e por um de seus mais talentosos dirigentes históricos. O “diálogo” se deu sob uma correlação de forças extremamente desfavorável aos trabalhadores, situação agravada pela desmobilização deliberada da campanha presidencial de Lula da Silva. Desse modo, o “governo para todos” foi costurado desde uma aliança íntima com o capital financeiro e, em especial, com o capital portador de juros que opera por meio das instituições bancárias. Mauro Luis Iasi nos conta esta história, pormenorizadamente, de modo que não temos que nos estender neste ponto, por limites de foco, o que não nos impede de citarmos uma crítica ácida e apropriada de Mauro, “*Como o PT não conseguiu mudar o mundo, o mundo mudou o PT*”. (IASI, 2006, p. 536).

Avaliamos que o atual estágio de desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil vem sendo operado por uma ideologia que incorpora o social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo⁷⁹, mantendo inalteradas as bases macroeconômicas semeadas durante a etapa de implantação do neoliberalismo (Collor, Franco e Cardoso...). A reorganização da frações das classes dominantes mais aderentes à globalização não fez desaparecer o credo neoliberal, apenas o lapidou de sua crueza da década de 1990, substantivamente, cooptando para os círculos de controle as organizações dos trabalhadores mais sonoras, como a CUT. Nenhuma privatização foi desfeita, ao contrário, entra em curso uma chamada nova “geração” de privatizações, levadas à cabo por união, estados e municípios, devidamente

⁷⁹ “Mas será assim tão evidente a divisão entre neo-desenvolvimentistas e neoliberais? Não existem inumeráveis vínculos entre os industriais e os financistas? As conexões entre ambos os setores têm sido muito estudadas e surpreende a sua omissão na hora de apostar num choque entre os dois grupos. A amálgama é tão grande que um líder natural do pelotão neo-desenvolvimentista, como Lula, tem mostrado – até agora – mais afinidade com o capital financeiro do que com os setores industriais”. (KATZ, 2006, p.8).

regulamentadas nas PPP's e conduzidas por organizações sociais (OS's) dirigidas e controladas por frações da burguesia que assumem o controle dos serviços que outrora foram conquistados ou luta-se por fazerem-se direitos.

Privatização da previdência dos servidores públicos, privatização de jazidas de petróleo – inclusive do pré-sal, privatização dos aeroportos mais movimentados do país, privatização das rodovias, privatização de hospitais universitários, privatização de florestas, privatização da saúde, educação, segurança...⁸⁰

A lista é bem convincente, mas pontuaremos outros exemplos, a fim de enfatizar o quanto sustentável é o desenvolvimento do capital: a privatização das águas, com a transposição do Velho Chico, denunciada e sistematizada por diversos movimentos sociais em suas lutas, empreendidas para enfrentar e resistir, mas também para socializar o outro significado que deram da sua relação de convivência com a natureza do semiárido nordestino; a privatização da energia, com a expansão vertiginosa do sistema hidrelétrico denunciada pelos Movimentos Indígenas e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); a privatização de genes, monopólios das transnacionais do agro sobre sementes transgênicas, mercantilizando com a fome de milhões, ameaçando as sementes crioulas, desenvolvidas por séculos de trabalho-metabolismo e seu contrário “terminator” que já nasce⁸¹ com um gene “suicida” e o conhecimento de camponeses e pequenos agricultores, matando com seus venenos de guerra toda a terra e toda a gente; privatização das jazidas minerais (Vale), com a desfiguração de territórios e saqueio das riquezas do subsolo⁸²; privatização fundiária, comprovando que o

⁸⁰ “A gestão do capitalismo no governo da Sr^a Dilma: Estado máximo, só para os bancos”. FATORELLI, Maria Lúcia, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/fattorelli6abr12.html> Acesso: 30/04/2012 17h19

⁸¹ Por cultivos *terminator* designamos qualquer cultivo transgênico manipulado com um gene “suicida” para provocar esterilidade masculina, feminina ou da semente, para impedir que os agricultores guardem e replantem as sementes, ou para proteger características patenteadas. (HO, 2004, p. 67). Mae-Wan HO. *Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos*. Com a colaboração de Joe Cummins [et al]. São Paulo : Expressão Popular, 2004.

⁸² Entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras para a China elevaram-se de US\$ 1,1 bilhão – 2% do total das exportações do Brasil – para US\$ 30,8 bilhões – 15% do total, ao passo que as importações brasileiras da China cresceram de US\$ 1,2 bilhão – 2% do total – para US\$ 25,6 bilhões – 14% do total”. “[...] a confirmação da China como maior destino das exportações brasileiras – posição alcançada já em 2009 quando deslocou os Estados Unidos – absorvendo 15,2% do total exportado pelo Brasil.” (p.5) “[...] Espera-se que em 2011 a China assumira também a primeira posição nas importações brasileiras.” (p. 5). O Brasil exporta produtos básicos

latifúndio não apenas funciona em simbiose com o agro, mas também como reserva de valor, vê-se com o aumento da compra de terras por estrangeiros, o que não deve ser absolutizado como falta de marco regulatório, ainda que este não possa ser dispensado, não se pode por outro lado superestimar seus limites institucionais, mas considerar este avanço como estratégia global de apropriação do território pelo capital como dimensão de sua crise estrutural; privatização da biodiversidade, “gestão compartilhada” ou “integrada” entre Estado e capital de Áreas Protegidas (como Unidades de Conservação), incipiente, mas em curso, sobretudo nas mais rentáveis, como atesta a “parceria” de várias delas no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo com o Instituto BioAtlântica, o IBIO, entidade da sociedade civil criada em 2002, em cujo conselho consultivo encontram-se o Sr. Erling Lorentzen (Lorentzen Empreendimentos, navegação de cabotagem e tecnologia e telecomunicações⁸³, ex-Aracruz), Dr. Eliezer Batista (ex-presidente da CVRD e ex-ministro de Minas e Energia)⁸⁴ e empresas como Petrobras, Usiminas (siderurgia), Veracel, Cenibra e Fibria (todas de celulose) e entidades como The Nature Conservancy e Conservação Internacional⁸⁵.

Este acréscimo não é exercício descritivo de leitura imediata da realidade aparente.

São expressões materializadas do contexto contraditório que alimenta as lutas dos

(produtos primários + manufaturas intensivas em recursos naturais: as commodities) e importa mercadorias com média e alta intensidade tecnológica. (p. 6). Entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta. Os produtos que apresentaram a maior participação das exportações, em 2010, foram minérios (40%), oleaginosas (23%) e combustíveis minerais (13%), que juntos responderam por 76% das exportações brasileiras” (p.6). SANTOS, Marco Antonio Villela dos. *Brasil: “crescimento” econômico para quem? Em que condições?* Maio, 2011. Disponível em; http://www.cecac.org.br/MATERIAS/brasil-crescimento_economico_para_quem-20.5.11.htm Acesso: 30/04/2012 19h35

⁸³ Ver reportagem apologética. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,historia-do-patriarca-da-familia-daria-roteiro-de-filme,542956,0.htm> Acesso em: 30/04/2012 18h57

⁸⁴ A biografia política deste senhor é extensa, tendo sido durante dois períodos bem distintos (1961-1962 e 1979-1986) presidente da CVRD. Em 1992 assumiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), deixando o cargo no mesmo ano, logo após o início do processo de *impeachment* do presidente. Foi também um dos fundadores, em 1997, do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentado (CEBDS). Fonte: [Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001] Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/eliezer_batista Acesso em; 30/04/2012 21h29

⁸⁵ Sobre a relação de ONGs ambientalistas como agentes do imperialismo e as políticas ambientais deste para a Amazônia ver a tese de doutorado defendida por Nazira Camely, intitulada *A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o caso do Acre* e defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, em 2009.

movimentos sociais, notadamente, do MST, cujo processo de territorialização⁸⁶ entre 1985 e 1999 (FERNANDES, 2000) demonstrou ser um fator de resistência incômodo às pretensões de expropriação e apropriação privada de territórios estratégicos pelo capital.

Entre 2007 e 2010, conforme os dados analisados das Cronologias dos Conflitos Sociais (OSAL/Brasil), foi possível registrar 1.604 ações do MST, das quais 39,4% caracterizam-se como ações de luta cujo conteúdo ou motivo central foi a Reforma Agrária e suas políticas de viabilização, 13,6% das ações de luta tiveram como conteúdo/motivação o confronto direto contra o agronegócio, ou seja, 47,0% das ações envolveram outras dinâmicas das lutas sociais, relacionadas ou não aos conflitos no campo, com graus diversos de motivação, inclusive de caráter classista.

O exame das relações entre as ações de luta e seu conteúdo e das categorias com as quais passamos a investigar as mediações pedagógicas geradas nestas lutas, não pode ser feito conforme sua expressão quantitativa imediata, no sentido de uma leitura enrijecida dos motivos-categorias vistos isoladamente. Requerem uma análise ao mesmo tempo específica e multidimensional, isto é, situada no contexto das ações de luta do Movimento na dinâmica social mais geral dada pela correlação de forças entre capital e trabalho. O que ela nos permite afirmar, num primeiro momento e com muita cautela, é que a luta pela Reforma Agrária, levada à cabo pelo maior movimento de luta pela terra do país, assumiu novos contornos, no período estudado. O que não significa que a luta pela reforma agrária tenha perdido centralidade na agenda do MST, mas sim que esta luta é determinada e determinante por/de diversas dinâmicas sociais, reagindo à elas, conformando novas táticas e estratégias. O MST é aqui destacado pois é o maior movimento, o mais territorializado, o que mais ocupa terras, e o

⁸⁶ Não nos detivemos teoricamente de modo mais aprofundado sobre os conceitos de territorialização e movimentos socioterritoriais, muito utilizados nos estudos, boletins e relatórios do NERA, como o DATALUTA. Consideramos pertinente sua utilização na medida em que ele admite o conflito como característica inerente e central das disputas nos e pelos territórios.

que organiza o maior número de famílias em acampamentos e ocupações, conforme o Relatório DATALUTA 2010.

O contexto social engendrado pelos dominantes sob o governo Lula, conformou-se com base no recrutamento de frações da classe trabalhadora para o mundo do consumo. Segundo Rafael de Oliveira C. dos Santos, pesquisador do NERA⁸⁷, um estudo recente realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que cerca de 35,6 milhões de pessoas foram incorporadas as classes A, B e C, como resultado do aumento da renda per capita dos brasileiros⁸⁸. (p. 3). Certamente, caberia um exame mais sistemático sobre a metodologia e os conceitos utilizados em tais levantamentos, notadamente a utilização da categoria classe. Entretanto, o dado permite uma indicação, grosso modo, de que houve elevação da renda de uma significativa parcela dos trabalhadores, em especial no ciclo expansivo após 2004, e, ainda, que a eficácia das políticas de alívio a pobreza foi ampliada com o programa Bolsa Família. Esta situação teria sido um dos aspectos que fragilizaram as mobilizações em torno da luta pela terra. Contudo, isto está longe de ter reduzido as desigualdades de renda, pois os ganhos para o capital, notadamente, do capital portador de juros e os mecanismos de desregulamentação, flexibilização, terceirização e precarização do trabalho foram mantidos e ampliados. (GONÇALVES, 2011)⁸⁹.

O crescimento econômico, o aumento de empregos, a modernização tecnológica, a elevação progressiva da renda ou dos padrões de consumo etc., só se tornam visíveis através de símbolos internos, que são, além disso, manipulados para ofuscar a consciência crítica das classes oprimidas e ganhar a adesão das classes médias. Ela projeta, desse modo, a condição burguesa para fora da burguesia e implanta, no coração mesmo de seus inimigos de classe, identificações e lealdades mais ou menos profundas para com o consumismo, a ordem social competitiva e o Estado “democrático” e “nacional”. (FERNANDES, 1979, p. 55).

⁸⁷ Boletim DATALUTA - Nº 45 Setembro 2011 – O declínio da Reforma Agrária. p. 3

⁸⁸ Ver em: <http://cps.fgv.br/>

⁸⁹ GONÇALVES, Reinaldo. *Redução da desigualdade de renda no governo Lula: análise comparativa*. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/reducao_da_desigualdade_da_renda_governo_lula_analise_comparativa_reinaldo_goncalves_20_junho.pdf Acesso em 30/04/2012 9h30

As contrarreformas agrária, urbana, trabalhista, educacional, previdenciária e ambiental avançam. Os aumentos de recursos nos chamados gastos sociais não alteram a proporção dos mesmos em termos dos gastos/PIB, pois o orçamento federal segue comprimido pelo sufocante gasto com a dívida, incluindo juros e serviços. As ações de enfrentamentos à crise do capital explicitada a partir de 2008 por parte do conjunto das organizações dos trabalhadores são relativamente tímidas e não consagram consensos ético-políticos capazes de atingir e mobilizar as massas. O ambiente cultural e ideológico pós-moderno nunca foi tão eficiente em criar uma percepção generalizada da atualidade do economicismo e do determinismo tecnológico que sustentam que a tecnologia move, regula e democratiza a vida social, promovendo mudanças que reduzem as desigualdades sociais. Os trabalhadores e suas organizações continuam sendo severamente oprimidos e criminalizados, sendo disponibilizadas cifras cada vez mais volumosas⁹⁰ para a especialização e modernização do aparelho repressivo concomitante o avanço das “políticas de segurança pública” inspiradas no Plano Colômbia. Além disso, e, sobretudo, o sistema de produção insiste em se reerguer revigorando-se e subordinando as relações sociais aos seus mecanismos

⁹⁰ Os gastos com segurança pública no Brasil totalizaram R\$ 47,5 bilhões em 2010, um crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior. O dado pertence à “5ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, produzido pela organização não governamental Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Ministério da Justiça. A começar pelos gastos da União com a área, que aumentaram em 33,5% em comparação com o mesmo período de 2009, atingindo R\$ 9,7 bilhões e, assim, superando as despesas do Estado de São Paulo no setor – historicamente o governo paulista realizava gastos acima do governo federal nesta área –, que foram de R\$ 7 bilhões, em 2010, ante despesas de R\$ 9 bilhões, em 2009, uma queda de 22% no período. Os gastos com segurança pública, incluindo também as despesas dos municípios, já representam 1,36% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou 9,27% da arrecadação de impostos. A proporção é superior a da França, por exemplo, que despende 1,30% do PIB com segurança. Ao mesmo tempo, o total de presos nos sistemas penitenciários do Brasil saltou de 417,11 mil pessoas, em 2009, para 445,70 mil em 2010, um crescimento de 6,8%. O Anuário demonstra que a população prisional de condenados pela Justiça passou de 3.866 pessoas, em 1938, para 321.014 em 2009. A taxa saltou de 19,1 para 242,5 presos para cada 100 mil habitantes com mais de 18 anos de idade, um aumento da ordem de 1.169% em 71 anos. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/content/despesas-com-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-no-pa%C3%ADs-chegam-r-475-bi-em-2010-alta-de-44-ante-2010-aponta-an> Acesso em: 25/07/2012 15h54

de funcionamento, autovalorizando o capital no recrudescimento onde for possível da extração de mais valia. Claudio Katz⁹¹ nos esclarece:

Os estados imperialistas do passado e seus herdeiros atuais diferem em muitos aspectos, mas mantêm uma continuidade básica. São dispositivos ao serviço das classes dominantes que operam como estruturas coercitivas para perpetuar uma ordem social opressiva. A polícia, o exército e as prisões persistem como mecanismos centrais do poder burguês para assegurar essa dominação. É importante recordar esse princípio básico em face de numerosas mistificações que apresentam o estado como um expoente do bem comum e do interesse geral. (KATZ, s/d)

O Estado vem sendo fortalecido com a extração de mais tributos, em especial sobre o trabalho, possibilitando real protagonismo na efetivação do atual padrão de acumulação do capital, nada mais distante da ideologia de que o Estado neoliberal é um Estado mínimo e que para superá-lo é preciso fortalecê-lo, preferencialmente, via neodesenvolvimentismo. Cabe ressaltar que esta ideologia é assimilada por setores da esquerda na defesa do governo Lula/Dilma tido, inusitadamente, como “não neoliberal” por fortalecer um Estado que, afinal, sempre esteve no fulcro da acumulação do capital.

Conforme Marx e Engels escreveram em seu luminoso texto sobre a Comuna de Paris⁹², fortalecer o Estado particularista e autocrático burguês sem alterar radicalmente suas bases, isto é, sem alterar radicalmente as relações de poder da sociedade de classes, é uma medida contra revolucionária, pois ignora seu caráter de dominação de classe. O que importa é que ele está hegemonicamente sendo manejado para atender às necessidades de acumulação do capital, a fim de fazer frente a sua crise estrutural. Trincheiras democráticas existem, nenhuma que não seja fruto da luta social, mas não têm ocorrido em quantidade e qualidade

⁹¹ *Classes, estados e ideologias imperiais*. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr14_8_claudiokatz.html Acesso em: 25/07/2012 16h54

⁹² MARX, Karl Heinrich. *A guerra civil na França*. Fonte digital: RocketEdition de 1999 a partir de HTML em www.jahr.org Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf> Acesso em: 25/07/2012 16h15

suficiente para alavancarem mudanças estruturais que façam avançar as condições de vida das massas.

Iasi (2006) retoma Marx para propor possibilidades de superação do estranhamento causado pelo trabalho alienado. *“Como a consciência, as ideias e representações estão inseparavelmente ligadas à atividade material, a superação de uma forma de consciência só pode se ligar a uma ação prática”*. (IASI, 2006, p. 114). O estranhamento que habita a sociabilidade humana tem sua raiz numa determinada divisão do trabalho, fazendo com que a ação prática dos seres humanos para produzir sua existência crie relações que se objetivam em um produto estranho, irreconhecível e que se volta contra os próprios seres humanos.

(...) a possibilidade de que esses elementos (constituídos pela força produtiva, o estado social e a consciência) não entrem em contradição reside unicamente na hipótese de acabar de novo com a divisão social do trabalho. Consequentemente os “fantasmas” (...) “ente superior”, são apenas a expressão mental idealista, a representação aparente do indivíduo isolado, a representação de cadeias e limitações muito empíricas no interior das quais se movem o modo de produção da vida e o modo de troca que este implica. (MARX, Karl; ENGELS. A ideologia alemã. p. 38, *apud* IASI, 2006, p. 114-115).

Os interesses coletivos objetivados assim estranhamente, entram em contradição com os interesses particulares, adquirindo os primeiros uma forma independente, *“separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto”* tomando a aparência de uma comunidade ilusória que assume precisamente a forma de Estado. O que já era estranho pela divisão do trabalho se estranha sob nova qualidade. *“O estranhamento se estranha”* diz Iasi, o Estado materializa-se num “corpo político” que parece uma divindade, externa e superior aos seres humanos, mas *“seu poder é eminentemente prático”*, isto é, sobre a vida desses seres humanos concretos. (IASI, 2006).

A emancipação humana, neste sentido, é simultaneamente a emancipação do trabalho como mero meio de vida, superação da forma mercadoria e da mediação do capital como condição primeira da sociabilidade humana e, também, da superação do Estado. (IASI, 2006, p. 115-116).

As consequências desta breve análise para o conjunto das ações de resistência e enfrentamento da classe ao sociometabolismo do capital se estendem a perder de vista. Sem dúvida, uma dessas consequências se traduz em mais dilemas para as lutas, novas e velhas contradições e muitos desafios que se colocam diante da concepção e da prática pedagógica do MST, para a unidade entre a teoria e a ação ético-política constituída e constituinte dos processos de formação da consciência forjados nas ações do Movimento.

3.3 Apontamentos sobre a pedagogia da luta e da resistência

Falar em pedagogia da luta e da resistência, num primeiro momento obriga-nos a questionamentos que podem parecer elementares, mas que não devem ser ocultados, pois, esta pedagogia que buscamos compreender não pode flutuar nas nuvens, mas deve advir da materialidade das lutas sociais, ou seja, estar orientada por um imperativo teórico-metodológico fincado no terreno ético-político-prático dos embates, conflitos e lutas estruturais e conjunturais travadas pelas organizações dos trabalhadores, especificamente, do MST.

E aí colocam-se algumas questões que representam o núcleo deste nosso estudo: em que medida tais lutas e resistências estão forjando mediações que permitam aos oprimidos se apropriarem e objetivarem seu papel histórico de transformação da realidade? Como essas mediações estão sendo por eles apropriadas e quais seus efeitos nos processos de formação de consciência da classe *em si* e *para si*? Que papel tem sido atribuído à educação, enquanto prática social mediadora da formação da consciência, não de qualquer consciência, mas daquela formada para agir contra a ordem sociometabólica do capital? Como a educação pode afirmar-se como estratégia política de luta e resistência dos dominados e oprimidos? São questões que consideramos cruciais para compreendermos os caminhos pelos quais as

organizações dos trabalhadores podem trilhar projetos próprios, de emancipação, e não os de dependência e exploração da burguesia. Estamos cientes de que apenas as análises mais concretas podem nos orientar nesta compreensão. Resta saber se estamos preparados para fazê-las. Neste sentido, buscaremos reflexões acerca dos dilemas sociais e políticos que incidem sobre a consciência dos trabalhadores em seus processos de formação, notadamente, àqueles em que às práticas educacionais é atribuído um papel central na mediação da apreensão das contradições das lutas sociais. Refletir, pois, sobre a Educação e seu papel na estratégia política dos explorados e oprimidos nas lutas de classes no Brasil contemporâneo.

Estamos assumindo que a finalidade da luta é superar a *pré-história da humanidade*, os obstáculos a uma vida plena que se impõem sob o sistema de relações sociais capitalistas. Há experiências históricas, empíricas, teóricas e ético-políticas que nos autorizam alimentar esta utopia. As relações de poder que estabelecem-se no seio do Estado burguês asfixiam, bloqueiam, atrasam, velam, mistificam, obscurecem e/ou fazem retroceder o aprendizado dessas experiências pela classe trabalhadora. O capital pode ser nacional, transnacional ou multinacional, de fato, o que ele é só pode ser claramente compreendido nas relações sociais que ele cria, e para isso ele não pode prescindir do *seu* Estado, ou de uma aliança *interessada* entre estados. Deste modo, lutar e resistir contra o capital é lutar e resistir contra o Estado que o representa e as formas como este Estado concretamente expressa esta representação. Lutar e resistir, pois, contra o neoliberalismo que não cessa de combater os direitos conquistados pela classe, a fim de reduzir as perdas da severa crise estrutural do capital. Lutar e resistir contra o neodesenvolvimentismo que representa a forma como se expressa no plano político-ideológico o novo ciclo de expansão da acumulação do capital. Lutar e resistir também teoricamente contra as ideologias do “fim da história” e da perda da centralidade do trabalho na análise da realidade social. Lutar e resistir contra a ideologia do capital humano, instrumentalizada pelo ideário da sociedade do conhecimento, que mistifica as enormes

desigualdades entre as classes, permitindo apenas que oprimidos e explorados tenham acesso ao conhecimento desde que este esteja sob o controle restrito do capital. Trabalhamos com a hipótese que a luta e a resistência engendram uma pedagogia que, dialeticamente, engendra a luta e a resistência. Como é possível apreender as mediações que aí são produzidas, de modo que seus dilemas, limites e potencialidades possam ser compreendidos, criticados e socializados com o conjunto da classe trabalhadora?

Diante desses desafios estratégicos, perguntamos: i) ensinar a lutar e resistir contra o quê? ii) ensinar a quem a lutar e resistir? iii) o que é preciso ser ensinado? iv) como isso tem sido feito, no caso, pelo MST? v) aonde se quer chegar com tal pedagogia? Feitas estas indagações preliminares, podemos concluir que, a primeira delas buscamos desenvolver na primeira parte deste estudo. É certo que com lacunas, incompletudes e fragilidades que, ao que nos parece, não ferem de morte o quadro totalizante que logramos esboçar e que julgamos merecer novos estudos de aprofundamento, a fim de reconhecer outros elementos e categorias que nos auxiliem na compreensão do atual estágio do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro. Nosso esforço teórico foi de compreender as mediações articuladoras da autocracia burguesa e como esta continua gerando a heteronomia congruente à dominação. Deste modo, pretendemos elaborar reflexões que pudessem ser úteis à apreensão das contradições encetadas pelo capital, bloqueando os projetos alternativos de diversos sujeitos sociais que, de algum modo, se antagonizam a esta dominação. Em suma, os/as que lutam contra o imperialismo e contra a alienação e exploração do homem e mulheres, da sociedade e da natureza por outros homens e mulheres. Mas, afinal, quem são estes e estas?

Independentemente ou não da escola, os seres humanos acumulam conhecimento. A realidade na sua dimensão social, cultural, estética, valorativa etc., historicamente situada, é o espaço onde os sujeitos humanos produzem seu conhecimento. Trata-se de uma realidade “singular e particular”. É a partir desta realidade concreta que se pode organicamente definir o “sujeito do conhecimento” e os métodos, as formas de seu desenvolvimento. Este, para ser democrático, deve tender à universalidade. (FRIGOTTO, 2010 [1995], p. 189).

Retomando nossa reflexão inicial, ensinar as bases do pensamento e da ação revolucionária aos dominados e oprimidos, do campo e da cidade, parece-nos o desafio que encerra a luta da humanidade pela própria existência. Em tempos de consistente dominação neoliberal e imperialista, mesmo com suas enormes contradições, e devido a elas mesmas, como fazer ascenderem, articulando-se nas práticas de todo o tecido social que conforma a sociabilidade dos trabalhadores, processos de formação da consciência que exaltem e empolguem suas disposições de luta coletiva e individual contra a ordem alienada que os destrói e humilha? Criar condições, práticas, teorias e atos que nos anime a compreender que o que necessitamos da burguesia, de fato, é seu desaparecimento, pois sua missão humanizadora e seu papel na história limitaram-se a forjar as bases para uma sociedade superior, da qual ela jamais, nem mesmo ideologicamente, poderá se encarregar de construir, já que nas últimas décadas, na prática, vêm logrando considerável êxito em destruir. Não por outro motivo que pela sua inexorável sede⁹³ acumulativa e ilimitada ganância em ser proprietária de tudo e de todos e pelos lucros que estas propriedades possam lhes aferir. Isto implica que esta sede torna seus projetos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos insustentáveis para o conjunto dos homens e mulheres – e hoje para a vida de todos os seres vivos.

A correlação de forças amplamente desfavorável, logrou, no presente, não um despertar da consciência das massas de explorados, trazendo a reboque o acelerar da materialização da unidade entre as organizações mais radicais da classe e as aspirações em diferentes níveis do proletariado. Essas derrotas, como já mencionado, não fizeram desaparecer as contradições que movem o capitalismo, ao contrário, elas não só se conservaram como se aguçaram. Sob as massas dominadas e exploradas ainda recaem suas

⁹³ O que hidrata o capital é sua autovalorização, sem a qual ele definha, seca e morre. Porém, não se trata de um fenômeno natural, é o trabalho abstrato e alienado que o irriga todos os dias.

desumanizadoras sequelas e aos donos do poder e do capital e uns poucos de seus ideólogos e prepostos, cabem seu usufruto e gozo desumanizador. A barbárie atinge a todos, mas em intensidades muito distintas, com peso crescentemente esmagador sobre o mundo do trabalho. Como criar as condições para que os oprimidos abandonem definitivamente o projeto burguês e direcionem suas disposições ético-políticas para uma luta emancipatória e, portanto, revolucionária? Reconhecendo que as lutas de classes desdobram-se em sofrimento, derrotas e opressão, mas também em criação, em esperança, luta e resistência. Como então socializar os aprendizados acumulados pelas lutas dos trabalhadores? É possível apreender os processos que ampliam a compreensão científica da realidade pelos trabalhadores? Quais são os instrumentos, práticas e mediações que conformam os movimentos dialéticos de uma consciência espontânea/irrefletida para uma consciência refletida? (SAVIANI, 1995, 2008a, 2008b).

As lutas de classes e algumas de suas sistematizações sob a luz do materialismo histórico e dialético nos mostraram que o ensinamento do pensamento e da ação revolucionária, para atingir os objetivos cruciais das rupturas desejadas, precisará ser obra dos próprios dominados e oprimidos, como nos ensinou o dirigente russo “*O povo trabalhador não pode confiar mais do que em si mesmo, não pode contar com ninguém mais do que consigo mesmo. Ninguém o libertará da miséria se não se livrar dela por si mesmo.*” (LENIN, 1961, p. 102-103, grifos do autor). Tentativas de renovação do capitalismo ocorrem desde que o próprio se estabeleceu como sistema mundial e, por outro lado, muitas (mas, nem todas) das tentativas de reduzir seus impactos da vida social foram derrotadas, devido à desdobramentos históricos movidos pelas forças sociais em luta demasiado complexos, os quais não poderemos nos deter neste estudo. É fato que, em diversas ocasiões, os dominados participaram ativamente, ora das forças organizadas para reduzi-lo ou eliminá-lo, ora daquelas que buscavam renová-lo.

Por isso, não é de surpreender que se recriem e renovem também lutas e resistências em todos os cantos do planeta. A América Latina (KATZ, 2006)⁹⁴ também alimenta sonhos de liberdade (muitos dizem que por tempo demais), que são todos os dias interrompidos (despertados?) pelas sirenes das fábricas e das polícias, pelo calor das forjas e das lonas pretas, pelo barulho dos carros e das colheitadeiras, pelo cheiro de venenos em suas terras e águas e pelo gosto amargo da opressão-militarização (CECEÑA, 2008; CECEÑA & SADER⁹⁵, 2002) que opera de dentro para dentro e de fora para dentro. Para Leher (2005) a América Latina é a região em que os conflitos contra o neoliberalismo estão mais abertos justamente porque a separação entre o econômico e o político torna-se cada vez menos verossímil.

Para Rosenmann (2005) o processo de independência – latino-americana – facilitou a consolidação de um pensamento político e social em que as tradições liberais e conservadoras disputaram a hegemonia teórica no campo das doutrinas. (p. 141). Segundo a autora, a Primeira Guerra Mundial, o conseqüente desenvolvimento do imperialismo e o triunfo da revolução russa foram acontecimentos que, somados à revolução mexicana, teriam promovido uma guinada nas análises sobre a mudança social na região. “*Uma sociedade em permanente conflito vai ganhando espaço, introduzindo-se no conjunto de estudos sobre o caráter social das estruturas de domínio e de exploração na América Latina*”. (ROSENMANN, 2005, p. 146). Nos anos de 1980, ainda segundo a autora, o pensamento crítico latino-americano fica disperso, o que se intensifica nos anos 90. A visão organicista e funcional sobre o caráter dos conflitos e das crises sociais, que havia perdido um pouco de força, é assumida como referência válida: “*Novamente, ordem e progresso. Governabilidade e paz social*”.

⁹⁴ KATZ, Cláudio. *América Latina: socialismo ou (neo)desenvolvimentismo*. Disponível em: http://resistir.info/variados/socialismo_neodesarrollismo_p.html Acesso em: 30/04/2012 10h15

⁹⁵ E o destaque de um momento histórico que se abre com o neoliberalismo é a universalização da guerra sob todas suas formas: econômica, com a extensão da economia de mercado e a financeirização do campo de definição de normas políticas; cultural, com a ampliação conceitual – e a criminalização – do não civilizado, do ingovernável, dos velhos e novos bárbaros; disciplinária, com a flexibilização do trabalho e o controle do entretenimento, e, logicamente, militar. (CECEÑA, 2008, p. 13). Ver também CECEÑA; SADER, 2002.

(ROSENMANN, 2005, p. 146). Seja pela sua condição histórica de superexploração e superexpropriação, seja pela sua posição no atual tabuleiro da divisão internacional do trabalho, seja no que ainda pulsa em suas veias, a fim de nos ensinar sobre o desenrolar da História para, finalmente, costurarmos relações sociais e políticas que estanquem seu sangramento.

3.4 Interlocutores da educação pela luta

Não nos cansemos de insistir, não estamos falando de outra coisa que não seja da superação da sociedade de classes capitalista, por uma sociedade onde os produtores das riquezas da vida, os trabalhadores, possam se organizar para produzir associadamente, como propusera Marx, de modo que essa produção e seus meios não lhes aliene e não possam ser apropriados privadamente, gerando uma sociabilidade que permita que cada um a produza conforme suas capacidades e que cada um as tenha conforme suas necessidades, ainda nos remetendo ao fundador do materialismo histórico.

A ausência de projetos socialistas na esquerda é muito mais nociva do que qualquer desacerto nos diagnósticos ao capitalismo contemporâneo. Por isso se torna indispensável retomar o uso do termo "socialismo", sem reservas nem disfarces. Este conceito não é um vago sinônimo para "o social". Refere-se concretamente a um sistema emancipado da exploração e não a genéricos inconvenientes num qualquer agregado humano. Não bastam as difusas referências ao "pós-capitalismo" para esclarecer como se deverá edificar uma sociedade futura. Há que apresentar programas alternativos. (KATZ, 2006, p. 18).

Se assim for, haverá outro sujeito histórico capaz de conduzir esta superação que não os próprios trabalhadores? Em caso negativo (nossa hipótese de trabalho) como eles poderão se organizar para se associar e produzir, e, simultaneamente, revolucionar as relações sociais que geram a sociedade de classes? Como poderão fazê-lo, se para sobreviver precisarão se subordinar ao trabalho abstrato-assalariado e este não lhes dá controle sobre nada, ao

contrário, lhes domina e faz deles estranhas e contraditórias mercadorias? Em tempo: não é nossa intenção criar uma representação mítica e redentora da classe trabalhadora. A não ser que acreditemos numa “Matrix”⁹⁶, onde a sociabilidade capitalista sucumbirá à máquina, que ainda assim a manterá como uma estranha sociabilidade ilusória, ou ainda que a burguesia irá manter o capitalismo como está por mais alguns séculos antes das primeiras viagens à sua colônia-condomínio-resort marciano, quando nada mais existir por aqui para expropriar e explorar. Fora nossos devaneios ficcionais, continua sendo a classe trabalhadora o sujeito histórico que poderá superar a sociabilidade do capital, pois não são as máquinas e a tecnologia seu antagonista, mas a relação social, histórica e contraditória entre capital e trabalho. Compreender, como Marx, que o proletariado é o sujeito que pode combater o capitalismo, não significa, por suposto, atribuir a este sujeito um porvir predeterminado, concepção evolucionista criticada por Marx. Justo por isso a crítica ao evolucionismo guia a presente análise dos desafios para a formação da classe para si.

Estamos trabalhando com a hipótese que um dos caminhos possíveis desta construção passa pela apreensão das mediações gestadas nas próprias lutas de classes, portanto, mediações fruto da práxis dos sujeitos sociais nelas investidos. Com o propósito de apenas iniciar uma jornada no sentido da apreensão das mediações que criam esses sujeitos históricos, é preciso levar em conta uma expressão concreta da dialética entre o arcaico e o moderno: o escandaloso analfabetismo. No Brasil, o Estado democrático não garante o direito de ler e escrever a cerca de 18,4 milhões de pessoas, uma taxa de analfabetismo de 9,6% da

⁹⁶ Coprodução cinematográfica estadunidense e australiana de 1999, dirigida pelos irmãos Andy e Larry Wachowski, que retrata a realidade como a conhecemos como uma simulação informacional criada por um organismo cibernético dotado de inteligência artificial e que controla todos os passos da humanidade. Os seres humanos, nesta dimensão construída artificialmente, servem como fornecedores de fluidos corporais para o funcionamento orgânico da *Matrix*. Uma das principais referências filosóficas dos irmãos Wachowski para a construção do enredo do filme é a obra *Simulacros e Simulações* (1981) do sociólogo e filósofo francês Jean Baudrillard, teórico da pós-modernidade.

população⁹⁷. O que pode parecer pouco representa quase a metade da população argentina, ou as populações do Equador e Uruguai somadas, ou ainda o triplo da população paraguaia.

A eficiente, flexível e pós-moderna sociedade do conhecimento globalizada faz apologia, através de seus ideólogos e instituições, de dois mecanismos que desenvolveram-se concomitantemente ao seu próprio movimento de dominação: o empreendedorismo e a responsabilidade social. O primeiro impele e ilude cada indivíduo a tornar-se seu próprio patrão, como se fosse possível um mundo de patrões, subjetivamente conformando uma consciência nos trabalhadores que veem o “fracasso” ou o “sucesso” como resultado de pertencer ou não à classe trabalhadora e, na medida em que você se “distancia” dela enquanto patrão, aumentam suas chances de “vencer na vida”. Objetivamente, isto se expressa numa débil capacidade de organização da classe e conseqüente enfrentamento substantivo (unificado, totalizante) frente às relações capitalistas, ainda que em meio à sua densa crise.

Para Mauro Iasi *“o que marca a consciência imediata dos trabalhadores é seu desejo de deixar de ser trabalhadores, como tantas vezes já foi demonstrado por estudos empíricos”* (2006, p. 315) citando em seguida o trabalho de Luiz Pereira (1978) que descreve os relatos de trabalhadores que buscavam para si ou para seus filhos a tão sonhada “ascensão social”. Pelo que pudemos compreender, Iasi aqui discute que o trabalho alienado, enquanto *“apenas o meio para atingir algo fora do trabalho”*, não permite uma identidade a partir da qual se costure uma identidade de classe. Torna a vida cotidiana do trabalhador a vivência de uma experiência da qual ele não pode fugir, caso contrário não conseguirá seus meios de sobrevivência.

A primeira forma de consciência do trabalhador é aquela que corresponde ao seu ser inserido na serialidade, como cápsula individual; por meio do grupo ele inicia uma trajetória de formação de uma consciência enquanto coletivo que

⁹⁷ Segundo o IBGE, a população brasileira em 2010 era de 185.712.713 pessoas. http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=00 . “Analfabetismo cai no Brasil, mas ainda é maior que no Zimbábue”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saber/1007173-analfabetismo-cai-no-brasil-mas-ainda-e-maior-que-no-zimbabue.shtml> Acesso em: 11/04/2012 20h45

pode, em certas circunstâncias, chegar a uma consciência de classe. (IASI, 2006, p. 316).

Por outro lado, a ideologia da responsabilidade social (cada vez mais socioambiental) empresarial, superocupa posições e espaços antes atribuídos ao Estado. Muitas das entidades que a operam (ONGs, OSs e Fundações usurpadoras dos fundos públicos), identificadas e santificadas como da “sociedade civil” e, portanto, legitimadas pela própria ideologia que pretende opô-la à suposta ineficiência e autoritarismo do Estado, cumprem o duplo papel de forjar consensos ideológicos instrumentais à dominação de classe, ou implementá-los desde sua gênese banco-mundialistas ou fundo-monetaristas, ao mesmo tempo em que transforma suas ações em lucro, imediato ou futuro.

Este parêntese, contudo, não é um apêndice alegórico, ele resulta em dificuldades diversas e barreiras difíceis de transpor com relação à luta e resistência contra os processos de formação da consciência de classe trabalhadora em direção à apropriação dos instrumentos necessários à luta de classes, convergindo, em larga medida, para sua conciliação com os opressores. Com relação, por exemplo, ao atendimento das suas necessidades educacionais, da alfabetização ao ensino superior, estes são tomados pelo capital como condições fundamentais não à formação humana em sentido amplo, muito menos a um projeto de desenvolvimento autônomo, ao contrário. Estes mecanismos contribuem para: i) afastar e ressignificar os debates educacionais de seu papel político na transformação da sociedade ii) transferir para as organizações privadas do capital organizadas na sociedade civil a educação das crianças e jovens da classe trabalhadora e iii) difundir disposições ideológicas e “adestrar” aligeiramente os indivíduos (colaboradores, parceiros, cidadãos, qualquer coisa, menos trabalhadores) a se inserirem nas novas frentes abertas de valorização do capital. Disto resulta uma educação (sistema e práticas) quantitativamente abrangente, que adota uma ideia abstrata de formação com múltiplas competências e habilidades, porém, agrilhoadas aos interesses do

capital, de caráter reducionista, produtivista e tecnicista. “Educação é tudo” é seu lema, “todos pela educação” sua palavra de ordem. Sínteses muito convincentes e bem acabadas da ideologia que pretende que cada indivíduo tenha *uma* consciência, “não há alternativas”, sobretudo, quando a sociabilidade governada pelo capital cria enormes dificuldades para que estes indivíduos se reconheçam como sujeitos sociais e, por outro lado, passem a assumir interesses e projetos particulares como se fossem universais.

Neste sentido, para ser empreendedor e “vencer na vida” é preciso aprender com quem sabe, isto é, com os capitalistas. Nas escolas, por meio de métodos, técnicas, conhecimentos e saberes que eles comandam e controlam, ainda que sob inúmeras tensões, através de variados artifícios. Isto permite potencializar o conhecimento, sua produção e socialização, como uma mercadoria a mais a ser negociada. Quando fala que as formas de subjugação se dão por vários mecanismos, destacando dentre eles o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), conduzindo a um perverso processo de privatização e monopolização do conhecimento, Gaudêncio Frigotto (2010b) salienta que “*A privatização do conhecimento é, ao mesmo tempo, uma forma de aumentar a polarização da riqueza social e do poder e uma ameaça à própria espécie humana*”. (FRIGOTTO, 2010b, p. 90).

Empresas responsáveis, na lógica acima referida, devem destinar parte de seus lucros (a rigor, não os lucros, pois obtém isenções tributárias com tais ações), por exemplo, a projetos de capacitação de funcionários-cidadãos tornando-os conscientes de seus direitos e deveres. Dizem elas: todo funcionário-cidadão deve saber como reduzir os riscos das atividades empresariais ao meio ambiente, buscando equilibrá-lo, junto à outras instâncias da sociedade civil e do Estado, zelando, assim, pela sua proteção. Todavia, os capitalistas não irão, evidentemente, declarar abertamente e de bom grado aos seus “colaboradores-consumidores-cidadãos” que é o tempo de trabalho socialmente necessário destes que gera a riqueza que eles apropriam privadamente, ou, que suas empresas obtém seus lucros por meio

do trabalho excedente que não lhes é pago, ou, que a expropriação e apropriação privada da natureza e/ou de seus processos e fenômenos é parte inseparável desta exploração, ou, ainda, que os riscos e revezes (morte, destruição e intoxicação) são “passivos” ambientais, sem os quais não há desenvolvimento e, portanto, mais geração de excedentes. Para isto lhes servem as próprias leis pétreas de extração de mais-valia que mistificam e subordinam a divisão social do trabalho exclusivamente para a produção de valores de troca, reproduzindo a base material sobre a qual agirá de forma intensa e massiva a ideologia, a mídia e a cultura mercantis e um sistema educacional produtivista, mecanicista e tecnicista, a fim de barrar as formas de pensamento crítico, mas também regressivamente meritocrático, a fim de absolutizar o indivíduo.

A educação é essencial para a redução da pobreza rural. Mas, a cada ano, crianças em países em desenvolvimento perdem muitos dias de aulas para ajudar na fazenda. Na Syngenta, acreditamos que a resposta está no potencial ilimitado das plantas. Nossas sementes e produtos de alta qualidade aumentam a produtividade e protegem as plantações contra insetos, ervas daninhas e doenças. Eles permitem que os agricultores passem menos tempo no campo, possibilitando que seus filhos passem mais tempo em sala de aula. Esse é apenas um dos meios pelos quais estamos ajudando os produtores de todo o mundo a responder ao desafio do futuro: produzir mais alimentos com menos recursos. (Anuário do Agronegócio 2010, pág. 103, Editora Globo).

O texto acima é uma publicidade da multinacional suíço-holandesa Syngenta, publicado no Anuário do Agronegócio 2010⁹⁸. A imagem que emoldura a publicidade retrata um menino com seus dez anos, sentado em uma porteira que se abre para uma longa estrada

⁹⁸ O Anuário do Agronegócio é editado pela revista Globo Rural e compila os dados fornecidos pela Serasa Experian, banco de dados de crédito de consumidores, empresas e grupos econômicos. A Globo Comunicação e Participações S.A., que detém a marca da revista publicada desde 1985, é associada da ABAG – Associação Brasileira de Agronegócio. Mais uma dentre o consórcio de capitais organizado em empresas como Monsanto, Bunge, Syngenta, Sadia, Cargill, Du Pont, Basf, União das Indústrias de Cana de Açúcar, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA, COTEMINAS, Companhia Vale (ex Vale do Rio Doce), Goodyear, Pirelli, Petrobrás, Agência Estado. Há ainda instituições de pesquisa científica como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, entidade privada que apoia programas de desenvolvimento científico, econômico e social da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Centro de Energia Nuclear na Agricultura e outras unidades da Universidade de São Paulo e de instituições públicas e privadas. Por fim, mas muito longe de serem menos relevantes, estão as instituições financeiras, como: Banco Cooperativo Sicredi, Banco do Estado de São Paulo S.A., o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco do Brasil.

de terra. À sua frente, de um lado da estrada, uma enorme área cercada que parecia ter sido arada e/ou gradeada há pouco tempo. Do seu lado da estrada, às suas costas, uma vasta monocultura a perder-se de vista no horizonte. O menino estava com a roupa da escola, de mochila nas costas segurava nas mãos uma bola de futebol, com aspecto de *bem* usada, com os gomos amarelados e rachados. Ao fundo, sob um céu com tonalidades de azul e ao lado da estrada, uma única árvore com um grande galho pendente sobrara, um testemunho solitário, herança de uma paisagem esquecida por alguns. O menino olhava para frente, altivo. Com o sol em seu belo rosto, era como se enxergasse um futuro cheio de oportunidades. A dignidade estava em seu sorriso tímido, mas decidido, de menino da roça. Conferindo sentido a imagem, a publicidade da empresa faz a pergunta e dá as respostas: “*Como ele pode construir um futuro melhor? Mais tempo no campo. Mais tempo na sala de aula.*”

A importância crescente, melhor dizer, o investimento crescente na amplificação e aperfeiçoamento da difusão dessa concepção é essencial à coesão do ideário de “humanidade” que se quer conferir ao agro (capital de rosto humano), que já é moderno (eurocentrismo), pois produtivo (produtivismo economicista). A essencialidade da educação destacada na publicidade demonstra a necessidade de massificação desse complexo em todo o tecido social e enlaça a tese do capital humano à da ideologia do desenvolvimento, via mediações técnico-científicas supostamente apartadas das contradições e conflitos gerados nas disputas e lutas de classes. Contudo, essa essencialidade da educação, que se quer universal, logo mostra sua “cara”, porque quer apenas reduzir a pobreza rural, não extirpá-la.

Marcelo B. Mattos (2009, p. 16) nos informa que em 2007 havia 1.234.000 crianças entre cinco e treze anos trabalhando no país, cerca de 750.000 no campo. A publicidade cria uma homogeneização absolutamente abstrata, uma realidade completamente distorcida, como se *todas* as crianças em países “em desenvolvimento”, dentre as quais as 750.000 brasileiras, perdessem dias de aulas *apenas* porque precisam “ajudar nas fazendas”! Crianças tão

abstratas quanto as fazendas em que elas ajudam. Mais tempo *neste campo*, para os que nele conseguem ficar, significa mais trabalho abstrato, mais produção de mais valor e de uma sociabilidade alienante e mais tempo *nesta escola*, para aqueles que nelas conseguem ficar, significa mais produção de consensos pró-sistêmicos. Vejamos outros exemplos

“O cantor e compositor Alceu Valença é um ilustre admirador da cana-de-açúcar”; “A pequena Quirinópolis nunca mais foi a mesma depois da chegada de duas usinas de açúcar e etanol”; “O etanol não compete com os alimentos”; “A cana-de-açúcar já é a segunda maior fonte de energia limpa do país”.⁹⁹

Estas são informações compiladas numa cartilha sobre o setor sucroalcooleiro utilizadas no Projeto “Agora”, de responsabilidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e atinge educandos do 8º e 9º anos, com idade entre 12 e 15 anos, em uma parceria público-privada entre instituições governamentais, sindicatos e empresas como Itaú, Monsanto e Basf. O Projeto atinge cem municípios da região centro-sul, espalhados por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás, estados ponta de lança do agronegócio no Brasil. Mais tempo nas escolas orientadas e governadas pela sociabilidade do capital produz mais desenvolvimento na lógica que o autovaloriza e mais estranheza para a humanidade. Logicamente, esta relação não é direta nem linear. Sabemos que teorias crítico reprodutivistas trazem importantes contribuições, mas não podem encerrar em si o movimento real, pois os sujeitos sociais, em diversa medida, interagem com sua realidade, muitas vezes de forma conflituosa, percebendo-a em diversos níveis como uma realidade enganosa, duvidosa, estranha. A questão aqui trata então de tentar compreender a partir de quais mediações as consciências individuais em confronto com esta lógica, podem se recriar, negando esta conformação ideológica e buscando alternativas que lhes confirmem as leituras dos projetos universalizantes desde o ponto de vista dos trabalhadores, no qual estes

⁹⁹ Em: “O ensino do agronegócio na escola pública”. Jornal Brasil de Fato. 31 de março a 6 de abril de 2011. Ano 9, Nº 422, p. 6.

sujeitos possam vir a se perceber como parte de uma totalidade em permanente movimento contraditório.

Retornando à publicidade da Syngenta, a equação que a empresa apresenta é a seguinte: nossos produtos aumentam a produtividade, o que resulta menos trabalho para a família e mais tempo para as crianças na escola. O que pode haver de errado nisso? Os trabalhadores não lutam por redução de tempo de trabalho? Não lutam também por uma escola integral, onde seus filhos e filhas tenham mais oportunidade de acesso ao conhecimento? De certo modo sim, mas as equações das empresas capitalistas conferem uma concepção de tempo às necessidades dos homens. Vejamos: a Syngenta, conforme dados do Anuário, é uma das maiores empresas do mundo no setor, com receita superior a U\$ 11 bilhões e 24 mil funcionários em 90 países, sendo 4 mil deles no Brasil, o segundo maior mercado do grupo, atrás apenas dos Estados Unidos. As previsões de investimentos da empresa são da ordem de U\$ 100 milhões entre 2009 e 2011 somente para a área de “defensivos agrícolas”. (Anuário do Agronegócio 2010, p. 106).

Em 2008 foram comercializadas 629.705 toneladas de agrotóxicos¹⁰⁰, ou como preferem as empresas, “defensivos agrícolas”. Elas assim os chamam, pois querem fazer crer que seus produtos agem combatendo e eliminando “pragas” e “ervas daninhas”. “Pragas” e “ervas daninhas” são os termos consagrados por essas empresas no tratamento da diversidade de artrópodes, bactérias, fungos e plantas considerados indesejáveis, afetando negativamente a produtividade de seus (mono)cultivos e a lucratividade dos “agricultores”. A Syngenta acredita que a resposta está no “potencial ilimitado das plantas”. Reificação que incute na consciência a incapacidade de atuação no real, de impossibilidade de mudança das condições de dominação, visto que a solução para os males da produção e, no caso, da escola, se

¹⁰⁰ Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola - SINDAG, 2009. Apud TEMPUS - Actas de Saúde Coletiva; Ano III - Número 04; pg 91; UNB, Brasília, 2009.

encontram fora do homem. Mais uma vez sobre a tecnologia recai a tarefa de livrar a humanidade dos problemas criados “por ela mesma”.

Soja, milho, cana-de-açúcar e algodão são os campeões de uso destes “defensivos”, *commodities*, portanto. Grande parte da sua cadeia produtiva é ferreamente controlada pelas transnacionais do agro, através da comercialização de sementes, insumos, venenos e máquinas. Vale lembrar que logo no início do primeiro governo de Lula da Silva os “grandes” produtores de cana-de-açúcar, conhecidos como usineiros, foram alçados ao *status* de heróis nacionais, resgatando, mais uma vez, a cana-de-açúcar como novo (velhíssimo) eldorado do “desenvolvimento sustentável”, uma vez que a produção de agrocombustíveis teria supostamente menor impacto na geração dos inimigos número um da vez, os gases do efeito estufa.

Porém, café, trigo, arroz, feijão, batata, tomate, banana e maçã estão entre os quatorze alimentos que são produzidos subordinados aos critérios dominantes de “produtividade” e “modernidade”, configurando algo como um envenenamento deliberado, lento e gradual de enormes contingentes populacionais. A “lei dos agrotóxicos” não é formal, mas parece. Ela se traduz numa diretiva social marcadamente enraizada na cumplicidade com o Estado, tão eficiente quanto mais for escamoteada, pois, em uníssono, os ideólogos, tecnocratas e prepostos do capital atuantes desde o Estado repetem: para produzir com competitividade no campo é preciso modernizar-se. Na prática, isto significa assumir os preceitos epistemológicos e produtivos hegemônicos nos países centrais do capitalismo, ainda que suas sociedades ou frações delas lutem para superar este modelo sabidamente destrutivo e letal. Sabidamente por quem?

As ferramentas para objetivar este intento, muitas vezes, mas não apenas, são ofertadas por cientistas e pesquisadores que legitimam uma pretensa neutralidade científica, como se tal neutralidade, somente possível de ser verificável no plano específico da abstração,

pois no interior de uma sociedade de classes, concretamente, as relações sociais não permitem mediações que não sejam de classe, isto é, pautadas em sua totalidade por relações de classe e, portanto, alienadas, submetidas ao jugo do capital.

Um exemplo, o artigo de Verena Glass¹⁰¹ sobre as relações e vínculos entre as multinacionais de biotecnologia e boa parte dos membros do conselho da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), dentre os quais professores da USP. A CTNBio liberou o cultivo comercial de 18 variedades de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), entre 2005 e o final de 2009. Alguns destes cientistas, conforme o artigo, subscreveram a “Carta Aberta dos Cientistas Brasileiros” em que afirmam que “*o Brasil não pode abrir mão da tecnologia de organismos transgênicos*”, uma vez que “*é imprescindível para a sustentabilidade e competitividade do agronegócio brasileiro e agricultura familiar*” e “*acarretará em benefícios sociais e econômicos para o país*”. (p. 10).

O progresso científico fez nascer a crença e a espera em um novo Messias, que realizará nesta terra o Eldorado; as forças da natureza, sem nenhuma intervenção do esforço humano, mas através de mecanismos cada vez mais perfeitos, darão em abundância à sociedade todo o necessário para satisfazer seus carecimentos e viver com fartura. Contra este fanatismo, cujos perigos são evidentes (a supersticiosa fé abstrata na força taumatúrgica do homem conduz paradoxalmente à esterilização das próprias bases desta força e à destruição de todo amor pelo trabalho concreto e necessário, em troca de fantasias, como se se tivesse fumado uma nova espécie de ópio), é necessário combater com vários meios, dos quais o mais importante deveria ser um melhor conhecimento das noções científicas essenciais, divulgando a ciência através de cientistas e de estudiosos sérios e não mais de jornalistas oniscientes e de autodidatas presunçosos. (GRAMSCI, 2011, CC1, p. 176).

Lançando mão do estudo de Marcelo B. Mattos (op. cit.), relocalamos alguns elementos que nos apoiam nesta aproximação sobre *quem* são estes proletários. Não é nossa pretensão traçar um perfil completo e acabado da classe, mas apontar elementos que nos indiquem sua presença heterogênea e fragmentada como nos diz Ricardo Antunes (1999), porém, indispensável à lógica do sistema. Nas palavras de Mattos: “*Por proletariado*

¹⁰¹ “A ciência segundo a CTNBio”. GLASS, Verena. Revista Sem Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8721> Acesso em: 13/12/2009 09:55h

podemos entender todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, também como mercadoria, a sua força de trabalho”. (MATTOS, 2009, p. 22). Disto entendemos que não são apenas os operários urbanos e rurais, vistos sob certa leitura economicista como vanguarda da classe, os sujeitos históricos efetivos das mudanças sociais, mas todo o mundo do trabalho, formado pelos que nada tem a negociar, não são proprietários de coisa alguma, exceto de sua força de trabalho, isto é, proletários. Enormes massas desses homens, mulheres e crianças encontram-se em frangalhos, despidos de dignidade, precarizados, flexibilizados e superexplorados, quando não desempregados, a ponto de o capital necessitar reeducá-los com vistas a (re)inseri-los nas novas dinâmicas de subordinação e consumo, ao mesmo tempo em que precisa destruir, conter ou reduzir sua potência de insurgência latente, mantendo esta educação em limites estreitos e fragmentados de apreensão da realidade concreta que os cerca. Gerações inteiras destes homens, mulheres e crianças carregam em alguma medida o legado histórico daqueles que vieram do campo e que, vivendo as contradições geradas pela extrema concentração de terras e riquezas, foram expulsos ou abandonaram suas terras para tentar “vencer na vida” na cidade.

Ele [Marx] estava muito longe de pensar que o conceito de “trabalhador manual” proporcionaria uma estrutura adequada de explicação sobre aquilo que uma mudança radical demanda. Devemos recordar que ele está falando de como, pela proletarização da sociedade, um número cada vez maior de pessoas é proletarizado. Assim, é o processo de proletarização – inseparável do desdobramento global do sistema do capital – que define e em última instância estabelece o problema. Ou seja, a questão é como a maioria esmagadora dos indivíduos cai em uma condição na qual perde todas as possibilidades de controle sobre sua vida e, nesse sentido, torna-se proletarizada. (MÉSZÁROS, 2007, p. 70).

Utilizando dados de 2007, Mattos nos aponta que a classe trabalhadora no Brasil é profundamente concentrada no meio urbano e que essa concentração foi produzida de forma dramaticamente rápida nas últimas décadas do século XX. Do total de 98.846.000 pessoas

economicamente ativas, 82,6% moravam nas cidades. Dos(as) 90.786.000 ocupados(as) no país, apenas 18,3% estavam em atividades agrícolas. (p. 14). Em 1940, apenas 31,2% viviam nas cidades e, em 1970, esse percentual passou a 55,9%, ultrapassando os moradores do campo. Como salienta Bernardo M. Fernandes (2000), este contexto teria tido forte influência do golpe empresarial-militar de 1964, pois “*suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo à imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil*”. (FERNANDES, B, 2000, p. 41).

Tabela 6 – Confronto dos resultados dos dados estruturais dos censos agropecuários – Brasil – 1970-2006

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Pessoal ocupado	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.830.890	16.414.728
Tratores	165.870	323.113	545.205	665.280	803.742	788.053

Fonte: Censo Agropecuário IBGE - 2006

Seguindo os passos de Mattos e a julgar pelos dados apresentados acima, podemos perceber como é “fácil” se tornar empreendedor e fazer responsabilidade social, principalmente no campo:

Nas atividades agrícolas, 28,5% da população ocupada é considerada empregada (dois terços destes sem a carteira de trabalho assinada) e 24,7% são considerados trabalhadores por conta própria, ou seja, mais de 50% é constituída de trabalhadores “sem-terra”. Os trabalhadores na produção para o consumo próprio (camponeses típicos) são 23,5% e os não remunerados (inseridos na produção familiar, ou nas formas mais degradantes de exploração da força de trabalho), respondem por 20,7% do total. Só 2,5% da população ocupada na agricultura é constituída por empregadores, ou seja, grandes e médios empresários/proprietários rurais, principalmente. (p. 14).

Vinculada diretamente a este cenário social está uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo. Segundo dados levantados no relatório DATALUTA 2010, a partir do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, ao mesmo tempo em que cresce o número

da pequena propriedade, contraditoriamente também aumenta de forma mais veloz a área das grandes propriedades. Entre os anos de 1992 a 2011¹⁰² a pequena propriedade cresceu 54,51% em número de imóveis declarados, enquanto as médias e grandes propriedades obtiveram um aumento de 56% e 25 % respectivamente. Porém, 43% de todas as terras declaradas no SNCR (254.730.934,61 ha) estão concentradas e sob o controle de 39 mil proprietários com áreas superiores a 2.000 hectares. Ainda segundo o relatório, apenas 208 controlam o equivalente a aproximadamente 76 milhões de hectares, com propriedades de 100.000 ou superior a isso. Ou seja, 208 pessoas e/ou empresas de capital nacional/internacional detém o poder de usufruir, controlar e se beneficiar financeiramente e politicamente de 759.343,90 km². Para se ter uma equivalência do domínio territorial dessas grandes propriedades, isso corresponde a área de 34 estados do Sergipe ou 03 estados de São Paulo ou a quase 9% do território nacional. (Relatório DATALUTA, 2010, p. 8). Bernardo Mançano Fernandes¹⁰³ é taxativo neste sentido “*nenhuma das políticas de reforma agrária (desapropriação, compra e venda e incorporação) impactou a estrutura fundiária de modo que o índice de Gíni continua acima de 0,85 (o segundo maior do mundo, perdemos apenas para o Paraguai).*”

Ariovaldo Umbelino de Oliveira tece algumas críticas¹⁰⁴ ao Censo Agropecuário de 2006, dentre as quais destacamos àquela feita aos resultados do levantamento de dados relativos ao conjunto do território brasileiro em hectares: área territorial total do país 851,4 milhões; área total ocupada pelos estabelecimentos 330 milhões; área total das terras indígenas 126 milhões; área total das unidades de conservação ambiental 72,3 milhões; área com corpos d’água 12 milhões; e, área urbanizada 2,1 milhões. Mas para Oliveira a conta não fechou, isto é, ficaram sobrando 309 milhões de hectares. Isto porque a solução que teria adotado o IBGE foi denominar como “áreas com outras ocupações” estes 36% da superfície

¹⁰² Referência aos dados declarados até 07/02/2011.

¹⁰³ Boletim DATALUTA - Nº 41 Setembro 2011 – Reconciliando a Reforma Agrária. p. 2-3.

¹⁰⁴ Boletim DATALUTA Nº 26 – Fevereiro 2010 – Os Limites do Novo Senso Agropecuário - Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Professor Titular de Geografia Agrária – FFLCH-USP

do país. O professor e geógrafo explica que se o censo incluiu todas as possibilidades de ocupação de fato, “*ficou faltando as terras públicas devolutas*”, um terço da área do país que está cercada, mas não pertence a quem cercou, porque seus proprietários não possuem os documentos legais de propriedade destas terras e por isso elas são omitidas nos levantamentos tanto do IBGE quanto do INCRA.

Este contexto cultural, social e político é decididamente explosivo, como atestam as lutas pela terra no Brasil. Foram 4,8 milhões de pessoas mobilizadas na primeira década do século XXI. (Relatório DATALUTA¹⁰⁵, 2010, p. 8). Em pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense com base no noticiário da grande imprensa e no banco de dados da CPT, registrou-se que desde 2003 temos a maior média anual de conflitos por terra no Brasil desde 1985: 919,5 conflitos anuais entre 2003 e 2010¹⁰⁶. A partir dos dados levantados pela CPT e sistematizados pelo DATALUTA, verificou-se que 35% das manifestações realizadas no Brasil no período de 2000 a 2010 se concentraram na região Nordeste, seguidas das regiões Sul (21,8 %) e Centro Oeste (15,2%), assim como todos os estados registraram algum tipo de ação dos movimentos socioterritoriais. (idem). Encontramos dados bastante parecidos em nossa análise das cronologias do OSAL, resguardando a características metodológicas e de coleta de dados distintas das fontes de dados. A CPT, uma dessas fontes, possui significativa capilaridade junto aos movimentos sociais do campo, apoiando as lutas e constituindo ela mesma, conforme o artigo de Elenira de Jesus Souza¹⁰⁷ um movimento socioterritorial, isto é, segundo a autora, um movimento que tem o território como trunfo. No boletim, encontram-se informações de parte da pesquisa que analisa a atuação desses movimentos por estado,

¹⁰⁵ A partir deste ponto passaremos a utilizar a abreviação RDL para Relatório DATALUTA e BDL para Boletim DATALUTA.

¹⁰⁶ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Brasil 2011: Cenas de Política Explícita. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/11875> Acesso em 22/04/2012 16h21

¹⁰⁷ Os seis principais movimentos de luta pela terra no Brasil: a CPT como movimento socioterritorial. Boletim DATALUTA. Maio de 2009, número 17. ISSN 2177-4463. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera

destacando-se seis movimentos socioterritoriais mais atuantes, a saber: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CONTAG, (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra), FETRAF (Federação da Agricultura Familiar) e OLC (Organização da Luta no Campo). A CPT seria o quarto movimento com o maior número de famílias em ocupações de terras. Segundo o RDL 2010, a CPT atuou entre 2000 e 2010 em doze estados, sobretudo, no nordeste.

Ressaltamos também, para efeito de enfoque metodológico, que os registros sistematizados nas cronologias do OSAL possuem como fontes de dados e informações jornais impressos de Rio de Janeiro e São Paulo e mídias eletrônicas oficiais e de movimentos sociais. Em seguida, a partir dos dados da tabela comparativa abaixo, daremos prosseguimento a nossa reflexão.

Tabela 7 – Comparativo entre registros do OSAL e DATALUTA por Estado

OSAL			DATALUTA 2000-2010	
2007-2010	Nº REGISTROS	%	MANIFESTAÇÕES	%
NORTE	100	8,34	871	12,8
AC	0	0	50	0,7
AM	5	0,41	80	1,2
AP	0	0	13	0,2
PA	73	6,08	438	6,4
RO	7	0,58	204	3
RR	6	0,5	43	0,6
TO	9	0,75	43	0,6
NORDESTE	361	30,1	2.405	35,4
AL	61	5,08	558	8,2
BA	58	4,83	393	5,8
CE	47	3,92	212	3,1
MA	30	2,5	168	2,5
PB	35	2,92	223	3,3
PE	96	8	577	8,5
PI	6	0,5	113	1,7
RN	14	1,16	85	1,3
SE	14	1,16	76	1,1
CENTRO-OESTE	113	9,42	1.034	15,2

DF	60	5	188	2,8
GO	12	1	211	3,1
MS	13	1,08	313	4,6
MT	28	2,33	322	4,7
SUDESTE	315	26,27	1.008	14,8
ES	19	1,58	122	1,8
MG	50	4,17	363	5,3
RJ	67	5,58	142	2,1
SP	179	14,93	383	5,6
SUL	310	25,85	1.479	21,8
PR	94	7,83	464	6,8
RS	172	14,34	756	11,1
SC	44	3,67	259	3,8
BRASIL	1199	100	6.797	100

Fonte: OSAL e DATALUTA

Obs: O número total de registros analisados do OSAL foi 1.390 e o total de ações do MST nestes registros foi 1.604, indicando que em um registro podem ocorrer vários tipos de ações.

Obs2: A diferença entre o número total de registros (1.390) e o nº de registros por estado (1.199) deve-se a que em alguns registros o estado onde ocorreu a ação não foi identificado.

Ressaltamos que os dados utilizados para compor o quadro de manifestações do RDL 2010¹⁰⁸ referem-se às ações de 110 movimentos socioterritoriais, com diferentes níveis de territorialização, muitos deles atuando em apenas um estado, enquanto nós estamos analisando especificamente as ações do MST, que atuou em todos os estados do Brasil, com exceção do Acre e do Amapá. Isto não significa que o MST não tenha atuado nesses estados, mas apenas que não temos registros desta atuação nas cronologias do OSAL.

De acordo com o RDL “manifestar” é uma ação individual e/ou coletiva no sentido de ocupar um espaço físico para torná-lo político e assim lutar para poder viver, e se recriar

¹⁰⁸ É importante destacar que quando nos referimos abstratamente ao RDL 2010 estamos nos referindo ao esforço coletivo de sistematização que envolveu diversos estudantes e professores de várias universidades públicas, organizados em laboratórios e grupos de pesquisa, dentre os quais o **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA** vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente, o **Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA** – da Universidade Federal de Uberlândia, o **Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS** do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus de Marechal Rondon, o **Núcleo de Estudos Agrários – NEAG** do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul passou a fazer parte da Rede DATALUTA quatro novos grupos de pesquisa: o **Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA** da Universidade Federal do Mato Grosso, o **Laboratório de Estudos Rurais – LABER** do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Sergipe, o **Observatório dos Conflitos do Campo – OCCA** da Universidade Federal do Espírito Santo, e o **Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato – GETEC**, da Universidade Federal da Paraíba. (RDL, 2010, p. 9).

enquanto sujeitos sociais. (RDL, 2010, p. 8). Para a análise dos dados do OSAL e para os objetivos deste estudo, chamamos de ações de lutas as t(pr)áticas desenvolvidas nas lutas sociais, necessariamente coletivas, que podem assumir ou não caráter classista e que contém e geram na sua dinâmica mediações com potencial educativo. As ações de luta, deste modo, nutrem os germes da construção de teorias e práticas pedagógicas orientadas para a transformação da realidade.

Tal construção é ela mesma um processo formativo, nutrido pelas lutas e que fertiliza a práxis política de educadores e educandos abrindo espaços para a criação do novo, meios de romper as cercas da apropriação privada do conhecimento, de controlar seus próprios processos de produção do conhecimento e de apreender o conhecimento crítico que os coloquem em condições de perceber-se como sujeitos da história, capazes de interpretá-la e modificá-la conforme a própria luta de classes o permita.

As teorias e o conhecimento em si, por certo, não transformam a realidade, mas podem ajudar a desvelar as experiências, vitórias e derrotas das lutas de classes e de lutadores e lutadoras de outros tempos e lugares. Impedem e criam resistência ao apagamento da história e à hipertrofia do imediato que requer a sociabilidade do indivíduo isolado para lubrificar as correias do sistema. Auxiliam no reconhecimento das estratégias e táticas que orientarão a ação coletiva, sistemática e organizada, a fim de conferir o movimento correto dos sujeitos sociais e das energias transformadoras da realidade. Contribuem para a confluência de valores e sentidos que entram em contradição com aqueles internalizados ao longo da vivência dentro da sociabilidade individualizante do capital, promovendo a ascensão de novas experiências psicológicas, políticas e culturais que renovam os elementos constitutivos da subjetividade em formação nos diferentes indivíduos encapsulados (IASI, 2006). Estes, que se apropriam diversa e contraditoriamente, em tempos desiguais e descontínuos, das mediações geradas nas lutas, passam a se sentir e agir como parte integrante de algo que está para além deles

mesmos, vivenciando uma dinâmica formativa que reata e sutura vínculos esgarçados ou rompidos pelo trabalho alienado. Ainda que possam ser subjogados pela alienante encapsulação do modo de produção e pela inebriante visão de mundo liberal, passam a mover-se em dinâmicas coletivas que podem alterar significativamente suas consciências, tensionando esta encapsulação a partir de acúmulos, avanços, recuos, rupturas e saltos qualitativos, que coloquem em xeque as relações e processos de alienação. Cria e transforma laços de solidariedade, fraternidade e identidade rompendo em diferentes graus os “individualismos” e potencializando novas sociabilidades. Em suma, as ações de luta estão sendo aqui consideradas como práticas criadoras de mediações com potencial de intervir na consciência dos sujeitos em luta, desnaturalizando e desmistificando as relações sociais da sociedade de classes. Trabalhamos com a hipótese que elas constituem práticas pedagógicas que, para além das particularidades que as geram, são criações de sujeitos em movimento de constituição e formação da classe e que, neste movimento, se produzem lições de luta que podem ser apropriados pelo conjunto da classe trabalhadora na construção de sua contra-hegemonia.

Abaixo, apresentamos um quadro que identifica as manifestações sistematizadas pelo DATALUTA e a categorização que propomos para a análise das ações de lutas registradas pelo OSAL. Obviamente, não estamos interessados em comparações abstratas, mas na complementaridade que as diferentes sistematizações e metodologias podem conferir à nossa compreensão sobre os sujeitos das lutas sociais, suas estratégias e formas de atuação. Estamos apenas tentando compreender, de fato, que é o seu ser social que conforma a consciência desses sujeitos e não o contrário.

Quadro 1 – Similaridades na sistematização das lutas no OSAL e DATALUTA

Manifestações DATALUTA	Ações OSAL
Acampamentos	Acampamentos (em espaços públicos)
Bloqueios de rodovias	Bloqueio de vias
Manifestações em espaços públicos	Atos públicos (manifestações em espaços públicos)

Marchas e caminhadas	Marchas e caravanas
Ocupações de prédios públicos	Ocupação de prédios (públicos e privados)
Temáticas (fazem parte do calendário de lutas dos movimentos sociais. Ex: Dia Internacional de Luta pela Terra)	Divulgação de documento
Outros tipos de manifestações (ocupação prédio privado, ocupação agência bancária, romaria, vigília, celebração religiosa, audiência, saque, cerco a construções, interdições, jejum, greve de fome, barqueata, tentativa de ocupação, tentativa de saque, panfletagem, retenção de veículos)	Judicialização-criminalização (ações onde houve coerção do Estado por meio do aparato do judiciário e/ou militar)
	Lutas unificadas (com demandas classistas ou não)
	Atividade de formação (cursos, seminários, encontros, congressos, etc.)
	Ocupação de terra
	Reunião/audiência (com governos)
	Transgênicos/Monocultivos (ação direta em cultivos, plantas industriais, laboratórios de pesquisa e/ou estações experimentais)
	Violência (ações em que foram registradas violência do Estado e/ou miliciana)

Portanto, ainda que isto possa nos ajudar, e muito, na compreensão de um perfil sociológico ou de uma identidade Sem Terra, este não é nossa opção teórico-metodológica. Isto é, quantos por cento são trabalhadores recrutados na periferia das cidades, tantos por cento são filhos de ou propriamente boias-frias, outros tanto por cento são meeiros, parceiros ou arrendatários, ex-escravos, operários rurais, etc. Isto é importante, mas não define ou determina por si a formação da classe. Estamos buscando compreender como apreender em suas ações de luta os ensinamentos, lições e heranças de Sepé Tiaraju, Zumbi, Antonio Conselheiro, do Contestado, do Cangaço, das Ligas Camponesas, ou seja, estamos buscando apreender primeiramente o que eles estão fazendo e não, abstratamente, quem eles são ou em que setor econômico são recrutados, o que, *per si*, não encerra uma identidade ou ações de classe.

Conforme o RDL 2010, as reivindicações dos chamados movimentos socioterritoriais nessa primeira década do século XXI estão direcionadas em duas perspectivas: uma para a adoção de políticas de desenvolvimento do campo baseado na justiça para maioria da

população (política de combate a pobreza e a fome, política de desenvolvimento do campo, política de reforma agrária, política de regularização de posses, políticas ambientais, políticas aos povos tradicionais, políticas de respeito aos direitos humanos); e outra contra a adoção de um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses a uma restrita parte da população e em muitos casos, apenas de empresas transnacionais (contra a implantação de barragens, a transposição do rio São Francisco, a privatização das águas, plantios com organismos geneticamente modificados, etc.). (p. 8).

A partir da análise dos motivos das ações de luta do MST registradas no OSAL, podemos depreender que suas reivindicações alcançam ambas as direções apontadas pelo RDL e, em outras, vão além. A questão que investigamos é justamente em que medida as ações de luta do MST em interação com este quadro social e político criam mediações que irrompem processos e práticas pedagógicas de novo tipo, isto é, contra-hegemônicos. De outro modo perguntamos: possuindo a categoria trabalho centralidade como princípio fundamental em sua concepção pedagógica, não apenas como opção teórica, mas como expressão da luta social concreta, como é possível gestar e conduzir teorias e práticas pedagógicas emancipatórias em meio à sociabilidade do trabalho alienado?

3.5 Equilíbrio de compromissos: Pode a Educação do Campo subsistir em um campo de negócios?

Quem sabe caminha mais consciente, diz Ademar Bogo (2007, p. 14). Estamos de acordo e fazemos coro, perguntando: o que precisamos saber os trabalhadores? Nesta mesma publicação, Georges Labica nos dá pistas sobre o que ensinar e aprender, daí a importância da criação de escolas de quadros sindicais e políticos, que organizem as forças ético-políticas da formação dos trabalhadores, os processos de formação da consciência/conhecimento da realidade que nos envolve. Ali nos diz, tomarmos conhecimento: i) da sua situação econômica

(a força de trabalho como mercadoria: a mais-valia e as leis do capital); ii) da sua situação política (natureza e forma de exploração: realidade da luta de classes); iii) - da sua situação ideológica: a tarefa principal hoje em dia (por causa da potência da mídia) consiste em perseguir e eliminar as influências burguesas (ou dominantes) na consciência dos trabalhadores. (LABICA, 2007, p. 56).

Dados estatísticos sobre a realidade educacional de homens e mulheres do campo são relativamente conhecidos, a despeito de sua restrita divulgação, fora e dentro da universidade pública. Ainda que não sejam suficientes análises quantitativas, não podemos prescindir delas, uma vez que ainda estamos nos indagando sobre *quem* são os sujeitos sociais e o *quê* devemos ensinar. Por isso mesmo, não podemos ignorar, mais uma vez, estes dados. Até mesmo o monopólio midiático do imperialismo e da burguesia “nacional” o reconhece, ainda que nos pareça mais hipocrisia e, não secundário, uma forma ideológica de esvaziar do campo o camponês e o seu mundo de significações, e, seguramente, bem menos ou quase nada do que Labica acima nos propõe. A reportagem do jornal O Globo *On Line*, nos será útil neste sentido: foram 37.776 estabelecimentos de ensino rurais que fecharam as portas nos últimos dez anos, segundo dados do Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC)¹⁰⁹. Entre a população de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo na zona rural chega a 23,3%, três vezes maior que em áreas urbanas e a escolaridade média é de 4,5 anos, contra 7,8 anos.

A reportagem cita estudo de 2009 de Monica Castagna Molina, professora e pesquisadora em educação e movimentos sociais do campo (1999, 2004) que, juntamente com outros pesquisadores, acompanhou e acompanha esta bandeira de luta dos movimentos desde seu início. Contudo, ainda que na reportagem a pesquisadora tenha se pronunciado, a meu ver corretamente, afirmando a expansão do agronegócio como responsável pelos efeitos que

¹⁰⁹ Publicado em 30/10/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/campo-tem-analfabetismo-em-23-mais-de-37-mil-escolas-fechadas-3079377> Acesso em: 12/04/2012 15h52

geram o fechamento das escolas rurais¹¹⁰, como a nucleação de escolas que obrigam as famílias dos estudantes a migrarem para as periferias urbanas (não sendo esta afirmação surpreendentemente editada), a matéria conduz, sutilmente, pelo fato de a professora da Universidade de Brasília (UnB) ser uma das especialistas que colaboraram para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, ao entendimento e à legitimação por tabela das iniciativas que foram tomadas pelo governo Lula, principalmente, e agora, timidamente, pelo governo de Dilma.

Como se o Estado, urdido pelos ventos do (neo)desenvolvimentismo e do social-liberalismo, estivesse finalmente “despertado” ou se sensibilizado para tomar uma ação efetiva com vistas a solucionar os históricos problemas educacionais dos que vivem e trabalham no campo. Não concluímos que esta tenha sido a intenção de Molina, pelo contrário, considerando sua trajetória de defesa das lutas dos movimentos sociais pela educação e pela seriedade que vem trabalhando esta problemática na universidade, não podemos afirmar isso. Mas, assim como Labica (2009) nos ensina, é preciso perseguir e eliminar a influência burguesa da consciência dos trabalhadores, potencializada pela mídia, mas também pelo Estado, aparelho poderoso para este fim, sobretudo, quando sob a conciliadora governança neoliberal e em “tempos pós-modernos”, ele se abre para o “diálogo” com as organizações dos trabalhadores. *“O Estado garante o equilíbrio entre as classes, graças ao diálogo entre “parceiros sociais” e à preservação da “paz social”, em proveito... de quem?”* (p. 62). Diálogo que, ante a flexibilização e relativização nos mundos do trabalho e das ideias, amainam a rebeldia e a indignação, refreiam e desarticulam as lutas de classes num ritmo tão intenso quanto o do entorpecimento do pensamento crítico. Ponto para tecnocratas e burocratas, ganham as frações burguesas dominantes, haja vista que é o Estado quem financia

¹¹⁰ Esta sem dúvida é uma das determinações mais especificamente quando se fala nas escolas localizadas nas zonas rurais. Contudo, não se pode esquecer que há um forte avanço no desmantelamento levado à cabo pela mercantilização da escola pública, com forte redução de gastos públicos e aumento das parcerias público-privadas, axioma e estratégia das políticas neoliberais, sendo levada a cabo por estados e municípios.

prioritariamente o agronegócio e, em última análise, quem reforça e (des)regula o sistema de relações jurídico-econômicas que sustenta à dominação política e ideológica.

É no mínimo estranha a atitude do economicismo em relação às expressões de vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica de necessidade econômicas, ou melhor, a única expressão eficiente da economia; assim, é incongruente que a formulação concreta da questão hegemônica seja interpretada como um fato que subordina o grupo hegemônico. O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2011, CC3, p. 48).

Assim, se por um lado o Estado bloqueia de modos diversos o avanço da reforma agrária, sobretudo, mas não apenas, através de contingenciamento de recursos para aquisição de novas terras (política prioritária da distribuição de terras no país¹¹¹) e pelos reduzidíssimos investimentos públicos na chamada “agricultura familiar” em comparação aos portentosos investimentos sem os quais o agronegócio não funciona, por outro lado, cede as pressões dos movimentos sociais para a efetivação de uma agenda não menos importante, mas que,

¹¹¹ Destacamos, dentre estas políticas, a desapropriação que se dá mediante a indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. A desapropriação, impulsionada pela ação dos movimentos socioterritoriais, por meio das ocupações, é a maior política de obtenção de terras para a reforma agrária, considerando o número de famílias assentadas, predominante na maioria dos Estados brasileiros. (p. 3). A arrecadação, apesar de não alterar diretamente a concentração de terras, é a segunda maior política de assentamentos rurais do país e ocorre de duas maneiras, a primeira é discriminatório-administrativa, por meio da qual, apartam-se as terras públicas das privadas, sendo as públicas incorporadas ao patrimônio da União, ou então, há a segunda forma através da arrecadação sumária no caso de terras devolutas que também são incorporadas ao patrimônio da União. A arrecadação está concentrada, majoritariamente, nos Estados da Região Norte do país. (p. 3-4). O reconhecimento é uma outra política de obtenção de terras muito complexa. O intuito principal é incluir as famílias em situação irregular ao programa de Reforma Agrária do governo federal. No entanto, os últimos governos adotaram a prática de contabilizar, nos dados de reforma agrária, todas as famílias que tiveram suas posses regularizadas ou que tiveram seus direitos nos assentamentos antigos reconhecidos, ou foram reassentadas em virtude da construção de barragens, como se fossem novas famílias assentadas. Esta prática não desconcentra a estrutura fundiária do país, mas por outro lado impede a desterritorialização do campesinato e a territorialização do agronegócio. Estes assentamentos não reformadores (GIRARDI, 2008), fazem parte de uma reforma agrária conservadora, em que se busca aliviar a conflitualidade com a adoção de políticas que não afetem diretamente a estrutura fundiária concentradora. (p. 4). ROCHA, Herivelto Fernandes. *Sobre as políticas de reforma agrária no Brasil*. Boletim DATALUTA. Nº 25 – Janeiro 2010.

aparentemente, não afeta decisivamente o núcleo decisivo da atividade econômica e, portanto, das relações hegemônicas que a ela se vinculam.

Os processos de formação da consciência desdobrados nas/das lutas sociais travadas pelo MST interferem em variados níveis nos diferentes estágios de construção da identidade ético-política de seus sujeitos, enquanto Sem Terra e enquanto classe trabalhadora. Isto decorre do próprio movimento da história, não etapista, não mecânico, não linear, mas dialético, com idas, vindas e interpenetrações. Por isso, os processos de formação da consciência são marcados pelas contradições das lutas de classes de nossos tempos. Em que medida esses processos, estão produzindo uma *filosofia da educação*, uma *teoria da educação ou pedagogia* e uma *prática pedagógica*, isto é, uma concepção de educação (SAVIANI, 2008), tributária à construção de uma pedagogia contra-hegemônica do conjunto da classe trabalhadora?

O *Caderno de Educação do MST nº 8*, intitulado “Princípios da Educação no MST”, teve uma 5ª edição publicada em dezembro de 2004, sendo um dos documentos produzidos pelo Movimento que explicitam sistematicamente sua concepção de educação. Surgiu, conforme justifica o próprio documento, da necessidade de uma nova edição do *Boletim de Educação nº 1*, “Como deve ser a escola de um assentamento”, escrito em agosto de 1992. Em levantamento feito junto ao Coletivo Nacional do Setor de Educação, no final de 1995, este Boletim foi citado como um dos materiais mais usados para o estudo e divulgação, interna e externa, da proposta de educação do MST nos estados. Em sua apresentação, datada de julho de 1996, portanto, 12 anos após a criação formal¹¹² do Movimento, o Coletivo Nacional do Setor de Educação nos explica que este texto traduz “*mais um momento de*

¹¹² O MST foi gestado no período de 1979 a 1984 e formalmente criado no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná. (CALDART, 2004, p. 101). Em Bernardo Mançano Fernandes (2000, p. 50), encontramos uma datação diferente deste Primeiro Encontro, de 21 a 24 de janeiro. A primeira escola de assentamento começa a funcionar em 1983, no assentamento de Nova Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (SOUZA, 2006, p. 33) e em 1987, a partir das deliberações do 1º Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, é criado o Setor de Educação, organizado em um Coletivo Nacional. (idem).

sistematização das nossas experiências”, pois, “*como todos os materiais que já produzimos até aqui, este também carrega em si a provisoriedade do tempo histórico em que está surgindo*”. O texto da apresentação é assim finalizado:

A organização de que fazemos parte está cada vez maior e mais complexa. A luta dos trabalhadores e trabalhadoras cresce em necessidade e força. Por isso, os desafios também aumentam e ficam mais complexos. A educação precisa assumir as tarefas que lhe cabem neste processo de fortalecimento da nossa organicidade, de clareza do projeto político dos trabalhadores e de construção prática e cotidiana da sociedade da justiça social e da dignidade humana, em nosso país, em nosso continente, no mundo todo.

Há neste trecho alguns elementos conceituais que nos permitem iniciar nossa reflexão sobre a concepção de educação do MST. Partimos do entendimento que estão aí implícitos e explícitos alguns destes elementos e que eles demarcam uma historicidade. E por que historicidade? Para nós, há dois movimentos claros nesta passagem: o do tempo histórico (presente) das lutas e da organização da classe, uma realidade concreta (síntese de múltiplas determinações, unidade da diversidade), a qual a classe precisa responder concretamente e cujas respostas não são imediatas, mas mediatizadas e à educação, como mediação social, cabem tarefas não secundárias, mas também não redentoras; o tempo histórico (futuro) que requer a construção de um projeto político *dos trabalhadores* (intencional, portanto, refletido) de construção da *sociedade da justiça social* e da *dignidade humana* aqui e no mundo. O trecho supracitado expressa, pois, um momento da constituição da consciência de sujeitos históricos inseridos em uma organização que se assume como representante dos interesses da classe trabalhadora, cujas lutas *crecem em necessidade e força*, na medida em que as contradições do capital vão acentuando os interstícios entre reforma e revolução e as lutas específicas ganham corpo teórico de lutas universais, com conteúdo classista e emancipatório.

Há também uma geograficidade, para refletirmos novamente com Porto-Gonçalves (2006)¹¹³, pois este projeto político se pretende nacional, continental e mundial. “*Não existe sociedade a-geográfica, assim como não existe espaço geográfico a-histórico. Assim como todo espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade*”, é o que nos alerta Porto-Gonçalves (op. Cit., p. 9), com relação ao privilégio dado ao tempo em relação ao espaço na tradição do pensamento ocidental “*que colonizou corações e mentes, assim como a instrumentalização do saber geográfico pelo colonialismo e pelo imperialismo por meio da geopolítica*”. (idem, p. 8). Para ele este divórcio da geografia com as ciências sociais trouxe consequências para o tratamento de questões teóricas e políticas, dentre as quais, para os objetivos deste estudo, destaco:

não termos conseguido dar uma solução adequada ao significado da natureza no devir social, prisioneiros que ficamos de um pensamento eurocêntrico onde natureza e sociedade são termos que se excluem reciprocamente ou são pensados numa relação de causalidade unilateral seja da natureza para a sociedade (naturalismo), seja da sociedade para a natureza (antropocentrismo). (idem).

Seria este esforço de dar uma solução adequada ao *significado da natureza* no devir social parte mesma do esforço de dar uma solução adequada ao *significado de sociedade* no devir social? Esse esforço compõe, pois, o desafio de *construção prática e cotidiana* desta sociedade, mas este esforço precisa ser alimentado por uma teoria que não esteja descolada das lutas sociais, mas seja ela mesma fruto dessas lutas. Talvez por isso, nos seus cinco primeiros anos de funcionamento, a ENFF, principal centro de formação de quadros e militantes do MST, tenha se preocupado em receber milhares de militantes de movimentos sociais do campo e da cidade de todos os estados do Brasil e de vários países da América

¹¹³ Ver *A geograficidade do espaço social: uma contribuição ao debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Conflicto Social, Militarización y Democracia em América Latina – nuevos problemas y desafíos para los estudios sobre conflicto y paz en la región”, realizado em Buenos Aires, Argentina, entre 16 e 18 de setembro de 2002, pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso – e Agencia Sueca de Desarrollo Internacional – ASDI. Publicado na Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas – MS, V 1 – nº 3 – ano 3, maio de 2006.

Latina e África e conte com o apoio militante de mais de 500 professores dessas mesmas regiões e territórios. (LUCENA e NETTO, 2010). Conforme o trecho da apresentação do “Caderno nº 8” do MST, à educação, cabem tarefas neste processo e é preciso que ela as assuma. Estas tarefas não podem ignorar que na sociedade de classes capitalista a educação pressupõe uma ação prática entre sujeitos imersos em relações sociais historicamente subjugadas pela alienação do trabalho. Se estas relações renovam gerações de sujeitos que não se reconhecem no produto do seu trabalho, na sua relação de troca metabólica com a natureza, não se reconhecem como sujeitos capazes de conduzir sua própria história a partir de vivências coletivas que o aproximem do humano, é verdade também que a isso tudo esses sujeitos não se subsumem numa passividade pura e absoluta, mas embatendo-se em contradições, resistindo e operando rupturas, a partir de determinações múltiplas e assim como suas formas de objetivá-las. Trata-se, portanto, de conceber uma educação que reforce os caminhos que desvelem para estes sujeitos os modos como eles poderão organizadamente enfrentar e superar as contradições que lhes causa tanta estranheza. Uma construção presente que olha o futuro, um projeto político histórico, com base numa consciência refletida (SAVIANI, 2008a), acerca de uma *sociedade da justiça social e da dignidade humana* que se quer construir por meio deste projeto.

Para tentarmos compreender estes elementos, de modo à caracterizá-los como intrínsecos a concepção de educação do MST, no referenciamos em Dermeval Saviani, sobretudo, na parte dois, nomeada “Perspectiva Teórica”, do seu livro *A pedagogia no Brasil: história e teoria* (2008b), no qual ele socializa os resultados do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil: perspectiva histórica e teórica”, desenvolvido como subsídio à implantação do curso de pedagogia da FFCLRP-USP, entre setembro de 2002 e setembro de 2004. Esta não é uma discussão tão recente de Saviani. Há um estudo de 1980 “A filosofia da educação e o problema da inovação em educação”, publicado em W. Garcia (org.)

Inovação Educacional no Brasil, que retoma um quadro conceitual das concepções de educação no Brasil. Antes deste, *Educação Brasileira: estrutura e sistema*, publicado em 1973 e em sua 10ª edição (2008a), já trazia uma análise das correntes e tendências que analisava as concepções educacionais vigentes e as tendências ou correntes educacionais delas advindas. No livro em exame, ele retoma as concepções básicas de educação, a fim de “sistematizar, a partir delas, os principais conceitos constitutivos da pedagogia” (2008b, p. 78).

E por que o fazemos? Por que trabalhamos com a hipótese que a construção da concepção pedagógica do MST adveio não de formulações abstratas da formação de um sujeito social ideal e genérico, mas da realidade contraditória com a qual o Movimento se defrontara: a realidade da infância desprotegida e desassistida, sem o direito à educação garantido, em seus acampamentos de luta pela terra. A realidade educacional precária dos filhos e filhas de acampados e assentados mais uma vez se reproduzia no seio das desigualdades e da concentração da terra e da riqueza, das quais os pais e avós outrora foram herdeiros. Foi desta realidade que surgiu, enquanto expressão objetivada da luta pela terra, a concepção da educação do MST.

Para Saviani, as principais **concepções de educação** podem ser agrupadas em cinco tendências: a concepção humanista tradicional, desdobrada em duas vertentes, a religiosa e a leiga; a concepção humanista moderna; a concepção analítica; a concepção crítico-reprodutivista; e a concepção dialética ou histórico-crítica. (SAVIANI, 2008b, p. 77). Saviani considera, em sua hipótese de trabalho, cada uma dessas concepções segundo três níveis: a *filosofia da educação*, a *teoria da educação ou pedagogia* e a *prática pedagógica* que, conforme cada concepção, teriam pesos diferentes e se combinariam diferentemente. O texto de Saviani é rigoroso, ainda que ele mesmo o considere uma descrição sumária. Contudo, podemos fazer um resumo sintético com os elementos principais de cada concepção para

darmos prosseguimento em nossa análise: i) na **concepção tradicional** a teoria da educação é subsumida, assimilada à filosofia da educação, essencialista e idealista, investida de uma prática pedagógica que deveria “conformar cada indivíduo à essência ideal e universal que caracteriza o homem”; ii) na **concepção humanista moderna**, a teoria da educação ganha autonomia em relação à filosofia, pois o homem deve ser considerado em sua existência real, diferenciada com relação aos outros homens; é revestida do atributo de cientificidade para acessar os elementos empíricos que caracterizam as diferenças; a prática pedagógica irá então valorizar a atividade, as experiências, a vida, os interesses do educando (escolanovismo); iii) na **concepção analítica** a função própria da filosofia é definida pela análise da linguagem, a filosofia da educação é entendida como análise da linguagem educacional, não tendo como objetivo analisar e explicar o fenômeno educativo ou orientar a prática pedagógica, níveis, portanto, não contemplados nesta concepção, que fica restrita ao nível da filosofia da educação; iv) na **concepção crítico-reprodutivista**, contrariamente ao que ocorre na concepção humanista tradicional, é o nível da teoria da educação que assimila a filosofia da educação, sendo a teoria da educação apenas tributária de uma teoria da sociedade altamente generalizada, não se colocando também a questão da prática pedagógica, pois, à esta concepção, enquanto teoria científica, caberia apenas explicar os mecanismos sociais que colocam a educação mecanicamente funcional à reprodução das relações dominantes e, por fim v) na **concepção dialética** ou **histórico-crítica** os três níveis estariam presentes, articulando-se e estabelecendo entre si relações recíprocas de modo que “*cada nível se comporta ao mesmo tempo como determinado e como determinante dos demais*”; a diferença central dessa concepção resultaria numa relação orgânica entre teoria e prática.

Segundo José Carlos Lima de Souza (2008), situa-se no início da década de 1980, no centro-sul do país, as primeiras preocupações educacionais em ocupações e assentamentos em torno da educação escolar. Como um dos marcos significativos deste período de

desenvolvimento do debate educacional dentro do MST, o referido autor destaca o **Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento**, realizado em julho de 1987, no Espírito Santo e organizado pelo MST. O Objetivo do Encontro era dar início a articulação de um projeto nacional sobre o processo em curso que se dava de forma descentralizada em diferentes estados. (idem, p. 140). Há uma correspondência indissociável entre os processos que adensaram as lutas do MST e nelas sua concepção de educação às ações articuladas por uma Educação do Campo. Esta breve retomada de seu percurso visa compreender como este processo encontra-se imbricado com outras dinâmicas políticas e econômicas que conformam a correlação de forças entre as classes e, sobretudo, que o Estado ocupa posição estratégica na manutenção da hegemonia da classe dominante, forjando certo “equilíbrio de compromisso” como nos explicou Gramsci e que podem, inclusive, não apenas manter, como ampliar essa hegemonia. As práticas educacionais dos sujeitos em luta (trabalhadores organizados no MST) e as mediações advindas delas que intervêm nos processos de formação de sua consciência, estão aqui sendo apreendidas nesta perspectiva, isto é, das dinâmicas que influem sobre as estratégias políticas dos sujeitos em luta.

Para o MST “*é difícil saber, quando o fundo da panela esquenta, qual a pipoca que estalou primeiro*” (MST, 2004b, p. 5), isto é, em meio as lutas que organizaram a gênese do Movimento, qual teria sido a primeira ação. Muitos consideram que foi na ocupação da Fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, na madrugada de 6 para 7 de setembro de 1979, data da comemoração da “Independência” e em plena ditadura empresarial-militar. (Idem, p. 6).

Neste período umas das preocupações dos sem-terra era a de colocar os seus filhos e filhas na escola. A educação escolar era uma necessidade das famílias acampadas e assentadas e o desejo delas era que aprendessem a ler e a escrever e, para não serem logrados, fazerem conta no papel. Começa aí as primeiras atividades de educação de crianças que temos notícia: foi no acampamento de Encruzilhada Natalino que iniciou em dezembro de 1980. (idem).

Este documento do MST, em cuja primeira parte encontramos a “História da Educação de Jovens e Adultos – EJA no MST”, assume os períodos da história do próprio Movimento como marcos da construção da luta pela educação no Movimento, por considerá-la parte integrante de um movimento histórico maior. Estes períodos da história do Movimento são assim definidos: Retomada da luta pela terra: 1979 a 1983 (1º período); Surgimento do MST: 1984 a 1989 (2º período); Consolidação do MST: 1990 a 1994 (3º período) e Enfrentamento de classe: 1995 a 2002 (4º período).

Durante o primeiro período teriam sido feitas ações isoladas de alfabetização de adultos, principalmente em acampamentos. Eram organizadas, sobretudo, pela articulação que se formava em torno da luta pela terra, com parte das igrejas e alguns sindicatos. A referência teórico-metodológica principal era a “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire.

Durante o 2º período caracterizado pelo movimento, “*as famílias já entendiam que a educação é um direito: mais um direito a ser conquistado, começando assim a luta pela escola na luta pela terra*” (idem, p. 6-7). Em 1985, educadoras acampadas na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, dão início aos trabalhos com as crianças em acampamentos, gesta-se o embrião das “Escolas Itinerantes”. Até que em 1987, em São Mateus, Espírito Santo, é plantada a semente do **Setor de Educação** do MST, estabelecendo alguns marcos que destacamos: a decisão do MST de lutar por escolas; o jeito de fazer esta luta; a constituição de equipes de educação compostas pelas professoras e pessoas da comunidade acampada ou assentada mais sensíveis a esta questão; o início da discussão sobre que escola interessa aos Sem Terra. (Idem, p. 7). À época, eram dois os instrumentos de formação mais utilizados, o *Jornal Sem Terra* (desde 1981) e os *Cadernos de Formação do MST* (desde 1984).

Em janeiro de 1990 inicia a primeira turma do **Curso de Magistério** próprio para a titulação de professoras e professores do MST para as escolas de assentamento. (Idem). Em janeiro de 1991 inicia um curso para preparar monitores para um projeto de alfabetização nos

assentamentos do MST, no Rio Grande do Sul. O curso fez parte de um **Projeto de Alfabetização do MST-RS** que durou até 1993 (financiado pelo convênio entre o ICSFA – Instituto Cultural São Francisco de Assis e o MEC e projetos com outras entidades como a Cáritas e a AEC – Associação de Educação Católica) e que envolveu 100 turmas de alfabetizandos. Seu lançamento acontece em 25 de maio de 1991, no Assentamento Conquista da Fronteira, Hulha Negra, então município de Bagé, com a presença de Paulo Freire, que na abertura oficial da Campanha de Alfabetização lhes disse:

...esta tarde é o começo de algo que já começou. Começou até no momento mesmo das primeiras posições de lutas que vocês assumiram, mas essa tarde marca o começo mais sistematizado, de um novo processo ou de um desdobramento do primeiro, de um grande processo da luta que é um processo político, que é um processo social e que é também um processo pedagógico. Não há briga política que não seja isso. Mas o começo mais sistemático a que me refiro que hoje se inicia, tem a ver exatamente com dois direitos fundamentais, entre outros, mas dois direitos fundamentais que poucos têm e pelos quais temos que brigar. O direito a conhecer, a conhecer o que já se sabe, e o direito a conhecer o que ainda não se conhece. (MST, 2004b, p. 8).

Em fevereiro de 1991 é publicado o **Documento Básico do MST**, contendo as linhas políticas de atuação do Movimento. Aqui podemos perceber uma nítida imbricação entre a educação e a formação política, que pouco mais tarde iria desdobrar na **I Oficina de Capacitação Pedagógica** do Coletivo Nacional de Educação, realizada em Presidente Prudente, em São Paulo, de 03 a 12 de novembro de 1992. Neste encontro, ocorrem reflexões sobre o problema da “descontinuidade das iniciativas e procura superar as confusões entre trabalho de base ou formação política e alfabetização” (idem, p. 10), expressa no Documento Básico do MST de 1991:

O setor de educação está voltado para as escolas que devem ser transformadas em instrumentos de transformação social e de formação de militantes, preparando as pessoas para participarem crítica e criativamente do processo de transformação da sociedade. (Idem, p. 8).

Este documento apresentava os seguintes princípios pedagógicos: a) Ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais; b) integrar a escola na organização do assentamento; c) formação integral e sadia da personalidade; d) prática da democracia como parte essencial do processo educativo; e) professor como sujeito integrado na organização e interesse do assentamento; f) escola e educação devem construir um projeto alternativo de vida social; g) uma metodologia baseada na concepção dialética do conhecimento. (MST, 2004b, p. 9).

O quarto período passa a incluir o contexto a partir do qual focamos nossas análises empíricas e cujas lutas sociais demarcam contradições ensejadas pelo aprofundamento das políticas neoliberais como exigência da crise capitalista e da voracidade da finança mundializada. A globalização entorpece as massas pela imagem de integração que ela cria. Uma integração espontânea e natural, que dependa de cada um e de si mesmo, que jamais poderá acontecer, pois soldada a uma divisão internacional do trabalho que o submete ao jugo mais severo do capital, portanto uma integração sobretudo mercantil, dominada desde os Estados centrais capitalistas e de suas empresas globais¹¹⁴ com restritíssimas possibilidades de conjugar valores de emancipação humana e real integração entre sociedade, cultura dos povos e natureza. Por isso, o caráter essencial desta globalização é colocar tudo à venda: árvores, paus e pedras; água, sementes e terras; bichos, plantas e genes; saúde, educação e gentes.

No Caderno de Formação nº 23, de julho de 1995, é publicado o Programa de Reforma Agrária, onde o MST faz o debate sobre “que reforma agrária queremos” e a luta pela reforma agrária passa a ser defendida como uma luta de toda sociedade, passa pela construção de um

¹¹⁴ Não temos condições neste estudo de nos aprofundarmos sobre uma discussão da crise do capital e de seus hegemonias, mesmo sabendo indiscutível a hegemonia dos Estados Unidos da América pelo seu poder militar, econômico, financeiro, político e cultural, não devemos secundarizar no debate o conceito de imperialismo, pois nos parece certo afirmar que seus entrelaçamentos neste período requerem a análise conjunta do papel da China, da guerra permanente no Oriente Médio, do recrudescimento da ultra direita europeia, do papel de América Latina, Ásia e África como fornecedores de recursos naturais, isto é, fonte primária de novas expropriações e ultraexploração do trabalho e outros que certamente nos estão escapando.

projeto popular para o Brasil¹¹⁵ (a partir de 1998) e pela articulação em lutas conjuntas através da Via Campesina (que existe desde 1992), indicando como características da reforma agrária necessária “o desenvolvimento social” e nele a “alfabetização de todos, jovens e adultos”. Em julho de 1996 é publicado o Caderno de Educação nº 8: Princípios da Educação do MST cuja versão utilizada para esse estudo, como supracitado, é de 2004.

Este breve resumo de diversas ações e acúmulos do movimento em criar processos orgânicos de educação, que atendessem às necessidades de formação de sua base, acabaram por gerar um processo que revigorou o debate sobre a educação no meio rural, negligenciada por Estado, governos, educadores e sociedade em geral. Os debates e a luta por uma Educação do Campo toma impulso, principalmente, a partir do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em Brasília, em julho de 1997. O evento reuniu cinco entidades: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o MST, a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Neste ano ocorreu a Marcha Nacional por Reforma Agrária, que reuniu cerca de cem mil pessoas e que, além das reivindicações de políticas para o campo, lembrava pouco mais de um ano (17 de abril) do assassinato de 19 militantes do movimento em Eldorado dos Carajás, no Pará.

As ações por uma Educação do Campo se fortaleceram e, no mesmo ano, aconteceu a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia (GO). Após este evento, foi lançada a coleção Por uma Educação no Campo com três números de livros. Cabe destacar que de 1997 para 1998, segundo mandato de FHC, houve um aumento de cerca de 36,8% no número de ocupações de terras com 792 ocupações, segundo maior índice da história, ficando atrás apenas do ano de 1999 com 856 ocupações. De 1997 a 1998 o número de famílias em ocupações passou de 63.110 para 106.481. (RDL, 2010, p. 15). Trata-se de um

¹¹⁵ Nota 22 – Trabalho de base deslançado pela Consulta Popular a partir de dezembro de 1997, em Itaici, SP. (MST, 2004, p. 14).

período de mais intensas mobilizações sociais, pois a reforma do Estado estava à todo vapor, a liberalização financeira já galopava em ritmo acelerado e as políticas neoliberais do governo Cardoso provocavam danos econômicos, sociais e organizativos para o mundo do trabalho, notadamente, com a dilapidação das empresas públicas via privatizações.

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que teve, em um primeiro momento, como objetivo “proporcionar educação aos jovens e adultos assentados em comunidades rurais mediante processo de Reforma Agrária” (ANDRADE; PIERRO, 2004, p. 22).

Em maio de 2000, Cardoso editava a Medida Provisória 2.027-38 que impede a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas. Substituída em agosto de 2001 pela MP 2.183-56¹¹⁶, além de determinar que "o imóvel rural objeto de invasão motivada por conflito agrário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação" (Art. 4º, § 6º) ainda exclui do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal não apenas "quem for identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão de imóvel rural", mas também "quem for identificado como participante de invasão de prédio público" (Art. 4º, § 7º), como no caso das ocupações de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a prédios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). De 2000 a 2003 despencou o número de ocupações de terras (de 856 em 1999, para 519, 273 e 269 nos anos seguintes), assim como no número de famílias em ocupações. De 2003 a 2007 ocorreu um aumento relativo no número de ocupações e famílias que tornariam a decrescer nos anos finais do governo de Lula da Silva. (RDL, 2010, p. 15). Ressalte-se, este governo não revogou a Medida Provisória.

¹¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2183-56.htm Acesso em: 27/07/2012 10h46

No ano de 2001, o PRONERA é incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que passou também a estimular e financiar o funcionamento de cursos superiores voltados para trabalhadores rurais. Esses cursos superiores são realizados a partir de parceria com as universidades federais e estaduais espalhadas no Brasil e com as organizações e movimentos camponeses. De 1998 até 2007, o programa atendeu mais de 326.547 alunos no campo e destinou R\$169.711.673 dos quais apenas 70% foram executados, para projetos ligados à educação em áreas de reforma agrária. (SOUZA, F, 2009, p. 3).

Os movimentos sociais do campo celebraram no dia 17 de novembro a formatura da primeira turma do curso de Especialização em Educação no Campo e Desenvolvimento, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), centro de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em São Paulo (região sudeste). O curso foi promovido pela Via Campesina, em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB), com apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). Os formandos integram o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre outras organizações camponesas. (OSAL, Outras notas, Anexos, 2005).

Militantes do MST do Ceará (região Nordeste) mobilizam-se, junto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/CE), na sede do Incra na capital do estado, Fortaleza. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas em defesa da Educação e do Pronera. Os manifestantes construíram um Acampamento Pedagógico onde ocorre durante o ato aulas públicas, formação com a base, e a coleta de assinaturas de um abaixo-assinado exigindo a retomada do Pronera. Atualmente, há dois convênios em andamento no estado: turmas do Magistério da Terra e de escolarização. Maria de Jesus dos Santos, da coordenação estadual do MST, explica que há a demanda de seis novos cursos na região: comunicação social, pedagogia, serviço social, história, direito e um curso técnico de agroecologia. Ela ainda ressalta a demanda por assentamento dos 23 acampamentos no estado, o incentivo à produção e a reestruturação do Incra. (OSAL, 08/06/2009).

As ações institucionais ligadas à Educação do Campo tomaram maior vulto a partir da publicação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, legalizada na Resolução CNE/CEB2 nº1, de 03 de abril de 2002. A mobilização dos movimentos sociais em torno da Educação do Campo teve continuidade e organizou-se o I Seminário Nacional Por Uma Educação do Campo em Brasília, de 26 a 29 de novembro de

2002. Nesse ano ocorreu também o lançamento do quarto número da coleção *Por uma Educação do Campo*. Em 2004 foi lançado o quinto número da coleção *Por uma Educação do Campo*, sistematizado a partir das discussões ligadas a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, da qual participara também o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em 2005, ocorreu o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo que reuniu cerca de 70 pesquisadores do Brasil. Nesse encontro foram levantadas várias propostas para o fortalecimento da Educação do Campo. (SOUZA, F, 2009, p. 3-4).

Em 2007 ocorre o Seminário Nacional do PRONERA, reunindo mais de 300 pessoas, tendo como objetivo realizar um balanço das ações educativas no campo. O II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo ocorreu em 2008, contou com a participação de 150 pesquisadores e tinha como objetivo fazer um balanço do estado da arte da pesquisa em Educação do Campo, promover o debate sobre a Educação do Campo e estimular a articulação entre pesquisadores. Em 2008 também foram lançados o sexto e o sétimo números da coleção *Por uma Educação do Campo*. (Idem, p. 4).

Em 2007 foi publicado um estudo denominado *Panorama da Educação do Campo*, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O documento reforça o papel institucional do Estado no tratamento da questão que a partir de 2002, com a aprovação das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), teria dado início à criação de uma agenda pública voltada ao encaminhamento de políticas para a educação do campo. Em 2003 foi instituído um Grupo de Trabalho Permanente, no âmbito do MEC, criando assim “*um espaço de diálogo entre representantes do movimento social do campo e atores das três esferas do governo*”. (INEP, 2007, p. 7) e em 2004 o MEC cria a uma Coordenação Geral de Educação do Campo, integrada à recém criada Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), conforme o estudo, em resposta às demandas dos movimentos sociais do campo.

As contradições são próprias do movimento do real, a teoria em sintonia com as lutas pode evidenciá-las. Vale lembrar que através de um convênio firmado entre a ANPED e a então Secad, desenvolvemos uma pesquisa publicada em 2007. Hoje na página virtual da renomeada SECADI, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, há um *link*¹¹⁷ que leva ao Blog da “Mobilização Social pela Educação”. Lá encontram-se cartilhas ilustradas pelo desenhista Zivaldo e informes sobre eventos, ações, foco, prioridades, lógica, estratégia e instrumentos de mobilização observando que “*uma sociedade se torna uma nação quando é capaz de responder os desafios que são postos pela história*”. Belas palavras, sem dúvida, ainda que precisemos nos perguntar de qual sociedade e de qual história os parceiros desta nobre iniciativa se referem, para citar alguns deles: ArcelorMittal, Bradesco, Consórcio Camargo Corrêa, Grupo Santander, Natura, Vale, Votorantim, Itaú e Walmart, além de igrejas cristãs, ONGS, UNESCO e UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação).

A articulação em torno de uma Educação do Campo configura-se como um momento original do debate educacional no Brasil. Não porque tenha atingido um amplo consenso, isto é, tenha se desdobrado em um debate educacional de alcance nacional. Mas, fundamentalmente, porque teve e tem o protagonismo dos movimentos sociais do campo, o que, inegavelmente, representa um avanço em termos de organização social na apropriação da escola pública. A crítica à reivindicação de uma educação “diferenciada”, por supostamente expressar uma especificidade que não comportaria elementos universais, esbarra no fato de que a educação no meio rural foi e continua sendo utilitária ao modelo concentrador dominante, pois circunscreve e subordina os sujeitos que vivem e trabalham no campo

¹¹⁷ Ver <http://mse.mec.gov.br/index.php>

meramente na esfera da produção econômica, quando muito. Sua lógica assim se resume: trabalhadores rurais não possuem e não necessitam de cultura, a eles cabe ler, escrever e fazer contas o suficiente para trabalharem na enxada e apreenderem, aceitando como suas, as mediações tecnológicas, políticas e culturais dominantes.

Entre 2001 e 2008, o Conselho Nacional de Educação publicou sete pareceres e uma resolução¹¹⁸ sobre Educação do Campo. Dois deles especificamente relativos ao reconhecimento de Casas Familiares Rurais (Parecer CNE/CEB n° 21/2002) e outro referente aos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância em Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) (Parecer CNE/CEB n° 1/2006). Uma terceira mais específica sobre o Conselho Estadual de Educação de Rondônia e todas as demais estabelecem diretrizes operacionais, diretrizes complementares, normas, princípios, orientações para o atendimento e desenvolvimento de políticas públicas em Educação do Campo.

O rompimento de cercas institucionais levados à cabo pela luta Por uma Educação do Campo representam importantes avanços em pelo menos dois sentidos mais aparentes: internamente pelos aprendizados organizativos e acúmulos políticos e teóricos do próprio MST e externamente no que se refere às articulações com outras organizações dos trabalhadores e setores críticos da universidade, sindicatos e movimentos estudantis. Todavia, o poder político do capital sob frações dirigentes do Estado, assumiu posições estratégicas na tomada de decisões que redobram os desafios dos que pensam e lutam por uma educação que corresponda a um campo produzindo para a vida e não para o lucro. A exposição longa deste apanhado de registros a seguir representa apenas uma fração da atuação ininterrupta deste aparelho privado de hegemonia que funciona no interior da sociedade política e que age no ritmo da crise capitalista.

¹¹⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323 Acesso em: 27/07/2012 11h48

Uma comissão brasileira da Via Campesina junto com entidades ambientalistas cobra do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, uma atitude em relação à liberação do milho transgênico pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). A liberação do milho da multinacional Bayer aconteceu no último dia 16/05. (24/05/2007). Manifestantes da Via Campesina protestam dentro do auditório do Ministério da Ciência e Tecnologia em Brasília (DF), na votação pela aprovação do milho transgênico Guardian, desenvolvido pela Monsanto. Um grupo de cinco membros da CTNBio retirou-se em protesto contra a votação. A Comissão aprovou a liberação comercial do milho transgênico Guardian por 15 votos a 1, desenvolvido pela multinacional Monsanto. (16/08/2007). Representantes de 9 ONGs e da sociedade civil realizam manifestação contra a liberação do milho transgênico no Brasil. Entre as organizações está a Via Campesina, a CPT, o MST, o Greenpeace, a Associação de Agricultura Orgânica e o Movimento de Mulheres Camponesas. O protesto, contra a liberação do milho transgênico BT11 da transnacional Syngenta, interrompeu o segundo dia de reunião da CTNBio em Brasília. (20/09/2007). A CTNBio aprova a liberação comercial do milho transgênico BT11, resistente a insetos, da multinacional Syngenta. Cerca de 30 mulheres grávidas buscaram, sem sucesso, sensibilizar o colegiado da Comissão quanto ao perigo que a ingestão de alimentos geneticamente modificados pode trazer à amamentação. O plantio no país avançou 22%, de 2005 para 2006, segundo o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (Isaaa), chegando a 11,5 milhões hectares cultivados, deixando o país na terceira posição no ranking mundial de produtores de transgênicos. (21/09/2007). Entidades e movimentos sociais que integram o Fórum Nacional pela Reforma Agrária enviam carta ao presidente Lula da Silva na qual questionam a liberação do milho transgênico Liberty Link, produzido pela Bayer. (21/09/2007). Sete dos 11 ministros do Conselho Nacional de Biosegurança (CNBS) foram favoráveis à liberação comercial das variedades de milho transgênico das multinacionais Bayer e Monsanto, em reunião no Palácio do Planalto, em Brasília. Quatro ministros, entre eles o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defenderam a realização de mais estudos sobre os impactos dessas variedades à saúde humana e ao meio ambiente. Com a liberação, o Brasil passa ter a terceira variedade geneticamente modificada aprovada para a comercialização. Em 1997, foi a soja e em 2000 o algodão. Estas variedades de milho aprovadas no Brasil já foram proibidas em diversos países do mundo, entre eles Alemanha, França e Suíça. (12/02/2008). A CTNBio autoriza o algodão Bollgard Dois, da transnacional Monsanto. A variedade é chamada de segunda geração já que sofreu a inserção de dois genes. No caso, para a produção de toxinas inseticidas. (25/05/2009). Oitenta e seis entidades, entre elas a Via Campesina, protocolam no Ministério da Casa Civil uma carta aberta para a ministra Dilma Rousseff, na qual pedem a suspensão imediata de todas as autorizações para plantio comercial de milho OGM. As entidades pedem ainda a paralisação de todos os processos de licenciamento de variedades de milho transgênico em curso na CTNBio. (19/06/2009). A CTNBio aprova três novas variedades de milho transgênico para comercialização. As variedades são da Monsanto e da Syngenta e têm tolerância a insetos e ao glifosato. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, com essas liberações, o país soma 9 variedades geneticamente modificadas de milho liberadas para venda. (18/09/2009). A CTNBio autoriza o cultivo

comercial da soja tolerante a herbicidas da classe das imidazolinonas. O produto foi desenvolvido em parceria pela Embrapa e pela Basf e pretende fazer concorrência com a soja transgênica Roundup Ready, similar da Monsanto tolerante ao herbicida glifosato. O gene transgênico inserido na nova soja é patenteado pela Basf e a tecnologia para a transformação genética da planta foi desenvolvida e patenteada pela Embrapa. (14/12/2009).

Tomando como marco referencial o I ENERA ocorrido em 1997, que impulsionou os debates e políticas sobre Educação do Campo, as exportações do agronegócio saltaram de U\$23,367 bilhões naquele ano para U\$76,441 bilhões em 2010. O saldo da balança comercial do agronegócio que era de U\$15,173 bilhões em 1997 passa a U\$63,054 bilhões em 2010¹¹⁹. Em 1999 os recursos para crédito rural giravam na casa dos R\$ 9 bilhões, em 2010 esses recursos chegaram a pouco mais de R\$82 bilhões¹²⁰.

Em 2002 o Banco do Brasil financiou R\$ 1,12 bilhão para o crédito rural, em 2006 foram disponibilizados R\$ 11 bilhões, ocorrendo também aumento progressivo do financiamento rural no período pelo Banco do Nordeste e, notadamente, o BNDES, com a implementação do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) que impactou decisivamente o aumento da venda de tratores e equipamentos agrícolas no Brasil (que após ter caído de pouco mais de 30 mil tratores em 2002 para pouco menos de 20 mil em 2005, subiu violentamente para mais de 40 mil unidades em 2008, segundo dados da Anfavea). (DELGADO; LEITE; JÚNIOR, 2011, p. 2).

Em sua trajetória de pesquisas sobre o patronato rural e sua relação umbilical com o Estado no Brasil, Sonia Regina de Mendonça nos mostra, através das continuidades e descontinuidades decorrentes das relações intraclasses dominante agrária e de seus

¹¹⁹ Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGOE / DPI / SRI / MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio. Coordenação Geral de Organização para Exportação.

¹²⁰ Fonte: Banco Central do Brasil - Gerência-Executiva de Regulação e Controle das Operações Rurais e do Proagro (Gerop). Registro Comum de Operações Rurais – RECOR.

representantes, as relações de poder que vão marcando os profundos elos de subordinação da agricultura aos interesses da acumulação capitalista. Conforme a pesquisadora (2010) uma problemática crucial está no centro de suas investigações: *“aquela dos mecanismos mediante os quais certos segmentos da classe dominante agrária/industrial, e suas respectivas agremiações, inscrevem seus porta-vozes no interior da sociedade política, canalizando para ela demandas específicas que são transformadas em ‘interesses nacionais’”*. (MENDONÇA, 2010, p. 23).

No presente, a Associação Brasileira de Agronegócio congrega uma vasta composição de capitais que domina esses mecanismos de tal modo a subordinar os avanços organizativos dos trabalhadores nos limites estreitos da autocracia burguesa. As ações e formulações que apontem para níveis mais democratizadores da riqueza social são abafadas e repelidas pelos discursos e soluções de produtividade e competitividade hegemonzados como única alternativa.

Antes de finalizarmos, cumpre assumir que não nos foi possível evidenciar pelos caminhos que dispomos para esta estudo, as distinções cruciais entre o Setor de Educação e do Setor de Formação do MST. Carecemos de reflexão e análises mais concretas para isso, mas estas distinções são mais complexas do que um ser o responsável pela educação básica e outro pela formação política da militância. Tem a ver com a própria história de luta pela terra do MST, com os processos que foram dando a organicidade do Movimento, com as dificuldades de organização, produção e sociabilidade nos acampamentos e assentamentos e a criação de formas de superação, com as condições adversas das lutas, com as perdas massivas de homens e mulheres das lutas, com as contradições que vão surgindo das relações com o Estado e com o capital. Talvez o que mais importe para os rumos que aqui assumimos seja o que integra e intercambia os dois setores e o Movimento como um todo na realidade concreta. Não seria este o movimento que gera os processos de formação humana produzidos na luta?

Não seria deste movimento do Movimento na realidade, isto é, na luta de classes, que alimentam a educação e a formação política, gerando continuidades e descontinuidades nas consciências dos sujeitos em luta?

A análise dos registros do OSAL nos mostram que há lutas sendo travadas pelo MST que apontam para alternativas a esta falta de alternativas. O que nos indica que destas lutas emergem teorias, filosofias e práticas educacionais? São elas apropriáveis pelo conjunto da classe? Através de quais mediações político-pedagógicas e ético-filosóficas podemos formular projetos pedagógicos consoantes aos interesses do conjunto da classe trabalhadora? Possuem elas universalidades capazes de ancorar lutas antissistêmicas? Ou restringem-se ao caráter mais economicista e sindical? São questões que nos orientam para as análises do último capítulo que segue.

CAPÍTULO 4 – POR UMA PEDAGOGIA DA LUTA E DA RESISTÊNCIA

4.1 Introdução

A luta pela terra feita pelo MST, e nela, o modo como a luta pela educação pública e de qualidade se desenvolveu¹²¹, imprime nesta educação uma concepção ampliada de formação humana e um papel de estratégia política na medida em que (re)cria e desenvolve práticas, teorias e filosofias educacionais, escolares ou não, concebidas desde uma perspectiva de transformação social. A análise das lutas do MST nos indica que nelas se desenvolvem práticas político-pedagógicas cujos processos põem em movimento a formação da consciência dos sujeitos sociais nelas envolvidas. Raúl Ornelas (2008) nos ajuda a refletir neste sentido quando sugere que devemos fortalecer o debate sobre os horizontes da luta social e afirma que *“A experiência histórica da luta social, e muito especialmente, a história dos processos revolucionários, nos mostra que os pontos de referência que proporcionam ideias-força para orientar a luta e a transformação social têm uma importância capital”*. (ORNELAS, 2008, p. 90). Os pontos de referência que julgamos trazer contribuições qualitativas, por nos apoiarem nas formulações das análises e das estratégias que se movem nas ações do sujeito transformador, seguindo os passos de Ornelas, podem ser os trabalhadores e suas organizações, mas também jornais, clubes, e mais recentemente, grupos de intelectuais (idem). Pelos caminhos que aqui estamos tentando seguir, incluem-se nestes pontos de referências as próprias ações de luta, geradoras de práticas político-pedagógicas propulsoras de ideias-força que intervêm nos processos de formação da consciência dos sujeitos em formação.

Nestas práticas político-pedagógicas mediações prático-políticas e ético-filosóficas com força educativa são gestadas, rejuvenescidas e desenvolvidas. Tais mediações acionam

¹²¹ Dos acampamentos à luta Por uma Educação do Campo, como analisado no capítulo anterior.

(põem em movimento), articulam (rearticulando e desarticulando) e integram (reintegrando e desintegrando) relações e nexos psicossociais de leitura, análise, interpretação, conceituação, sistematização e síntese da realidade e, como resultado, permitem a construção de conhecimento pelos sujeitos sociais. Abrem possibilidades ao ser social de internalizar elementos e aspectos contraditórios desta realidade, promovendo alterações na sua consciência que resultam em conflitos e rupturas com sua condição de indivíduo, ao mesmo tempo em que sua identificação como sujeito histórico transita para outros níveis mais elevados, processo afim ao que Freire (1979), em “Alfabetização e Conscientização”, denominou de “transitivção crítica”.

Educação como um processo permanente de formação transformação humana. A existência social de cada pessoa é o fundamento (base sobre a qual se funda) de sua educação. O que educa/transforma a pessoa não é apenas o discurso, a palavra, a teoria, por melhor que sejam. É sim a vivência concreta do novo. Se o que pretendemos é transformar ou construir comportamentos, atitudes, valores (consciência) em nossos educandos/nossas educandas, é preciso organizar as condições objetivas para que vivam durante o processo pedagógico estas mudanças. Será a partir desta vivência e de tomar consciência dela, que irão acontecer mudanças reais nas pessoas, e poderemos dizer que realmente estão se educando. (MST, *Princípios filosóficos*. Cadernos de Educação nº 8, p. 10).

As mediações a que nos referimos são engendradas e postas em movimento por um conjunto de determinações que movem-se do particular ao universal, em meio a dinâmica dos conflitos sociais que encerra à generalidade do presente das lutas de classes nos termos em que as estamos analisando: o agronegócio é o modelo de produção no campo adotado pelas frações burguesas dominantes, como parte do manejo e adequação à mundialização financeira do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista. A divisão internacional do trabalho que este estágio requer, reserva para países capitalistas dependentes como o Brasil uma inserção cada vez mais heterônoma e subordinada, conforme este modelo vai se consolidando e aprofundando. Aparentemente, fatias mais substanciais da mais valia global

vêm sendo acumuladas pelas frações burguesas locais mais elasticamente imbricadas neste modelo. Isto não nos permite afirmar que haja nessas frações convicções ideológicas e políticas de um projeto autônomo de desenvolvimento burguês fora dos marcos de uma ditadura de classe (FERNANDES, 1979), cuja dominação econômica, política e cultural não se amplia ou transborda para além das necessidades imediatas de repasse de parte dos excedentes para as burguesias internacionais, isto é, a fim de conformarem um projeto de desenvolvimento capitalista nacional.

A investigação sobre as lutas do MST contra tal padrão de acumulação do capital pelas frações burguesas hegemônicas e locais, como exposto de modo sistemático no capítulo anterior, é relevante para examinar as contradições das relações sociais subjacentes ao desenvolvimento dessas forças produtivas, em especial para compreender como essas contradições são plasmadas como conhecimento teórico da luta de classes, em um horizonte estratégico, no âmbito da formação e das práticas educativas forjadas pelo movimento.

Afirmar que a socialização da terra é inviável é o mesmo que afirmar que o bloco de poder que sustenta tal modelo de agronegócio é eterno e corroborar com o ideário do fim da história. Com efeito, uma coisa é afirmar que a reforma agrária é incompatível com o modelo do agronegócio, o que indubitavelmente é comprovado na prática, outra, distinta, é sobre a sua impossibilidade. As lutas pela reforma agrária têm assumido, crescentemente, feições anticapitalistas, justo porque os movimentos têm a compreensão de que, nos marcos do atual padrão de acumulação, a luta pela reforma agrária, ainda que inscrita nos marcos da “revolução dentro da ordem” a que se referira Florestan Fernandes em seu texto sobre “O que é revolução?” (1981), coloca, necessariamente, em relevo a dimensão “revolução fora da ordem”.

As frágeis políticas de distribuição de terras dos últimos 20 anos não conseguiram lograr o fim da “pobreza” no campo, para utilizar a expressão em voga nas ideologias

dominantes, muito longe disso. O fim da pauperização dos trabalhadores do campo não se deve apenas a magra política de distribuição de terras em si, mas, sobretudo, pelo fim das contradições que se expressam nas lutas entre, de um lado, os interesses dos grupos dominantes de imporem a agricultura capitalista como se fosse a única forma de produção no campo e, de outro, os que lutam e criam ou reproduzem outras formas de produção e sociabilidade e, por isso, são violentamente reprimidos, como atestam os resultados de mais de 20 anos de coleta de dados e pesquisas feita pela CPT. Por isso, não se trata mais de fazer reforma agrária e conviver com o agronegócio. O agronegócio é um poderoso obstáculo para a maioria das pessoas do campo, por impossibilitar a socialização da terra e da cidade, por impor um padrão de alimentação deletério para a maioria do povo, seja porque de alto custo, seja porque prejudicial a saúde. Não se sustenta sem vultosos investimentos públicos; gera desemprego e aumenta a concentração de terras e riquezas; não pode interagir com a bio/agro/sócio/diversidade, pois provoca falhas ou rupturas no metabolismo de amplos territórios-ecossistemas para sustentar uma produção em escala ampliada de monocultivos para exportação; não é capaz de solucionar o problema da fome e de produção de alimentos saudáveis, porque como modelo de produção de *commodities* está subordinado exclusivamente às relações entre as corporações e o mercado especulativo; utiliza intensiva, dispendiosa e dependentemente energia fóssil e venenos químicos; mercantiliza a vida, submetendo solo, água e seres vivos à lógica da acumulação privada; destrói ou se apropria privadamente do trabalho e do conhecimento camponês, indígena e de todos os povos do campo. Em suma, é o modelo orgânico de produção agroindustrial do atual estágio de acumulação e expropriação do sociometabolismo do capital.

Com razão, nos diz Florestan que “*As sociedades humanas sempre se encontram em permanente transformação, por mais “estáveis” ou “estáticas” que elas pareçam ser*”. (FERNANDES, F, In: IANNI, 2008, p. 140). Um projeto de reforma agrária como política de

distribuição de terras e riquezas e como modelo alternativo de produção e desenvolvimento de novas sociabilidades, para o campo e a cidade, distintas da dominante, não se sepulta porque não apresenta condições objetivas imediatas. Por isso é imprescindível lembrarmos que

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se reproduzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. (MARX, 1977, p. 25).

A ditadura de classe no Brasil (FERNANDES, 1979, p. 50), expressão do desenvolvimento capitalista dependente, traduz politicamente que a dominação burguesa, compartilhada entre as frações do capital financeiro e das burguesias industriais exportadoras de *commodities* minerais e do agronegócio, estão sendo capazes por meio de suas “*coalizões oligárquicas e composições autocráticas*”, materializadas nas alianças entre os setores mais atrasados das oligarquias latifundistas (escravagistas e milicianos) e os mais avançados e capitalizados da agroindústria (também), ambos entrincheirados no Estado, de “*consolidar a continuidade da ordem contra as “pressões internas” e contra as “pressões externas” das Nações capitalistas hegemônicas*”. (idem, p. 49-50). Vale lembrar que, conforme o Anuário do Agronegócio 2010, das 50 maiores empresas do setor, aquelas cuja origem do capital é estrangeira representam 38%, quatro são de capital misto (8%) e as demais de capital “nacional” (54%). Entre as dez maiores, cinco são estrangeiras (Bunge Alimentos, Cargill, Nestlé, Unilever e Sonae) duas de capital misto (Pão de Açúcar e Ambev) e três de capital “nacional” (BRF Brasil Foods, Copersucar e Bertin). Das 500 maiores, 52 são estrangeiras, 19 delas entre as 50 primeiras, o que aponta para seu alto nível de capitalização, competitividade e lucratividade. Não estamos choramingando pela burguesia “nacional”, objetivamos apenas

ilustrar uma dimensão inerente à lógica imperialista e que é parte igualmente intrínseca da dominação de uma burguesia heterônoma.

(...) as burguesias “nacionais” das sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas não socializam para fora todo o seu poder político e, especialmente, que elas não cedem à dominação externa e à imperialização as posições que são estratégicas para o controle político do desenvolvimento capitalista dependente. Elas aceitam e até incentivam a articulação de interesses burgueses internos e externos, que pareçam refundir o poder burguês ao nível econômico, aumentando, em consequência, a sua flexibilidade e eficácia como fonte de dinamização da dominação burguesa em geral. Entretanto, elas procuram resguardar a base estatal de sua dominação de classe, impedindo com o mesmo afã que tanto a democratização do poder ou a integração das estruturas nacionais de poder, internamente, funcionem como focos de erosão do seu poder real. (FERNANDES, 1979, p. 54-55).

O que implica em reprimir e desqualificar as lutas, mas também forjar consensos conciliatórios com os trabalhadores, cooptando-os ou buscando controlar ou destruir a autonomia – sempre relativa se pensada no interior das relações de poder burguês, isto é, do Estado burguês – de suas organizações e seus projetos de mudança social com potencial de provocar brechas na correlação de forças que abram espaços para uma mobilização crescente e cada vez mais massiva e consequente dessas organizações. Ultra explorar o trabalho, a fim de manter níveis de extração de sobrevalor diversificados e adequados à produção de um superexcedente e restringir avanços democráticos essenciais, que encarnem novas ideias e relações de novo tipo, novos consensos catalisadores de projetos capazes de fragilizar as cadeias de dominação interna, eis o imperativo ético-político da burguesia autocrática que torna tão heterônoma a existência das massas sob o desenvolvimento capitalista dependente. Isto não decorre de uma burguesia “atrasada”, que precisa ser substituída por uma burguesia “moderna”, com um projeto nacional-desenvolvimentista, com força de realizar uma reforma democrática ampla e logarmos um estado de bem estar social anacrônico. Esta é a condição necessária à manutenção da repartição subordinada dos excedentes com as burguesias dos países capitalistas centrais, razão última da ultra exploração, e não pode ser compreendida

fora da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, que reservou os últimos trinta anos para alçar a “emergentes” países que atendam às urgências da crise estrutural, sangrando seus mundos e fundos, o que não abre muita margem para determinadas concessões. Assim a reforma agrária, mesmo limitada à mera distribuição de terras, não avança e não pode avançar sob as relações de poder autocráticas burguesas, a não ser dentro de limites severamente controlados.

O padrão de desenvolvimento capitalista dependente é incapaz de superar certas realidades, que se reconstituem e se revitalizam de modo permanente, como: a forte dominação externa; a apropriação dual ou associada do excedente econômico; a extrema desigualdade na distribuição da riqueza, do prestígio social e do poder; a coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento “absoluto” ou “relativo”, forçando constantes rearticulações de setores “arcaicos”, “modernos” e “ultramodernos”; intensa exclusão institucional das classes destituídas etc. (FERNANDES, 1979, p. 50-51).

Para atingir certo grau de unidade ou homogeneidade, expressão da confluência entre valores, práticas e ideias com alcance que plasme os interesses dos trabalhadores como interesses universais, as organizações destes irão necessariamente dispor de sujeitos sociais com as mais variadas experiências políticas, culturais, éticas, sociais e psicológicas, herdadas do conjunto da totalidade da vida social em sua relação dialética com a imediaticidade da realidade específica em torno da qual produzem seu cotidiano. Em outras palavras, são os sujeitos sociais em diferentes momentos do movimento de formação de suas consciências que atribuirão sentido concreto às necessidades e imperativos da mudança social. É sob eles que pesa o fardo do tempo histórico, são eles que poderão assumi-lo como fardo ou como possibilidade de mudança ou, ainda, não assumi-lo de modo algum, sendo por ele apenas mantido como indivíduo encapsulado em sua condição estranhada e reificada, para o regozijo dos defensores da ordem. Contudo, a condição de indivíduo encapsulado é tão histórica quanto a do sujeito social emancipado, precisamente, do sujeito em movimento de busca por emancipação, pois essa passagem ou transição não é direta ou linear, como uma evolução

progressiva. É mais uma condição de fluxo constante entre idas e vindas, interpenetrações e desvios, nas dinâmicas de formação do ser social, que decorrem de inúmeras determinações, as quais o indivíduo encapsulado se defronta, ora se amoldando, ora provocando rupturas em graus diferenciados, não sendo raras, mas muitas vezes ocultadas, as situações onde se expressa a dialética dos opostos que se transformam em seus contrários.

O mesmo ocorre com a consciência de classe, pois ela não se define pela consciência fragmentada do indivíduo serializado, nem pela consciência da classe como sujeito revolucionário; contudo, cada um destes momentos é a consciência de classe, ou seja, é tão consciência de classe a alienação e o senso comum como a consciência da necessidade de transformação revolucionária da ordem do capital, não são mais que momentos da consciência de classe. (IASI, 2006, p. 320).

A consciência dos sujeitos sociais sofre intervenções mediadas por suas práticas, que a movem entre os diferentes momentos de apreensão da realidade concreta e na construção de sua consciência de classe e de sua práxis social¹²². Permeiam nossa discussão algumas indagações inerentes a própria compreensão desses mecanismos: como intervir na formação da consciência de trabalhadores pouco escolarizados, analfabetos, embrutecidos pelo capital? Como articular nesta intervenção senso comum, bom senso e as mediações que permitem a transição a uma consciência ético-política filosófica? Sabemos dialogar com o povo? Qual o lugar das práticas pedagógicas nas organizações dos trabalhadores? Tais indagações têm por pressuposto que processos de mudança social requerem a formação de uma força social histórica que disponha para a sua execução de uma consciência individual e coletiva relativamente apta para efetivar-se como força motriz de direção e condução desses processos.

A análise das lutas sociais travadas pelo MST, a partir dos registros nas cronologias do OSAL, subsidiada pela análise dos dados da CPT e do DATALUTA, nos levam a refletir sobre a possibilidade de que t(pr)áticas políticas de luta e resistência sejam conformadas como

¹²² Em um sentido mais restrito, a práxis social é a atividade de grupo ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política. (VÁSQUEZ, 2007, p. 231).

práticas pedagógicas, acionando e gerando mediações que intervêm nos movimentos de formação da consciência dos sujeitos sociais. Neste processo de luta, são forjados nexos práticos-teóricos que são tributários a uma concepção de educação organicamente vinculada às lutas e aos processos de transformação social que elas vicejam. Para esta análise, julgamos ser necessário considerar alguns elementos essenciais, a saber:

- (i) As relações entre a intensidade e diversidade das lutas do MST com o conjunto das flutuações das relações de força.
- (ii) Os valores ético-políticos expressos na diversidade das lutas que possuam correspondências orgânicas com a concepção pedagógica do MST;
- (iii) As práticas pedagógicas tributárias de uma pedagogia da luta e da resistência contra a sociabilidade do capital;
- (iv) As ações de luta como mediações pedagógicas, cujas bases e processos de construção ativam e nutrem os movimentos da consciência dos sujeitos e grupos sociais.

Como nos referimos na introdução da tese, trabalhamos com a hipótese de que as ações de luta do MST constituem práticas pedagógicas objetivadas como atividade sistemática (teórica e filosófica) e intencional (política e pedagógica) de intervenção na realidade, gerando processos educacionais em sentido amplo. Procuraremos compreender como as diferentes mediações prático-teóricas e ético-filosóficas geradas nestas ações intervêm na consciência dos sujeitos sociais que nelas se engajam, conformando sua práxis. Porém, para apreender as mediações produzidas nessas lutas e como elas podem intervir na formação da consciência, consideramos válido o exame do modo como essas ações interagem mutuamente entre si e com as determinações mais particulares e mais gerais que conformam a luta pela terra.

Deste modo, as ações de lutas do MST como ocupações de terras, ocupações de prédios públicos, marchas, atos públicos, acampamentos, bloqueio de rodovias, dentre outras, são vistas, sob a perspectiva acima referida, como práticas pedagógicas, que abrem sentidos, comportamentos, ideias e valores diversos na formação da consciência do ser social. Contudo, elas não devem ser analisadas isoladamente nas suas potencialidades e limites intrínsecos. As cronologias do OSAL confirmam que também as organizações dos chamados “ruralistas” promovem marchas, atividades de formação e ocupam formalmente espaços políticos, dentro e fora do Estado, com ou sem a necessidade de ações públicas e/ou de massa. As ações de luta e resistência empreendidas pelo MST devem ser analisadas mediante as contradições que as impelem no interior do movimento dialético entre estrutura e superestrutura, que comporta as determinações que, em última análise, irão concorrer para sua materialização.

Ao analisarmos os registros do OSAL, identificamos que os tipos de ações de luta do MST são determinados pelas contradições intrínsecas à crise estrutural do sistema do capital em seus enlaces e imbricações com as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Esta síntese generalizante não prescinde dos elementos específicos que integram e interagem entre si conformando suas diferentes determinações, nem tampouco pretende secundarizá-los, mas sim ressaltar que há uma *totalidade* de determinações com graus variados de força no espaço e no tempo que agem sobre a ação dos seres sociais e põem suas vontades e projetos em movimento, no compasso dialético da história.

4.2 Práticas por uma pedagogia da luta e da resistência

4.2.1 Criminalização da luta pela terra e do MST

Nos últimos anos vem ocorrendo um processo diferente de repressão onde o fazendeiro substitui o

pistoleiro pela empresa de segurança, que nada mais é que a nova cara da pistolagem, agora legalizada. Antes o pistoleiro matava a liderança; agora a empresa e, em muitos lugares, a polícia atacam todos os trabalhadores. (BOGO, 1999, p. 40).

A epígrafe acima, escrita em um ano marcado pelo recorde histórico do número de ocupações de terras e de famílias acampadas (RDL, 2010, p. 32), já demonstrava uma dimensão das lutas sociais que se estendeu e especializou, em especial nas fileiras dos setores dominantes que vêm adotando doutrinas militares e ações repressivas de forma organizada, eficiente e brutal, pois resultado de uma ação conjunta entre capital e Estado. Duas categorias foram frequentemente registradas no OSAL e, por isso, julgamos pertinente fazer breves considerações diante de seu recrudescimento em meio a crise estrutural do sistema capitalista, e devido a ela mesma, como diz Mattos (2009), a saber: a judicialização e criminalização, dimensões da violência sistêmica contra o MST operada em grande medida pelo Estado.

Destacamos esta particularidade nos registros por entendermos que elas nos mostram os limites da democracia burguesa que, de fato, se revela uma autocracia, pois a dominação de classe que ela engendra não permite (ou reduz ao mínimo possível) que os trabalhadores se organizem para reivindicar seus direitos quando estes estão relacionados à propriedade e aos direitos trabalhistas universais. Nada pode ameaçar substantivamente a acumulação do capital. Assim, até mesmo as migalhas da reforma agrária devem ser estrangidas a se integrar ao complexo do agronegócio para seu desenvolvimento e expansão.

Assim, judicialização e criminalização, nesta categorização, referem-se aos registros das ações protagonizadas pelo MST em que houve coerção extra econômica por meio do Estado, com fins de desmobilização, repressão e criminalização da luta pela terra. Isto, contudo, não exclui a pistolagem e as ações de milícias privadas, financiadas e/ou dirigidas por agentes do capital no campo que operam em diferentes instâncias do executivo, legislativo e judiciário. Velhas práticas que nossa “moderna” burguesia agrária lança mão para exercer o

seu domínio, visto que o a afirmação de um modelo tão generalizadamente problemático como o agronegócio requer mais que discursos, pesquisas encomendadas, cartilhas e propagandas apologéticas.

Não se trata, pois, de uma ação típica, entendida como t(pr)ática de luta do Movimento, mas de uma reação conservadora às suas outras ações. Conservadora no sentido de uma prática oligárquica “tradicional”, mas esta não é a única adjetivação possível diante do sofrimento causado pela dor de milhares de famílias que perdem seus filhos e filhas, esposas e maridos, pais e mães pela brutalidade gerada pelo “cobiça é bom”. A violência não é incompatível com a perspectiva da pedagogia da ordem ou da hegemonia, ao contrário, a combinação de ambas opera no sentido do estrangulamento da vontade coletiva de lutar, visando assim acionar processos de (de)formação da consciência, no sentido de provocar sua passividade, inércia, encapsulamento e regressão dos movimentos de elevação da consciência individual e coletiva. A despeito do descenso das lutas e de uma fragilização na organização dos movimentos sociais, em virtude do quadro político esboçado, deve-se repetir uma de suas lições, que eles nos ensinam nas lutas: “pelos que tombaram, nem um minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta!”.

Veremos mais à frente que, ao sistematizarmos os motivos que levam aos diferentes tipos de ações de lutas do MST, também há uma categoria judicialização-criminalização, mas neste caso refere-se ao motivo/justificativa da manifestação, isto é, quando o movimento luta contra a coerção e repressão aos movimentos sociais e não uma ação sofrida contra o movimento. O antagonista, muitas das vezes, continua sendo o Estado, porém, não como juiz e carrasco, mas como réu.

(...) a atual fase de criminalização da “pobreza” e dos movimentos sociais corresponde a uma etapa da acumulação capitalista (com maior “despossessão” ou alto nível de expropriação), em que o capital – justamente por retirar direitos conquistados pelos trabalhadores, precarizar cada vez mais as relações de trabalho, fragmentar a produção e ampliar o desemprego e a miséria –, de forma análoga à da fase da “assim

chamada acumulação primitiva”, precisa na mesma escala ascendente lançar mão do aparelho do Estado. (MATTOS, 2009, p. 112).

Houve relatos de judicialização-criminalização em 8,0% dos 1604 registros, índice provavelmente inferior à realidade, pois, frequentemente, interditos proibitórios, julgamentos políticos convertidos como se criminais, ameaças diretas às famílias camponesas que vivem nos rincões do país, e também, as referidas ações do movimento contra o Estado, não circulam nos meios de comunicação. Apesar desta constatação, os registros efetivamente apurados são quantitativa e qualitativamente relevantes. Os seus efeitos são políticos e ideológicos e, em certo sentido, cumulativos, pois interferem tanto na ação imediata, exigindo o repensar da posição adotada na luta específica, como no conjunto das ações adotadas pelo Movimento, mediante as experiências e dinâmicas particulares de luta em cada fração do território ou estado. Tais processos coercitivos impelem os sujeitos em luta a repensar as estratégias, discutir novos apoios e alianças e fortalecer a luta. Supomos que tais escolhas não sejam tomadas por critérios subjetivos individuais, mas, sobretudo, influenciados pelo contexto de possibilidade de reprodução econômica imediata, o nível de articulação entre as alianças políticas ensejadas pela luta e a correlação de forças particular e geral que podem determinar a eficiência dessas mediações em uma direção ou em outra. De todo modo, tais experiências envolvendo a judicialização e a criminalização podem propiciar conhecimentos estratégicos sobre a natureza do Estado capitalista e, em especial, sobre o seu aparato legal.

Leandro Gaspar Scalabrin, advogado do MST e membro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap) entende que criminalizar significa considerar como crime. Ele nos relata que em 11 de março de 2008, o Ministério Público Federal de Carazinho ingressou com uma ação criminal, aceita pela justiça federal, contra oito supostos integrantes do MST pelo cometimento de delitos contra a “Segurança Nacional”, com base na Lei de Segurança Nacional (LSN – Lei nº 7.170 de 14 de dezembro de 1983) promulgada em

1983, no final da ditadura militar. Scalabrin em seu testemunho nos informa que, segundo a denúncia, nos anos de 2004, 2005 e 2006, os grupamentos dos quais faziam parte os acusados “constituíram um ‘Estado paralelo’, com organização e leis próprias”, teriam resistido ao cumprimento de ordens judiciais, “ignoraram a legitimidade da Brigada Militar”, teriam utilizado táticas de “guerrilha rural” e estariam recebendo apoio de organizações “estrangeiras”, tais como a Via Campesina e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Estes fatos, ainda conforme o autor, são enquadrados nos artigos 16, 17 e 20 da LSN, cujas penas máximas somadas são de 30 anos de reclusão e tratam dos “integrantes de grupamentos” que tenham por objetivo a mudança do Estado de Direito com uso de violência e de atos de terrorismo por inconformismo político.

Para Scalabrin houve um mérito nesta ação penal que foi a divulgação da existência de três documentos “secretos” que a procuradora usa como “provas” contra os acusados. Sem nos estendermos para além de nosso objetivo, pois o testemunho do autor é completo, consideramos pertinente reproduzir um trecho emblemático do relatório conclusivo das investigações.

Ao apresentar o relatório conclusivo das investigações ao CSMP, o conselheiro-relator, Procurador Gilberto Thums, defendeu a necessidade de “desmascarar o MST”, por se tratar, segundo ele, de uma organização criminosa, com nítida inspiração “leninista”, que se utiliza de “táticas de guerrilha rural”. O procurador criticou a complacência do poder público, notadamente dos “governos de esquerda” que se limitariam a “fornecer cestas básicas, lonas para as barracas, cachaça, treinamento em escolas para conhecer a cartilha de Lenin, etc.”. O procurador chama de “vagabundos” e “invasores movidos à cachaça” os sem-terra e propõe que sejam ingressadas ações judiciais para a dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade”; “suspender marchas, colunas ou outros deslocamentos em massa de sem-terra”; “investigar os integrantes de acampamentos e a direção do MST pela prática de crime organizado”; “intervir “nas três ‘escolas’ [...] de influência externa do MST”; desativar os acampamentos “que estejam sendo utilizados como ‘base de operações’ para invasão de propriedades”; investigar os “assentamentos promovidos pelo Incria ou pelo Estado do Rio Grande do Sul”. (SCALABRIN, 2008, p. 250-251).

Três quartos do período em exame mantiveram um quantitativo de registros de judicialização-criminalização em intensidade alta, isto é, houve um quantitativo de registros mais próximos ao observado no ano de pico. Do total de ações mobilizadas pelos MST e registradas pelo OSAL, 7% sofreram coerção estatal em 2007, no ano seguinte houve uma pequena queda para 6,6%, em 2009, um crescimento para 8,3% e em 2010 as ações de repressão chegaram à 11,8% do total, o que sugere uma tendência de aumento na repressão nos dois últimos anos do governo de Lula da Silva. Por outro lado, as ações do MST que denunciavam e protestavam contra a judicialização e criminalização representaram, nos registros do OSAL, 9,3% do total das ações do movimento. Sendo que em 2007 foram 4,7% das ações, em 2008 foram 9,4%, em 2009 foram 10,5% e 2010 foram 14,0%, indicando um crescimento ano a ano das ações do movimento contra a repressão e coerção estatal.

Dados da CPT nos indicam que, referente ao período analisado do OSAL, 2007 foi o ano com o maior número de ocorrências de conflitos por terra, tendo uma queda de aproximadamente 27% no ano seguinte. Em 2009 houve crescimento de 12,0%, que praticamente manteve-se estável em 2010 e aumentando 17,6% em 2011. Vale lembrar que estes dados não se referem apenas às ações do MST, mas de dezenas de movimentos sociais que atuam no campo.

4.2.2 Violência

Na análise dos registros do OSAL, constatamos que em 6,5% das ações do MST houve atos de violência. Este índice, contudo, não pode ser absolutizado, tendo em vista as limitações da análise empírica, devido à própria realidade de acampamentos, assentamentos e porções do território em disputa, muitos dos quais sob permanente estado de ameaças e atos de violência que não são sistematicamente registrados pela imprensa. A categoria *violência*

foi incluída, portanto, como decorrência da ação repressiva do Estado e sua polícia ou de milícias e jagunços contratados por proprietários particulares ou empresas que cometam atos contra a vida (em sentido amplo, incluindo a dignidade, a humanidade e os direitos) dos trabalhadores e militantes vinculados ao MST. Dos registros de ações em 2007, em 6,1% foram destacadas ações violentas, em 2008 foram 6,8%, em 2009 foram 6,0% e em 2010 foram 6,8%. Com relação às ações do MST cujo motivo/justificativa teve como propósito o combate e denúncia contra a violência, temos em 2007 foram 6,4% das ações, em 2008 foram 3,1%, em 2009 foram 5,8% e em 2010 foram 6,1%. Deste modo, judicialização e criminalização e violência, como sabido, são marcas contemporâneas com raízes seculares da luta pela terra no Brasil.

Embora a violência contra os trabalhadores seja uma dolorosa marca da histórica luta pela terra no Brasil, consideramos que ela não seja mero apêndice, ou como querem os setores dominantes, “acidentes de percurso”, “efeitos colaterais”, do que hoje os movimentos sociais, organizações de apoio às lutas populares e pesquisadores conceituam como judicialização e criminalização da condição de pobreza e dos movimentos sociais. Este processo é que extrapolou em muito à repressão por meio da coerção policial direta, criando formas de violência mais sutis, pois formalizadas pelo Estado como políticas de segurança pública que se aproximam de consenso, isto é, ganham legitimidade de parte da sociedade por estarem sendo feitas para garantir o direito à propriedade, que é absolutizado e posto acima dos demais interesses coletivos¹²³.

Registros pontuais de violência envolvendo militantes do próprio movimento, e até mesmo entre movimentos distintos, também ocorreram, normalmente numa abordagem que

¹²³ Fazemos aqui um breve paralelo do papel da violenta Brigada Militar em sua atuação contra o MST sob o governo de Yeda Crusius (2007-2010) com as Unidades de Polícia Pacificadora, implantadas nas favelas da cidade do Rio de Janeiro no governo de Sérgio Cabral (2007-2010 e 2011-2014). Embora sejam processos bastante distintos em quase todas as suas dimensões, e não vamos nos deter nisto aqui, mantém entre si o fato de serem articulações entre o executivo e o judiciário, que agem como instâncias do poder burguês, para proteger e garantir o lucro, tendo como fundamento a propriedade privada dos meios de produção e valorização do capital. São expressões das contradições geradas pela atual financeirização mundializada do capital, que marcam as relações sociais e produtivas, no campo e na cidade.

ênfatiza o apelo moral de caráter liberal, que busca ajuizar uma essência criminosa, como aqueles que por não possuírem propriedades tendem odiosamente a tomar às de outros, naturalizando e mistificando, obviamente, a propriedade privada e, ao mesmo tempo, um comportamento de inadequação e prejuízo à ordem, expresso no caráter de “baderna” que se imputa às ações do MST, naturalizando-a igualmente como característica inerente à personalidade do sem-terra, que se materializa nas intoleráveis “invasões” à sacrossanta propriedade privada. Ora, quem apanha, sangra e morre aos montes no campo não são investidores do mercado sojeiro, acionistas do setor sucroalcooleiro ou exportadores de carne. São trabalhadores sem-terra, indígenas, pescadores, quilombolas e outros povos do campo e das florestas que lutam contra o extermínio de classe promovido pelas frações burguesas que estão vampirizando vultosos lucros com o padrão de acumulação capitalista em curso.

Em seu incessante exorcismo de um velho espectro que, mesmo que por ora demasiado etéreo, insiste em rondar, as reações das classes dominantes apontam para lutas cada vez mais ásperas para os trabalhadores. É neste sentido que tentaremos voltar nossa análise, ou seja, atentarmos para os tipos de ações de lutas que movem o MST e que possam conferir aprendizados e mediações pedagógicas às ações de lutas do conjunto da classe trabalhadora. Numa perspectiva que buscará enfatizar que o movimento social pode ser um poderoso agente educativo da classe. Assim, abaixo, buscaremos evidenciar que tipos de ações são estas e quais mediações elas podem criar ou potencializar.

4.2.3 Lutas Unificadas

Chamamos de Lutas Unificadas os tipos de ações cuja marca distintiva se expressa em uma articulação de forças sociais, das quais uma é o MST, mobilizadas em torno de uma pauta que pode ser única ou ampliada, não se restringindo exclusivamente à luta pela terra ou

às pautas da Reforma Agrária. Ou seja, mediando determinações das lutas de classes que se movem do particular ao universal, ora assumindo feições democráticas, ora revolucionárias, produzindo mediações que vão sendo apreendidas e internalizadas em variadas combinações na conformação da subjetividade dos sujeitos sociais em luta. Estas forças sociais podem ser movimentos sociais, partidos políticos, organizações sindicais, estudantis, indígenas, religiosas, ONGs, dentre outras. São coletivos com graus diferenciados de diversificação e execução da tarefa de organizar e formar suas bases pela e para a luta. Uma ocupação de um prédio público pode possuir uma característica particular e decisiva no movimento de formação da consciência dos militantes aos estenderem-se as práticas, os símbolos, os cantos, os jeitos, as experiências e os acúmulos das lutas para além dos membros de cada movimento, gerando vínculos de solidariedade entre eles que mediam as disposições e a subjetividade dos militantes, reforçando um valor intrínseco à unidade da ação que busca a ruptura com a sociabilidade individualista dominante, expressas nas organizações sob a face do corporativismo e do sectarismo. Afinal, “*O companheirismo e a solidariedade nas relações entre as pessoas e os coletivos*”, “*a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero, de estilos pessoais*”, “*a construção do ser coletivo combinada com a possibilidade da livre emergência das questões da subjetividade de cada pessoa*”, “*o cultivo do amor pelas causas do povo e o sentido internacionalista das lutas sociais*” estão entre os valores humanistas e socialistas que o MST assume como um de seus princípios filosóficos **Educação com/para valores humanistas e socialistas**, defende e acredita que devem ser enfatizados nas suas práticas educativas. (MST, Cadernos de Educação nº 8, 2004, p. 9).

Quando o MST realiza ações de luta resultantes de experiência coletiva de articulação e mobilização, uma *luta unificada* como a que reuniu cerca de 8.000 militantes do MST, do MPA e da Via Campesina, em 24 de julho de 2007, em vários pontos no estado do Rio

Grande do Sul, reivindicando a abertura da negociação de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), estabelece-se um marco distinto na formação de seus militantes e de outros movimentos, por tratar-se de um processo de aprendizado prático-teórico mútuo e interdependente, que extrapola as cercas do próprio movimento, fazendo com que em cada um deles, enquanto sujeitos históricos e agentes pedagógicos nas lutas de classes, seus militantes elaborem reflexões críticas sobre suas próprias ações e assim possam monitorar e rever continuamente suas táticas e estratégias. “*O exercício permanente da crítica e da autocrítica*” é outro valor humanista e socialista que o MST quer enfatizar em suas práticas educativas. (idem). Portanto, ainda que esta ação esteja movimentando-se nos limites estreitos de penetração na ordem autocrática burguesa, elas se conformam para os sujeitos em luta uma nova experiência acumulativa de desenvolvimento de sua práxis política e dos processos que movem a transitividade da sua consciência e para a luta histórica, mais um processo que traz lições e ensinamentos, gerando acúmulos de forças que dinamizam as lutas de classes.

Congregam-se nestas lutas unificadas sujeitos sociais, militantes, na tarefa de articular suas ações em torno de táticas e estratégias comuns, ainda que sustentadas por leituras diferenciadas sobre a realidade, e muitas vezes, quanto à compreensão dos próprios inimigos em comum. Os objetivos perseguidos são de um lado a composição de um conjunto de forças sociais que confirmem unidade de classe aos projetos dos trabalhadores e de outro que essa unidade se expresse em ações de massa. Em um contexto de crise estrutural do capital, em que parece haver certo avanço das forças produtivas, surgem novas relações sociais de produção que, por sua vez, encerram contradições cada vez mais subordinadas aos fundamentos do próprio sistema, em um duplo movimento que provoca, ao mesmo tempo, a valorização especulativa do capital e a fragmentação, precarização e desmobilização concreta da classe trabalhadora. Isto em um contexto de crise estrutural, insistimos, cujo manejo

conjuntural pelos dominantes tem se mostrado bastante desfavorável à organização dos trabalhadores. Este é o terreno concreto onde se desenvolvem as contradições mediante as quais os sujeitos sociais criarão as mediações que os possibilitarão intervir na realidade, buscando transformá-la. Essas mediações podem assumir sentido e papel pedagógico, formando a consciência dos sujeitos sociais em luta para a compreensão das contradições ensejadas pelas próprias lutas de classes e fornecendo-lhes os instrumentos necessários à sua superação.

Entidades ligadas à Via Campesina e centrais sindicais realizam, no Recife – Pernambuco (região Nordeste), ato em defesa da classe trabalhadora e contra a crise econômica mundial e o desemprego. Os manifestantes se concentraram em frente à Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe) e seguiram até o Palácio das Princesas, onde uma comissão formada por representantes das entidades presentes entregaram uma carta ao governo do estado. A manifestação compõe a Jornada Internacional Unificada contra a Crise e acontece em várias partes do mundo e em várias capitais brasileiras. A realização da Jornada foi definida na Assembleia dos Movimentos Sociais, durante o Fórum Social Mundial (FSM) de Belém, em janeiro. Na capital pernambucana foram mais de 20 entidades, centrais sindicais e movimentos sociais envolvidos na construção do ato. (OSAL, 30/03/2009).

O processo de criação e apreensão das mediações se objetiva na prática social, mediante inúmeras tensões e dilemas práticos (políticos) e teóricos. Um desafio que enxergamos é como apreender essas mediações, organizá-las e sistematizá-las, originar delas práticas pedagógicas que intervenham na formação da consciência de militantes, educandos e educandas, educadores e educadoras, (re)unindo-os e animando-os, amalgamando e adensando a vontade coletiva desses sujeitos desde uma perspectiva de luta contra a exploração e opressão capitalistas e com fins de construção de um projeto socialista. Neste processo, os acúmulos dos diferentes grupos que se articulam em suas lutas são potencialmente (re)criadores de mediações ou conformadores das bases ético-políticas que passam a compor a subjetividade e estimular avanços na consciência individual e coletiva de seus militantes. Este processo não é linear, imediato e homogêneo, numa palavra, a-histórico e

não ocorre sem conflitos que, não raro, acabam que por anular ou dispersar os esforços de unidade, fragilizando, retardando ou anulando a potencialidade pedagógica das mediações aí geradas. O MST, na relação dialética entre suas lutas dentro da ordem e a amplitude e alcance destas nas lutas de classes para além da ordem, apresenta ao longo de sua existência notável capacidade de mobilização e articulação das lutas. Hoje, como apontam algumas análises, menos que há 10 ou 15 anos atrás, em grande medida como resultado das concessões de inspiração bancomundialistas feitas pelos dominantes aos trabalhadores (bolsa isso, bolsa aquilo, crédito para consumo, etc.) e operadas com relativo êxito, relativo pois não se deve esquecer seu caráter imediatista, economicista e conservador, numa palavra, burguês, pelo governo de Lula da Silva. Por isso, foram feitas análises no interior e fora do Movimento que apontam para uma fragilização nessa capacidade de mobilização em decorrência do apoio político ao governo petista que, de fato, representa uma falsa abertura democrática para o movimento, pois se algumas concessões pontuais foram feitas (e parece que seu tempo já acabou), o grosso da grande política institucional é voltada para o estrangulamento da chamada agricultura familiar ao mínimo possível, enquanto é feita a defesa e propulsão do agronegócio em todas as suas frentes (política, institucional, tecnológica, jurídica, financeira, cultural, ambiental e territorial).

Os dados do DATALUTA 2010 nos apontam para um quadro aparentemente paradoxal. No governo de Lula, o MST ocupou 5,0% menos terras do que no governo de FHC e presenciou uma queda na participação de famílias em ocupações 16,4% menor que no governo anterior. A obtenção de áreas para assentamentos foi 37,6% maior durante o governo de FHC e o número de famílias assentadas em áreas obtidas foi 39,6% maior no governo declaradamente neoliberal de FHC. Ora, afinal, o governo de FHC foi mais amigo do MST que o próprio governo do “Partido dos Trabalhadores”? Talvez porque o governo de FHC não tenha sido capaz de consolidar um arco de forças mais amplo que possibilitasse o domínio dos

dominantes sem que as lutas sociais adquirissem impetuosidade e, ainda pior, caráter antissistêmico. Assim, foi forçado a fazer concessões que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff não precisaram concretizar. Fundadas as bases institucionais da Reforma do Estado, restou ao “Partido dos Trabalhadores”, agora transformado em partido da ordem, “assumir o poder” com a tarefa de fundar uma governabilidade marcada por uma opção de “governar para todos” para justamente não alterar os fundamentos do desenvolvimento capitalista dependente. Neste âmbito, a adoção das “políticas conta gotas”, como costuma referir-se, em conferências, Virgínia Fontes, às políticas de gerenciamento da pobreza e da insubordinação capitaneadas pelo Banco Mundial, a serviço do capital portador de juros e de sua intrincada teia de penetrações, foram contingencialmente exitosas. Inclusive e particularmente para desmobilizar e fragilizar um movimento de massas mais abrangente de defesa dos trabalhadores contra as contrarreformas em curso.

Florestan Fernandes, em um texto de 1978, intitulado “Movimento Socialista e Partidos Políticos”, escrito a partir de uma conferência¹²⁴, quando alertava que não se deveria acreditar no enfraquecimento da ditadura militar e dizia “*Então, surgiu a ideia de que o regime já está em agonia. É uma ideia perigosa*”. (p. 387), ainda encontra sentido, pois nos parece igualmente perigoso acreditar que os solavancos do sistema, frutos de sua própria lógica de funcionamento e que gera sua crise estrutural, o levará fatalmente ao buraco, pois o perigo está exatamente, como ensina Florestan, “*em não se precisar derrotar algo que já está destruído*”. (idem). Florestan neste texto irá explorar três tópicos centrais que resumidamente destacamos: a) o que é o movimento socialista?; b) no Brasil, o que merece prioridade: o movimento socialista ou os partidos políticos? e c) como os partidos socialistas devem combinar o tático e o estratégico em condições tão desfavoráveis? Esclarece-nos Florestan:

¹²⁴ Conferência proferida no Grupo Educacional Equipe (25/10/1978) dentro do I Ciclo de Debates sobre Partidos Políticos e Democratização (promovido pela Associação Brasileira de Imprensa, SP, e por Em Tempo e ABI SP). (BOGO, 2008, p. 485).

Dentro de uma sociedade capitalista surgem forças antagônicas ao capitalismo, que buscam acabar com o modo de produção capitalista, o regime de classes, o Estado nacional, o sistema de poder da burguesia. E esse movimento tanto pode assumir uma forma gradualista quanto uma forma revolucionária. Então, o movimento é uma confluência das forças, de todas as forças que se voltam contra a ordem existente. Ou para introduzir reformas antiburguesas dentro dessa ordem; ou para alimentar uma revolução contra a ordem e organizar a sociedade, a economia, o sistema de poder em novas bases. (FERNANDES, 1978, p. 390).

Não temos neste estágio de nosso estudo condições de dialogar com questões tão vitais postas por Florestan há tantos anos e que ainda vigoram. Nos deteremos apenas na questão da confluência de forças, que nos parece ser precisamente o que dinamiza o terreno das lutas que queremos ressaltar nas análises que desenvolvemos aqui. É neste sentido que nas lutas unificadas confluem força que revitaliza e mantém acesas as forças políticas mais combativas que se confrontam contra a ordem, mantendo igualmente vivo o movimento socialista que, ainda que tímido e frágil, não pode desaparecer completamente, uma vez que o capitalismo não consegue solucionar os problemas que cria, ao contrário, os intensifica e os torna cada vez mais dramáticos para a grande maioria. A tarefa destas forças em confluência é exatamente organizar as bases para transformar este movimento tímido e frágil em um movimento vigoroso e consistente, aglutinador e que atinja amplamente as massas, aproveitando as lacunas e brechas abertas pela própria ordem, pensando que *“todo regime autocrático que oprime e que reprime, ao oprimir e reprimir, condensa a força dos adversários”* (FERNANDES, 1978, p. 389). Tem sido, contudo, muito duro o aprendizado das organizações dos trabalhadores, pois o que se manifestou derrotado pela irrupção da crise em 2007-2008, o neoliberalismo em sua versão mais contundente de destruição dos direitos e ignóbil superexploração do trabalho, elevando-a à novos patamares de flexibilização e precarização, se regenerou e assumiu cores esverdeadas e facetas humanizadas de um mundo diverso e plural, mas sob a batuta de regras cada vez mais unilateralizadas pelo capital.

Conforme o DATALUTA, foram 110 movimentos socioterritoriais atuando no campo entre 2000 e 2010. (RDL, 2010, p. 34). Dados da CPT indicam que, apenas no que se refere às ocupações de terra, o MST se articulou com outros 29 movimentos e organizações entre 2001 e 2010. Ainda que durante o período este tipo de ação tenha sofrido flutuações e que, sobretudo, nos últimos quatro anos do governo de Lula, seria interessante para o estudo dos movimentos da classe o exame dos resultados concretos, em termos de lições e aprendizados de luta, dessas alianças para os movimentos e militantes, tanto entre os movimentos do campo quanto, e principalmente, destes com os movimentos da cidade, exame este que não poderemos lograr aqui.

As lutas unificadas representaram 18,0% das ações de lutas realizadas pelo MST no período analisado dos registros do OSAL. O ano de 2008 foi o ano em que ocorreram com maior intensidade, sendo 23,6% a mais que no ano anterior. Em 2009, houve uma queda de 11,8% e em 2010 cai quase à metade ou 53,8% a menos que o ano anterior. Neste contexto, destacam-se as “Jornadas das Mulheres da Via Campesina” com renovado vigor anticapitalista e o “Grito dos Excluídos”¹²⁵, que mobiliza uma maior quantidade de

¹²⁵ Foram os seguintes os lemas dos Gritos dos Excluídos no período em destaque: *Progresso e vida, Pátria sem dívida* (2000, 6º Grito), junto com a realização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa; *Por amor a essa Pátria Brasil* (2001, 7º Grito), é feita uma reflexão sobre a inserção subordinada do país no contexto da economia globalizada; *Soberania não se negocia* (2002, 8º Grito), junto com a realização do Plebiscito Nacional contra a ALCA; *Tirem as mãos... o Brasil é nosso chão* (2003, 9º Grito), em defesa das riquezas naturais contra um neoliberalismo cada vez mais exacerbado; *Brasil; mudança pra valer, o povo faz acontecer* (2004, 10º Grito), propondo articulação e construção coletiva e chamando o povo para intensificar a campanha “Meu voto é contra ALCA, Livre Comércio, Dívida e Militarização”; *Brasil: em nossas mãos a mudança* (2005, 11º Grito), articulação e construção coletiva, “trata-se agora de tomar o projeto em nossas próprias mãos”; *Brasil: na força da indignação, sementes da transformação* (2006, 12º Grito), na busca da construção de uma “pátria forte, justa e soberana”; *Isto não Vale: queremos participação no destino da Nação* (2007, 13º Grito), construção de um projeto popular para o Brasil e realizar o Plebiscito Popular pela Anulação do Leilão da Vale; *Vida em primeiro lugar: direitos e participação popular* (2008, 14º Grito), no contexto das reflexões sobre a interdependência entre sociedade e natureza; *Vida em primeiro lugar: a força da transformação está na organização popular* (2009, 15º Grito), visando “pensar e discutir com a sociedade a atual crise do capitalismo, que mais uma vez deixa a conta para os pobres pagarem”; *Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas para construir um projeto popular. Vida em primeiro lugar.* (2010, 16º Grito), com a realização do Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra. Em 2011 o lema foi *Vida em primeiro lugar! Pela vida grita a TERRA... Por direitos todos nós!* Os plebiscitos populares realizado em 2000 e 2002 envolveram mais de 120 mil agentes, militantes e lideranças, ocorreu em todos os estados e em mais de 3 mil municípios, levando às urnas 6 e 10 milhões de pessoas, respectivamente. Disponível em: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/#3> Acessado em: 16/07/2012 20h05 No plebiscito pela Anulação do Leilão da Vale votaram 3.729.538 pessoas, em mais de 24 mil urnas espalhadas por 3.157 cidades. Disponível em:

organizações dos trabalhadores e pauta em suas manifestações o protagonismo popular na construção de um outro projeto de nação justa e soberana.

Então, se vocês pensam em termos de proletariado, a capacidade de comportamento coletivo e organizado, de consciência de classe, de solidariedade de classe, de capacidade de luta de classe etc., vocês coligem os elementos necessários para que nós possamos compreender como as classes trabalhadoras, como os setores antagônicos à ordem imperante em uma sociedade capitalista dinamizam e fazem eclodir as contradições do regime de classes. (FERNANDES, 1980, p. 392).

Merece estudo adicional, pois escapa a base empírica da presente tese, a complexa relação do MST com os sindicatos e demais organizações dos trabalhadores urbanos. A opção de priorizar a Coordenação dos Movimentos Sociais- CMS constituída por entidades que se localizam na base de apoio dos governos do PT (CUT, UNE, MST, Conam, MST e Marcha Mundial de Mulheres, entre outras) e o relativo distanciamento das entidades que romperam com a CUT, a exemplo da CSP-Conlutas e das duas tendências da INTERSINDICAL são fatos de enorme importância para o exame das lutas unificadas e para a compreensão da correlação de forças no interior da classe trabalhadora e, mais amplamente, da correlação de forças entre as classes fundamentais no Brasil do século XXI.

4.2.4 Ocupação de terras

Antes de qualquer coisa, é preciso assumir que tivemos particular dificuldade de elaboração desta subseção. Supomos que isto se deva à especificidade da ação que é a marca mais expressiva e socializada das ações de luta do MST. Isto por dois motivos mais aparentes:

1) por ser uma ação de massa e 2) por enfrentar a propriedade privada.

Para o primeiro, podemos constatar que o descenso e desmobilização sob o governo de Lula da Silva, concomitantes aos avanços do agronegócio criaram obstáculos agudos de

http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7488&ida=20 e no plebiscito pelo Limite da Propriedade de Terra participaram 519.623 pessoas em 23 estados. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/10787> Acessado em: 16/07/2012 20h46

organização, ensejando novas estratégias de combate à estrutura fundiária concentradora, renovando a própria concepção do Movimento sobre o sentido da reforma agrária dentro de um projeto popular de desenvolvimento. Neste cenário, foram organizadas ações e críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente capitaneado pelas *commodities* agro minerais, o que resulta em novas práticas e avanços organizativos com outras organizações de trabalhadores do campo e da cidade. Resulta disso, uma ampliação em variados níveis, verticais (de ações de lutas conjuntas) e horizontais (de ações organizacionais e de formação), com outras frações da classe trabalhadora, despojadas de direitos e aferroadas à autocracia e à heteronomia como um todo. Em suma, uma atividade de massa, mas que sentiu nos últimos anos os arranjos que resultaram em novas contradições sob a pesada mão da hegemonia burguesa sempre ciosa de seus espaços de poder.

O segundo motivo, ponto de partida e de chegada do primeiro, residem outros elementos que tornam a discussão sobre a ocupação de terras particularmente relevante e radical para os tempos em que vivemos. Sebastião Salgado registrou em uma conhecida imagem os momentos em que, em uma larga fileira, centenas de homens e mulheres avançam sob uma terra nua e rude. Foices e enxadas, chinelos e bandeiras. Punhos erguidos e um momento de disposições e virtualidades concretas que vão se cristalizando no processo de formação da consciência dos sujeitos em movimento. Se os símbolos, ideias e valores resgatados, (re)criados e renovados nessas ações desagradam às frações burguesas dominantes o que mais lhes é intolerável, contudo, é a ousadia de se enfrentar a propriedade privada, mesmo que numa perspectiva reformista, mas que demonstra tão somente que a democracia liberal sob o capitalismo dependente se conforma como uma ditadura de classes, uma autocracia que provoca uma metástase no tecido social, esgarçando sentimentos e valores de coletividade e nação e que o pesadelo que atormenta essa burguesia é apenas imaginar a

possibilidade de se engendrarem novas formas de produção e sociabilidade que desencadeiem abalos estruturais nas relações de forças sociais que materializam e legitimam sua dominação.

Foram as ocupações de terra que deram vida e fermento para que o MST se tornasse um movimento de massas e assumisse, ao longo de sua caminhada, uma responsabilidade muito grande no debate sobre um projeto popular que atenda aos interesses da classe trabalhadora do campo e da cidade. As ocupações de terra denunciam a concentração que leva ao agravamento da desigualdade, levando a mais injustiça e miséria social. As frações burguesas dominantes por outro lado fazem questão de esconder e mistificar as razões que levam a esta condição, levando as pessoas a acreditarem que para sair dela basta que invistam em seu capital social e humano, sem que seja necessário ações contra à propriedade “dos outros”, conseguida às custas de tanto “trabalho”, como se costuma ouvir do senso comum, reproduzindo a ideia de que o trabalho gera riqueza e o acúmulo desta permite a alguns obterem propriedade. Trabalho dos outros, tomado ou vendido de quem não consegue investir em seu capital social e humano e sem ter como existir precisa vender a si mesmo, alienar-se neste processo.

Conforme os dados do OSAL, as ocupações de terra representaram 17,1% das ações protagonizadas pelo MST entre 2007 e 2010 (66 em 2007, 82 em 2008, 88 em 2009 e 39 em 2010). De acordo com os dados da CPT, Cadernos Conflitos no Campo, foram 168 ocupações em 2007, 128 em 2008, 103 em 2009 e 106 em 2010, contando apenas as ocupações protagonizadas pelo MST, isto é, sem a participação de outras organizações. Conforme os Relatórios DATALUTA, em 2007 foram 289 ocupações (45.249 famílias envolvidas), em 2008 foram 131 ocupações (18.922 famílias), em 2009 foram 133 ocupações (17.627 famílias) e em 2010 foram 107 ocupações (11.723 famílias). Conforme o Relatório DATALUTA 2010, entre 2000 e 2010 o MST fez 2.555 ocupações de terras, 52,5% do total de 4.866 ocupações realizadas por movimentos do campo. Apesar da discrepância de

números, advindas das fontes de consulta utilizadas, todos os indicadores confirmam queda consistente do número de ocupações em 2010, quando comparado com os anos de 2007 e 2008.

Expressam a marca e a ação de maior visibilidade do Movimento. As ocupações de terra permitem aos militantes do MST vivenciarem as primeiras experiências de sacrifícios e organização requeridos para conquistar a condição de sujeito de direitos e, no porvir da participação nas lutas sociais, sacrifícios e organização que se complexificam e abrem caminhos para a participação em outros processos de lutas que estejam para além de interesses imediatos e econômicos. Se o militante do MST se torna quadro e dirigente, dificilmente ele deixa de passar pela luta direta pela terra, nas ocupações e acampamentos, bloqueios de rodovias e ocupações de prédios, mas é na frente de ocupação de terras que se constitui uma das mais importantes relações entre os dirigentes e a massa que ainda precisa despertar. Como nos ensina Che Guevara (1965) em seu já citado texto sobre *O Socialismo e o Homem em Cuba*, uma massa que precisa despertar (não como precisava despertar a massa cubana, imersa em um processo revolucionário de intensidade galopante, como relatado neste documento por Che), em seu tempo e por suas próprias forças (de sem-terra à Sem Terra do MST e deste ao sujeito revolucionário), com todas as contradições que possam desdobrar deste movimento.

Essas forças, ao se constituírem como sujeitos, somente poderão ser testadas diante dos avanços e recuos próprios de seu tempo e das lutas que são travadas em seu curso. Para que elas se desenvolvam, ou seja, que a expressão da elevação da consciência de seus sujeitos se materialize em atos e ações de organização, estudo, sistematização, formulação, argumentação e capacidade de mobilização de contingentes cada vez maiores dos trabalhadores, a participação em uma ocupação da terra cumpre um papel decisivo, pois ele desata os primeiro nós que atam o indivíduo a esta condição de sujeito encapsulado.

Ocupar uma terra que não cumpre sua função social requer para sua efetivação a prática de atos rebeldes que entram em conflito com as expressões ingênuas do cotidiano e movem-nas em direções até então desconhecidas, impelindo seus sujeitos a questionar em diversos níveis as imposições da vida alienada. O desafio é manter e renovar os atos rebeldes e mobilizar os sujeitos para que estes atos se tornem cada vez mais organizados e consequentes, alçando patamares cada vez mais elevados no que concerne aos interesses da classe trabalhadora, da abolição do trabalho abstrato, da construção de uma sociabilidade que conforme novos homens e mulheres estimulados a transformar as condições objetivas que os aprisionam na miséria individualizante da sociedade de classes. As ocupações de terra são vistas assim como uma prática pedagógica impulsionadora de ações coletivas que vão ganhando maior expressão e capacidade de intervenção na consciência conforme a luta pela reforma agrária vai assumindo contornos anticapitalistas mais definidos e que a expansão desta luta em direção a uma luta contra o agronegócio eleva a compreensão da função social da terra e do trabalho que precisa ser nela desenvolvido para a conformação de sujeitos mais plenos, capazes de por em movimento novas mediações e contribuir para sua socialização com as frações da classe trabalhadora que não tenham ainda assumido a luta pela terra e contra o agronegócio como um dos meios através dos quais poderão se avançar as condições objetivas para a formação de seres sociais que possam repensar sua relação com o trabalho alienado, colocando suas experiências e capacidades criadoras em prol da construção de outros projetos de sociedade.

O homem do século XXI é aquele que devemos criar, mesmo que ainda seja uma aspiração subjetiva e não sistematizada. Este é precisamente um dos pontos fundamentais do nosso estudo e do nosso trabalho e, na medida em que consigamos êxitos concretos sobre uma base teórica ou, vice-versa, se extraíam conclusões teóricas de caráter amplo sobre a base de nossa pesquisa concreta, teremos dado uma contribuição valiosa ao marxismo-leninismo, à causa da humanidade. (GUEVARA, 1965).

4.2.5 Acampamentos

O tipo de ação que aqui denominamos *acampamentos* refere-se na verdade a dois tipos que interpretamos como apresentando certas características distintivas no tempo e no espaço, vendo-os como: a) de luta pela terra – frutos de ocupações de terras improdutivas, que não cumprem sua função social, tendo em vista a constituição de um assentamento de reforma agrária; aqueles reconhecidamente como de sem-terras, cuja visão das lonas pretas as margens das estradas fomenta as mais variadas manifestações da consciência de classe e b) de ocupação e resistência – diferem dos acampamentos de luta pela terra por ocorrerem não em terras improdutivas, mas em espaços públicos diversos, como praças, instituições, canteiros de obras, hidrelétricas, estradas de ferro, áreas de empresas privadas ou públicas, etc. Todo acampamento de luta pela terra é de ocupação e resistência, mas nem todo acampamento de ocupação e resistência é de luta pela terra. Os acampamentos em espaços públicos diversos tornaram-se t(pr)áticas usuais de estudantes em universidades públicas, de professores do ensino básico em secretarias de educação, de indígenas, ribeirinhos e camponeses em canteiros de obras e órgãos do governo. O tipo de ação *acampamento* é a expressão de uma dinâmica da luta social que no plano prático requer uma ocupação física, moral e espiritual de um espaço historicamente construído, traduzindo uma vontade política coletiva de transformação das condições objetivas de reprodução social de seus agentes.

É somente através da ação coletiva, da resistência, que se consegue superar os estados de alienação. Para isso é imprescindível fortalecer a dimensão pedagógica da ação política, que possibilite fundamentar não em ingênuos otimismo, e sim na esperança posta na práxis criadora, nas próprias forças, na constituição de sujeitos históricos, na crítica sistemática à cultura do capitalismo realmente existente que pretende se impor como pensamento único, sustentando que fora do mercado não há salvação. Essa batalha se livra de maneira especial no território da vida cotidiana, contra a penetração em nossa subjetividade dos valores da concorrência, destruição e vitimização que o mercado instala em nossas vidas, modelando inclusive nossos desejos. (KOROL, 2008, p. 193).

Há diferenças marcantes entre as duas formas de manifestação desse tipo de ação. Não pretendemos conceituá-las exaustivamente, mas algumas caracterizações são necessárias para examinarmos suas potencialidades de mediação pedagógica. Pode-se dizer que a primeira forma possui relativa limitação espacial, pois conforma-se necessariamente como um tipo de ação decorrente de uma ação anterior, a ocupação da terra. Assim, geograficamente, está limitada à fração de um território em disputa, historicamente ocupado e explorado. Isto não significa que uma ocupação de terras aparentemente pontual, mas que atinja pontos nevrálgicos do agronegócio, como a feita em 28 de setembro de 2009 na Fazenda Santo Henrique, em Iaras (São Paulo), nas mãos da empresa Sucocítrico Cutrale, gerando uma intensa repercussão nos meios de comunicação locais da burguesia que não tardaram em criminalizar a ação do movimento, insuflando uma articulação política, composta por conservadores, reacionários e contrarrevolucionários que logo em seguida¹²⁶ iria culminar na criação de uma CPMI para investigar o repasse de recursos públicos ao Movimento.

Sua objetivação política, social e cultural, portanto, é muito complexa, envolvendo as contradições mais gerais da luta pela terra (hegemonia do capital financeiro no cenário de crise estrutural e consolidação do modelo neodesenvolvimentista capitalista dependente) e as mais particulares dos contextos específicos em que seus protagonistas estão inseridos (suas práticas familiares, sociais, culturais, políticas, comunitárias, religiosas, de divisão do trabalho, relação com a natureza, artísticas, esportivas, etc.). Os acampamentos de luta pela terra mobilizam diferentes segmentos de proletários rurais, trabalhadores precários entre o rural e o urbano conforme as necessidades (boia-fria na colheita e servente de pedreiro na

¹²⁶ O requerimento que criou a chamada “CPMI do MST” foi apresentado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) em 21 de outubro de 2009, menos de um mês após a ocupação. Após 13 reuniões oficiais e dezenas de pessoas ouvidas, em julho de 2010, o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) apresentou seu relatório final no qual frisava a “inexistência de qualquer irregularidade no fato de as entidades manterem relações e atenderem público vinculado a movimentos sociais”. Os propositores da CPMI pressionaram com a ameaça de um voto em separado e conseguiram forçar a sua prorrogação por mais seis meses. O prazo da prorrogação chegou ao fim, no final de janeiro, sem que nada mais fosse votado ou discutido. BORGES, Altamiro. *Mídia esconde enterro da CPMI do MST*. 01/03/2011 Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/5798> Acessado em: 17/07/2012 14h40

entressafra), camponeses expulsos da terra e suas gerações, trabalhadores rurais desempregados ou em trabalhos precários nas periferias urbanas, dentre outros. Evidentemente, dezenas de milhares de famílias acampadas é o fato que indica que a aparente limitação espacial assume a dimensão de um problema social estrutural da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil.

Os acampamentos de ocupação e resistência, que normalmente ocorrem em centros urbanos, tendem a amplificar a luta para uma maior diversidade de forças sociais, o que muitas das vezes resulta na articulação de setores sociais que complexificam a própria ação, em termos de abrangência, interpenetração e socialização da luta com outras organizações de trabalhadores. Expressam um tipo de ação que apresenta semelhanças organizativas com o acampamento de luta pela terra, no que se refere à distribuição de tarefas e divisão do trabalho entre seus participantes, que se distribuem conforme deliberações coletivas em funções de manutenção da estrutura do acampamento, agitação e propaganda, alimentação, segurança, animação cultural, dentre outras atividades. Contudo, os acampamentos de luta pela terra permitiram ao longo do tempo a manifestação ou surgimento de uma identidade forjada pelas condições específicas da luta, consolidando de forma sistemática, a identidade sem-terra. Não há uma ocupação de terra que não seja realizada sem o planejamento de um acampamento, que ainda que tenha o sentido de provisoriedade, devido às determinações políticas, sobretudo, podem exigir que sua existência perdure por anos. Já os acampamentos que sistematizamos a partir dos registros do OSAL, são sempre acampamentos provisórios, de uma luta invariavelmente conjuntural, o que não significa que suas origens não estejam alicerçadas pelas contradições mais gerais do desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, são um tipo de ação ou t(pr)ática determinada pelas condições específicas e acúmulo de forças dos grupos envolvidos. Não é sempre que professores, petroleiros, bancários ou

profissionais da saúde fazem acampamentos, isto é, não é um tipo de ação consagrada e sistematicamente utilizada por todos os que lutam.

Os acampamentos de luta pela terra são organizados levando-se em conta as necessidades concretas de uma estrutura provisória, mas que permita o desenvolvimento de uma sociabilidade cuja representação destacada é a da identidade sem-terra dos sujeitos sociais em luta. Cada acampado/a se insere no interior de setores responsáveis pelas diversas necessidades de reprodução social, como alimentação, saúde, segurança, produção, educação, mobilização, etc. As atribuições e tarefas organizativas são discutidas em assembleias gerais e em cada setor, de modo que cada acampado/a participe das decisões e encaminhamentos práticos e políticos que envolvam tanto a manutenção do acampamento quanto as particularidades do conflito. Cumpre ressaltar que esta provisoriedade é marcada por uma dupla intencionalidade: aquela do sonho, do projeto de uma vida mais plena de sentidos para cada família acampada, o direito de se alimentar, morar e trabalhar na/da terra, a construção de um cotidiano que conjugue as representações simbólicas e materiais do trabalhador-camponês-assentado; e uma segunda intencionalidade, a do movimento social que atua como aglutinador de um projeto coletivo de desenvolvimento fora dos marcos do agronegócio, do desenvolvimento capitalista dependente, contrapondo-se a eles quando projeta novas formas de produzir alimentos saudáveis, transformando os processos que causam rupturas sociometabólicas na natureza, criando novas formas de sociabilidade comunitária baseadas na solidariedade e cooperação, no fortalecimento e empenho em ser criar sentidos para a ação coletiva que media a formação dos sujeitos sociais em um só tempo para atuarem coletivamente e nesta atividade se reconhecerem como sujeitos históricos, parte-todo de uma classe em movimento, de uma classe em formação. Há que se insistir, contudo, que este processo não é linear e nem homogêneo, possui idas e vindas, determinadas pelas próprias dinâmicas sociais que interferem na formação da consciência dos sujeitos e que não

conforma ao fim e ao cabo uma consciência revolucionária. Os sujeitos sociais podem ficar três anos acampados e a dinâmica social obrigá-los, ainda que suas consciências tenham alcançado estágios diferenciados de identidade de classe, a reafirmar sua condição encapsulada, de indivíduos submetidos à alienação e ao desmantelamento de sua condição de lutador do povo.

(...) Enquanto o movimento estava lutando para assentar as famílias, as atividades propostas pelo movimento, tinham uma boa aceitação, depois que as famílias foram assentadas, uma boa parte dessas famílias, grande maioria mesmo, não participa das atividades n/é? Inclusive isso é uma queixa assim... geral, isso a nível nacional! Porque pra mobilizar as pessoas é... mais fácil quando elas estão acampadas, depois que estão assentadas essas pessoas ficam sentadas! É... se acomodam e não participam. (Alcimaro).

Essas características distintivas, contudo, não suprimem, apenas colocam possibilidades diferenciadas de criação de mediações pedagógicas. Em ambos os tipos de ação os valores da solidariedade, inconformismo, busca por justiça, companheirismo, responsabilidade com o outro, crítica da realidade e autocrítica, são forjados em movimentos não lineares e homogêneos, mas capazes de intervir nos processos de formação da consciência dos sujeitos neles envolvidos, por abalar e por vezes romper com os valores do encapsulamento, do sujeito subsumido pela lógica individualizante e alienante do capital.

4.2.6 Atos Públicos

Numa tentativa de definição formal, mas não por isso “neutra”, e para efeito da análise das cronologias, os atos públicos são por nós interpretados como manifestações coletivas onde se integram reivindicações, denúncias, agitação e propaganda, com intercâmbio entre sujeitos sociais e que podem forjar e recriar relações de solidariedade, exercitando a criatividade e capacidade organizativa de seus agentes. Podem ocorrer em espaços públicos diversos, sem ocupação permanente, visando amplificar o debate ou chamar a atenção da

sociedade para determinadas contradições e podendo ou não assumir a forma de uma luta unificada. Os atos públicos quase sempre sofrem coerção estatal que não raro transforma-se em violência física. Representaram cerca de 16,8% das ações do MST no período, superando as ocupações de terras.

Atos públicos se configuram como práticas pedagógicas na medida em que sua organização e realização desdobram-se em atividades formativas com possibilidades variadas de intervenção, cujas mediações alimentam o processo de formação da consciência dos sujeitos sociais. Num ato público, as mediações são criadas desde as reuniões organizativas, durante a preparação e as falas dos militantes, quadros e dirigentes, nas sínteses políticas expressas em cartazes, faixas e bandeiras, na elaboração de palavras de ordem e “gritos de guerra”, na formulação de estratégias de ocupação e de manifestações culturais e de contestação e desobediência à ordem, materializando o momento de leitura, interpretação e enfrentamento das contradições ensejadas na luta de classes. Expressam através de sua organicidade, símbolos e gestos, as particularidades do conflito social e político e as contradições da realidade que se pretende modificar pela luta. Os sujeitos sociais envolvidos vivenciam uma experiência apaixonante e emotiva do ato coletivo, das disposições firmadas pelo coletivo, o compartilhar e solidarizar com o outro em luta, provocando rupturas na sua cápsula de indivíduo alienado, conformando elementos subjetivos e contrainternalizações das lutas de classes presentes e históricas, que se (re)arranjam na conformação de sua consciência. O desenvolvimento do ato público pode colocar os sujeitos sociais em situação de confronto com o aparelho repressivo do Estado, onde se apreende concretamente, que lutar contra a ordem, mesmo dentro da ordem, resulta em experiências políticas capazes de aguçar os laços de solidariedade, responsabilidade individual e coletiva com a unidade da ação, sentimentos de rebeldia, desperta e ativa processos criativos, de indignação criativa, mas que também o

aprender a lidar, isto é, combater e denunciar, os incontáveis casos de violações dos direitos humanos, violência e impunidade que vicejam sob a autocracia burguesa.

Trabalhadores do MST participam de ato político no distrito de Jordanésia, em Cajamar, Grande São Paulo (região Sudeste). O ato aconteceu em frente ao Boiódromo, onde acontecia o Encontro das Áreas de Preservação Ambiental (APA). Os agricultores protestam contra o fato de o MST não ter sido convidado a participar da discussão, apesar de ter a conservação do meio ambiente como uma de suas bandeiras de luta. O ato contou com distribuição de mudas de árvores frutíferas vindas do assentamento Dom Pedro Casaldáliga, que fica na região, para os participantes do encontro. O MST reiterou seu posicionamento a favor da produção agroecológica que além de não agredir o meio ambiente, cultiva alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Simultaneamente à distribuição das mudas, o Movimento de Moradia de Cajamar fez uma marcha pelo centro da cidade em solidariedade aos Sem Terra. A caminhada terminou em frente ao Boiódromo, quando os marchantes se juntaram aos trabalhadores rurais. Nesse momento, a organização do encontro permitiu a entrada de representantes do MST no debate. (OSAL, 05/07/2007).

Os atos públicos possuem variado potencial de debate com a sociedade, pois podem se desenvolver várias estratégias criativas de comunicação com as massas e entre os militantes, como apresentações de teatro popular e de rua e tantas outras manifestações quanto forem possíveis aos militantes e coletivos em luta. Precisam ser capazes de golpear o senso comum, estimular indagações e provocar internalizações dos elementos contraditórios da luta e os interesses em disputa, tanto em militantes quanto nos sujeitos encapsulados em seus afazeres cotidianos. “Sensibilizar” ou chamar atenção da sociedade não significa angariar consensos imediatos, muito menos ativar a consciência dos indivíduos pela simples denúncia ou socialização das contradições sociais, não é esta questão o foco de nossa análise, ainda que em determinadas situações isso possa ocorrer, confundindo ou rebatendo no senso comum como lampejos de que algo não vai bem e precisa ser feito. O que ocupa nossas reflexões é a dinâmica cumulativa educativa desses atos, tanto para a organicidade do movimento quanto para o enriquecimento dos processos de formação da consciência individual e coletiva. São formas de luta que permitem aos militantes disporem e criarem mediações que no caldo

constituidor de sua práxis integram-se e integram às vivências práticas da organização e ação política coletiva, à composição do domínio na criação de ferramentas e estratégias de agitação e propaganda e aos elementos teóricos e políticos relativos às estratégias de conquista dos interesses da classe.

4.2.7 Bloqueio de vias

Os bloqueios de rodovias apareceram em 5,1% dos registros de ações do MST e os de ferrovias em 0,2% dos registros. Tratam-se de ações com complexidade muito distintas, que envolvem normalmente a articulação com outros movimentos no caso do bloqueio de ferrovias. Todos os bloqueios de ferrovias estão relacionadas à atuação da companhia Vale. Em 07 de outubro de 2007, o MST acampou às margens das Estrada de Ferro Carajás, no Pará, como apresentado no registro abaixo.

Cerca de 30 integrantes do MST montam acampamento às margens da Estrada de Ferro Carajás, em Vila dos Palmares II, distrito de Parauapebas, no Pará (região Norte). O objetivo do grupo é impedir a circulação de trens. A ferrovia é da União e está sob concessão da CVRD. O MST pretende chamar atenção para a divulgação de um plebiscito informal realizado durante o Grito dos Excluídos, em setembro. Um dos itens do documento questiona a privatização da Vale. A polícia local foi avisada, mas ainda não há registro de atos de violência. A Vale informa, por meio de sua assessoria de imprensa, que entrou na Justiça contra o MST, pedindo que seja tipificado, como crime o bloqueio da linha férrea. Segundo a Vale, impedir o tráfego de trens prejudica os negócios da empresa (o transporte de minério de ferro e manganês), além do transporte de combustível na região e o deslocamento de cerca de 1,3 mil pessoas que todos os dias utilizam a ferrovia para chegarem aos estados do Pará e Maranhão. (OSAL, 07/10/2007).

Este registro nos permite visualizar a complexidade na análise de uma ação, cujo objetivo aparente foi paralisar a circulação de mercadorias, chamando assim a atenção ou com vistas a tornar público um processo de consulta popular sobre o papel da empresa no cenário de desenvolvimento nacional. Menos aparente é o sentido da luta de classes que tal ação

implica, uma questão que congrega interesses econômicos, sociais, políticos e ambientais do conjunto da classe trabalhadora, pois questiona e denuncia a privatização da empresa como parte do modelo de inserção subordinada do projeto de desenvolvimento capitalista dependente no cenário de acumulação mundial do capital. A natureza da ação requer a estruturação de um acampamento, reuniões, formação de coletivos, divisão de tarefas, fortalecimento das relações entre os movimentos, configurando uma interpenetração de atividades que demandam o desenvolvimento da capacidade organizativa dos militantes. Nessas práticas, as experiências vividas pelo encapsulamento do indivíduo fragmentado da sociedade de classes entram em contradição e abrem-se canais de interpretação e organização que demonstram na prática as possibilidades de uma sociabilidade marcada pela solidariedade e não pela competição, pelo respeito as escolhas individuais quando legitimadas por necessidades coletivas.

Integrantes do MST bloqueiam rodovias e promovem protestos em todo o Brasil. Cerca de 60 trabalhadores rurais ligados ao MST bloqueiam o tráfego na altura de Dorândia BR 393 (rodovia Lúcio Meira), em Barra do Piraí, no Sul Fluminense – Rio de Janeiro (região Sudeste). A interrupção do trânsito dura cerca de uma hora, mas a situação é tensa com a presença policial. A PM chega a enviar o Batalhão de Choque para o local. Cerca de 19 pessoas são presas: dois dirigentes do MST enquanto caminham em direção ao acampamento Maria Crioula, às margens da via; e os outros já dentro da área ocupada pelas famílias sem-terra desde 15 de abril. As prisões acontecem apesar de os sem-terra terem cumprido o acordo feito com os policiais e deixado o trânsito voltar a fluir. No estado de Pernambuco (região Nordeste), o movimento bloqueia 12 rodovias para exigir o aceleração do processo de reforma agrária. O bloqueio integra parte do Dia Nacional de Mobilização, contra a política econômica e as reformas propostas pelo governo federal e a favor da reforma agrária. (OSAL, 23/05/2007).

Organizar a militância para mobilizações como a que envolveu 12 rodovias pernambucanas, requer além de grande determinação política, o aprendizado de métodos adequados, novos ou legados pela história das lutas, além de quadros qualificados, que saibam interpretar o conteúdo da luta e motivá-lo em direção à mudança. Para esta mudança, ou para se contribuir com ela, é preciso que os militantes se fortaleçam nas lutas, para tornar o

movimento também forte e capaz de contribuir efetivamente com as mudanças. Nestas mobilizações estão pessoas, sujeitos sociais portadores de sonhos, de um cotidiano menos sofrido, de uma realidade menos carente, de um trabalho mais solidário e humano e de vontade de conhecer o mundo e as coisas da vida. Esses sujeitos sociais cujas vontades foram amortecidas pela sua condição histórica de cápsula e compartilham uma sociabilidade de cápsulas com os outros, podem passar a compreender com maior clareza quando vivenciam nas lutas, os tipos de mudanças que podem lhes proporcionar este mundo distinto e o que é preciso fazer para alcançá-las. Esses atos de maior radicalidade possibilitam a formação da consciência dos sujeitos em luta e o repasse de suas experiências para as outras pessoas e para as gerações que virão. As lutas educam e colocam as consciências em movimento, em níveis que, a depender das circunstâncias, podem possibilitar a elevação da condição de sujeito histórico, de encapsulado para sujeito coletivo.

4.2.8 Divulgação de documento

Há um registro no OSAL, de 11 de outubro de 2007, que destaca uma comissão formada por 6 crianças sem-terra, representando acampamentos e assentamentos de todas as regiões de Pernambuco (região Nordeste), recebida pelo governador Eduardo Campos (PSB), no Palácio das Princesas, sede do governo. Elas entregaram ao governador uma pauta de reivindicações onde o tema principal era a educação. Na manhã deste mesmo dia, cerca de 4 mil Sem Terrinha marcharam pelas ruas da capital, Recife. As crianças falaram ao governador sobre a situação das suas escolas: "Quero estudar onde vivo, não quero ter que sair para estudar. Para isso precisamos de uma escola adequada", disse a Sem Terrinha Bruna, do Assentamento Catalunha, em Santa Maria da Boa Vista, Sertão do estado. A pauta do documento apresentada pelas crianças ao governador diz respeito basicamente à educação,

com demandas para a melhoria do ensino e das escolas nas áreas de assentamento e acampamento. Ela foi elaborada a partir de debates sobre "Como fazer a escola transformando a História?", temática abordada por meio de oficinas e atividades culturais realizadas durante o 10º Encontro Estadual dos Sem Terrinha. Além de questões relacionadas à infraestrutura, ampliação e construção de escolas, a pauta incluía: institucionalização da Coordenadoria de Educação do Campo, dentro da Secretaria de Educação, para operacionalizar as políticas de Educação do Campo; implementação de escolas e bibliotecas itinerantes nos acampamentos do estado; definição de políticas específicas para as escolas multisseriadas; efetivação de um programa de alfabetização e continuidade do programa de escolarização de jovens e adultos "Semeando Letras no Campo", já desenvolvido no estado; demandas na área de formação de professores.

Uma ação tática de mobilização de um grupo para reivindicar junto ao governo do estado, pode contribuir no adensamento teórico e político de educadores no desenvolvimento de práticas pedagógicas mais amplas ou estratégicas, voltadas tanto para a afirmação da escola como espaço de organização da luta e novas formas de sociabilidade no interior das áreas de reforma agrária, quanto para a própria constituição de crianças e jovens com leituras da realidade de alcance mais crítico e capacidade de ação organizativa. Apesar dos desdobramentos desta reivindicação terem sido ou não atendidas, e em que medida o foram, o que não é secundário para a luta concreta, pois disto dependerão os próximos passos táticos do Movimento, para os objetivos de nossa tese interessa-nos, sobretudo, as mediações geradas em seu movimento de efetivação, ou seja: cria-se um espaço-tempo de formação política na vida de centenas de crianças, gerando mediações com potencialidade de intervenção em suas consciências, através de processos cognitivos, psicológicos, sociais, culturais e afetivos de apreensão da realidade concreta. Estes processos se desdobram integrando-se às práticas de mediação política e pedagógica de seus militantes, que atreladas aos processos organizativos

do movimento da luta e de sociabilidade intrínseca assumem objetivos formativos de interesses e sentidos mais estratégicos.

A síntese concreta das diferentes etapas e processos que envolvem a construção destes sentidos se materializa na produção e socialização de um documento que esboça um momento da historicidade das lutas e da capacidade de compreensão e sistematização deste momento pelas pessoas envolvidas. Representa, deste modo, uma mediação que delimita a ação histórica dessas pessoas e que é ao mesmo tempo expressão do movimento de formação de suas consciências. Mas esta ação é efetivada após o desdobramento de uma série de mediações que envolverão a práxis e colocará em movimento elementos já presentes na consciência dos seres sociais. Isto significa que esta atividade em seu conjunto não atinge uniformemente as consciências dos sujeitos da mesma forma, mas fornece elementos que se integram dialeticamente por meio do conjunto das determinações vividas pelos sujeitos em suas diferentes esferas de formação.

Nessas práticas-táticas são gestadas determinados elementos subjetivos-objetivos catalizadores das mediações que marcam a consciência do ser social em formação, gerando acúmulos, que mais tarde poderão, mediante o movimento histórico em que o ser social estiver imerso, enquanto parte de um corpo social (um grupo, uma organização, uma classe), provocar saltos ou elevar a consciência deste ser, numa dinâmica que pode ou não estar associada a um movimento simultâneo ou concomitante a um movimento da consciência coletiva do grupo, da organização ou da classe.

Nesses espaços de ação os Sem Terrinha participam de experiências formativas que os possibilitam internalizarem elementos de uma sociabilidade que ative sua consciência em um movimento que pode culminar com a identidade de sujeitos protagonistas de uma ação de mudança da realidade educacional dada. "*Quero estudar onde vivo, não quero ter que sair para estudar. Para isso precisamos de uma escola adequada*" foi o que disse Bruna, mais

acima, para o governador, no “Palácio das Princesas”, o que possivelmente aguçou a imaginação de Bruna e de outras Sem Terrinhas, ao imaginarem como seria a escola de uma princesa, certamente, muito diferente da sua. O que percebemos nesta mediação, contudo, foi a expressão de uma consciência em movimento, que agrega a positividade e a negatividade entre viver e estudar.

Estudar e viver parece ter seu significado restituído ou ressignificado, pela vontade coletiva descrita no documento de não ter que sair de onde se vive para estudar, algo que parece ter sido rompido, os nexos entre vida e estudo, que ainda que não fossem adequados, conformavam-se em um espaço-tempo de aprendizagem e sociabilidade que se perde quando se fecha uma escola e se transfere mecanicamente para um novo contexto educacional, num estranhamento que se duplica. A escola que era estranha numa realidade contraditória, porém viva, se estranha ainda mais em uma realidade contraditória e que não é mais entendida como realidade própria, dos sujeitos que a criam. Por isso, para estudar onde se vive é preciso uma escola que leve em conta como e porque se vive neste lugar, no campo, reconhecendo-o como lugar de vida e, portanto, necessitando uma escola adequada, não uma escola “estranha” aqueles que ali vivem. Lá estava, pois, uma comissão de Sem Terrinhas para dizer isto ao governador.

Raúl Zibechi (2008), ao constatar no que ele chama novos movimentos uma atitude de mudança com relação à educação, referindo-se ao MST, a grupos de *piqueteros* e ações do MTD, indígenas equatorianos que criaram a Universidade Intercultural dos Povos e Nacionalidades Indígenas, experiências indígenas bolivianas (da CSUTCB – confederação campestre) e pelos promotores zapatistas formados pelo Sistema Educativo Rebelde Autônomo de Libertação Nacional (SERAZLN), afirma que “*A tendência nesses movimentos parece ser a reintegração dos diferentes aspectos da vida: trata-se da tendência, ainda muito*

incipiente, que é registrada em algumas comunidades de visar à reunião dos aspectos da vida antes separados”. (ZIBECHI, 2008, p. 122).

Não estamos com isso afirmando que este movimento na consciência se dá de modo instantâneo e homogêneo, como se fosse possível apreender as dinâmicas sociais que conferem sentido a realidade de modo imediato. Afirmar isso seria ignorar que cada sujeito social vai formando sua consciência a partir de múltiplas e diversificadas mediações, muitas delas envoltas e movidas por contradições comuns. O que ressaltamos é que este tipo de atividade desenvolve experiências formativas que se conjugam e integram com outras experiências de luta, as quais os sujeitos sociais participam e cujos sentidos vão conformando nexos de uma totalidade que, antes mais fragmentada, agora renova e amplia um certo nível de compreensão da realidade, como resultado da ação prático-política em suas consciências.

4.2.9 Marchas

Não seria exagerado afirmar que o papel das marchas na história de lutas do MST mereceria um capítulo à parte que, infelizmente, não cabe nos limites deste trabalho. Em sua dimensão mais aparente e formal, as marchas representam uma forma de mobilização de massa visando pressionar o Estado e chamar a atenção da sociedade para a realização da reforma agrária. É, porém, um ato carregado de simbolismos e de uma feição coletiva tão radical (no sentido de enraizamento com o humano) que se torna tarefa gigantesca sistematizar suas possibilidades político-pedagógicas. Trata-se de uma ação que transcende a contemporaneidade da luta pela terra, alicerçando suas bases míticas no cristianismo primitivo examinado por Friedrich Engels, conforme analisa Michael Löwy (2007).

As marchas aliam e movem vontades e agonias.

No meu caminhar encontrei uma fé. Isto explica tudo. Cabe esclarecer que a encontrei por minha alma ter saído de madrugada na procura de Deus. Como diria Unamuno, sou uma alma agônica (agonia, no sentido como ele com tanta razão acentua, não significa morte, significa luta). Agoniza quem combate.¹²⁷

As marchas envolvem uma racionalidade que não se prende apenas ao imediato e ao espontâneo, e também a um certo materialismo vulgar. Requerem uma disciplina no seu ato e na sua determinação de alcance e de realização. Envolve a utopia da chegada (conquista?) e o ideal do regresso (vitorioso?). Encerra, pois, uma utopia. Algo a se realizar, que precisa ser feito e que demandará sacrifícios. Requer paradas, para o descanso. Vigor e reflexão, para a retomada. Depende de e forja espíritos firmes de convicção. Contudo, não prescinde de todas as formas em que se encontram as consciências. É uma prática que pode desdobrar em práticas pedagógicas que se interpenetram no seu próprio intercurso. Marchar aqui significa produzir um método de representação coletiva da realidade e um movimento de direção e comportamento psicossocial de crença em um objetivo tão pleno de sentido ao ponto de mobilizar disposições orgânicas e subjetivas que são expressões da própria consciência dos indivíduos em movimento.

O que mais nítida e claramente diferencia, nesta época, a burguesia e o proletariado é o mito. A burguesia já não tem mito algum. Tornou-se incrédula, cética e niilista. O mito liberal renascentista envelheceu demasiadamente. O proletariado tem um mito: a revolução social. Em direção a esse mito move-se com uma fé veemente e ativa. A burguesia nega; o proletariado afirma. A inteligência burguesa entretém-se numa crítica racionalista do método, da teoria e da técnica dos revolucionários. Que incompreensão! A força dos revolucionários não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito. A emoção revolucionária, como afirmei num artigo sobre Gandhi, é uma emoção religiosa. Os motivos

¹²⁷ "Una encuesta a José Carlos Mariátegui", 23/7/1926, *La novela y la vida*, Lima, Amauta, 1976, p. 154. In: LÖWY, Michael. *Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião*. Dossiê: América Latina. Estud. av. vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300008&script=sci_arttext acessado em 17/06/2012 09h32

religiosos deslocaram-se do céu para a terra. Não são divinos; são humanos, são sociais. (MARIÁTEGUI)¹²⁸.

As marchas expressam uma dimensão mística, na acepção conferida pelo peruano Mariátegui, que intervém no processo de formação da consciência individual e coletiva. Suportam-se e compartilham-se muitas dores entre os que estão marchando. O movimento da marcha incute na consciência a força da unidade de massa, da emergência de se seguir em frente para criar o novo, pela união em movimento das vontades coletivas. Rompe em certo nível com o encapsulamento dos indivíduos na medida em que se sente agente da totalidade das forças em confluência que põe a coluna em movimento. É orgânico e ético, coloca em andamento músculos, massa visceral e pensamento; aguça a força espiritual, os canais sensitivos e a paixão transformadora. Envolve a preocupação com o outro que está na coluna. Não se quer que ninguém saia do compasso e da marcação. Intrusos infiltrados não são bem vindos, um estratagema recorrente dos agentes do capital e do estado visando fomentar provocações e desaglutinação. A indisciplina enquanto marca e expressão de comportamentos e valores característicos do encapsulamento individualista e alienado da sociedade de classes é tratada coletivamente e rejeitada.

O MST inicia a Marcha Regional por Justiça Social e Reforma Agrária Já!, na região de Jales (580 km da capital) interior do estado de São Paulo (região Sudeste). Participam da mobilização cerca mil trabalhadores sem-terra acampados, que reivindicam uma resolução na Justiça Federal dos casos das fazendas que pleiteiam. A Marcha parte de Santa Fé do Sul com destino à cidade de Jales. Serão quatro dias de caminhada. O objetivo da marcha é denunciar à sociedade a morosidade e o descaso do poder público, em especial do Poder Judiciário, com a causa da Reforma Agrária. A marcha parte de Santa Fé do Sul, região de luta histórica do Movimento Arranca-Capim, ocorrido ali na década de 60 e que deixou as suas marcas. Segundo site do MST, a produção de alimentos presente nos pequenos sítios dos municípios de Santa Fé, Sant'Ana da Ponte Pensa, Urânia e Jales demonstra que a Reforma Agrária tem condições de abastecer o mercado interno e gerar renda para as famílias. (OSAL, 30/03/2009).

¹²⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. *O homem e o mito*. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com/2008/03/o-homem-e-o-mito-maritegui.html> Acessado em: 17/02/2010 18h02

Em 1997 o MST mobilizou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, que durante dois meses de passos firmes até seu destino em Brasília, reuniu cerca de cem mil pessoas num dos maiores atos políticos de nossa história recente, protestando contra a exploração e expropriação e, também, contra a impunidade que marcava um ano do Massacre de Eldorado dos Carajás. Mais uma das incontáveis páginas manchadas de sangue na conta da burguesia e que o MST ano após ano faz questão de lembrar e que por isso mesmo as ameaças, criminalização e mortes dos que lutam não cessam.

O sustento moral e a vontade coletiva que organizam as colunas dos que estão em marcha advêm do ato de consciência em movimento que repudia a injustiça e as iniquidades que produzem os proprietários de terras ociosas e/ou opulentas e que seu capital reserva à maioria a opressão e a subordinação. Daí essas marchas serem tão violentamente reprimidas pelos governos mais conservadores e/ou reacionários como o de Yeda Crusius (PSDB-Rio Grande do Sul) com as brutais, desumanas e assassinas investidas da Brigada Militar (como é chamada a polícia militar estadual) autorizada por este governo, além das ações tomadas pelo poder judiciário, na conhecida tentativa de “dissolução” do MST.

É o momento político que determina esse tipo de ação, cuja duração e percurso variam conforme os encaminhamentos dos setores responsáveis em cada estado. As marchas podem ser, portanto, estaduais e nacional. As marchas visam também desencadear processos de negociação com governos. As marchas assumem caráter formativo e papel de prática pedagógica quando verificamos que as mediações que ela cria não se esgotam em seu interior, isto é, na marcha em si. Marchas que podem durar dias, semanas e até meses requerem um elevado esforço organizativo de diversos setores do movimento. Não existe marcha ininterrupta, os militantes sempre precisam descansar e os esforços mobilizados para as paradas e descansos envolvem a atuação de cirandas infantis, setor de saúde preparado para imprevistos e apoio e emergências, brigadas diversas de estrutura (montagem de barracas,

transporte, segurança, alimentação), atividades artísticas e culturais (cinema, teatro, rodas de leitura e de capoeira, oficinas de arte-educação, etc.) e de formação política, atos articulados com outros movimentos, nas cidades e localidades por onde passa.

4.2.10 Ocupação de prédios

Ocupações de prédios, como as estamos compreendendo, são tipos de ações ou t(pr)áticas de luta que possuem como marca distintiva a ocupação de espaços de poder hegemônico, concebidos enquanto espaços formais de legitimação de decisões. Visando combater este tipo de ação, é frequente o uso do termo “invasão”, muito difundido no senso comum, pois funcional às estratégias de criminalização do MST e, sobretudo, por operar como legitimador ideológico do direito – (con)sagrado (para os) pelos dominantes como um direito absoluto, como algo acessível a todos – à propriedade privada, sendo largamente utilizado nos discursos conservadores, tanto para se referir às ocupações de terra quanto para as ocupações de prédios de órgãos públicos ou empresas privadas. É um termo mediador da pedagogia da ordem, isto é, intervêm na consciência dos sujeitos como um conceito alienante, que naturaliza e mistifica a propriedade privada.

Seja para reivindicar direitos, exigir posicionamentos políticos, o cumprimento de acordos e/ou reuniões com os governos, denunciar e tornar públicos os problemas sociais e as injustiças e desigualdades impostas pela sociedade de classes, as ocupações de prédios tem sido uma prática comum do MST. Foram 265 ocupações sistematizadas nos registros do OSAL, 234 de prédios públicos e 31 de prédios privados. Representam 16,5% dos registros de ações do movimento. Junto com os atos públicos (19,6%), lutas unificadas (18,0%) e ocupações de terras (17,1%), é um dos tipos de ação mais praticadas pelo Movimento.

Estudantes, integrantes do MST, da Via Campesina, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da CONLUTAS e a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE) ocupam o prédio da Ferrovia Centro Atlântica, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). A Ferrovia tem como principal acionista a Companhia Vale do Rio Doce. A ocupação ocorreu depois de um ato público pela educação que reuniu cerca de 500 pessoas, 120, segundo o jornal Folha de São Paulo. O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e a ocupação do prédio da ferrovia teve como objetivo entregar uma carta que denunciava o processo de privatização da Vale, que esse ano completa dez anos. A polícia procurou negociar com os manifestantes - em sua maioria estudantes - a desocupação. Porém, advogados da Vale acusaram os manifestantes de formação de quadrilha, cárcere privado e constrangimento ilegal e exigiram uma ação policial mais incisiva. Com isso, segundo o MST, cerca de 136 manifestantes foram detidos, sendo sete menores de idade. A maioria dos detidos foi liberada, permanecendo presos apenas cinco pessoas, entre elas um militante do MST, um do MAB e três estudantes do movimento estudantil. Eles estão sendo acusados de dano ao patrimônio e formação de quadrilha e aguardam julgamento do *habeas corpus* para responder ao processo em liberdade. Manifestantes alegam que a polícia espancou vários estudantes e dificultou as negociações, apreendendo celulares e se recusando a dar informações ao advogado do movimento. A polícia nega todas as acusações. A ocupação reforça a campanha de Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que foi privatizada em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, por um valor abaixo do estimado. A CVRD teve 41,73% das suas ações vendidas por R\$ 3,34 bilhões, sendo que, somente em 2005, a Vale registrou lucro líquido de R\$10,443 bilhões. A Companhia é a maior produtora de minério de ferro do mundo e sempre foi uma das mais lucrativas estatais brasileiras. Os integrantes dos movimentos sociais destacam que a ocupação é pacífica e tem a finalidade de chamar a atenção para o Plebiscito pela Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce que acontecerá em todo o País de 1º a 9 de setembro. (OSAL, 22/08/2007).

A ocupação desses espaços que legitimam o poder hegemônico é um tipo de luta que requer de seus agentes protagonistas um alto nível de preparação política, teórica e psicológica. Exige a mobilização de uma militância relativamente homogênea em sua unidade de ação para suportar os previsíveis reveses de um enfrentamento em cujo cerne reivindicatório reside uma contestação à propriedade privada. Os riscos de repressão são elevados e não são raros os “excessos” de violência policial. O exemplo acima demarca o nível de complexidade da análise das lutas que trava o MST, pois, sob o olhar que estamos analisando, conforma uma ação integrada, articulando um *ato público* que é parte de uma Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública, seguido da *ocupação* de uma das maiores

transnacionais de minérios do mundo, organizada enquanto uma *luta unificada* por um conjunto de movimentos e entidades que produziram e *divulgaram um documento* sobre o contexto de uma das privatizações mais exitosas em termos de lucratividade para o capital que ocorreram no Brasil.

4.2.11 Reuniões e audiências

De imediato, passemos a leitura de um dos registros que selecionamos do OSAL para, em seguida, fazermos algumas considerações.

Integrantes do MST e da Via Campesina entregam, junto a outras entidades da sociedade civil (entre elas, o Greenpeace e o Fórum Brasileiros de ONG`s - FBOMS e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), carta aberta em defesa da Amazônia em audiência que acontecem no Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia e, em seguida, com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. Os representantes das entidades se mostraram preocupados com a edição de medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam as florestas e a biodiversidade brasileiras. Os movimentos reivindicam na carta, a rejeição do Projeto de Lei 6.424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), conhecido como 'Floresta Zero' - que pretende reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia para viabilizar o plantio de palmáceas e eucaliptos, entre outras espécies - e da Medida Provisória 422/08, conhecida como “(Plano de Aceleração da Grilagem - PAG)”, que possibilita a legalização da grilagem na Amazônia. A Medida dispensa licitação para aquisição das terras públicas os detentores de imóveis com até 1.500 hectares (enquanto a Constituição previa apenas 50 hectares e a lei de licitações estabelecia, até então, em no máximo 500 hectares). As entidades também pedem a rejeição da PEC 49/2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que busca reduzir a faixa de fronteira nacional de 150 para 50 km (permitindo assim a aquisição de terras brasileiras por empresas estrangeiras na faixa de fronteira), e dos Decretos Legislativos 44/2007 e 326/2007, que pretendem sustar os efeitos do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas. (OSAL, 06/05/2008).

Não vamos entrar no mérito do desfecho que tiveram as reivindicações, embora, sem dúvidas, elas se mantêm cruciais na luta de classes, sobretudo, porque, quatro anos depois, podemos afirmar que foram amplamente atendidos os interesses do agronegócio e das frações

burguesas coligadas, que passam a contar com mais territórios para expandir sua dominação. Os movimentos e organizações dos trabalhadores terão pela frente imenso desafio em reorganizar estratégias de desconstrução do consenso em torno do capitalismo verde e o desmonte do Código Florestal é uma ofensiva orgânica (prática e teórica) das burguesias em meio à crise estrutural do capital. Trata-se da constituição de um novo ciclo expansivo de expropriação e acumulação capitalistas, com forte intervenção dos estados burgueses de capitalismo avançado, que estruturam junto às corporações um novo consenso em torno da sustentabilidade do capital. O mais importante para nossos objetivos não é hipertrofiar a análise do cenário da disputa política e ideológica, mas buscar compreender as mediações pedagógicas presentes na t(pr)ática de luta, uma “audiência” entre várias organizações e representantes do Estado.

Formar militantes críticos e lutadores do povo argutos e qualificados para mediar essas disputas é um processo que esbarra em diversas dificuldades de natureza prática e teórica. Em meio a elas, o controle formal desses espaços pelos agentes do Estado, que o formatam como um *locus* privilegiado da tecnocracia e da burocracia, eivado pelo pensamento liberal, positivista e conservador. A preparação política e desenvolvimento de uma disciplina técnica e intelectual são requisitos fundamentais para fazer os enfrentamentos ideológicos necessários ao avanço da conquista dos interesses dos trabalhadores nesses espaços, o que não tem ocorrido em tempos de hegemonia neoliberal e que põem em questão este tipo de ação. Articular conhecimentos para a crítica, questionar a verdade dos dados apresentados, reconhecer as prioridades e pressupostos do inimigo de classe, ceder durante as negociações quando possível e permanecer intransigente nas questões de fundo ou essenciais, são características da personalidade de muitos militantes que são desenvolvidas ou adquiridas ao longo de suas experiências de lutas e cujo exercício lhes é mediado, dentre tantos outros

processos formativos, por meio de “reuniões e audiências”, entre um coletivo, um grupo, grupos afins ou antagonistas, grupos diversos, interinstitucionais, internacionais, etc.

São espaços-tempos que requerem a atuação de sujeitos sociais com um nível de maturidade política e teórica que atenda à necessidade de representação orgânica dos interesses da classe, do grupo, do coletivo, em meio aos antagonismos e às convergências ideológicas, políticas e culturais dos interesses em disputa. Representa, no sentido de seu movimento de constituição, um processo de onde emergem aspectos de fazimento da classe, grupo ou coletivo e do movimento de identificação com os mesmos em suas consciências, isto é, a formação de sua consciência sendo orientada não apenas por interesses individuais, mas de coletivo, de grupo, de classe, de classe em si e classe para si. Intervém, assim, sob a formação da consciência individual e coletiva, pois implica na apropriação das mediações que movem a construção de sua identidade de classe, através de seu discurso, seus valores, sua linguagem, seus gestos e símbolos que invoca. Ao mesmo tempo, permite que os militantes se apropriem em diferentes graus dos elementos discursivos, culturais e simbólicos dos grupos antagonistas. Trata-se de uma forma de aprendizado coletivo, onde os sujeitos sociais reconhecem-se e estranham-se uns nos outros, mediados pelos interesses do grupo. Prática que gera movimentos da consciência individual e coletiva, permitindo escapes no plano encapsulado do indivíduo. Movimento complexo e não imediato, como que em ciclos de aproximação dialética (SARTRE *apud* IASI, 2006, p. 329) na construção teórica, expressão do acúmulo de conexões e interligações cognitivas, afetivas e psicológicas providas à consciência e geradas em meio ao conjunto das lutas as quais os sujeitos se envolvem.

Estamos admitindo, pois, que reuniões e audiências podem assumir o papel de práticas pedagógicas, ainda que na maioria das vezes para grupos reduzidos de quadros e dirigentes, se pensadas como espaços-tempos formativos de intervenção nos processos de formação da consciência dos sujeitos sociais, produzindo e reproduzindo mediações que a põe em

movimento. Conferem experiências práticas e teóricas que desenvolvem a capacidade organizativa dos sujeitos, através da apreensão de mediações que lhes conferem disciplina e criatividade técnica, teórica, discursiva e política. Técnica, porque muitos militantes desenvolvem aptidões organizativas e de sistematização, como aprender a fazer uma ata ou relato da reunião, preparar uma pauta ou realizar uma tarefa cujos resultados tenham relevância para a composição dos argumentos de defesa dos interesses do grupo; teórica, porque estão em jogo disputas de ideias e conhecimentos, fundados em uma determinada materialidade (a da produção e relações capitalistas e, portanto, recheada de contradições) e representativos dos interesses das classes; discursiva, tendo em vista que o exercício do convencimento, a disputa pelo consenso e o embate teórico-ideológico estimula e enriquece a construção filosófica dos militantes, provocando não raro, “mudanças de personalidade” do tipo, “antes eu ficava quieto, no meu canto, agora sempre falo minha opinião”, que ouvimos vez por outra nos discursos dos militantes e que sinaliza um movimento na consciência do seu papel enquanto sujeito protagonista; política, pela relação dialética que cada uma das características anteriores mantém entre si conformando os movimentos da consciência dos sujeitos.

4.3 Atividades de formação inscritas no processo de formação política

Caracterizam-se como atividades especificamente marcadas pela intencionalidade objetivada de confronto e apreensão da teoria. A discussão sobre a constituição de uma práxis política dos sujeitos sociais, sob a perspectiva do marxismo, invoca a premissa da indissociabilidade entre a teoria e a prática. As atividades de formação possuem a particularidade de serem formuladas desde uma intencionalidade pedagógica que confere ao estudo e ao debate teóricos centralidade para uma reflexão crítica e sistemática dos acúmulos

das lutas e aprendizados históricos da classe. Permitem a apreensão das construções teóricas e das configurações ideológicas que se delineiam como parte das “batalhas das ideias” e das interpretações da realidade delimitadas pelos mecanismos dialéticos dos movimentos entre estrutura e superestrutura. Expressam uma dimensão crucial das lutas, que auxiliam em graus diferenciados na reflexão crítica sobre os consensos conformadores da dominação, sobretudo, de como a materialidade da relação entre o capital e o trabalho encerra as ideias dominantes, naturalizando e mistificando esta relação.

O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si. (GRAMSCI, CCV3, 2011, p. 46).

Este tipo de ação representou 3,4% do total de registros feitos pelo OSAL, supomos, entretanto, que este dado, assim como os demais, deve ser analisado com cautela, pois este é um tipo de ação de luta que se trava silenciosamente nos espaços dos acampamentos, assentamentos, escolas, universidades, paróquias, sindicatos, associações, cooperativas e outros que permitam o trabalho pedagógico de imersão nos estudos. São ações permanentes, cujos desdobramentos de intervenção na consciência dos sujeitos precisam ser examinados com o suporte de ferramentas de pesquisa complementares às que estamos utilizando neste estudo, como entrevistas com os militantes que se formam nessas atividades. Contudo, tendo por experiência a atuação em dois cursos de formação (Emancipações e Teorias Sociais), podemos considerar que as *atividades de formação* possuem um papel destacado na formação de militantes, quadros e dirigentes do MST, que acaba por transbordar a esfera do movimento, envolvendo diversos sujeitos sociais e contribuindo, inclusive, para derrubar algumas cercas da produção do conhecimento como uma exclusividade da universidade pública.

A preparação e qualificação teórica, filosófica e política desses sujeitos, tendo o materialismo histórico e dialético como referencial, objetiva esse papel na histórica edificação da Escola Nacional Florestan Fernandes, iniciativa orgânica de construção de uma universidade popular, de uma universidade da classe trabalhadora e dos povos oprimidos de todo o mundo, ainda que seu barro, madeira e pedra tenham sido interpostos pelas mãos dos Sem Terra do MST.

Em interação com professores e estudantes militantes de várias universidades, enriquecido com os conhecimentos e lutas de movimentos e organizações de diversos países, os processos de formação política desenvolvidos na ENFF conferem primazia a práxis dos sujeitos sociais. É a experiência de luta dos sujeitos e da classe a mediação fundamental que enseja a busca do conhecimento para a transformação das condições históricas. Esta mediação se funda na indissociabilidade entre teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, objetividade e subjetividade, que se integram dialética e contraditoriamente na constituição do ser social. Incide diretamente sobre os movimentos que enlaçam as ligações e nexos que vão formando a consciência e estabelece com ela uma relação de interdependência. Compreender como funciona a sociedade, isto é, as contradições que criam a sociedade de classes capitalista, passa pelas ações práticas dos sujeitos no seu cotidiano de lutas, que conforme as intervenções estejam ocorrendo em sua consciência, passam a se mover em busca do conhecimento, no intuito de que esta ação prática seja cada vez mais consequente.

Movimentos sociais e sindicais organizam seminário da Plenária dos Movimentos Sociais RJ durante os dias 1 e 2 de Março no campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), reunindo aproximadamente 300 militantes. O objetivo é debater assuntos como a política de segurança pública, agronegócios, reindustrialização do estado do Rio de Janeiro, além de temas nacionais como a integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, a questão da anulação do leilão da Vale do Rio Doce e a utilização dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Participam do seminário movimentos da educação, juventude, dos direitos humanos, sindicatos, MST e ambientalistas. (OSAL, 01/03/2008).

Os 5 mil participantes do encontro na 6ª Jornada de Agroecologia, em Cascavel, Paraná (região Sul), fazem ato público e entregam ao governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB) e outras autoridades, uma carta com propostas de políticas públicas para a ampliação da agroecologia na agricultura brasileira camponesa. O documento cobra dos governos estadual e federal a efetivação de um projeto estruturante para a agroecologia e propõe mudanças em torno da gestão democrática e das políticas públicas, tecnologia de produção agroecológica, transgênicos, agrotóxicos, educação do campo e culturas camponesas tradicionais, recursos naturais, crédito, infraestrutura rural, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização e energia. O membro da coordenação da Jornada e integrante do MST e da Via Campesina, Roberto Baggio explica que os camponeses querem que o estado brasileiro organize políticas públicas que fomentem a agricultura camponesa e agroecológica. Porém, reafirmou que a consolidação da agroecologia só será possível com a realização da reforma agrária e um amplo processo de educação do campo. “O saber deve estar no controle da maioria da população, porque sem o conhecimento não há povo organizado”, afirma. (OSAL, 18/07/2007).

Visando o exame da concepção de formação presente nesse tipo de ação, passemos à análise um pouco mais detida de uma dessas atividades de formação, uma experiência com protagonismo do MST e que teve na autogestão político-pedagógica aliada aos núcleos de estudos coletivos e aos espaços-tempo de formação alternada os processos mais férteis em termos de desenvolvimento de mediações formativas.

4.3.1 O Curso de Extensão Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Emancipações

O *Emancipações* expressa em grande medida o que estamos buscando compreender ao investigarmos sob quais circunstâncias uma atividade de formação configura-se como um tipo de ação de luta. O curso materializou-se no espaço universitário, mas para além das teses e dissertações, das metodologias científicas, dos dados e dos discursos, porém sem desprezar nada disso, mas tornando-os vivos, fazendo pulsar, vibrar e ranger os corredores, salas e gabinetes da universidade pública, que tem aí uma oportunidade de recriar-se como um espaço popular de construção de conhecimento crítico e emancipatório, isto é, que qualifique as estratégias e os caminhos das lutas dos sujeitos sociais.

Como um dos elementos de um balanço amplo que pode ser feito sobre este processo, ressaltamos que abrir espaços ou cavar trincheiras para a penetração da rebeldia, dos acúmulos, da poesia, das canções, dos aprendizados, da práxis política destes movimentos e militantes, na universidade hegemônica pelo conservadorismo e pelo pós-modernismo, é a evidência premente da luta pela educação pública como estratégia política visando uma posição de disputa pela hegemonia na luta de classes. Uma experiência que provocou em reduzidos – quantitativamente falando, mas que acaba gerando problemas qualitativos, pensando na velocidade com que os valores dominantes são internalizados nas massas populares, a despeito da maior ou menor resistência sobre eles – grupos de professores e estudantes um repensar sobre os desafios da construção do conhecimento crítico, cabendo ressaltar, que todo este processo não ocorreu, e nem poderia ocorrer, sem esbarrar nas contradições às quais a própria universidade pública está imersa. Uma universidade dominada pela racionalidade produtivista do capital não abre espaço para a construção do conhecimento crítico e para os movimentos sociais porque os dominantes não podem abrir espaço para a contra-hegemonia.

O *Curso Emancipações* é expressão concreta destas contradições. Realizado entre 2006 e 2010, é fruto de uma articulação entre o Projeto Outro Brasil, vinculado ao Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, o Instituto Rosa Luxemburg e movimentos sociais do campo e da cidade do estado do Rio de Janeiro. O *Emancipações*, propondo a formação política de militantes de base, quadros e dirigentes, priorizou desde o início o protagonismo dos movimentos sociais em sua concepção, organização e execução e o MST, notadamente, exerceu uma forte influência, cuja marca principal é a alternância dos tempos e espaços de formação e a constituição de coletivos de trabalhos e núcleos de estudos, presentes na concepção de educação do movimento como parte de sua organicidade.

O *Emancipações* que embrionariamente havia sido concebido como um curso de extensão que abordasse criticamente a produção do conhecimento nas lutas sociais e o papel dos movimentos sociais nas lutas de classe, em sua primeira versão, de 2005, não teve o protagonismo direto dos movimentos sociais, sendo a maior parte de seus participantes, ainda que com alguns militantes, estudantes de universidades. O curso teve uma radical reconfiguração por meio das articulações com a ENFF e o Setor de Formação do MST no Rio de Janeiro, organizado na Escola Estadual de Formação Bernardo Marin Gómez (EBMG). Como uma “seção regional” da ENFF, segundo nosso entendimento, seu papel consiste em promover e organizar os processos de formação política do MST no estado, articulando-os aos outros setores e ações do movimento, com outros movimentos sociais, sindicatos, partidos e organizações populares e também com a universidade. A partir destas articulações desenvolveram-se metodologias e foram postas em movimento uma pedagogia trabalhada em diversos espaços de formação, escolares e não escolares, como os desenvolvidos nos cursos do MST em todo Brasil.

Uma das características destacadas da pedagogia presente no *Emancipações* é a própria concepção do tempo educativo que não se esgota no ato-relação ensinar-aprender e educador-educando, mas que acompanha a gestação lenta e gradual de lutadores e lutadoras do povo, as dimensões do tempo de formação individual e coletiva, do tempo de preparação associado ao estudo e apreensão da teoria, do tempo histórico que rememora as experiências e ensinamentos de lutas do passado, do tempo de acúmulo em momentos de descenso das lutas e, sobretudo, da dialética e das sínteses que podem ser feitas entre eles. Esta pedagogia se expressa abstratamente naquilo que o MST concebe como *pedagogia da alternância*. Esta pedagogia, que conjuga tempos-espacos de ensino e aprendizagem, configura-se como um caminho para resistir ao tempo-mercadoria, como resultado da produção de sobretrabalho, que somente poderá ser integralmente suprimido, conforme Marx, com a supressão do próprio

sistema que o cria. (LEHER, 1998). Uma metodologia e um jeito de pensar e fazer a formação humana que parta do tempo de vida concreto das pessoas, que na sociedade capitalista é o tempo de produção de mercadorias, que resulta em uma vida cindida e alienada, mas que este tempo é sobretudo social e histórico e não natural e imutável. Remete ao tempo que é necessário para se fazer algo, como o resultado de um trabalho criativo e desinteressado, como que semear, cultivar e colher, cada qual ao seu tempo, ou formar uma pessoa para a luta, para a rebeldia, que combata a violência da alienação. Esta pedagogia se materializa em metodologias e práticas que se movem entre os diferentes espaços e tempos de formação, alternando e integrando os momentos de apropriação das mediações entre os espaços da universidade (no caso) e seus territórios de atuação, socializando os conhecimentos teóricos e práticas políticas apreendidos junto à suas bases, e fertilizando o conhecimento teórico com experiências de luta, pondo em movimento constante sua *práxis*, refletindo sob novos elementos teóricos e acúmulos políticos, desenvolvendo as mediações necessárias à execução da tarefa de organizadores da cultura em seus movimentos e de sua classe.

Deste modo, o curso incorporou uma concepção de educação que entende os trabalhadores como sujeitos capazes de desenvolver suas próprias estratégias de formação, de tornarem-se dirigentes, na perspectiva gramsciana de que todos são intelectuais, de que todos são filósofos. Porém, sem incidir no erro de abrir espaços para espontaneísmos, desconsiderando o rigor necessário para o desenvolvimento metodológico das práticas educacionais de socialização da cultura, tomando como lição o ensinamento que “*Na história dos desenvolvimentos culturais, deve-se levar em conta notadamente a organização da cultura e do pessoal através do qual tal organização toma forma concreta*”. (GRAMSCI, 1978, p. 108). Somado a isto, percebeu-se que setores críticos da universidade poderiam contribuir neste processo ao fazerem leituras teóricas não dogmáticas, notadamente de Marx e de teóricos do materialismo histórico, importando socializá-los numa perspectiva pedagógica

politicamente referenciada – portanto negando qualquer neutralidade positivista – além de outras práticas culturais numa perspectiva crítica como o cinema, o teatro, a poesia, a música que, quando muito, são deformados pela indústria cultural como matéria de consumo alienado, a fim de mantê-las presas às amarras das ideologias dominantes. Objetivo este que fez e faz imensos e duradouros estragos, mas que não pode ser atingido integralmente e nem alcançar a todos de modo homogêneo e definitivo.

Porém, cumpre destacar, a referida capacidade dos trabalhadores em organizarem a cultura de sua classe, não é inata, não é natural, não é um “dom” dos “portadores da libertação de todas as classes”, ao contrário, exige disciplinado e contraditório processo de formação política, onde a explicitação das contradições do sistema o qual estão todos envoltos e imersos é condição fundamental para o entendimento do funcionamento da sociedade, bem como das contradições presentes no interior da própria classe trabalhadora, seus avanços, recuos e suas interconexões, repletas de tensionamentos. E isto configura permanentes desafios políticos e pedagógicos que enriquecem e complexificam a *práxis* tanto de dirigentes e militantes dos movimentos, quanto de estudantes e professores da universidade.

Não é objetivo central deste estudo detalharmos os processos de organização metodológica dos cursos, embora em momentos específicos isto se verifique necessário à compreensão geral, mas sim, nos concentrarmos em apontar alguns elementos ou aspectos político-pedagógicos que nos auxiliem a refletir basicamente sobre: 1) o papel da universidade na socialização do conhecimento crítico e 2) a contraditória interação entre universidade e movimentos sociais na formação política de educadores e educadoras dos movimentos e organizações populares, bem como da própria universidade. Isto nos aproxima, ou nos permite ainda que muito superficialmente, abrir um diálogo com Antonio Gramsci e com a sua abordagem da questão da formação dos intelectuais orgânicos e dos intelectuais tradicionais, considerando ser uma questão politicamente estratégica no papel que ambos

exercem na correlação de forças sociais, na potencialidade das sínteses daí surgidas, na possibilidade de provocar saltos qualitativos em suas práticas políticas e em que medida isto é capaz de nutrir alianças na construção de um projeto popular alternativo e unitário, numa palavra, socialista, em oposição radical ao do capital. Ou, inversamente, um projeto de manutenção e aprofundamento das condições que reproduzem a ordem capitalista. Contudo, a fim de apresentarmos alguns aspectos desta metodologia e nela identificarmos alguns elementos de nossa análise, apresentamos abaixo sua sistematização quando da época da apresentação de sua proposta:

Os pilares da metodologia estão baseados na divisão de tarefas, na participação coletiva, numa educação que inclui as dimensões sociais, culturais e políticas da pessoa humana, pois o essencial é considerar que educadores e educandos estão num processo dialético de construção dos métodos de intervenção e de análise da sociedade, concebendo todos os envolvidos no projeto como sujeitos históricos. Os valores humanistas e socialistas devem nortear todo o trabalho, valorizando a auto-organização dos educandos, o vínculo entre educação e cultura, entre os processos educativos e políticos, entre ensino e pesquisa, entre processos coletivos e individuais. (Projeto Outro Brasil – Biênio 2007/2008 – Acompanhamento da Conjuntura Brasileira e Educação Popular, p. 9, novembro 2006).

Consideramos estes pilares pressupostos fundamentais, pois deles advém a elaboração de práticas educacionais renovadoras, cuja compreensão e socialização precisamos aprofundar, estabelecendo com elas um diálogo profícuo, que nos auxilie na formulação de teorias educacionais e processos formativos ampliados e compatíveis com a (re)construção da sociedade em bases distintas das atuais, ressignificando o trabalho, as relações na natureza, a cultura, a técnica e a tecnologia, as artes, em suma, o que é específico ao gênero humano e tornou-se estranho diante das relações impostas pela propriedade privada. Estando a Educação do Campo apoiada e movendo-se desde suas origens sobre este chamamento, ou seja, de um projeto popular e coletivo de sociedade onde os povos possam desenvolver autonomamente sua cultura gestada no seio de uma sociedade desmercantilizada, torna-se elementar o

aprofundamento das discussões sobre que tipo de homem será este e que estratégias educacionais seriam mais fecundas para contribuir com este propósito.

No *Emancipações*, observamos que os diferentes movimentos sociais, do campo e da cidade, estando em diferentes estágios de organização interna e de articulação com outros movimentos e organizações populares, apresentam-se também em patamares distintos quanto o acúmulo ou experiências de participação em processos de formação política, demandando reflexões sistemáticas sobre metodologias pedagógicas adequadas à formação da classe. Nestas reflexões são frequentes as referências à adequação da linguagem e da explicitação dos conceitos e teorias, a fim de tornar inteligíveis e apreensíveis os conteúdos transmitidos. Preocupação legítima, posto que concretamente fundamentada no fato de que a maior parte da população, isto é, os trabalhadores e seus filhos, possuem baixos níveis de escolarização, e a escola “naturalmente” excludente da sociedade de classes provoca “traumas”, muitas vezes “revividos” durante as exposições mais herméticas, seja pelo tecnicismo, seja pela retórica, costumeiramente empregados nos debates e nas intervenções mais distanciadas da realidade.

Este debate é também vivo e frequente quando consideramos a historicidade, a subjetividade, o sentido de cultura e as intencionalidades da Educação Rural (SOUZA, 2006; MORIGI, 2003; RIBEIRO, 2010) e as problematizações relativas à construção de propostas político-pedagógicas de Escolas do Campo, pois se destacam nestas últimas a centralidade da cultura dos povos do campo, com suas especificidades, com a importância da linguagem e da oralidade consoantes à realidade dos que ali vivem e trabalham. Este debate também é travado nas práticas e processos formativos dos movimentos sociais, porque adequar a linguagem não deve ser confundido com simplificar a linguagem, reduzindo os conceitos, retirando sua capacidade de explicar o real. Não significa substituir palavras “difíceis” por palavras “fáceis”, nem tampouco negar ao outro o conhecimento sobre o significado dos termos. Não significa “descomplicar” o complexo, omitindo as mediações ou ainda negligenciando

informações admitindo pressupostos. Significa explicar as palavras, os conceitos e as categorias, inseri-las numa totalidade, de modo a torná-los substancialmente cognoscíveis, politicamente significativas e afetivamente apreensíveis, o suficiente para provocar no outro a promoção do que antes era desconhecido a um nível diferenciado e superior, interferindo diretamente na sua prática política.

Outro aspecto relevante nas discussões político-pedagógicas do *Emancipações*, refere-se aos conteúdos teóricos abordados, que deveriam ser socializados tanto para auxiliar na produção das análises conjunturais pelos movimentos quanto para introduzir categorias, conceitos e teorias que pudessem estimular os debates políticos, provocando nos militantes a discussão política e um maior acúmulo teórico. Nas versões do curso em seus dois primeiros anos, os conteúdos abordados giravam em torno de tópicos que poderíamos destacar esquemática e sucintamente: a) *Imperialismo*, com ênfase na totalidade das relações entre nações avançadas e periféricas do capitalismo monopolista, como marca do século XX e início do XXI; b) *América Latina e Formação social brasileira*, onde destacaram-se discussões em torno de temáticas como a colonialidade do saber e os debates de gênero e “raça”; c) *Políticas Públicas*, tratando da relação com o Estado particularizado, do público *versus* privado e privado-mercantil e d) *Projetos Alternativos*, que colocou em pauta as experiências históricas positivas e negativas, as possibilidades e resistências à organização das classes trabalhadoras. Estes tópicos, ou precisamente, estes eixos temáticos, foram apresentados, debatidos, modificados, compostos e finalmente acordados em dezenas de encontros político-pedagógicos, realizados entre dirigentes e militantes dos movimentos e organizações populares e representantes da universidade, portanto, definidos como prioritários para o momento social e político presente ou, nos termos de Mészáros (2005), como uma *intervenção consciente* no domínio da educação, como um passo na formação política dos trabalhadores, como uma exigência para a superação da alienação do trabalho, objetivo

implícita e explicitamente perseguido durante todo o processo, como nos alertara o filósofo húngaro:

Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa “contra-internalização” (ou contraconsciência) exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente. (MÉSZÁROS, 2005, p. 61).

A Pedagogia da luta e da resistência eleva consciência política, pois os sujeitos sociais aprendem sobre seu papel na sociedade assumindo a tarefa de transformá-la. Ela se forma nas lutas cotidianas, nas histórias das vidas que se inter cruzam, na dinâmica da vida comunitária. Mas se eleva, se supera e passa a transitar em níveis superiores de compreensão das tarefas que precisam conscientemente por elas serem assumidas, fazendo-se sujeito da história e adquirindo a capacidade de lutar contra as determinações mais amplas e gerais que geram a sociabilidade alienada da sociedade de classes capitalista. Acelerar esse processo é tarefa das organizações dos trabalhadores e está tem sido uma dura tarefa de se aprender e ensinar.

A feira que nós conseguimos aí é tudo através de união n/é? Dia 15 tem outro compromisso, támo formalizando uma associação nossa regional. Então nós támo na luta, a luta pra mim não vai acabar nunca, até porque quando nós tivermos num patamar de... tiver com dignidade mas tem outros que lá na frente que não tem. Então se você tiver na luta se você olhar só seu imbigio então você... ta... ta todo por fora da realidade. A luta não termina. Enquanto existir um debaixo da ponte, um debaixo do viaduto, as favela inchada de gente é... impunidade que tem no nosso Brasil, é... trabalho escravo, essas coisa toda a luta não termina. A luta só termina quando dizer assim: a reforma agrária no Brasil foi completa. Muita gente tem usado esse termo pra nós: não mas vocês não são Sem Terra, vocês são “Com Terra” porque vocês já ganharam a terra. Primeiro que isso está totalmente equivocado, ninguém ganhou nada lá, conquistamos! Ninguém botou: toma essa aqui você ganhou. Nós conquistou! A reforma agrária o cara não ganha terra... o cara conquistou na luta! A reforma agrária que eu vejo é desse jeito, e o que eu aprendi n/é? (Cícero).

As lutas pela terra travadas pelo MST, contra o latifúndio, contra o agronegócio e outras que vimos ao longo deste estudo podem ter contribuído e continuar contribuindo para que muitos trabalhadores e trabalhadoras adquiram instrumentos e forças a fim de superar determinado momento da formação de sua consciência, mais ingênua, passiva e espontânea, para um momento em que esta consciência os/as eleve à uma condição de sujeito histórico, participante e protagonista dos processos de transformação social. Tal caminhada é longa e repleta de obstáculos e retrocessos, pois estes momentos da consciência não determinam o fim da ingenuidade, da passividade e da espontaneidade, elas podem se reassentar caso se mantenham níveis de mobilização e organização que não correlacionem forças suficientes para se alcançar as mudanças necessárias. Mudanças necessárias são aquelas que interrompem, cessam e substituem as relações da sociedade de classes capitalista por outras em que a humanidade não se permita explorar e oprimir por nenhum de seus membros ou grupos.

Para cumprir este inadiável objetivo, contudo, as lutas e mobilizações precisarão manter uma constante elevação da organização dos trabalhadores, evitando perder a intensidade e capacidade de reivindicação, formulação de alternativas e combate ideológico, envolvendo um contingente cada vez maior de trabalhadores em todas as frentes das lutas de classes. Contudo, os obstáculos que travam essas tarefas têm sido hipertrofiados pelas contradições e fragilidades do Movimento (de natureza organizativa, política e econômica) e pelas dificuldades e contradições em que vivem as organizações dos trabalhadores, diante de uma correlação de forças capitalistas que exerce forte dominação econômica e amplo poder sobre o Estado. O descenso relativo das lutas (em comparação com meados dos anos 1980) e a queda no número de ocupações e de famílias no número de ocupações nos últimos anos atestam que as mobilizações não foram suficientes para lograr manter a intensidade das lutas. Isto, contudo, não significa que os processos de luta não interviam na consciência daqueles

que deles participaram e que neste momento, de contradições exacerbadas, exploração e desorganização da classe, serão mantidos em uma condição de passividade e espontaneidade. Outros processos estão em marcha e as condições políticas podem novamente exigir que esses sujeitos sociais possam retomar processos de lutas e trazer consigo outros que ainda não tenham passado pelas experiências de lutas.

As ações de luta empreendidas pelo MST nos auxiliam a pensar sobre as práticas movidas nessas ações que nos servem de aprendizado político. Mesmo outras frações da classe trabalhadora têm aprendido com o protagonismo do movimento. As pautas econômico-corporativas são legítimas e necessárias. Frequentemente, a partir destas lutas são renovadas as ações com potencial de engendrar articulações mais orgânicas com outras organizações dos trabalhadores, fazendo a indispensável interlocução e aliança com os trabalhadores da cidade. É preciso analisar rigorosamente estas lutas para verificarmos seu potencial de aglutinação e convergências com os interesses universais da classe e canalizar seus objetivos para organizar as massas de trabalhadores oprimidos e superexplorados um coletivo consciente e unificado.

Através de sua experiência de lutas, o MST vai acumulando avanços e recuos, superando obstáculos e tropeçando em seus erros, como consequência das escolhas e objetivos estratégicos que vai traçando. A necessidade de aperfeiçoar sua organização interna e de promover ajustes na estratégia fazem parte do debate interno do movimento. Muitas avaliações já foram feitas por intelectuais e militantes do próprio Movimento, no sentido de que a convergência tática com os governos petistas tenha levado ao Movimento a uma condição limitadora de críticas e ações ao governo e mesmo do caminho Socialista.

Tal debate excede os compromissos de nossa tese, embora seja imprescindível para que as lutas sejam orientadas de fato a forjar mediações que carreguem em suas ações os germes emancipatórios. Este é um desafio vital para o MST e para a própria dinâmica da luta de classes no Brasil. Portanto, para todas as organizações dos trabalhadores que somente

conseguirão compreender as contradições desta experiência política se processos de aprendizagem sobre as contradições, os determinantes da exploração e da opressão capitalista forem auto-organizados pelo movimento no sentido de garantir que cada militante seja um organizador, um persuasor permanente, em suma, um intelectual orgânico do movimento.

Considerações finais

As frações de classe que hoje operam a dominação burguesa no Brasil, representadas, em meio a outras, pelo setor do agronegócio, objetivam ampliar sua dominação sustentadas por um modelo de desenvolvimento que impulsiona novas expropriações e conforma campo, florestas, águas e montanhas como territórios de acumulação de capital e de geração de mais valor. Tal modelo, pelas características de sua inserção na atual divisão internacional do trabalho, conduzida pela transnacionalização da economia e da *finança mundializada* enquanto expressões da atual etapa de desenvolvimento do imperialismo, não pode superar as relações que geram as *falhas no metabolismo* entre sociedade e natureza, nem tampouco romper com a *heteronomia* por elas condicionada. Isto se deve a duas razões: 1) ao engendrar os processos de sua autovalorização, o capital reproduz e perpetua o *trabalho abstrato* que produz a alienação do homem com relação aos produtos do seu trabalho, dos homens com os outros homens e destes com a sociedade e a natureza e 2) devido às relações e às associações subordinadas das frações burguesas locais com as frações burguesas das nações capitalistas hegemônicas. Estas relações, como apontado ao longo da tese, conformam experiências políticas e sociais nos marcos da autocracia burguesa. Na formação histórico-social brasileira, a forma específica de articulação destas frações com as do núcleo imperialista inibiu, retardou e mesmo impossibilitou, conforme propugnou Florestan Fernandes em seu clássico, *A Revolução Burguesa no Brasil*, os avanços da burguesia local como classe portadora de um projeto capaz de romper a heteronomia. Dialeticamente, a debilidade das frações burguesas frente ao projeto de nação autopropelido possui nexos com a situação da classe trabalhadora que, igualmente, não logrou universalizar-se como classe portadora de um projeto de emancipação socialista.

A relação dialética entre estas duas razões nos permite refletir sobre as contradições que envolvem lutas por reformas de natureza antimercantil que possam acender (e ascender)

os processos de lutas universalistas que internalizem na formação social experiências de organização, de lutas e de resistências que mobilizem a classe trabalhadora para enfrentamentos radicais contra o capital.

Seguindo o curso traçado pelas frações dominantes que operam no país, a continuidade e a expansão deste padrão de acumulação irá requerer e, ao mesmo tempo, resultará na intensificação da superexploração do trabalho, marca do desenvolvimento capitalista dependente, seja pela extração direta da mais valia, seja por meio de políticas neoliberais que debilitam, enfraquecem ou retiram os direitos conquistados. Tornarmo-nos o país “celeiro do mundo” como afirmam os apologetas da condução produtivista e tecnicista da agricultura. O êxito da exportação de commodities nos afasta, como nação, da autodeterminação e da soberania frente ao imperialismo, hipertrofiando as relações mercantis estruturadas no valor de troca. Tal padrão de acumulação tem como corolário a contaminação severa da terra e da água por agrotóxicos e outros venenos, a perda da biodiversidade, cada vez mais confinada em “áreas protegidas” para exploração privada, a produção de sementes transgênicas cujas consequências para a natureza e a saúde humana mal conhecemos e a uma massa fragmentada e heterogênea, saciada pela indústria cultural veiculada pelas TVs, telefones celulares, internet e pelo consumo sustentado por microcréditos. Na ótica dominante, o conformismo social deve possibilitar uma governabilidade tão docilmente conduzida quanto o gado anabolizado das gigantescas transnacionais da pecuária. Isso requer que mesmo os conflitos possam ser canalizados para as esferas institucionais, pois, a autonomia de classe pode ser potencialmente antissistêmica.

As relações sociais hegemônicas pelas frações burguesas dominantes têm sido manejadas pela ideologia do desenvolvimento, mais do que adjetivações (desenvolvimento sustentável), a ideologia se difunde por mecanismos de coerção e consenso empreendidos pelo Estado ampliado que visam legitimar, naturalizar e mistificar a exploração e processos

pedagógicos cuja intencionalidade é revestir o “mercado” de uma aparência que o coloque como sujeito e, mais precisamente, agente protagonista de um desenvolvimento sustentável e não mais o emblema de “vilão do meio ambiente”, como os movimentos contra as expropriações o têm caracterizado. Isto é, o capital pode ser “amigo da natureza” convertendo sua cadeia produtiva aos preceitos do desenvolvimento sustentável, notadamente por meio dos artefatos tecnológicos que possibilitem uma conversão técnica que pressuponha certa racionalização do uso de recursos naturais e/ou processos que reduzam ou minimizem os impactos à natureza e à saúde humana. O discurso oculto da narrativa da sustentabilidade é: a riqueza produzida socialmente continuará sendo apropriada privadamente. Não são meras disposições técnicas que guiam as decisões dos acionistas, mas, sobretudo, disposições de defesa, reprodução e perpetuação de sua dominação e de sua classe.

As teorias do capital humano e do capital social reforçam a pedagogia da hegemonia ao forjar mediações que internalizem, na consciência dos sujeitos sociais, a ideia de que é possível e desejável os grandes empreendimentos que movimentam as cadeias produtivas das commodities, pois, sem eles, não haverão empregos e investimentos nas novas fronteiras de expansão do capital. Claro que, conforme esta narrativa, desde que de modo “socioambientalmente responsável”. Os atingidos são apenas efeitos colaterais que não podem obstaculizar o crescimento econômico do país. A ideologia do novo desenvolvimento almeja conformar um consenso favorável à conciliação de classes, “humanizando” o capital e tornando os trabalhadores seus “colaboradores pró-ativos”.

A relação entre capital e trabalho é investida de um significado em que se criam mediações que tornam o capitalismo “sustentável” também socialmente, ao difundir a ilusão de que os indivíduos podem fazer escolhas livremente. Nesta acepção, quanto mais os indivíduos desenvolvem determinadas competências e habilidades, tornando-as “boas práticas”, para usar expressão banco-mundialista, mais recompensas do mercado receberão. O

problema possui duas dimensões indissociáveis: a primeira, pedagógica, pois, para conjugar formação e dominação, as competências e habilidades a serem desenvolvidas devem ter como premissa o “mercado” e que, portanto, o seu aprendizado tem de se dar com a participação de sujeitos organizados na “sociedade civil”; a segunda, política, pois é dever de todos contribuir para que o “mercado” se torne “sustentável”, colaborando com ele, já que não há alternativas. Assim, é possível renovar a ideologia que (re)põe em novos trajes um sistema de relações sociais que pode ser “humanizado”: o mercado pode ser “aperfeiçoado” pelas inovações e “esverdeado” pela ciência e pela técnica. As premissas de fundo são as mesmas de sempre: que os indivíduos sigam “encapsulados” e que as determinações que submetem o trabalho ao jugo do capital não sejam tocadas.

A presente tese procurou demonstrar que nas experiências concretas de luta por uma sociedade *para além do capital* a educação se caracterizou por ser uma prática portadora de mediações que permitem aos oprimidos – aos trabalhadores e às trabalhadoras, vendedores de força de trabalho, proletários, algumas das definições que podem ser dadas aos sujeitos sociais explorados pelo capital – a possibilidade de desenvolvimento de formas de consciência que possibilitem a interpretação, a compreensão, a organização e a luta contra o trabalho alienado, processos estes que engendram formas de autoaprendizagem de valores, ideias, projetos e visões de mundo socialistas.

As experiências históricas e a análise das lutas sociais nos ajudam a compreender que a educação, para contribuir com o desenvolvimento de estratégias e táticas que elevem a consciência das massas no sentido de que se movam em direção à sua emancipação, precisa ser obra das próprias classes trabalhadoras, organizadas e em luta pela conquista e garantia de seus direitos e por relações sociais sob as quais as pessoas possam desenvolver suas capacidades em condições de materializar pela sua *práxis* a proposição gramsciana que todos os homens são intelectuais e, portanto, organizadores da cultura, da sua própria cultura.

O exemplo das lutas do MST estudadas na tese, corrobora que um enfrentamento transformador, massivo, das relações de força que mantém os limites da autocracia burguesa sob o capitalismo dependente, requer espaços educativos apropriados pela classe trabalhadora para pensar, estudar e sistematizar os processos pedagógicos derivados das ações de lutas que ativam e dinamizam os movimentos de formação da consciência das classes trabalhadoras. A prática do MST está relacionada a questões como: que estratégias desenvolver a fim de que as massas se apropriem dos instrumentos de compreensão do funcionamento da sociedade de classes? Através de quais mediações os sujeitos podem reconhecer os mecanismos de opressão e exploração e os que permitem mistificar esta realidade opressora e exploradora? Como as análises das lutas sociais podem contribuir para a compreensão das formas como os dominantes operam a dominação? E, sobretudo, se há nessas lutas uma pedagogia, uma pedagogia da luta e da resistência, em que medida pode ela ultrapassar as fronteiras dos movimentos e ajudar a mobilizar e organizar as lutas e o caminhar contra um inimigo tão poderoso e organizado?

O MST vem resistindo e enfrentando, não sem contradições, as determinações da ordem societária do capital, por meio de ações políticas e pedagógicas cujo objetivo é a construção de uma sociabilidade distinta da lógica do trabalho abstrato imposto pelas relações de classe. Promover contrainternalizações pedagógicas à ordem no interior das objetivações por ela determinadas é um desafio que necessariamente envolve contradições, expressando as tensões entre a revolução dentro da ordem e a revolução fora da ordem. Dentre essas ações de contrainternalização, a formação política e cultural de militantes, quadros e dirigentes, que conseguiram entrincheirar-se nas universidades públicas, abriram e revitalizaram fundamentais frentes de produção de conhecimento crítico e voltado para o fortalecimento da luta pelo direito à educação, permitindo esclarecer e denunciar as contradições da subordinação do conhecimento e de sua produção ao capital, instrumentalizando as lutas dos

trabalhadores no enfrentamento à heteronomia cultural sob a qual os dominantes assentam igualmente seu poder.

Disto decorre a importância de cursos para a universidade como o Emancipações e o Teorias Sociais, este apenas brevemente comentado, reunindo intelectuais que, embora no campo marxista, muitas vezes não mantinham relações sistemáticas com os movimentos classistas e, também, possibilitando a reunião de docentes em torno de iniciativas de autogestão pela classe trabalhadora dos processos formativos de seu interesse e de sua tão árdua e contraditória quanto inadiável realização. Desse modo, os cursos possibilitam o revigoramento do marxismo na universidade, agregando docentes e estudantes, abrindo espaços contra-hegemônicos de socialização e produção do conhecimento que visa à organização da luta e da resistência *ao mercado do conhecimento e ao conhecimento para o mercado*, nos apropriando de expressão de Neves e Pronko (2008).

A pedagogia da luta pela terra implica que o próprio Movimento seja tomado como princípio educativo, onde os sujeitos Sem Terra se educam na luta pela terra, isto é, as ações de luta do Movimento tornam-se educativas e assumem condição de estratégia política no momento em que sintetizam em ato os aprendizados da organização direta dos sujeitos em luta por seus direitos e a criação de mediações pedagógicas capazes de intervir, ativar e dinamizar os processos de formação da consciência dos sujeitos envolvidos. Esta síntese, contudo, é repleta de contradições, pois envolve os movimentos da história, da dialética e da luta de classes. Da história, porque, como nos foi ensinado por Marx os homens não a fazem conforme sua vontade, da dialética porque supera uma determinada concepção de educação (a educação rural), conservando alguns de seus elementos (determinada especificidade), porém elevando-a a um patamar superior (de criação de novas formas de produção e sociabilidade para o campo e a cidade) e de luta de classes, pois foi a partir e em meio desta que se forjou a concepção pedagógica do MST.

Os atuais arranjos das lutas de classes, que mantêm a correlação de forças amplamente favorável ao capital, não nos permitem afirmar que não existam nas lutas por reformas, concepções e práticas revolucionárias de transformação da realidade. As lutas do MST e de outros movimentos sociais do campo nos permitiram compreender que o agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento para o campo e a cidade, se contrapõe a qualquer projeto de sociedade emancipada, pois ele se configura como uma expressão do desenvolvimento do capitalismo, enquanto elo da atual fase do imperialismo, sob hegemonia do capital financeiro.

No tratamento da relação entre trabalho e educação, a construção coletiva de um projeto educacional da classe trabalhadora, concebido para formar um homem de novo tipo pressupõem a superação da sociedade de classes e do trabalho alienado. As lutas pela terra protagonizadas pelo MST, ao acompanharem os movimentos de classes que reconfiguraram o padrão de acumulação do capital no presente, apontam caminhos de reflexão da relação trabalho e educação que, como tentamos demonstrar, são cruciais para pensarmos a construção coletiva de um projeto educacional que expresse os interesses da classe trabalhadora. Nestes caminhos de lutas os sujeitos sociais desenvolveram e recriaram mediações capazes de conferir aos processos de formação da consciência e da subjetividade coletiva os elementos de uma *práxis* constitutiva de uma pedagogia que comporte a indissociabilidade entre as dimensões ético-política-ideológica e científico-tecnológica na determinação do sentido da formação do tipo de novo homem que se quer formar.

As análises dos limites e potencialidades das lutas do MST enquanto ações catalisadoras de mediações pedagógicas formadoras da consciência de acampados, assentados, educadores, militantes, quadros e dirigentes do Movimento, podem contribuir para tornar mais vivo o debate sobre a relação entre trabalho e educação para além das lutas pela terra. O trabalho como princípio educativo pode transformar o papel da escola quando na

formação de seus sujeitos estiver presente o desafio de tornar a *práxis* constituída nas lutas sociais uma referência cotidiana de construção do sujeito em formação. A educação conforma-se como estratégia política quando as ações de luta do Movimento produzem mediações formativas enquanto parte dos processos de formação da consciência dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, capazes de se apropriarem dos elementos que os permitam atuar como agentes de mudanças da realidade. Ademais, estes limites e potencialidades se complexificam ao incorporarem outros sujeitos e grupos sociais em luta, possibilitando, além da acumulação de forças, a articulação e fortalecimento das alianças necessárias à modificação das relações de forças dominantes, reforçando o movimento indispensável em direção a um efetivo elo entre campo e cidade, sem o qual será muito mais difícil o aprendizado das tarefas que visam superar as falhas do metabolismo entre sociedade e natureza geradas pelas relações sociais do sistema capitalista.

A análise das práticas e teorias subjacentes às ações educativas – *formação política e educação popular* – do MST, nos permitiu identificar que a categoria *trabalho* está inserida tanto nas proposições em torno da concepção de Educação quanto nos diferentes tipos de ações de lutas empreendidas pelo movimento.

Consideramos que as ações de luta pela terra feitas pelos MST produzem mediações político-pedagógicas que, em interlocução com teorias, filosofias e práticas educacionais críticas, permitem delimitar as dimensões concretas em que a categoria trabalho, interagindo dialeticamente com as contradições das lutas sociais, vai ao encontro dos projetos em curso de construção de uma pedagogia socialista. Contudo, a articulação desta categoria com os processos de formação da consciência de seus militantes, quadros e dirigentes e, numa perspectiva mais ampla, com outras organizações da classe trabalhadora, passa pela compreensão: i) das contradições que movem as lutas de classes e nelas das relações de força que se estabelecem no plano da disputa pela hegemonia e ii) dos mecanismos de dominação

das frações burguesas hegemônicas que organizam esta dominação por meio da consolidação e aprofundamento de um modelo de desenvolvimento capitalista dependente onde o Estado exerce a função de agente legitimador dos interesses do capital.

A forma mais eficiente de efetivar esse papel foi aplacar os conflitos gerados pela superexploração capitalista por meio de políticas focais de alívio da pobreza elaboradas, justamente, para afastar da agenda política quaisquer alterações estruturais. Desse modo, o *modus operandi* do Estado possibilita que mais do que coerções extra econômicas de natureza conflitivas, o Estado ampliado possa manejar constrangimentos econômicos, como a concessão de bolsas e benefícios afins, que engendraram um poderoso arcabouço ideológico conciliador de classes, ideal para a gestão das condições de superexploração do trabalho e de mercantilização de todas as esferas da vida social.

Nesses marcos em que a política social deixa de estar centrada nos direitos do trabalho – e em que o próprio trabalho é profundamente resignificado como tarefa, colaboração, empreendedorismo etc. – e, no caso do MST, em que a luta pelo sentido do trabalho é obstaculizada pelo literal estancamento da reforma agrária, novas contradições e desafios organizacionais e político-pedagógicos emergem nas lutas do movimento por uma escola do campo e por processos formativos consoantes com a escola do *trabalho*, lugar central na *práxis* dos sujeitos sociais em formação.

No contexto da crise prolongada que transtorna o capitalismo mundial desde os anos 1970, aprofundada no último quinquênio, o terreno das ideologias tornou-se intensamente redefinido em seu léxico. De fato, as mudanças na *forma* como o capital se reproduz e autovaloriza determinaram uma revalorização, acompanhada de forte resignificação, da noção de *desenvolvimento*. Em seu novo sentido a produção capitalista, descolada das relações que a constituem, tornou-se capaz de prover a sustentabilidade ecológica do sistema sem, contudo, alterar seu *conteúdo*, isto é, a produção de mais valor mediante a exploração do

trabalho abstrato. Para efetivar este intento as empresas buscam mimetizar sua atuação com estratégias que as tornem *socioambientalmente responsáveis*, através de mecanismos diversificados cujas aparências induzem à crença de aperfeiçoamento do sistema, no sentido de conferir-lhe um rosto tão “humano” quanto “verde”, mantendo, porém, a essência positivista, instrumentalizadora e eurocêntrica do homem apartado da natureza e desta como mera fonte de recursos. Neste prisma, seria possível harmonizar a manutenção ou elevação das taxas médias de lucros com responsabilidade social (e ambiental) do capital. Desse modo, a ideologia busca o prestígio da noção de desenvolvimento, difundida agora como um contraponto ao neoliberalismo, mas de modo dissociado de qualquer traço universalista do Estado de bem-estar social e mesmo de crenças nacional-desenvolvimentistas. Ao apensar o prefixo “neo” busca, justo, legitimar o protagonismo do Estado como parceiro do capitalismo monopolista, revestindo-o de um Estado preocupado com os “realmente necessitados”, isto é, “os pobres” e, diante das contradições das commodities, de um Estado ambientalmente responsável. A ideologia que tenta sintetizar essas características é o capitalismo verde.

Em outras palavras, a tinta com que o capital se pinta de “verde” pode ser “descascada”, mostrando sua essência padronizada, que rejeita todas as demais cores possíveis ou permite se usá-las desde que o pincel esteja sob seu controle, pois o *metabolismo entre sociedade-natureza* não pode ser modificado estruturalmente sem a abolição da relação essencial que provoca suas falhas, a exploração do trabalho para geração de mais valor. O desafio, porém, é que o disfarce tem funcionado bem, provocando sérios danos à organização do mundo do trabalho para identificar as falhas e “descascar” essa pintura.

As ações de luta e resistência travadas pelo MST contra o agronegócio têm permitido ao movimento, bem como a diversos sujeitos e grupos sociais, produzirem conhecimentos no calor das lutas de classes. O combate aos transgênicos e aos monocultivos, às transnacionais que expropriam a agrobiodiversidade, a água e a energia, ao extermínio das populações rurais

e camponesas e do seu modo de vida na América Latina e no mundo, trazem dimensões e elementos concretos da unidade das relações entre sociedade e natureza, que não estão apartados do modo como a sociedade de classes se estrutura. Permitem assim que teorias, métodos, hipóteses e categorias utilizadas na produção do conhecimento sejam construídas com base na dinâmica das relações de força resultantes dos confrontos entre as classes na construção da história.

As ações de luta e resistência do MST contra o agronegócio podem subsidiar análises que partam da compreensão de que são as contradições deste modelo que produzem as alternativas para sua superação. Isto se materializa nas proposições e ações do movimento coerentes com um modelo anticapitalista na abordagem e esforços de organização de uma produção camponesa e agroecológica. Como buscamos examinar nesta tese, há documentos e ações de luta do MST que apontam para outras formas de produção e sociabilidade com base em uma relação sociedade-natureza onde o metabolismo desta relação seja determinado por relações de trabalho que não sejam fundadas na exploração da mais valia, mas no protagonismo dos sujeitos sociais na produção e condução de suas vidas, incluindo a forma e o conteúdo da educação escolar e da formação política, ética, técnica, cultural e humana a ela vinculada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTO, Patrícia. *Patagonia: resistências populares a la recolonización del continente*. Rosario : Ediciones América Libre, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.; CARVALHO, Guilherme. (orgs.). Belém : FASE; Observatório Comova/UFPA, 2009.
- AMIN, Samir. *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro : Edições do Graal, 1977.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, e. & GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANDRADE, M. R.; PIERRO, M. C. A construção de uma política de educação na reforma agrária. In: *A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*. São Paulo: Ação educativa. Brasília: PRONERA. 2004. p. 19-36.
- ANTUNES, Ricardo. *Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato*. ARGUMENTUM, Vitória, v. 2, n. 2, p. 09-15, jul./dez. 2010.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo : Boitempo, 1999.
- ARROYO, Miguel G. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Monica Castanho; de JESUS, S.M.S.A. (Orgs.). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, DF : Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.
- Banco Mundial. *Brasil: Justo, competitivo, sustentável: Contribuições para debate*. 2002
- BASTOS, Felipe Augusto da Silva; BRITTO, Daniel Pitelli de. *O processo de fusão e aquisição realizados com capital estrangeiro e seus efeitos no setor bancário brasileiro nos anos recentes*. VII SEMEAD, 2004, FEA-USP. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/> Acessado em: 18/07/2011 19h20
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: *Teoria da Cultura de Massa*. ADORNO, Theodor. (et ali.), São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- BOGO, Ademar. *Quando o querer se fez fazer*. In: Coletivo Pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes. *A política de formação de quadros*. Guararema : São Paulo, 2007.
- _____. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BORON, Atílio Alberto. *Império & Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires : Clacso, 2002.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

BUCLET, Benjamin. A relação entre a ideologia do desenvolvimento e as formas modernas de escravidão: uma análise a partir de um estudo de caso na Amazônia brasileira. In: CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de. (et. alli.) *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo A. e NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo y alternativas para América Latina. *Herramienta*. Buenos Aires, n. 35, p. 27-51, junho 2007.

CARCANHOLO, REINALDO A. e SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, junho 2009.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, Júlio César França (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

_____. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP : Autores Associados; Niterói, RJ : Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.

_____. *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*, *Idéias* (Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp). Campinas, 4 (1 / 2): 99-114, jan./dez., 1997.

_____. *Para uma leitura do método em Karl Marx: anotações sobre a "introdução" de 1857*. Caderno do ICHF, nº 30. Universidade Federal Fluminense : Niterói, RJ, setembro de 1990.

_____. *O mito do método*. Trabalho apresentado no Seminário de Metodologia e Estatística, realizado na PUC-RJ, jan./fev. 1971.

CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo : Boitempo, 2006.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. (Org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CECEÑA, Ana Esther. (org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. (orgs.). *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Petrópolis, RJ : Vozes ; Rio de Janeiro : LPP ; Buenos Aires : Clacso, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O conceito de vontade coletiva em Gramsci*. Rev. katálysis vol.12 no.1 Florianópolis Jan./Jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100005 Acesso em: 07/09/2012 15h49

DIEESE. *Uma análise sobre a margem de ganhos dos bancos*. Nota técnica. Número 35. Outubro de 2006.

_____. *Fusões no setor bancário: emprego e concorrência*. Nota técnica. Número 55. Novembro de 2007.

_____. *A reforma tributária e a renúncia fiscal aos bancos*. Nota técnica. Número 72. Agosto de 2008.

_____. *A geração de riqueza no setor bancário e seu impacto na renda do trabalho*. Nota técnica. Número 75. Setembro de 2008.

DÚMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Neoliberalismo – neoimperialismo*. Econ. Soc. vol. 16, n^o 1, Campinas, 2007.

_____. *O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana*. In: CHESNAIS, F. (Org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. *Campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Movimento socialista e partidos políticos*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1980. In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização política III: escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca, Florestan Fernandes*. 1^a ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

_____. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3^a ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *O que é revolução?* Disponível em: <http://www.casadajuventude.org.br/media/oqueerevolucao.pdf> Acesso em: 13/02/2012 16h25

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1975.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro : EPSJV, UFRJ 2010.

_____. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. Interrogações sobre o capitalismo na atualidade – trabalho e capital, economia e política. In: Galvão, A. et. al. *Marxismo e socialismo no século 21*. Campinas, Ed. da Unicamp/IFCH: Xamã, 2005, pp. 167-196. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/porta1/images/arquivo/marxexpropriacapitalmonetario.pdf>
Acessado em 17/07/2009 12:23h

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia da destruição*. Trabalho Necessário, Ano 5, Nº 5, 2007.

_____. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática de libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo : Cortez & Moraes, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo : Cortez, 2010a.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo : Cortez, 2010b.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. p. 13-26. In: GOMES, C.M. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1987.

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975. Anexo: Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Karl Marx, tradução de T. B. Bottomore.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cadernos do Cárcere, volume 3*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GONÇALVES, Reinaldo. *A dominação do capital financeiro no Brasil*. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro, nº 19, p. 25-43, dezembro 2006a.

_____. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. *Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006b. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C06Goncalves.pdf>

GHINIS, Cristiano Ponzoni. “O avanço do processo de liberalização financeira no Governo Lula e o comportamento dos fluxos de capitais internacionais para o Brasil”. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 103-114, set. 2006.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978.

HARVEY, David. *Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária*. Em *Carta Maior*, Economia, 16/02/2009. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15691.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo : Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. (org.). *Florestan Fernandes*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2008. (Grandes Cientistas Sociais).

IASI, Mauro Luis. *Educação popular: formação da consciência e luta política*. Caderno de Formação número 1. Candeeiro – Coletivo de Educação Popular e CEPA-EP – Centro de Estudo, Pesquisa e Ação em Educação Popular. Outubro de 2009.

_____. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo : Expressão Popular, 2006.

JAMESON, Fredric. O Pós-Modernismo e o mercado. In: Um mapa da *Ideologia*. ADORNO, Theodor W. [et. al.] ; organização Slavoj Zizek. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

KLAGSBRUNN, Victor H. *Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira*. *Crítica Marxista*, n. 27, p. 27-46, 2008.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. São Paulo : Expressão Popular, 2009.

KOROL, Claudia. (org.). *Triple frontera: resistências populares a la recolonización del continente*. Buenos Aires : América Libre, 2008.

LABICA, Georges. *Democracia e revolução*. São Paulo : Expressão Popular, 2009.

_____. *A formação de quadros: elementos teóricos e práticos*. In: Coletivo Pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes. *A política de formação de quadros*. Guararema : São Paulo, 2007.

LEHER, Roberto. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e a Questão Ambiental: Desafios Epistêmicos. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org.). *A questão ambiental no pensamento crítico - natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FÁVERO, Osmar. (org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP : Autores Associados; Niterói, RJ : Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.

_____. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo : Centauro, 2008.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

_____. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro : Vitória, 1961.

LONGO, Roxana. Las pasteras mirando hacia el cono sur. In: KOROL, Claudia. *Triple Frontera: resistências populares a la recolonización del continente*. Buenos Aires : América Libre, 2008.

LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo? In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. 1ª ed. Buenos Aires : CLACSO, São Paulo : Expressão Popular, 2007.

_____. *Ecologia e socialismo*. São Paulo : Cortez, 2005.

LUCENA, Carlos e NETTO, Mário Borges. *Escola Nacional Florestan Fernandes e a formação dos trabalhadores rurais sem terra: as atribuições do movimento frente à sua base*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.39, p. 211-224, set.2010 - ISSN: 1676-2584

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo : Martins, Fontes, 2003.

MAE-WAN, Ho. *Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos*. Com a colaboração de Joe Cummins [et al]. São Paulo : Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista*. Volume V. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

_____. Trabalho Assalariado e Capital, I. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo : Centauro, 2004.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo : Martins Fontes, 1977.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo : Grijalbo, 1976.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro 03 – O processo Global de Produção Capitalista. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. v. VI. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1974.

_____. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. – *Apêndice*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Editora Novos Rumos : São Paulo, 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Do reconhecimento da dialética do trabalho à prefiguração da sociedade dos trabalhadores livremente associados*. ARGUMENTUM, Vitória, v. 2, n. 2, p. 23-28, jul./dez. 2010.

_____. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro : Vício de Leitura, 2009.

MENDONÇA, Maria Luisa. O verdadeiro perfil do Grupo Votorantim. In: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. Instituto Rosa Luxemburg Stiftung (org.). São Paulo : Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo : Boitempo, 2009.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo : Boitempo, 2007.

_____. *A teoria da Alienação em Marx*. São Paulo : Boitempo, 2006.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Eric. *50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Orgs.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Coleção Por uma Educação do Campo nº 5. Editora Universidade de Brasília : Brasília, 2004.

MOLINA, Monica Castagna; KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão. (Orgs.). *A educação básica e o movimento social do campo*. Coleção Por uma educação básica do campo. Editora Universidade de Brasília : Brasília, 1999.

MORIGI, Valter. *A escola do MST: uma utopia em construção*. Porto Alegre : Mediação, 2003.

MOTTA, Vânia Cardoso da. *Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo*. Trab. Educ. Saúde, v. 6 n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009.

MST. *Princípios da Educação do MST*. Cadernos de Educação nº 8. Setor de Educação. 5ª Edição : São Paulo, dezembro 2004a.

_____. *Educação de Jovens e Adultos: sempre é tempo de aprender*. Cadernos de Educação nº 11. Setor de Educação e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. 2ª Edição, São Paulo, dezembro 2004b.

_____. *Educação infantil: movimento da vida, dança do aprender*. Cadernos de Educação nº 12. Educação Infantil. Novembro 2004c. 56 p.

_____. *Como fazemos a escola de educação fundamental*. Cadernos de Educação nº 9. Setor de Educação. 4ª Edição, dezembro 2004d. 48 p.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: acompanhamento às escolas*. Boletim da Educação nº 8. Setor de Educação e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. 1ª Edição, São Paulo, julho 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.). *Direita para o social e esquerda para o capital*. São Paulo : Xamã, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro : EPSJV, 2008.

NOVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. Instituto Rosa Luxemburg Stiftung (org.). São Paulo : Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Francisco. “Crise financeira?” Em: *Carta Maior*, 1/4/2009. Em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15900 acesso em 10/04/2009.

ORNELAS, Raúl. Contra-hegemonias e emancipações: apontamentos para um início de debate. In: CECEÑA, Ana Esther. (org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2009.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In; LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana. *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo : Cortez, 2005.

RANIERI, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo : Boitempo, 2001.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Rodrigo Castelo Branco. *O social liberalismo: a ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. Campinas, SP : Autores Associados, 2008a.

_____. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP : Autores Associados, 2008b.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. *O crime de ser MST*. In: BUHL, Kathrin, KOROL, Claudia. *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo : Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008.

SOUZA, Francilane Eulália de. *Da luta pela terra à luta pela educação*. Boletim Dataluta. Presidente Prudente, abril de 2009, número 16. ISSN 2177-4463.

SOUZA, José Carlos Lima de. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o moderno príncipe educativo brasileiro na história do tempo presente*. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2008. 260 p.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.

SVAMPA, Maristella; BOTTARO, Lorena; ÁLVAREZ, Marian Sola. *La problemática de la minería metálica a cielo abierto: modelo de desarrollo, territorio y discursos dominantes*. In: SVAMPA, Maristella y ANTONELLI, Mirta A. *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires : Biblos, 2009.

TISCHLER, Sérgio. *A forma classe e os movimentos sociais na América Latina*. In: LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana. *Pensamento Crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo : Cortez, 2005.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO ; São Paulo : Expressão Popular, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro : Contraponto, 2004.

WILLIAMSON, John. *Did the Washington Consensus Fail?* Remarks at CSIS, 6 de noviembre, 2002.

_____. *What Washington Means by Policy Reform*”, en *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Edición a cargo de J. Williamson. Washington: Instituto de Economía Internacional, 1990.

ZIBECHI, RAÚL. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto & SETÚBAL, Mariana. *Pensamento Crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo : Cortez, 2005.

APÊNDICE

Tabela 1 – Ações de luta do MST entre 2007 e 2010

	2007	2008	2009	2010	TOTAL
ACAMPAMENTOS	18	35	29	9	91
ATIVIDADES DE FORMAÇÃO	8	19	11	16	54
ATO PÚBLICO	70	102	90	53	315
BLOQUEIO DE FERROVIA	2	2	0	0	4
BLOQUEIO DE RODOVIA	23	34	24	15	96
DIVULGAÇÃO DOCUMENTO	7	8	29	16	60
JUDICIAL/CRIMINAL	25	33	40	31	129
LUTAS UNIFICADAS	71	93	82	43	289
MARCHAS	40	35	51	29	155
OCUPAÇÃO PRÉDIO PRIVADO	12	13	9	0	34
OCUPAÇÃO PRÉDIO PÚBLICO	43	78	67	43	231
OCUPAÇÃO DE TERRA	66	82	88	39	275
REUNIÃO/AUDIÊNCIA	4	2	12	5	23
TRANSGÊNICOS/MONOCULTIVOS	9	4	5	1	19
VIOLÊNCIA	22	34	29	18	103
TOTAL	420	574	566	318	1878

Fonte: OSAL

Tabela 2 – Ações de luta do MST entre 2007 e 2010 (%)

	2007	2008	2009	2010
ACAMPAMENTOS	19,78	38,46	31,86	9,89
ATIV DE FORMAÇÃO	14,81	35,18	20,37	29,62
ATO PÚBLICO	22,22	32,38	28,57	16,82
BLOQ DE FERROVIA	50	50	0	0
BLOQ DE RODOVIA	23,95	35,41	25	15,62
DIVULG DOCUMENTO	11,66	13,33	48,33	26,66
JUDICIAL/CRIMINAL	19,37	25,58	31,01	24,03
LUTAS UNIFICADAS	24,56	32,17	28,37	14,87
MARCHAS	25,8	22,58	32,9	18,7
OCUP PRÉDIO PRIVADO	35,29	38,23	26,47	0
OCUP PRÉDIO PÚBLICO	18,61	33,76	29,01	18,61
OCUPAÇÃO DE TERRA	24	29,81	32	14,18
REUNIÃO/AUDIÊNCIA	17,39	8,69	52,17	21,73
TRANSG/MONOCULT	47,36	21,05	26,31	5,26
VIOLÊNCIA	21,35	33,01	28,15	17,47

Fonte: OSAL

Tabela 3 – Motivos de ações de lutas do MST entre 2007 e 2010

	2007	2008	2009	2010	TOTAL
AGRONEGÓCIO	22	34	24	10	90
ANTICAPITALISTA	1	5	5	0	11
ANTINEOLIBERAL	17	5	52	5	79
APOIO LUTAS INDÍGENAS	1	4	1	2	8
EDUCAÇÃO	23	18	40	23	104
ENERGIA	4	20	14	3	41
INTERNACIONALISTA	3	5	16	5	29
JUDICIAL/CRIMINAL	17	43	61	32	153
LUTAS UNIFICADAS	31	27	51	26	135
MONOCULTIVOS	16	11	13	1	41
PETROBRÁS	3	10	5	0	18
REFORMA AGRÁRIA	135	201	218	93	647
SOCIOAMBIENTAL	35	10	27	13	85
TRANSGÊNICOS	8	3	1	1	13
TRANSNACIONAIS	24	36	19	1	80
VALE	11	10	1	0	22
VIOLÊNCIA	24	14	34	14	86
TOTAL	375	456	582	229	1642

Fonte: OSAL

Tabela 4 – Motivos das ações de lutas do MST entre 2007 e 2010 (%)

	2007	2008	2009	2010
AGRONEGÓCIO	24,44	37,77	26,66	11,11
ANTICAPITALISTA	9,09	45,45	45,45	0
ANTINEOLIBERAL	21,51	6,32	65,82	6,32
APOIO LUTAS INDÍGENAS	12,5	50	12,5	0
EDUCAÇÃO	22,11	17,3	38,46	22,11
ENERGIA	9,75	48,78	34,14	7,31
INTERNACIONALISTA	10,34	17,24	55,17	17,24
JUDICIAL/CRIMINAL	11,11	28,1	39,86	20,91
LUTAS UNIFICADAS	22,96	20	37,77	19,25
MONOCULTIVOS	39,02	26,82	31,7	2,43
PETROBRÁS	16,66	55,55	27,77	0
REFORMA AGRÁRIA	20,86	31,06	33,69	14,37
SOCIOAMBIENTAL	41,17	11,76	31,76	15,29
TRANSGÊNICOS	61,53	23,07	7,69	7,69
TRANSNACIONAIS	30	45	23,75	1,25
VALE	50	45,45	4,54	0
VIOLÊNCIA	27,9	16,27	39,53	16,27

Fonte: OSAL

